

PERSPECTIVAS E ANÁLISES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Dinâmicas Urbano-Regionais e Ordenamento Territorial

Volume 2

Christian Nunes da Silva

João Marcio Palheta

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Organizadores



Christian Nunes da Silva
João Marcio Palheta
Jovenildo Cardoso Rodrigues
(Organizadores)

PERSPECTIVAS E ANÁLISES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

**Dinâmicas Urbano-Regionais e
Ordenamento Territorial**

Volume 2

1ª EDIÇÃO



Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Perspectivas e análises do espaço geográfico/ Christian Nunes da Silva, João Marcio Palheta, Jovenildo Cardoso Rodrigues. (Organização)– 1. ed.– Belém: GAPTA/UFPA, 2018.
2 v. : il. ; 14x21 cm.

Conteúdo:v. 1. Dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais – v. 2. Dinâmicas urbano-regionais e ordenamento territorial

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-63117-39-7

1. Territorialidade humana. 2. Planejamento regional - Amazônia. 3. Urbanização - Ananindeua (PA). 4. Movimentos sociais. 5. Desenvolvimento sustentável. I. Silva, Christian Nunes da. II. Palheta, João Marcio. III. Rodrigues, Jovenildo Cardoso. IV. Título.

CDD 22. ed.307.7



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GRUPO ACADÊMICO PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E MEIO
AMBIENTE NA AMAZÔNIA

Reitor da UFPA: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho
Líder do GAPTA: Prof. Dr. João Marcio Palheta
Editor de Publicações do GAPTA: Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Gerencia e Preparação do Texto: GAPTA
Revisão: Novinsky Guinsburg Revisão
Capa: Anderson Reis
Editoração: Editora Itacaiúnas

Comissão Editorial GAPTA

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva
Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues

Conselho Editorial GAPTA

Prof. Dr. Adolfo Oliveira Neto
Prof. Dr. Jose Sobreiro Filho
Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
Prof. Dr. Ricardo Jose Batista Nogueira

Conselho Consultivo GAPTA

Prof. Dr. Afonso do O – Universidade do Algarve
Prof. Dr. Antonio Carlos Freire Sampaio – UFU
Prof. Dr. Adolfo Oliveira Neto – UFPA
Prof. Dr. Clay Anderson Chagas – UFPA
Prof. Dra. Cynthia Simmons – Florida University
Prof. Dr. Christian Nunes da Silva – UFPA
Prof. Dr. David Gibbs McGrath – UFOPA
Prof. Dr. Eduardo Shiovone Cardoso – UFMS
Prof. Dr. Eliseu Saverio Sposito – UNESP
Prof. Dr. Flavio Rodrigues do Nascimento – UFC
Prof. Dr. Gilberto Rocha – UFPA
Prof. Dr. José Sobreiro Filho – UFPA
Prof. Dr. João Marcio Palheta – UFPA
Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues – UFPA

Prof. Dra. Judite Nascimento – Univ. Cabo Verde/UniCV
Prof. Dra. Lisandra Pereira Lamoso – UFGD
Prof. Dra. Maria Celia Nunes Coelho – UFRJ
Prof. Dr. Otavio Jose Lemos Costa – UECE
Prof. Dr. Raul Vincens – UFF
Prof. Dr. Ricardo Angelo Pereira de Lima – UNIFAP
Prof. Dr. Ricardo Jose Batista Nogueira – UFAM
Prof. Dr. Robert Walker – Florida University
Prof. Dr. Rui Moreira – UFF
Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa – USP

Sumário

**A CONFLITUALIDADE COMO CAMINHO AO DIREITO À
CIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO
MOVIMENTO PASSE-LIVRE E DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES SEM-TETO15**

José SOBREIRO FILHO, Adolfo OLIVEIRA NETO, Hellen Carolina
G. M. da SILVA e Nathália Cilla PAGUNG.

**TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA: POLÍTICA
SUSTENTÁVEL BRASIL-VENEZUELA.....29**

Antonio Carvalho FERREIRA.

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL DO SUDESTE PARAENSE:
CONSTRUÇÃO, EXECUÇÃO E CONTRADIÇÃO.....54**

Andrielle Leal da SILVA e Mário Vasconcellos SOBRINHO.

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DA METRÓPOLE:
REFLEXÕES A PARTIR DE BELÉM-PA.....78**

Mauro Emilio COSTA SILVA.

**ESPAÇO AMAZÔNICO PARAENSE E
DESENVOLVIMENTO: INCURSÕES SOBRE A POLÍTICA
DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA PARÁ RURAL 95**

Mílvio da Silva RIBEIRO e João Santos NAHUM.

**DINÂMICAS POPULACIONAIS, ECONÔMICAS E DAS
FINANÇAS PÚBLICAS EM BARCARENA DURANTE AS
DÉCADAS DE 1970/1980119**

Márcio Júnior Benassuly BARROS.

USO DO TERRITÓRIO E IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJAS.....139

Fernando Flávio Lopes SILVA, e Gracilene de Castro FERREIRA e Christian Nunes da SILVA.

DENDEICULTURA E BIODIESEL NA AMAZÔNIA PARAENSE164

João Santos NAHUM, Cleison Bastos dos SANTOS e Leonardo de Souza SANTOS.

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E DINÂMICA TERRITORIAL NO ESPAÇO RURAL DA AMAZÔNIA PARAENSE187

Carla Joelma de Oliveira LOPES, Carlos Alberto de Souza, MASCARENHAS, Mayre Dione Mendes da Silva MASCARENHAS e Daniela de Oliveira SENNA.

TERRITÓRIO E IDENTIDADE QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA: USO DA TERRA E (RE)EXISTÊNCIA NA COMUNIDADE DE PITIMANDEUA-PA.....213

Lyara Carlyle Carneiro BRITO e Aiala Colares de Oliveira COUTO.

INDÚSTRIA MINEROMETALÚRGICA E A REORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL NO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA.....233

Valter Vinícius Pereira BRANDÃO, João Marcio Palheta da SILVA, Joanderson Barra LIMA e Ádanna de Souza ANDRADE.

GEOTECNOLOGIAS APLICADAS À ANÁLISE ESPACIAL DA DENDEICULTURA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACARÁ-NORDESTE PARAENSE2567

Carlos Eduardo Pereira TAMASAUSKAS e Nicola Saverio Holanda TANCREDI.

**TERRITÓRIO AMAZÔNICO E GLOBALIZAÇÃO:
POTENCIAIS RISCOS ÀS RIQUEZAS NATURAIS
PARAENSES A PARTIR DOS GRANDES PROJETOS ...2811**

Gláucia Rodrigues Nascimento MEDEIROS e Marcus Vinicius Batella MEDEIROS.

**ANÁLISE DOS REFLEXOS SOCIOECONÔMICOS DO
PERÍODO DE DECADÊNCIA MADEIREIRA NAS CIDADES
DE BREVES E PORTEL – MARAJÓ-PA.....310**

Odair José Aragão ALVES, Edinael Pinheiro da SILVA, Geovani Gonçalves FARIAS e Hugo Pinon SOUSA.

**URBANIZAÇÃO E CIDADE: ABORDAGEM ACERCA DA
FORMAÇÃO DA CIDADE DE ANANINDEUA-PARÁ333**

Jovenildo Cardoso RODRIGUES.

APRESENTAÇÃO

Discutir a gestão de políticas públicas e o uso dos recursos naturais implica identificar estes recursos, seu potencial e diversidade, bem como considerar a racionalidade do processo de apropriação que estes recursos estão submetidos, suas condições de acesso e controle por parte da sociedade. A utilização dos recursos naturais pelo homem vem se demonstrando como uma forma irracional, pois o manejo negativo é notado em todas as áreas que não se propõem à preservação e/ou conservação de tais recursos. Os desafios e possibilidades de um uso sustentável dos recursos naturais devem se constituir numa reflexão permanente, que oriente a implementação das políticas públicas, mas também atenda aos anseios e reivindicações da sociedade local, bem como das populações tradicionais envolvidas.

Um projeto sustentável de desenvolvimento passa necessariamente por uma reformulação na cultura, nos valores, na política e fundamentalmente na relação homem natureza, que precisa ser encarada de outra forma, nesse sentido, a mudança de mentalidade rumo aos valores pós-materialista propagada pelos ambientalistas faz enorme sentido. A análise que se faz é que as questões ambientais estão diretamente relacionadas aos modelos de desenvolvimento econômico adotados pelas sociedades humanas e, conseqüentemente, os níveis de degradação ambiental são proporcionais ao ritmo e ao modelo de desenvolvimento implementado. Portanto, há necessidade de se repensar a atual concepção econômica de crescimento e se empenhar na construção de um projeto sustentável de desenvolvimento humano, que esteja baseado em preceitos éticos, capazes de criar oportunidades sociais, garantindo os direitos humanos e protegendo os ecossistemas.

No que se refere a região amazônica, padrões exógenos foram implantados na região com intuito de uma “integração” às outras regiões do Brasil, a exemplo desta afirmação nota-se a

implantação de “grandes empreendimentos” industriais - com ênfase em geração de energia hidrelétrica e projetos minero-metalúrgicos, e direcionados ao agronegócio. Na maioria das vezes, sem consulta pública, estes empreendimentos são implantados na região amazônica com apoio direto do Governo, porém, torna-se questionável se estes projetos trouxeram/trazem o tão esperado desenvolvimento com sustentabilidade para os habitantes locais, sejam do meio urbano, quanto do meio rural.

Durante todo o processo de “integração nacional” ao qual a Amazônia brasileira esteve (e está?) inserida, o meio ambiente foi colocado em “segundo plano” e os recursos naturais são extraídos/exauridos predatoriamente. Todavia, juntamente com as ações humanas, diversos padrões “sustentáveis” surgem para tentar contornar o problema da depredação ambiental aliando-se com a necessidade de subsistência do habitante, entre eles, a implantação de Unidades de Conservação vem como mais uma proposta para as perguntas que persistem em reproduzir-se no discurso oficial, governamental e não-governamental. Assim, surge um contexto de situações que leva a sociedade em geral a um reconhecimento de que o manejo sustentável da floresta, a partir do desenvolvimento sustentável, constitui uma alternativa para as populações locais subsistirem adequadamente, de forma a preservar seu modo de vida tradicional.

Nesse sentido, a coletânea de textos disponíveis em 2 volumes dessa coleção buscam debater a respeito de duas sessões principais, quais sejam: a 1ª Sessão, denominada "**Dinâmicas Ambientais e Uso dos Recursos Naturais**", enfoca assuntos relativos aos impactos humanos sobre o uso dos recursos naturais - com a pesca, , além de dois textos de autores convidados que abordam a problemática ambiental/rural no estado do Ceará e no Mato Grosso, a 2ª Sessão, intitulada "**Dinâmicas Urbano-Regionais e Ordenamento Territorial**", que procura dar um panorama acerca de eventos atuais no espaço urbano/regional paraense. Ambas as sessões, mostram perspectivas da geografia

sobre estudos atuais que tem no espaço geográfico (território, região, lugar, paisagem, etc...), seu laboratório de análise.

Assim, em termos gerais, o que vemos no decorrer dos textos ao longo dessa coletânea é que o Estado precisa exercer sua função social por meio da criação, implementação e incentivo de políticas públicas efetivas e comprometidas com a sociedade, para provisão eficiente dos serviços sociais básicos com vistas a níveis adequados e civilizados de relações e desenvolvimento humano, prevendo, mitigando e evitando a depredação dos recursos naturais e outros impactos ambientais significativos. Dessa maneira, o que é comum no conjunto de todos os textos, é que há a expectativa social por políticas públicas que contribuam para a incorporação de segmentos excluídos dos benefícios do progresso e/ou crescimento econômico, com responsabilidade ambiental e social.

Os organizadores

Belém, março de 2018.

A CONFLITUALIDADE COMO CAMINHO AO DIREITO À CIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO MOVIMENTO PASSE-LIVRE E DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO

José SOBREIRO FILHO¹

Adolfo OLIVEIRA NETO²

Hellen Carolina G. M. da SILVA³

Nathália Cilla PAGUNG⁴

INTRODUÇÃO

O Direito à Cidade é um elemento fundamental na pauta dos movimentos sociais populares, fato que coloca uma questão diante da lógica hegemônica de produção capitalista do espaço urbano: não há direito à cidade sem a construção de um território popular e, conseqüentemente, o confronto político. Dentre uma ampla quantidade de elementos, a construção popular implica em se tratar de três aspectos centrais: o primeiro é o papel crescente que as lutas contra as opressões e em defesa da diversidade dos sujeitos na sua maneira de estar-e-ser-no-mundo tem conferido aos projetos territoriais populares que disputam as cidades, a partir dos avanços nos debates relacionados às questões de cor-etnia, gênero/sexo, idade e crenças. O segundo é que o avanço do capital financeiro

¹ Doutor em Geografia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. E-mail: sobreirounesp@gmail.com

² Doutor em Geografia, Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. E-mail: adolfoneto@ufpa.br

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente. E-mail: hellen.riot@gmail.com

⁴ Pedagoga formada pela Universidade da Amazônia. E-mail: pagungcilla@gmail.com

sobre a cidade e as contradições relacionadas à produção capitalista do espaço intensificam as tensões das cidades, colocando a oposição entre as classes sociais como um elemento emblemático e a luta de classes como um elemento central no processo de produção de uma cidade democrática e popular. O terceiro é o modo como a ação coletiva tende a se expressar na luta pela implementação das pautas populares. Se é bem verdade que metodologias participativas de planejamento das cidades ganharam força nos anos de 1990, a partir de experiências de governos progressistas, gerando uma aprendizagem territorial nos movimentos populares que disputavam as cidades, no atual momento histórico este ciclo se encerrou e a única maneira como os movimentos têm conseguido avanços é na ação direta, a partir da conflitualidade.

É neste terceiro ponto que nos deteremos, a partir da luta de dois sujeitos políticos com matrizes distintas que protagonizam formas de confrontos políticos de caráter anticapitalista, criticando a lógica capitalista de produção das cidades, os seus agentes e o Estado. Os movimentos em questão questionam dois tipos de territorialização diferentes do capital na cidade. De um lado, o Movimento Passe-Livre (MPL) que vê o ônibus enquanto o território do capital, combatendo as relações promíscuas entre Governo-Estado-Capital, cujos resultados vertem na redução e despotencialização do direito à cidade e na contensão socioterritorial, permitindo apenas ao corpo a mobilidade para a exploração de sua força de trabalho, restringindo as diversas possibilidades de uso, interação e vida que as cidades proporcionam, construindo espaços para privilegiados. Do outro lado, as experiências que vêm sendo desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) que combatem o latifúndio urbano, que tem a propriedade privada como escudo para exigir a renda da terra urbana e a valorização de ativos financeiros, aliada a outras facetas da exclusão, segregação, especulação e exploração.

Em comum, estes movimentos lutam, entre outras coisas, pela migração do sistema de transporte coletivo privado para as

mãos do Estado; pela ampliação da democracia e consolidação de uma modelo democrático, ativo e participativo de definição dos rumos da cidade e construção de territórios populares nas cidades que, no nível atual de disputa entre as classes, só pode se viabilizar de forma coerente e em larga escala a partir da Revolução Urbana. Ambas propostas ousadas, pertinentes e à frente de seu tempo-espaço que implicam em uma forma de se produzir, consumir e transformar o espaço (SOBREIRO FILHO, 2016).

A FORMAÇÃO DOMPL E A PAUTA DA MOBILIDADE URBANA ATRAVÉS DO TRANSPORTE PÚBLICO

O Movimento Passe Livre trouxe a discussão do Direito à Cidade através do questionamento da mercantilização do transporte coletivo. Essa bandeira destaca a transformação de um direito em mercadoria, que priva os grupos populares do acesso aos espaços urbanos. No centro deste movimento está a necessidade de o Estado gestar este serviço com a participação ativa da sociedade, rompendo as apropriações hegemônicas capitalistas em detrimento do direito do cidadão. O enfrentamento deste debate é fundamental porque a mobilidade urbana em transportes coletivos na cidade é um direito básico, que permite aos sujeitos acessarem outros direitos, já que é a partir deste serviço, principalmente, que os sujeitos circulam nas cidades.

O MPL ganhou projeção nacional a partir de junho e julho de 2013, ainda antes da Copa das Confederações, devido ao aumento da repressão policial nas manifestações que mais tarde viriam a ser intituladas como “A revolta do Vinagre”, a “Revolta da Salada”⁵ e “Primavera Brasileira”. Contudo, sua formação, segundo Liberato (2006), remonta ainda a fevereiro de 2000 com uma ação coletiva

⁵ Esta nomenclatura tem relação com a apreensão de vinagre pela polícia militar do estado de São Paulo nas manifestações. O uso do vinagre tinha a função de diminuir os efeitos e bloqueios respiratórios causados pelas bombas de gás lacrimogêneo utilizadas pela Polícia Militar.

organizada por estudantes em Florianópolis em prol do passe-livre estudantil. Esta ação coletiva veio a se converter em uma campanha que mais tarde foi denominada como Campanha pelo Passe Livre (CPL), que propôs o Projeto de Lei do Passe Livre. Apesar das lutas terem avançado fortemente no município de Florianópolis, em Santa Catarina, foi entre agosto e setembro de 2003 em Salvador/Bahia, com a “Revolta do Buzu” que o MPL marcou o seu processo de formação (MPL, 2013). Foi deste contexto que as manifestações passaram a deixar de lado as filiações partidárias para a organização de uma manifestação independente de partidos políticos e entidades estudantis. Em 2004, devido ao aumento da passagem de ônibus em Florianópolis, ocorrem manifestações durante uma semana e meia com participação de milhares de pessoas, em sua maioria estudantes secundaristas denominadas como “A Revolta da Catraca”, “A Guerra da Tarifa” ou “A Revolta de Florianópolis”.

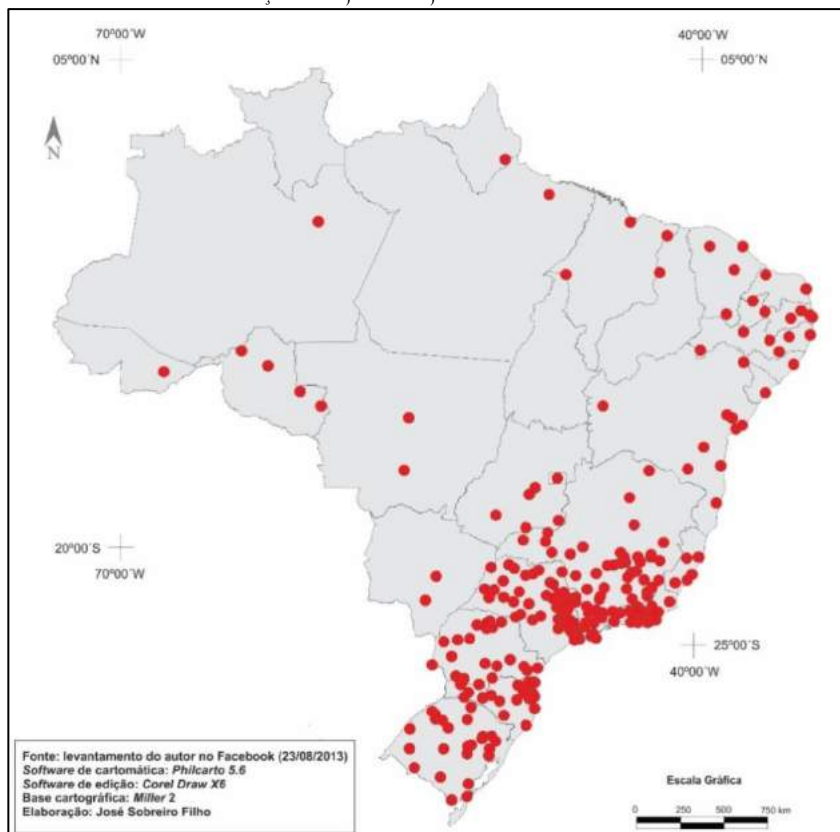
Os eventos realizados em Florianópolis e Salvador também surtiram efeitos em outras cidades como Uberlândia (Minas Gerais), Campinas (São Paulo), Recife (Pernambuco) e Vitória (Espírito Santo). O acúmulo de forças culminou na realização do I Encontro Nacional, organizado pela CPL, que construiu o consenso de lógica anticapitalista e revolucionária para reger o movimento, produto da participação de membros de diferentes cidades: Belém (Pará), Belo Horizonte (Minas Gerais), Campinas (São Paulo), Curitiba (Paraná), Itu (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), São Paulo (São Paulo), Sorocaba (São Paulo) e Florianópolis (Santa Catarina), dando indícios da força que o movimento alcançou em todo o país. A partir deste momento ele passa a se denominar MPL durante uma plenária realizada no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2005. A plenária foi decisiva para formação dos princípios gerais, se autodefinindo como: autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. Se organizou em frente única, oPasse Livre Estudantil. Também realizou-se a construção de uma agenda destacando a formação de grupos de trabalho com membros das diferentes delegações para múltiplos fins, a organização de

encontros, a construção de um site e a coleta de assinaturas para o Projeto de Lei Federal pelo Passe-Livre.

Com a consolidação, o MPL se formou em diferentes cidades, como: MPL – Distrito Federal; MPL – Florianópolis; MPL – Grande Vitória; MPL – Guarapuava; MPL – Joinville; MPL – São Paulo; e o Movimento Tarifa Zero –Goiânia. Outro dado relevante é que o movimento também passou a estabelecer relações com outros movimentos de pauta semelhante, como o “Free Bus” (Reino Unido), “Planka” (Suécia), “Free Public Transit” e “Free Public Transports”.

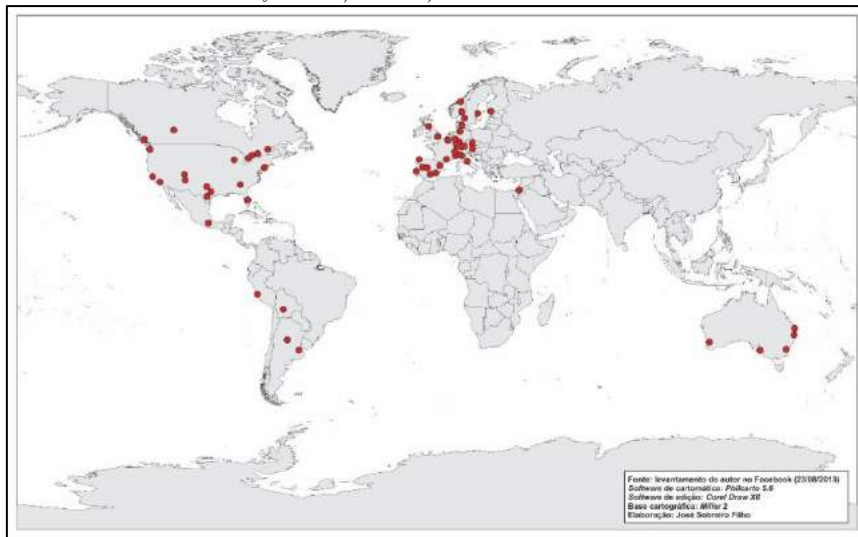
Além das ações de formações, conforme Maricato (2013), o MPL também organizou manifestações e teve conquistas relevantes: grande luta contra o aumento no Distrito Federal, em outubro de 2008; aprovação do passe livre estudantil no Distrito Federal, em julho de 2009; ocupação da Secretaria de Transportes em São Paulo, em novembro de 2009; luta contra o aumento em São Paulo, em janeiro de 2010; luta contra o aumento em São Paulo e outras capitais, entre janeiro e março de 2011; manifestações que revogaram o aumento da passagem em Teresina, em agosto de 2011; revogação contra o aumento em Taboão da Serra, em janeiro de 2013; mobilização contra o aumento em Porto Alegre, em abril de 2013; Jornada de Junho com revogação em várias cidades, em 2013. As Jornadas de Junho de 2013 surtiram um dos maiores efeitos da história recente, mobilizando mais de 167 municípios em todas as regiões do país e em cidades de outros países, como práticas de solidariedade (Figuras 1 e 2).

FIGURA 1 – Manifestações de junho e julho no Brasil – 2013



Fonte: Organizado por José Sobreiro Filho.

FIGURA 2 – Manifestações de junho e julho no Mundo – 2013



Fonte: Organizado por José Sobreiro Filho.

As pautas e o debate promovido pelo MPL se iniciaram devido aos aumentos das tarifas, mas a discussão do Direito à Cidade emerge como alicerce central nos questionamentos referentes à mobilidade urbana. Deste modo, o transporte coletivo é visto pelo MPL como um direito básico que permite acessar direitos fundamentais, como saúde, educação, habitação e lazer. Esta pauta congrega diferentes grupos sociais (trabalhadores, estudantes universitários e secundaristas, pesquisadores, artistas e etc.) e as próprias manifestações que assumiram diversos caracteres (marchas, ocupações de espaços públicos, terminais, bloqueios de avenidas, ruas e pontes) expressam a necessidade de se discutir as diversas formas de se viver e usufruir da cidade. As questões estruturais com implicações diretas no cotidiano dos sujeitos nas cidades passaram a ser ponto de pauta e ampla discussão, tais como: transporte urbano nas periferias; readequação da lógica de transporte das cidades, priorizando o transporte coletivo; adoção da tarifa zero para os

trabalhadores; estatização do sistema de transporte público; direito dos trabalhadores em se apropriar e usar os espaços públicos; combate à construção do modelo de cidade segregador socioespacialmente.

O MTST: REFORMA URBANA E O DIREIRO À CIDADE

A formação do MTST ocorre como outra forma de combater as diversas facetas do território do capital no espaço urbano. Durante as décadas de 1970, 1980 e 1990 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) avançou significativamente no combate aos territórios capitalistas do espaço agrário brasileiro. No entanto, especialmente na década de 1990, deram um importante passo no sentido de promover lutas para além da dicotomia cidade-campo. As cidades são, por excelência, espaços de confrontos políticos diversos (racismo, feminismo, sindicalismo, expropriações, violência, condições de vida), mas a necessidade de se promover uma luta mais articulada e respaldada no âmbito da classe trabalhadora para além dos sindicatos ainda se apresentava como uma necessidade.

As discussões estruturais, a contestação do sistema político-econômico e social, a construção de um projeto político pautado pelos ideais emancipatórios e os lastros espaciais e territoriais emergem com o surgimento do MTST, que surge descortinando as metrópoles brasileiras como espaços em disputa, *habitat* das contradições do capitalismo e expressão geográfica da lógica sociometabólica do capital, denotando as múltiplas faces de estranhamento, perversidade, fetichização e demais processos desumanizadores do capitalismo. Em contrapartida, a construção popular da cidade, que é uma forma de resistência, é objetivada e relida como espaço das classes populares construído como totalidade, para a reprodução da vida, almejado e planejado especialmente pelo potencial re-humanizado das relações socioespaciais emancipatórias.

Diante deste amplo conjunto de problemáticas é que surge o MTST. Conforme o próprio nome aponta, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) é um movimento composto por trabalhadores em diversas condições e perfis: operários, subempregados, desempregados, migrantes, etc. Apesar do perfil diferenciado, todos em torno da mesma problemática, ou seja, a falta de moradia própria e digna. Compreendendo que o modelo da cidade capitalista é o principal responsável por arremeter a população pobre para as regiões periféricas com baixo acesso e mais baratas. Contudo, contraditoriamente, assim como no par expropriação-luta pela terra no campo, as condições adversas somadas às identidades coletivas permitiram a amplificação das articulações necessárias para a formação do MTST, que tem suas origens nas ações do MST, que promoveram a mobilização e organização de pessoas para luta pela moradia no final da década de 1990.

A luta por moradia vem trazer para dentro do MTST uma necessidade de se lutar pelo território da classe trabalhadora. Defesa e ofensiva passam a ser elementos centrais na lógica estratégica que permeia o repertório das ações do MTST tal como o MST realizava no campo. Evidenciando constantemente a moradia enquanto um elemento vital para a reprodução do trabalhador é que o MTST passa a ir para além da concepção fetichizada que os demais agentes produtores do espaço dissimulam, pois esta ocupa relação intrínseca à reprodução social, identitária, de classe, qualidade de vida, etc. Assim, esta luta torna ainda mais viva a percepção das contradições⁶ criadas pelo sistema metabólico do capital, especialmente no tocante ao seu caráter desumano. A crítica não se restringiu também somente à falta de moradia, mas ao sistema parasitário de alugueis que vive às custas da classe mais explorada: trabalhadora. Tal horizonte reforça a necessidade de ir para além do “morar”, mas da moradia enquanto um território e direito humano.

⁶Ao contestar as ações do capitalismo, o movimento destaca que “tudo é transformado em mercadoria, inclusive nós próprios e nossos direitos” (MTST, p. 3).

A consolidação do MTST o caracterizou como movimento autônomo, com práticas e estratégias próprias, em um projeto político com críticas contundentes à produção capitalista do espaço urbano em defesa do Direito à Cidade. As primeiras pautas giravam em torno do combate à especulação imobiliária, ao abandono de prédios, terrenos e na falta de políticas habitacionais eficientes que tivessem como eixo central a garantia do direito à habitação, articulado com o direito à cidade para a classe trabalhadora. Tais pontos ainda se mantêm, mas coadunados em um projeto mais estruturado que coloca a ampliação da democracia participativa na gestão das cidades, tendo como “objetivo a luta contra o Capital e o Estado que representa os interesses capitalistas”⁷, focando no estímulo e valorização das iniciativas autônomas, na construção de formas de organização e decisão.

Apesar de, a priori, o MTST apresentar a luta por moradia como principal pauta política, o movimento aponta que o seu programa é mais amplo, passando por condições dignas de vida, pois a noção de dignidade acresce também o direito por educação, saúde, transporte coletivo, infraestrutura básica, lazer e assistência, entre outros. Esta concepção só se viabiliza pela realização de uma Reforma Urbana que altere o modo como as cidades estão organizadas, especialmente suas lógicas, que hoje estão voltadas para o mercado, o lucro e as empresas, pois são estas que permeiam os mesmos agentes e ações que promovem a expulsão das populações mais pobres e os processos especulativos. Neste caso, a única possibilidade de concretizar o Direito à Cidade é pela luta em defesa de um projeto territorial popular para a cidade que é conquistado a partir da ação direta e pela conflitualidade.

É por isso que as formas de ação do movimento estão centradas justamente nos agentes de produção de espaços antagônicos a si⁸. Assim, suas respectivas ações são pautadas por uma concepção de enfrentamento direto, de pressão aos demais

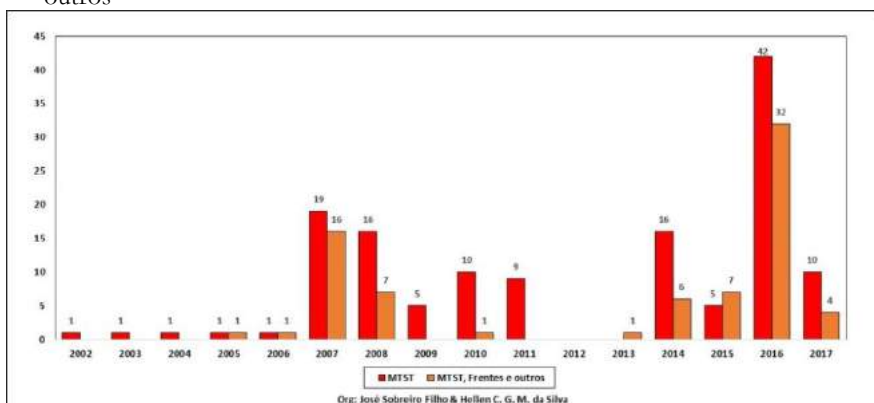
⁷ MTST (p. 3).

⁸ Segundo MTST (p. 5), suas ações estão centradas na luta contra os inimigos.

agentes de produção do espaço. Dentre as várias formas de ação, destacam-se pela reincidência: as ocupações de terras urbanas; as ocupações de prédios abandonados/desocupados; ocupações de prédios de órgãos públicos; marchas; manifestações em locais públicos e bloqueios de rodovias e avenidas.

Ao tomarmos base de dados sobre confrontos políticos⁹urbanos, observamos que entre 2002 e 2017 (Gráfico 1) somam 137 ações diversas realizadas somente pelo MTST: manifestações, bloqueios, acampamentos, formações, manifestações/greves, ocupações e marchas. Ao relacionar o MTST e as frentes (Povo Sem Medo e Brasil Popular) com outras organizações, temos 76 ações diversas realizadas no mesmo período: acampamentos; acorrentamento; bloqueio de rodovia; marchas; manifestações e ocupações, mostrando que a opção política do movimento para o avanço de sua pauta para as cidades é a ação direta e a conflitualidade.

GRÁFICO 1 – Ações realizadas pelo MTST e conjuntas entre MTST, frentes e outros



Fonte: Organização: José Sobreiro Filho e Hellen Mesquita da Silva.

⁹ Esta base de dados encontra-se em etapa de compilação de dados e resgate das ações referentes aos períodos anteriores a 2017.

Dentre as diversas ações que o MTST tem voltadas para o espaço e o território, vale destacar que a organização das ocupações para a constituição de um acampamento, além de ser uma das mais notáveis também é a principal forma de luta e resistência, bem como enquanto espaço de socialização política e, portanto, formação da consciência individual e coletiva enquanto movimento. Compreendendo a complexidade, a importância e também o desafio que é realizar uma ocupação, o próprio MTST tem metas comuns a todos os acampamentos, sendo elas: Formação de novos militantes; Organização e mobilização coletiva; Territorialização e Referência nas comunidades.

Tais metas refletem também a importância de suas estruturas e ações no processo de politização dos sujeitos. Os acampamentos cumprem importante papel por ser o espaço de socialização política onde este processo ocorre. Esta é realizada tomando como referência principal as bases materiais e relacionais nas quais estes sujeitos se encontram, ou seja, o espaço urbano, as relações, os equipamentos urbanos, a infraestrutura e a produção do espaço em geral, a identidade, a dignidade e a ressocialização destes sujeitos para os espaços de migração, o cotidiano, etc., Tratados na linguagem popular e cotidiana, são elementos que têm importante papel na conformação deste processo. Ainda durante o mesmo período temos em torno de São Paulo o registro de 30 acampamentos em diferentes municípios: Campinas, Embu das Artes, Guarulhos, Itapetecica da Serra, Mauá, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, São Paulo, Sumaré e Taboão da Serra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades são o resultado da contradição entre a produção capitalista autoritária, que tem como matriz a necessidade de reprodução cada vez mais ampliada dos lucros, e os projetos territoriais populares que têm como base a produção da cidade em sua totalidade, como espaço de reprodução e recriação da vida. No

contexto das cidades dos países periféricos, esta contradição é um elemento estrutural e a sua superação só pode se dar, no atual nível em que se encontram as disputas das classes por projetos territoriais diferentes para as cidades, por meio da conflitualidade.

A fase marcada pela aproximação das classes populares do Estado para o planejamento das cidades e definição de políticas públicas participativas, construídas a partir do modelo *button-up* que caracterizou os governos progressistas dos anos 1990 e 2000, teve como mérito ter gerado uma aprendizagem territorial nos grupos sociais que passaram a ter no seu horizonte o projeto de cidade a partir das suas dinâmicas territoriais. No entanto, elas encontraram seus limites e, após isso, regrediram significativamente.

O final da década de 2000 e a década de 2010 marca o abandono do projeto de conciliação nas cidades e o fortalecimento do entendimento que o Direito à Cidade não pode se expressar apenas nos planos e projetos das cidades, mas tem que ser uma conquista que tenha no horizonte a produção de territórios populares nas cidades. Como tal, o processo de conquista protagonizado pelos movimentos que abordamos é a conflitualidade, que se dá por meio de ações diretas.

No caso do MPL, buscamos abordar a gênese e as vinculações deste movimento com a pauta do Direito à Cidade, enfocando como ele se ampliou pelo país e foi construindo uma estrutura organizativa capaz de atingir aos seus objetivos. Como frente única, este movimento produziu importantes mobilizações e enfrentamentos, tendo vitórias pontuais, mas significativas.

No que tange ao MTST, a sua pauta política não se reduz à moradia, mas compreende um projeto político mais amplo, cuja estrutura social e modelo de produção é regido sob a lógica capitalista e é o principal ponto de referência. Além desta questão mais estrutural, diversos outros direitos gravitam na órbita do Direito à Cidade: o problema da moradia no Brasil; as políticas que tratam a moradia não como um direito, mas como uma mercadoria; que tipo de cidades estamos morando; o modo como as cidades

crecem e a especulação imobiliária; a cidade do capital e suas alianças com o Estado; reforma urbana; infraestrutura; Plano Diretor e megaprojetos.

REFERÊNCIAS

GOHN, M. G. *Reivindicações Populares Urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.

LIBERATO, L. V. M. *A Guerra da Tarifa 2005: uma visão de dentro do Movimento Passe Livre em Florianópolis*. São Paulo: Faísca, 2006a.

_____. La guerre du prix des transports. *La Question Sociale*, Paris, v. 7, p. 104-125, 2006b.

MOVIMENTO PASSE LIVRE, MPL – São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 13-8.

_____. Aumento da tarifa em São Paulo. *Jornal Passe*, n. 4, nov. 2009.

MARICATO, E. Cidades no Brasil: sair da perplexidade e passar à ação. *Arquitextos* (São Paulo), v. 2, p. 069.04-069.04, 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, MTST. *Cartilha de Princípios*. 10 p.

SOBREIRO FILHO, José. *Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentions politics: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade, espaço-temporal no Brasil e Argentina*. 2016. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA: POLÍTICA SUSTENTÁVEL BRASIL-VENEZUELA

Antonio Carvalho FERREIRA¹

INTRODUÇÃO

A Amazônia – desde os anos 50, quando se iniciou o processo de descolonização afro-asiática– passou a ser vista como novo espaço de ação do capital. Visão essa consolidada pelos Estados brasileiro e venezuelano, que passaram a desenvolver políticas públicas e setoriais voltadas a promover o processo de instalação do capital na região; estruturando, para esse fim, redes de transportes, de energia, de comunicação e infraestrutura sem observar um modelo de desenvolvimento baseado na preservação e conservação do meio ambiente.

Estas políticas têm como resultados econômicos em países latinos: produção sem relação com as necessidades reais; exportações e importações nocivas à economia nacional; superutilização dos recursos humanos e matérias-primas em benefício das grandes multinacionais; desvalorização da força de trabalho e dos recursos naturais; e principalmente a não preocupação com a proteção ambiental, resultando num crescimento econômico desordenado. No plano social ressalta-se o agravamento do não emprego; da pobreza; das condições de habitação; da pouca oferta de educação, de saúde e de alimentação.

A presença desses novos atores sociais e situações não tão novas, juntamente com o entrelaçamento de interesses, mostram-se evidentes e desencadeadoras de novas necessidades na região.

¹ Mestre em Relações Internacionais pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA.
E-mail: macamazon2016@gmail.com

Dentre elas está a de agregar os Estados Nacionais cujos territórios integram a Amazônia, objetivando organizar uma política para a Amazônia Internacional, com base num modelo de desenvolvimento sustentável, emergente com maior intensidade a partir da década de 1970, quando uma nova ordem mundial se impõe.

É nesse contexto que o artigo analisa especificamente a relação entre Brasil e Venezuela, a partir do TCA, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, haja vista que este modelo de desenvolvimento tem gerado nova consciência ambiental, especialmente após a Conferência de Estocolmo (1972), quando a necessidade de um pensar ambiental em escala global começou a ser definido.

A partir de meados do século XX o processo de inserção da Amazônia ao capitalismo monopolista internacional promoveu uma reordenação espacial na região, com a definição de políticas que determinavam não só a presença do capital, mas fundamentalmente a presença do Estado que, de acordo com o modelo Keynesiano, adota a postura de intervenção, identificada nos dois países estudados, quanto à integração da região Amazônica, por razões de acumulação e legitimação.

Historicamente constata-se que as ações e políticas identificadas para a região tiveram prioritariamente caráter desenvolvimentista e foram instaladas sem o pensamento da Amazônia como região. Na verdade não foi elaborado um conceito em que o pensar fosse da problemática regional, levando em consideração as realidades de toda a Amazônia, lendo-se o espaço através das fronteiras.

Assim, busca-se identificar os limites e possibilidades de uma política integrada de desenvolvimento sustentável na área geográfica da Amazônia brasileira e da Amazônia venezuelana, com base no Tratado de Cooperação Amazônica, a partir de sua criação – o que poderá se traduzir em fortalecimento para ambos os países, com a construção de ações e políticas que busquem o desenvolvimento regional como alternativa frente à internacionalização da região.

O TCA E A TRANSIÇÃO INSTITUCIONAL PARA A OTCA

O TCA foi assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978, pelos oito países amazônicos: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. É um instrumento jurídico de natureza técnica que visa à promoção do desenvolvimento harmonioso e integrado da Amazônia, como base de sustentação de um modelo de complementação econômica regional que contemple o melhoramento da qualidade de vida de seus habitantes, a preservação, a conservação e utilização racional de seus recursos naturais.

O TCA também prevê a colaboração entre os países membros para promover a pesquisa científica e tecnológica e o intercâmbio de informações através da criação de centros de pesquisa e de infraestrutura de transportes e comunicação; a liberdade de navegação e proteção nos rios amazônicos; o incremento do comércio fronteiriço; a preservação do patrimônio cultural; os cuidados com a saúde e o incremento do turismo. Todas essas medidas devem ser adotadas mediante ações bilaterais ou de grupos de países, com o objetivo de promover o desenvolvimento harmônico dos respectivos territórios.

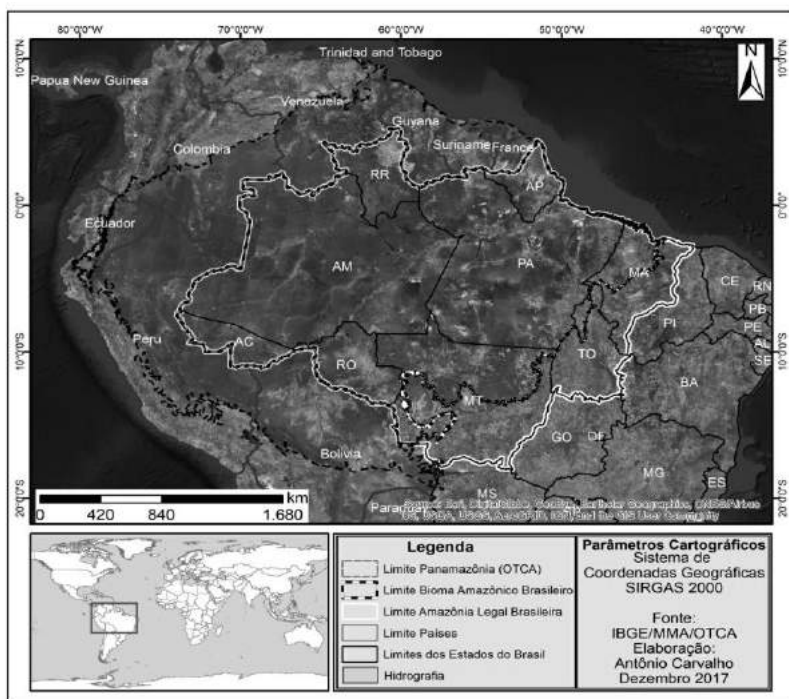
A OTCA foi estabelecida a partir da assinatura do protocolo de emenda ao TCA em Caracas, no dia 14 de dezembro de 1998. No entanto, o protocolo de emenda somente entrou em vigor quatro anos depois, após o último depósito do instrumento de ratificação pela Colômbia, em 2 de agosto de 2002.

Desde a assinatura do TCA em 1978 sua evolução política passou por fases distintas, ora de paralisia, ora de retomada e fortalecimento político até o momento atual que é de consolidação da OTCA.

Didaticamente, esta evolução político-institucional tem como destaque a fase de “Consciência Amazônica”, a partir da institucionalização e instalação da secretaria permanente da OTCA como mecanismo operacional, de modo a considerar que a partir de

então é que seus funcionários tiveram condições estruturais para efetivamente dar início aos trabalhos. Ao ser aprovado e assinado o acordo sede em 2002, a OTCA foi provisoriamente instalada no Itamaraty e posteriormente em 2005 para a sede própria em Brasília.

Considera-se que a OTCA é um Organismo Internacional porque é conformada por Estados Soberanos e foi instituída por um Tratado Constitucional, nomeado de Tratado de Cooperação Amazônica. Organizações Internacionais (OI) são sujeitos do Direito Internacional Público, cuja base jurídica se encontra no Direito dos Tratados, cuja disciplina regula a missão da Organização determinando suas competências, funções e obrigações aos Estados Membros.



AS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO DA OTCA EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As legislações do Brasil e da Venezuela avançaram na concepção de desenvolvimento sustentável definido pelo Relatório Brundtland, em 1987, como a necessidade de uma ética de uso racional dos recursos naturais para atender as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras (SILVA, 2006).

Ressaltam-se as contribuições do TCA e essencialmente do OTCA para estes avanços, os instrumentos de cooperação entre os referidos países, as estratégias espaciais, regionais e nacionais sobre o assunto e, por fim, as estratégias de cooperação entre os países. O desenvolvimento baseado no economicismo resultou numa postura antropocêntrica que fez do homem a medida de todas as coisas e de todas as partes do ambiente ao seu dispor.

Em 1972 realizava-se a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo/Suécia, considerada o marco histórico político internacional para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental. A Conferência de Estocolmo gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano e estabeleceu o Plano de Ação Mundial, com vistas a inspirar e orientar a humanidade para a preservação e melhoria do ambiente humano.

Constata-se que nos países em desenvolvimento como o Brasil e, neste estudo específico, a Venezuela, a adoção desse conceito de desenvolvimento implica considerar limitações da ordem de viabilidade econômica e social, pois ainda sobrevivem da economia primária, como agropecuária, mineração, garimpo dentre outros modos de exploração, e sua população que é formada na sua maioria por pobres, a quem o Estado não consegue garantir seus direitos básicos e que dependem de assistência social (VASCONCELOS, 2005 apud SILVA, 2006). E o autor prossegue:

Tal questão compromete a aceitação do padrão de desenvolvimento seguido pelos países mais ricos, não ecologicamente sustentáveis, com crescimento econômico

elevado, mas pouca preocupação com aspectos distributivos e com o impacto dos custos ambientais para as pessoas. Ressalta a autora que, nesses países, parte dos altos níveis de consumo é garantida pelo uso intensivo de recursos naturais dos países em desenvolvimento, frequentemente levando à destruição do ambiente, estendendo-se para além dos limites físicos e geográficos, ocorrendo o que se denomina como a internacionalização das externalidades (SILVA, 2006, p. 2).

Nesse cenário a sustentabilidade torna-se um importante discurso teórico à criação de ambiente favorável para a promoção de benefícios sociais, garantia de conservação da biodiversidade e a viabilidade de atividades econômicas compatíveis com as especificidades da área.

No entanto, os aspectos ambientais ainda estão pouco integrados na formulação de políticas públicas e o problema é agravado pela carência de informações sobre a extensão e a relevância dos problemas resultantes da degradação ambiental. Indica-se como provável solução a criação de sistemas de indicadores ambientais que compilem dados obtidos pelas agências de controle que poderia facilitar essa integração, definindo áreas prioritárias de ação. Essa série de problemas levou ao questionamento do atual sistema de gestão, baseado nos instrumentos de comando e controle.

Outra solução proposta é a utilização de instrumentos econômicos que vem sendo considerada como alternativa economicamente eficiente e ambientalmente eficaz para complementar as restritas abordagens de comando e controle e/ou direcionar investimentos e políticas públicas levando em consideração a preservação do meio ambiente.

Os instrumentos de controle como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) não criam normas determinantes de comportamentos obrigatórios. Voltam-se à indução de comportamentos preservacionistas do meio

ambiente na medida em que atuam diretamente nas licenças e nos custos de produção e consumo dos agentes. Outros instrumentos econômicos utilizados foram: incentivos creditícios e fiscais, subsídios, tarifas de recuperação de custos, sistemas de depósito-reembolso, cobrança pelo uso do recurso, tributação convencional e instrumento de demanda final, podendo-se destacar a experiência de Brasil e Venezuela na adoção de um ou mais dos instrumentos econômicos supramencionados.

O setor de gestão ambiental vem se aprimorando nestes dois países. Tendo como base a democratização, o olhar internacional sobre a forma política da prática de preservação na região, bem como o avanço de tecnologias e urbanização, a ideia de uma conscientização ambiental é uma constante. Entretanto, na prática ainda não tem surtido o efeito esperado de realocação de recursos orçamentários, ficando o setor ambiental em segundo plano frente a outros setores de maior urgência nas políticas econômicas desses Estados.

Em que pese os instrumentos econômicos constituírem-se tanto em complemento quanto em substitutos imediatos para ineficientes e ultrapassados procedimentos regulatórios do tipo “comando e controle”, Motta (1996) identifica, nos países, algumas restrições e problemas frequentes que limitam sua efetiva implementação, tais como: as dimensões sociais dos instrumentos econômicos, em razão da trilogia “distribuição x pobreza x incidência de tributos” e o fato dos países integrantes do TCA possuírem um dos níveis mais altos de desigualdade do mundo; a possibilidade de adoção de instrumentos econômicos implicarem em efeitos adversos aos seus objetivos; a conexão existente com reformas econômicas, o que pode ajudar ou prejudicar a implementação dos instrumentos econômicos; a fragilidade institucional, como insuficiência de recursos, jurisdição mal definida ou falta de vontade política; e, por último, falta de infraestrutura e base institucional forte, visto que as estruturas tradicionais de “comando e controle” são insuficientes. Segundo o autor “o desafio

é fazer dos instrumentos econômicos (IEs) uma ferramenta útil, considerando a atual fragilidade institucional e as restrições de ordem macroeconômica e social” (MOTTA, 1996, p. 48).

Mesmo diante da existência de mecanismos de controle de degradação ambiental e diversas políticas públicas implementadas, sem que seja dada a devida prioridade dos Estados, torna-se um desafio para a sociedade global e local encontrar a praticidade dessa sustentabilidade. O uso sustentável de recursos pode ser conduzido apenas com critérios tecnocráticos, já o desenvolvimento sustentável necessita da participação efetiva do homem, pois são envolvidos valores socioculturais que fluem do seu interior. Assim, entendemos que o desenvolvimento sustentável tem dimensão política, legitimada na participação democrática da comunidade, com escolha de estilos e padrões de vida e respeito ao meio ambiente.

O território é entendido como identidade cultural, ou seja, da relação que o homem desempenha no seu e com o seu espaço vivido; segundo é, sobretudo, uma identidade territorial, ou seja, tem como referencial primordial na sua construção e representação, a condição geográfica, relações concreto-simbólicas, imaginárias e que se define sua identidade territorial como espaço de referência identitária, ocorre processo histórico ligado à reestruturação regional (SANTOS, 1996).

A Amazônia seja do lado do Brasil seja da Venezuela enquanto território sofre mudanças ocorridas no campo econômico, político e social, o que vêm construindo nova significação no espaço, sinalizando novas feições no processo de inserção humana. No contexto, Santos(1996) afirma que o espaço geográfico é resultante da perspectiva histórica que evidencia a presença de inúmeros atores que vivem em condições de sobrevivência diferenciada, e nesse caso as relações sociais manifestas implicam cada vez mais na dinamização dos significados por ele assumido.

Beni (2004, p. 61) destaca, com propriedade, que localidades com recursos naturais podem sofrer com a pressão antrópica. Há a

necessidade de conservação desses recursos, considerando a aplicação de normas ecológicas que devem, obrigatoriamente, estar presentes em toda metodologia de formulação de políticas de desenvolvimento.

O desafio da sociedade contemporânea é reverter o atual quadro caracterizado por políticas de descontinuidades e iniciar um processo de saber compartilhado. Deixa-se claro que “a participação emerge nesse cenário como um elemento de contracultura; mas provavelmente constitui a única garantia ética de sustentabilidade de um processo efetivo de desenvolvimento” (IRVING, 2002, p. 39). No entanto, o que não se pode desconsiderar é o modo errôneo como os donos do capital encaram as políticas públicas, ou seja, buscando a mais valia como alternativa de desenvolvimento econômico e, não raro, negando a existência e a sobrevivência de quem está na ponta desse processo produtivo, os residentes locais de áreas potenciais para a atividade. Portanto, o sucesso das ações que devem conduzir ao desenvolvimento sustentável dependerá em grande parte da influência da opinião pública, do comportamento das pessoas e de suas decisões individuais. A OTCA pode fomentar a discussão sobre desenvolvimento sustentável nos países-membros do tratado amazônico, pois dispõe atualmente de diversos programas e projetos em parceria com outros organismos internacionais, além de se preocupar com a articulação com a sociedade civil. O debate sobre possibilidades de desenvolvimento sustentável na Amazônia “requer a análise do papel do TCA, como um instrumento de integração regional e mecanismo paraestatal de políticas públicas” (ARAGÓN, 2002, p. 8).

O impacto e o papel preponderante que o TCA pode e deve jogar no atual processo de globalização dependem, em parte, da superação pelos países signatários de seus próprios conflitos (fundamentalmente internos) para pôr em prática os princípios que regem o Tratado, assim resumidos em seu Artigo Primeiro onde afirma que:

Às partes contratantes convêm em realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo que essas ações conjuntas produzam resultados equitativos e mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios (Art. I do TCA).

A iniciativa dos países signatários de fortalecer o TCA foi saudada pela maioria dos autores da área, por se tratar de um comprometimento maior com os objetivos do Tratado, além de facilitar sua inserção no Direito Internacional, através de um organismo multilateral, como pessoa jurídica e assim poder programar diversas parcerias. Em nível operacional, a OTCA se configura como um foro permanente de consultas, articulação entre os países e promotor de projetos de desenvolvimento sustentável para a região Amazônica. A organização pode atuar conjuntamente com as agências e órgãos responsáveis pela coordenação, implementação e acompanhamento de programas e projetos de cooperação técnica dos Países Membros.

A OTCA representa o maior esforço de integração sub-regional na história da Amazônia, por meio do qual será possível acordar os princípios básicos que nortearão o desenvolvimento da região Amazônica (ARAGÓN, 2002). Sob a perspectiva regional, a OTCA surge em meio a outros organismos como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade do Caribe que, embora dotados de missões diferentes, são importantes interlocutores e representam dimensões complementares para alcançar os propósitos de desenvolvimento dos Países Membros.

O estabelecimento do TCA, em 1978 na forma pioneira como foi tomada, trabalhava a expressão desenvolvimento harmônico da Pan-Amazônia, antes da formulação do termo desenvolvimento sustentável ter sido criada em 1987. Durante a pequena reforma do TCA, na emenda que aprovou a criação da Secretaria Permanente, não houve reformulação jurídica do termo,

atualizando-o. Mesmo assim o discurso deste novo paradigma foi incorporado tacitamente à prática das reuniões e com a criação da OTCA não podia haver outra estratégia de desenvolvimento que não esta. Enquanto definição não há divergências quanto ao que é apresentado pela OTCA e o que foi preconizado pelos teóricos do desenvolvimento sustentável. Citamos os trechos a seguir como exemplo:

Declaração da Amazônia (1989): Firmou o desenvolvimento sustentável como interesse comum, reiterando que o patrimônio amazônico deve ser conservado por meio da utilização racional dos recursos da região para que as gerações atuais e futuras possam aproveitar os benefícios desse legado da natureza (TCA: Amazônia sin mitos, 1992).

O princípio cardinal de desenvolvimento sustentável para a Amazônia deve ser o bem-estar de seus habitantes e a satisfação de seus interesses legítimos, deve assegurar a manutenção de seus ciclos naturais, de seus recursos naturais renováveis e de sua biodiversidade biológica. Tal desenvolvimento para ser sustentável, para além do plano ecológico, deve assegurar também que subsistirão as comunidades humanas, ou seja, deve ser socialmente sustentável. Somente um desenvolvimento assim pode assegurar a salvação para a Amazônia, melhorar a qualidade de vida dos povos, aproveitando sustentavelmente a rica herança cultural e natural que hospeda o bioma mais importante do planeta e o coração do país: a Amazônia.

No preâmbulo do plano estratégico da OTCA consta o compromisso social de aumentar a capacidade das populações locais de usufruir os benefícios gerados pelas iniciativas desenvolvidas, na forma de geração de emprego e renda, como parte das metas governamentais de luta contra a pobreza, em consonância com os Objetivos e Metas do Milênio das Nações Unidas e o Programa 21, estabelecidos na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável.

Em 2004 foi aprovado o Plano Estratégico da OTCA, que seria o mecanismo a dar o tom sobre como promover e fazer

Desenvolvimento Sustentável, segundo os mandatos dos países membros para a Organização. O Plano é instrumento de orientação do trabalho de médio prazo, no qual foram inclusos os resultados dos mandatos dos países signatários, estabelecendo em quais áreas a OTCA tem competência de atuação como órgão executivo, para orientar a formulação, a execução e o acompanhamento de projetos, programas e iniciativas viáveis de alcance regional, visando avançar em seus propósitos.

O Plano estratégico reafirma o compromisso desta organização com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e informa ainda que a decisão dos Governos dos Países Membros de criar a OTCA e sua Secretaria Permanente está dirigida a fortalecer institucionalmente a coordenação e a ação conjunta frente às demandas da região Amazônica e representa uma demonstração inequívoca da prioridade que outorgam os oito países membros a esse mecanismo de cooperação regional e a necessidade de criar uma visão comum do desenvolvimento sustentável amazônico.

Dentro do enfoque estratégico da Organização foram estabelecidos quatro eixos estratégicos para a promoção do desenvolvimento sustentável: 1) Conservação e uso sustentável dos recursos naturais; 2) Gestão do conhecimento e intercâmbio tecnológico; 3) Integração e competitividade regional; 4) Fortalecimento institucional. Tais eixos devem ser articulados de forma transversal junto a seis áreas programáticas, quais sejam: a) Água; b) Florestas, Solos e Áreas Naturais Protegidas; c) Diversidade Biológica, Biotecnologia e Biocomércio; d) Ordenamento Territorial, Assentamentos Humanos e Assuntos Indígenas; e) Infraestrutura Social: Saúde e Educação; e f) Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicações.

A OTCA executa mais de 20 programas e projetos em parceria com diversas instituições, organismos internacionais e agências de cooperação, alguns países extra- membros como a Holanda, Alemanha e Grã-Bretanha, além dos países membros através das Comissões Nacionais Permanentes (CNPs). Dentre os

programas, alguns se destacam por envolver maior amplitude de ação da OTCA nos últimos anos (2004 a 2010), como o projeto Fortalecimento da Gestão Regional Conjunta para o Uso Sustentável da Biodiversidade Amazônica; o projeto Manejo Integrado e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços na Bacia do Rio Amazonas, considerando a variabilidade e as mudanças climáticas; o projeto Uso Sustentável e Conservação dos Bosques e da Biodiversidade na Região Amazônica; a construção da Agenda Regional Indígena (legitimar e integrar as políticas públicas em benefício dos povos indígenas); A criação da Rede Pan-Amazônica de Tecnologia, Ciência e Inovação em Saúde; e a abertura de diálogo para a Iniciativa: Destino Amazônia 2009.

A Secretaria Permanente da OTCA é fortalecida, em novembro de 2009, por ocasião da Cúpula dos Presidentes Amazônicos, da qual emanou a Declaração sobre a OTCA. Chefes de Estados decidiram dar a OTCA um papel renovado e moderno como fórum de cooperação, reconhecendo ser o desenvolvimento sustentável da Amazônia uma prioridade, por meio de uma administração integral, participativa, compartilhada e equitativa, como forma de dar uma resposta autônoma e soberana aos desafios ambientais atuais.

Dentro do discurso sobre desenvolvimento sustentável no âmbito da OTCA e para cumprir os objetivos desta pesquisa, analisando o papel dos países Brasil e Venezuela, cabe mencionar a importância de um mecanismo de aplicação do TCA que são as Comissões Nacionais Permanentes (CNPs) dos Países Membros.

Na Declaração sobre a OTCA aprovada em 2009, em Manaus/Brasil, os Presidentes dos países amazônicos reafirmaram a importância que, de acordo com o artigo 23 do TCA, os Países Membros estabeleçam ou reativem as Comissões Nacionais Permanentes como instâncias encarregadas de aplicar as disposições do TCA, executar projetos e programas e implementar as decisões adotadas pelas reuniões de Ministros de Relações Exteriores e pelo Conselho de Cooperação Amazônica em seus países. Têm o

propósito de reunir todas as entidades responsáveis pelo desenvolvimento e cooperação amazônica em seus respectivos territórios. As Chancelarias presidem as Comissões Nacionais Permanentes.

Assim compreendida esta comissão é fundamental para um maior concerto e articulação institucional e estratégica dos objetivos do Tratado de Cooperação, pois enquanto instância local da OTCA pode proporcionar aos Países Membros um maior engajamento em termos de formulação de políticas públicas de caráter transversal e articuladas coma questão da Amazônia dentro de seus próprios países. Ressalte-se que as CNP's são presididas pelos respectivos ministros das relações exteriores de cada país.

O caráter multissetorial das CNPs, onde as Comissões Especiais da Amazônia têm um importante papel em suas áreas de competência (ciência e tecnologia, saúde, meio ambiente, assuntos indígenas, turismo, educação e transportes, comunicações e infraestrutura), permitirá realizar de maneira integral e complementar as ações nos diferentes eixos estratégicos e dos elementos transversais contemplados no Plano Estratégico e os espaços de intervenção dos programas da SP/OTCA.

No Brasil a Comissão Nacional Permanente do Tratado de Cooperação Amazônica é constituída por vários Ministérios.

Na Venezuela a CNP é composta, além de Ministérios, por outras instituições de caráter Federal, quais sejam: 1) Escritório Central de Coordenação e Planejamento da Presidência; 2) Ministério das Relações Exteriores; 3) Ministério da Saúde e Assistência Social; 4) Ministério do Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis; 5) Ministério da Educação e Cultura (direção de assuntos indígenas); 6) Ministério da Produção e Comércio (Vice Ministério do Turismo); 7) Ministério do Fomento; 8) Ministério de Transporte e Comunicação; 9) Ministério da Fazenda; 10) Ministério da Defesa; 11) Ministério da Agricultura e Terras; 12) Ministério da Justiça; 13) Ministério de Energia e Minas; 14) Conselho Nacional de

Pesquisas Científicas e Tecnológicas; e 15) Corporação Venezuelana de Guayana.

A criação destes organismos, e principalmente da OTCA, de forma geral demonstra que o TCA se trata de um acordo-quadro flexível, capaz de nortear matrizes coerentes para o desenvolvimento da cooperação regional e assim as estratégias que os Países Membros adotam em relação ao desenvolvimento para a Amazônia e as iniciativas e estratégias de cooperação entre os países-membros são importantes e se destacam. Tais iniciativas devem ser articuladas dentro da ótica de desenvolvimento sustentável da OTCA, como veremos a seguir.

BRASIL E VENEZUELA: ESTRATÉGIAS DE COOPERAÇÃO À LUZ DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A troca de serviços e mercadorias entre as nações tem aumentado de tal forma que, nas duas últimas décadas, supera o crescimento da produção mundial. A origem desta troca entre as nações está no fato de os Estados não produzirem todos os bens de que necessitam, seja por falta de condições, seja por falta de interesse.

A fim de obter maiores vantagens no mercado internacional, os países procuram especializar-se na produção de bens valorizados em outros polos de consumo e por eles gerados com maior eficiência. Estados de clima quente, por exemplo, são tradicionalmente grandes exportadores de alimentos tropicais para as regiões de clima frio.

As nações mais ricas, como EUA, Alemanha e Japão, possuem parques industriais desenvolvidos que viabilizam a fabricação de bens de alta tecnologia. Assim, com cada país investindo em setores que têm maior vantagem e excluindo os demais, o comércio se tornou fundamental para a vida econômica

das nações e é um dos elementos centrais do processo de globalização.

Criado em 1991, o Mercado Comum do Sul é composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, países sul-americanos que adotam políticas de integração econômica e aduaneira. Até agosto de 2011 a Venezuela ainda não fazia parte do MERCOSUL.

Ressalte-se que esta busca pela integração regional encontra resistências, a exemplo do ocorrido quando foi celebrado o acordo entre a Venezuela, o Brasil e a Argentina para a construção de gasoduto – através do qual a Venezuela forneceria gás ao Brasil e à Argentina, e que estaria pronto a partir de 2017 –que foi motivo de protesto por parte dos presidentes do Uruguai e do Paraguai, membros do MERCOSUL que uniram suas vozes para deixar claro que “assim como está, o MERCOSUL não serve”, pela prepotência dos sócios maiores.

Em que pese os choques e conflitos comerciais com alguns países da América do Sul, Brasil e Venezuela, segundo os dados disponíveis acerca da relação entre ambos levam à seguinte conclusão: nos últimos anos, as relações políticas bilaterais conheceram um surto de adensamento superior ao que se verifica entre estes países e outros parceiros.

Esta convergência pode ser explicada através da visão estratégica externa adotada pelos países sob parâmetros como: o conceito de globalização assimétrica como correção ao conceito neoliberal de globalização benéfica; o conceito político e estratégico de América do Sul; o reforço do núcleo central robusto da economia nacional como condicionante da interdependência global; a percepção de nocividade da ALCA, caso se estabeleça sem as condicionantes anteriores e sem reciprocidade comercial efetiva, entre outros.

Os acordos entre Brasil e Venezuela vão desde o fornecimento de tecnologia para aprimoramento da produção de milho, soja e carne até uma carta de intenções que se destina à questão dos sobrevôos nos dois países.

Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez assinaram em 2008, em Caracas, na Venezuela, 21 acordos nas áreas energética, industrial, agrícola, tecnológica, ambiental e educacional.

Ainda na área energética, os dois países acertaram a troca de energia entre as usinas hidrelétricas de Guri, na Venezuela, e Tucuruí, Belo Monte, no estado do Pará, Brasil.

Esse projeto ainda depende da construção de uma linha de transmissão entre os dois países. A compra de gás natural liquefeito da Venezuela está prevista para depois de 2014. Os dois presidentes ressaltaram a necessidade de integração entre os países da América Latina para fortalecer a economia da região.

À época, o presidente do Brasil disse na solenidade que já não existe mais desconfiança do empresariado brasileiro para investir na Venezuela.

Os presidentes Lula e Chávez se comprometeram a trabalhar juntos para a conservação do meio ambiente, da Região Amazônica e para fortalecer a economia da fronteira entre os dois países.

A Venezuela vai fornecer ao Brasil uma linha de conexão por fibra ótica para ampliar o acesso à internet de alta velocidade no Norte do país. Os dois países também vão trocar experiências de tecnologia na área de TV digital.

O Brasil vai ajudar a Venezuela a desenvolver suas áreas industriais e agrícolas por meio dos escritórios da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Outro acordo visa garantir a segurança das aeronaves que sobrevoam a região de fronteira entre os dois países.

Também foi firmado acordo para regulamentar o intercâmbio de pessoas condenadas para que possam cumprir as sentenças em seus países de origem.

Atualmente a Venezuela vive o agravamento da crise energética acentuada pelo desabastecimento de alguns alimentos e

também de água. O Brasil se comprometeu também a colaborar para o fornecimento de energia ao país.

Os acordos de cooperação com o Brasil contribuem para minimizar essas dificuldades enfrentadas pela Venezuela. Há parcerias para que os venezuelanos possam comprar azeite refinado brasileiro, além de memorandos de entendimento para eteno e polietileno.

Um acordo assinado no ano de 2010 representou um memorando de entendimento para supervisionar os planos bilaterais de cooperação e depois uma “ata compromisso” para estabelecer mecanismos de planejamento territorial tanto na faixa petrolífera do Orinoco como no litoral oriental venezuelano, que conta com jazidas de gás. A realização desta reunião foi estipulada em reunião trimestral, realizada entre Chávez e o presidente Lula.

A equipe brasileira foi liderada pelo ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro, e o embaixador do país na Venezuela, Antonio Simões.

Os presidentes assinaram ainda um acordo entre o Banco da Venezuela e a Caixa Econômica Federal (CEF) para aumentar o acesso a serviços bancários nos dois países.

Também foi assinado um ato que define a ampliação da venda de nafta, um derivado de petróleo, da empresa brasileira Brasken para a Petróleos de Venezuela SA (PDVSA). Atualmente, a empresa brasileira vende 500 mil toneladas do produto à Venezuela. O objetivo do novo acordo é aumentar as vendas para 750 mil toneladas.

Com a Embrapa, Lula e Chávez definiram que será realizada uma parceria para efetivar pesquisas agropecuárias na Venezuela e também para adiantar projetos que buscam a ampliação da colheita de soja na região de Valle de Quibor, no estado de Lara.

Os governos do Brasil e da Venezuela ainda devem ampliar os acordos bilaterais nas áreas de mineração e petróleo.

As negociações foram intensificadas a partir de fevereiro de 2011, quando o ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota se reuniu com o chanceler venezuelano, Nicolas Maduro, em Caracas. Patriota e Maduro vão examinar também projetos nas áreas de habitação, agricultura, indústria, energia e desenvolvimento fronteiriço.

As empresas do Brasil e da Venezuela mantêm ligações, principalmente, nos setores de mineração e construção civil.

No ano de 2010, o comércio entre os dois países atingiu US\$ 4,68 bilhões, com saldo positivo para o Brasil de mais de US\$ 3 bilhões, atualmente o Brasil é o terceiro parceiro comercial da Venezuela.

No que se refere aos acordos internacionais na área ambiental, Brasil e Venezuela assinaram na cidade de Caracas em 27 de junho de 2008, um memorando de entendimento entre o governo de ambos os países.

Este documento considera que ambos os países reconhecem a importância do desenvolvimento sustentável para proteger e melhorar o ambiente, saúde e o bem-estar das gerações presentes e futuras e de que a cooperação ambiental é mutuamente proveitosa.

Há referência também sobre o desejo de fortalecimento das relações Sul-Sul e de amizade entre os países. Afirma este documento sobre a necessidade de uma cooperação técnica mais profunda para proteger o meio ambiente.

Entretanto, segundo Batista (2009): “de acordo com o Ministério de Relações Exteriores – Divisão da América meridional IV, o posicionamento oficial com relação a este memorando de entendimento sobre cooperação ambiental, não havia iniciativas específicas no âmbito deste instrumento” (BATISTA, 2009, p. 36)

Ao longo da pesquisa também foi verificada a existência de acordos entre os Estados de Roraima/Brasil e Bolívar/Venezuela para a proteção dos espaços protegidos nas áreas fronteiriças,

habitados por populações indígenas ou não. Porém estas iniciativas carecem de medidas mais efetivas por parte dos dois países.

A instabilidade política e econômica vivenciada hoje por Brasil e Venezuela, a questão dos refugiados venezuelanos na fronteira norte de Roraima, as divergências político-ideológicas entre os atuais governos dos países, têm dificultado sobremaneira a integração sustentável entre as duas nações amazônicas à luz da sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que no âmbito do Direito Internacional Latino Americano o TCA representa a materialização de um foro regional voltado para a realidade local e que aponta diretrizes gerais para uma gestão que tenta combinar desenvolvimento, economia e meio ambiente, pode-se afirmar que o tratado se constitui num documento de referência que poderá inspirar e liderar iniciativas que objetivem organizar uma política para a Amazônia Internacional, com base num modelo de Desenvolvimento Sustentável envolvendo todos os oito países amazônicos.

Destaca-se que isso é um processo lento, pois só após 17 anos da concepção do TCA é que foi efetivada a mais importante ação derivada deste que é a criação da OTCA (1995), com funções específicas de promover os caminhos do desenvolvimento regional sustentável, que possibilitou nova caracterização ao tratado.

A OTCA representa a concretização da cooperação (intra)regional. Isso porque foi o órgão capaz de definir e direcionar políticas de desenvolvimento que atentam tanto para a cooperação externa, como para acordos externos objetivando a consecução do modelo de Desenvolvimento Sustentável, contendo principalmente o ponto de impulso e potencialização das estratégias de integração física e energética; além de consolidar um espaço privilegiado de relacionamento com oito dos doze países sul-americanos.

O setor de gestão ambiental vem se aprimorando no TCA, tendo como base a democratização, o olhar internacional sobre a forma política da prática de preservação na região, bem como o avanço de tecnologias da urbanização e a ideia de uma conscientização ambiental tem sido uma constante preocupação dos países amazônicos.

Assim, do ponto de vista jurídico são numerosos os decretos e resoluções gerados pelos países estudados, mas não foi possível identificar ações e políticas integradas realizadas por eles, tendo como pano de fundo a integração e sustentabilidade da região.

Desta feita, em que pese existirem marco legal como: as legislações nacionais, o tratado, demonstrando que a questão ambiental na Amazônia está teoricamente bem amparada, de fato o que ocorre é que as pressões da sociedade civil e em especial das ONGs, tanto nacionais quanto internacionais, é que obrigam aos Estados brasileiro e venezuelano a programarem algumas estratégias de desenvolvimento sustentável.

Neste contexto ressalte-se que as histórias do Brasil e da Venezuela possuem similitudes, ambas têm íntima relação com a busca e com o aproveitamento dos seus recursos naturais, que sempre contribuíram com importantes insumos para a economia nacional, fazendo parte da ocupação territorial e da história nacional.

Para efetivar a ocupação da Amazônia os governos brasileiro e venezuelano investiram igualmente no modelo de desenvolvimento baseado em polos de desenvolvimento, de forma a estruturar, ordenar e tornar os espaços produtivos, com investimentos em créditos e incentivos visando tornar os países mais competitivos na economia mundial.

Entretanto, tais ações até os dias atuais não levaram em consideração os interesses de todos os grupos que dividem este território, tendo como base uma política ambiental voltada para a sustentabilidade, o que perpassaria pela prática do planejamento participativo e da negociação entre os diferentes setores sociais

envolvidos, como instrumentos de solução de conflitos, para atingir o desenvolvimento desejado.

Nessa contextualização, deve-se considerar que ambas as sociedades, brasileira e venezuelana, carregam uma marca autoritária, com largas tradições de relações políticas paternalistas e clientelistas e longos períodos de governos não democráticos. Até hoje são sociedades marcadas por relações sociais hierarquizadas e por privilégios que reproduzem um altíssimo nível de desigualdade, injustiça e exclusão social, na medida em que boa parte da população não tem acesso a condições de vida digna, encontra-se excluída da plena participação nas decisões que determinam os rumos da política.

Fato é que ambos os países, apesar dos esforços legislativos apresentados na área ambiental, vêm priorizando uma estratégia de cooperação nas áreas comercial, energética e de defesa, que de alguma forma pode entrar em conflito com os dispositivos do TCA e da OTCA quanto ao desenvolvimento sustentável e à integração da região.

Concretamente, quanto ao desenvolvimento sustentável, existe um memorando de entendimento entre Brasil e Venezuela assinado na cidade de Caracas em 27 de junho de 2008, este instrumento considera que ambos os países reconhecem a importância do desenvolvimento sustentável para proteger e melhorar o ambiente, saúde e o bem-estar das gerações presentes e futuras e de que a cooperação ambiental é mutuamente proveitosa. Afirma este documento a necessidade de uma cooperação técnica mais profunda para proteger o meio ambiente. Entretanto no período estudado não verificamos nenhuma iniciativa concreta no âmbito deste instrumento.

Frente a esta realidade, o desafio posto é dar condições para o início de uma mudança social e um possível encontro de novos paradigmas que concilie conservação ambiental, solidariedade, justiça social e prudência econômica.

Assim, ressalta-se que para realizar ações e políticas de meio ambiente integradas, o êxito dos projetos a serem executados nas áreas dos tratados bilaterais para a consecução do desenvolvimento tendo como base a sustentabilidade, dependerá da decisão dos dois países em colocar a capacidade de suas instituições técnicas e os recursos financeiros necessários para sua implementação de programas e projetos concretos que tenham como prioridade o desenvolvimento sustentável. Caso contrário o TCA e a OTCA tornam-se apenas uma “carta de intenções”.

Desta feita, emerge a necessidade de se fomentar novos modelos de desenvolvimento baseados no planejamento regional e que possam formular estratégias capazes de promover o desenvolvimento sustentável local, tendo como base os princípios da solidariedade, introduzido pelo Direito Internacional latino-americano e presente no TCA.

Durante as últimas décadas foram criadas fundamentalmente medidas jurídicas que atenderam a motivos e propósitos parciais, muitas delas responderam a demandas momentâneas de caráter socioeconômico e político, enfim, tem-se avançado, sim, neste debate nos últimos anos, mas ainda fica um amplo caminho a ser percorrido e que hoje vem sendo dificultado pelas instabilidades vivenciadas nos dois países.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, L. E. Há futuro para o desenvolvimento sustentável na Amazônia? In: MELLO, A. F. de (Ed.). O futuro da Amazônia: dilemas, oportunidades e desafios no limiar do século XXI. Belém: Editora da UFPA, 2002.

BATISTA, F. L. Políticas e ações nos Espaços fronteiriços Brasil (Terra Indígena Raposa Serra do Sol) e Venezuela (Parque nacional de Canaima). 2009. Dissertação (Mestrado profissional Interinstitucional em Economia)-Programa de Pós-graduação em

Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2009.

BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. 10. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, BID. Amazonia sin mitos. Washington D.C: PNUD, TCA, 1992.

IRVING, M. A. Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas: tendências no contexto brasileiro. In: AZEVEDO, J. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002. pp. 47-68.

MOTTA, Ronaldo Seroa. “Instrumento econômico e política ambiental”. Revista de Direito Ambiental, n. 20, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2000.

ORGANIZACIÓN DEL TRATADO DE COOPERACIÓN AMAZÓNICA, OTCA. Base jurídica. Brasília, Secretaria Permanente, 2003.

_____. Boletim Eletrônico – Nº I a VIII. Brasília, 2004.

_____. Informe de Gestión: Síntese 2004 - 2007. Brasília, Secretaria Permanente, 2008.

_____. Informe de Gestión: 2007 - 2008. Brasília, Secretaria Permanente, 2010.

_____. Plan estratégico de la OTCA (2004-2012). Brasília, 2004.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Espaço e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. et al. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

SECRETARIA PERMANENTE DA OTCA. Relatório de Gestão da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica: síntese 2004-2007.

_____. Relatório de Gestão da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica 2007-2008.

SILVA, C. B. P. “Desenvolvimento sustentável: uma abordagem em construção no transporte público”. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. 2006.

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA, TCA. Programs and Projects of The Amazon Cooperation Treaty. Quito: TCA, 1992.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO SUDESTE PARAENSE: CONSTRUÇÃO, EXECUÇÃO E CONTRADIÇÃO

Andrielle Leal da SILVA¹

Mário VASCONCELLOS SOBRINHO²

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar o planejamento e a gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste do Pará (PTDRS). Busca-se apontar os principais elementos de sua construção e discutir as principais dificuldades na implementação do PTDRS tomando como base o seu Colegiado Territorial.

A região sudeste do Pará apresenta a particularidade de estar inserida em uma das mais importantes áreas de fronteira agrícola da Amazônia oriental desde década de 1970. A partir das políticas de integração nacional implementadas no período ditatorial (1965-1985) que, dentre outras ações implantaram o programa PIN/PROTERRA na região, somada à abertura do garimpo de Serra Pelada (1980), instalação de mineradoras, serrarias, siderúrgicas e grandes empreendimentos agropecuários, o sudeste do Pará foi até o final dos anos de 1980 o lócus de intensos processos de ocupação e conflitos fundiários. Entretanto, a partir dos anos 1990, esse quadro foi paulatinamente revertido, pois o próprio ambiente de conflitos no campo e as pressões exercidas pela sociedade civil (movimentos

¹ Engenheira Sanitarista e Ambiental (UFPA), Especialista em Ordenamento Territorial (NUMA/UFPA), Mestra em Ciências Ambientais (IG/UFPA).

² Economista, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), PhD em Estudos do Desenvolvimento (Swansea University) e Pós-Doutor em Gestão Pública e Governo (FGV/SP). E-mail: mariovasc@ufpa.br

sociais e representantes de agricultores familiares) demandaram para a região a implantação de um novo tipo de política pública para o campo.

Em 2003, em reunião promovida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) na cidade de Rio Branco (AC), se debateu a inclusão da Amazônia Brasileira nas políticas públicas territoriais de desenvolvimento sustentável do país. Entre os encaminhamentos desta reunião, criou-se um grupo de trabalho cooperado entre o Governo Federal e a sociedade civil para construir diretrizes que subsidiassem as estratégias de ações futuras para o desenvolvimento da região amazônica com base na valorização de suas características sociais, econômicas e ambientais. Como fruto deste grupo de trabalho foi criado o Plano Amazônia Sustentável (PAS), um plano estratégico regional com diretrizes teóricas e conceituais para elaboração dos planos sub-regionais como o PTDRS.

No mesmo período, o ordenamento territorial no Brasil e na Amazônia passou a ser materializado pelo Plano Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT). Este foi pensado dentro de um momento de mudança política no país, representado pela redemocratização, descentralização das políticas públicas e valorização dos anseios das coletividades locais. O PNOT foi consubstanciado no debate sobre reforma do Estado brasileiro de 1988 que propunha uma política descentralizada, democrática e de ações estratégicas no território nacional para o desenvolvimento regional sustentável e busca de equidade entre as regiões. Um dos objetivos do PNOT foi a formulação de um plano nacional de ordenamento territorial que fosse capaz de dirimir conflitos de interesse e imprimir uma trajetória convergente para o uso harmonioso dos territórios, em consonância com os objetivos do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2005, p. 03).

Foi dentro deste contexto que emergiram as bases para a elaboração e implantação do PTDRS que ocorreu também em 2003. Outros movimentos, entretanto, passaram a influenciar a implementação do PTDRS, além do PSA e do PNOT. Esses são: o

Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) e o Programa Território da Cidadania (PTC), que fez com que em 2008 fosse criado o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste Paraense (CODETER).

O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E O FORTALECIMENTO DAS COLETIVIDADES LOCAIS POR MEIO DOS COLEGIADOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (CODETER)

Segundo Delgado et al. (2007) e Corezolaet al. (2010), a abordagem territorial oferece outra perspectiva para o desenvolvimento: os diferentes atores locais pensam e decidem sobre o seu próprio futuro, suas demandas, seus projetos e formas de gestão das iniciativas, exigindo uma nova divisão de funções e de poder. Isto implica no fortalecimento dos grupos sociais locais e suas organizações, a prioridade para ações coletivas, a articulação e sintonia entre as diferentes dimensões: social, econômica, política, ecológica e cultural.

É neste sentido, tendo os territórios rurais como espaços de protagonismo, planejamento e gestão social de políticas públicas, que foi concebido o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) em 2003, sob a responsabilidade do MDA. A ideia era fortalecer a agricultura familiar, numa visão territorial. E em 2008, com o objetivo de ampliar essa visão, foi criado o Programa dos Territórios da Cidadania (PTC) com a finalidade de articular políticas públicas do meio rural, ligadas a 22 ministérios, a fim de reduzir a desigualdade social no meio rural, por meio do desenvolvimento equilibrado dos territórios, da melhoria da qualidade de vida e da garantia de direitos e de cidadania, entre outras ações, formando assim, os Colegiados de Desenvolvimento Territoriais (CODETER).

De acordo com Piraux et al. (2013), o CODETER é a instância de governança dos territórios que reúnem de forma

paritária instituições da sociedade civil e do poder público dos municípios e de entidades estaduais e federais. A unidade espacial de ação é o “território” e o Colégio Territorial é o ator institucional responsável pela governança da unidade. O Colégio Territorial não corresponde ao exercício do poder, este é estritamente limitado pela Constituição ao município, ao estado federado e à União. Isso quer dizer que as proposições e financiamentos de projetos definidos pelos CODETER têm que ser assumidos pelos governos municipais ou pelas entidades estaduais ou federais.

O PTDRS do Sudeste do Pará foi criado no ano de 2003 no âmbito da Política Territorial do MDA/SDT. Sua estrutura inicial de gestão era coordenada a partir da Comissão de Implantação das Ações Territoriais (CIAT), um grupo formado por organizações públicas e não governamentais responsáveis pela condução das discussões e ações relativas ao território sudeste paraense. E em junho de 2008 é criado o CODETER do Sudeste Paraense, organizado por uma coordenação executiva que está localizada no município de Marabá.

A estrutura de funcionamento dos CODETER é formada pelo plenário; presidente do colegiado; núcleo diretivo e técnico (NDT) e Secretaria Executiva. O presidente é escolhido entre os membros do NDT e a participação dos membros do CODETER deve ser voluntária e gratuita. Dentre os papéis do CODETER estão:

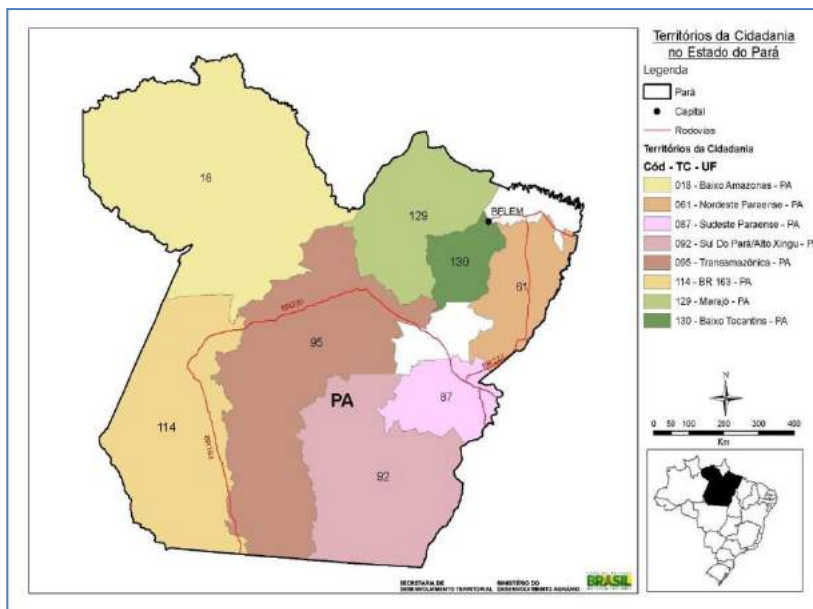
- I. Sensibilizar, comprometer, articular e coordenar os atores sociais do território, com vistas à construção coletiva de um Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável, elaborando uma agenda de prioridades, bem como a seleção dos projetos a serem implementados em cada fase do plano;
- II. Articular, apoiar e acompanhar os arranjos institucionais que, no âmbito do território, se responsabilizarão pela elaboração, implantação e operação dos projetos específicos;
- III. Estimular e apoiar a criação, estruturação e operacionalização de redes territoriais de prestação de serviços (assistência técnica,

- formação, tecnologias apropriadas, informação/divulgação, etc.);
- IV. Contribuir para a integração territorial, articulação intermunicipal, buscando estabelecer relações horizontais de cooperação e oportunidades;
 - V. Apoiar a elaboração de estudos e pesquisas, bem como a produção e edição de instrumentos de divulgação, informação e formação, que contribuam para o desenvolvimento territorial;
 - VI. Representar o território perante entes públicos e privados, nacionais e estrangeiros, visando à articulação de parcerias que objetivem o desenvolvimento territorial;
 - VII. Desenvolver e apoiar programas, projetos, ações e iniciativas voltadas para o desenvolvimento territorial;
 - VIII. Incentivar a qualificação e capacitação técnica dos seus membros e dos atores do território;
 - IX. Fomentar a criação e o fortalecimento de redes sociais de cooperação no território;
 - X. Articular-se com outros colegiados, fóruns, redes, universidades e outros organismos nacionais e internacionais com o propósito de construir relações de cooperação.

A FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS NO ESTADO DO PARÁ

No estado do Pará, para facilitar a articulação, planejamento e ação governamental, o Governo adotou uma subdivisão do estado em doze regiões de integração independentemente da criação dos territórios da cidadania em 2008. Contudo, para efeito do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PEDRSS) de 2013, o governo estadual assumiu a divisão proposta pelo 'Territórios da Cidadania' do Governo Federal no qual já haviam sido criados oito territórios em 2008 (Mapa1).

MAPA 1 – Territórios da Cidadania no estado do Pará



Fonte: SDT, 2012.

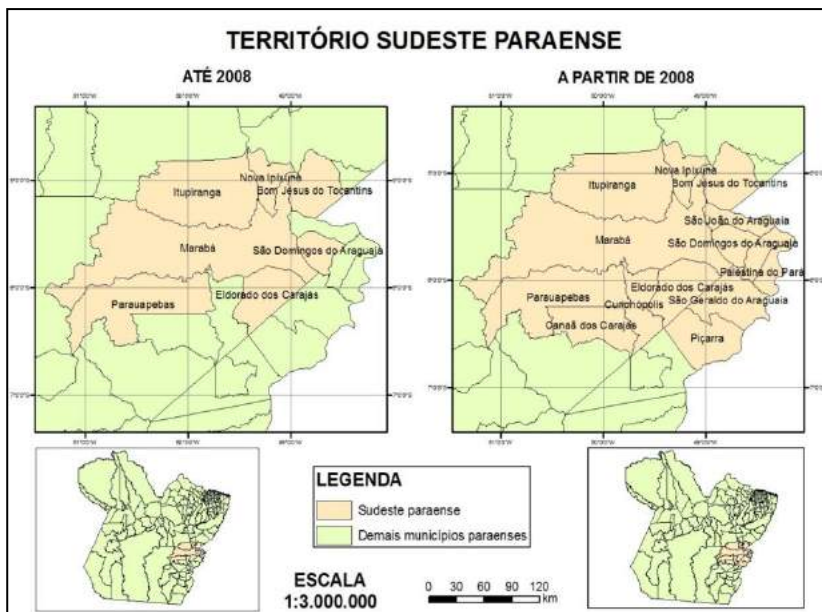
Dentre os objetivos dos Territórios da Cidadania, além da descentralização de políticas públicas, está o de definir pilares estratégicos para o desenvolvimento territorial sustentável e fortalecer a relação institucional federativa entre as esferas de governo federal, estadual e municipal. Além disso, busca uma melhor aproximação com a população local para identificar ações e políticas públicas adequadas às necessidades sub-regionais (BRASIL, 2013). Este objetivo exige uma pactuação na construção dos planos governamentais, que passam a ser estruturados a partir das necessidades sociais, identificadas nas demandas da população formuladas por meios de plenárias regionais e municipais.

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO SUDESTE DO PARÁ (PTDRS)

Nesta seção apresentamos o processo de materialização dos objetivos dos Territórios da Cidadania no PTDRS do Sudeste Paraense. Busca-se analisar: (a) como ocorreu a participação das coletividades locais no processo de elaboração e gestão do PTDRS estudado; (b) os agentes envolvidos neste processo e; (c) o processo de articulação entre os agentes envolvidos. Inicialmente realizamos uma breve contextualização sobre o território sudeste paraense para entender o porquê de sua inclusão nas políticas de ordenamento territorial do país. Em seguida, apresentamos o processo de elaboração e execução do PTDRS na região considerando a versão final do documento.

Criado em 2003, até 2008 o que foi denominado Território Sudeste era formado pelos municípios de Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Parauapebas, São Domingos e São João do Araguaia. Com o lançamento do Programa “Territórios da Cidadania” em 2008 foram acrescentados mais sete municípios: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Palestina do Pará, Piçarra e São Geraldo do Araguaia (Mapa 2). Atualmente possui uma superfície físico-territorial de 54.294,78 Km², ocupando 3,5% da área estadual. Possui uma população de 634.825 habitantes que lhe confere uma densidade demográfica de 12,7 habitantes por Km², sendo que 179.680 habitantes vivem na área rural, o que corresponde a 28,31% do total da população da região. Segundo dados do IBGE (2010), a região possui aproximadamente 14.647 agricultores familiares.

MAPA 2 – Território do Sudeste Paraense



Fonte: Os autores (2014).

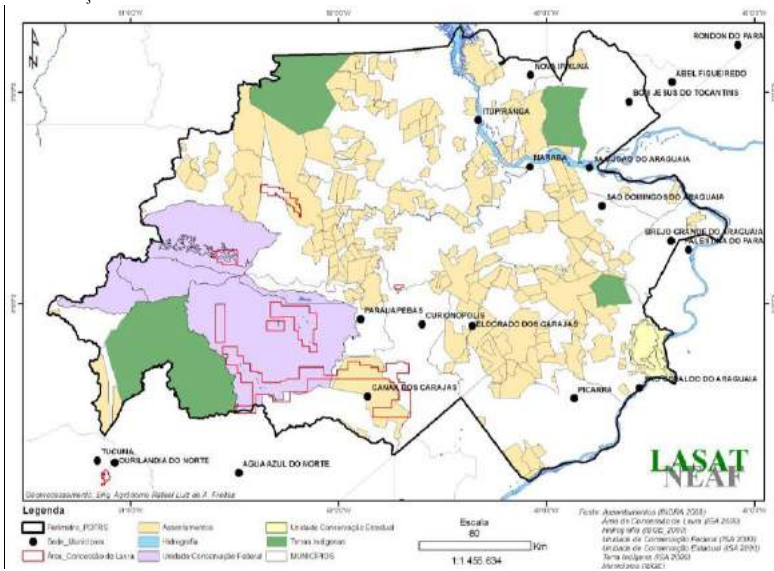
Até 2014 o território sudeste passou por um importante processo de transformação de seu espaço social e econômico, recebendo políticas e programas do Governo Federal. Dentre essas políticas e programas, pode-se destacar a criação de assentamentos no contexto das políticas de reforma agrária e o recebimento de recursos por conta do PRONAF para fortalecimento da agricultura familiar. Destacam-se ainda os investimentos públicos destinados, por exemplo, à construção e recuperação de estradas vicinais, implantação de rede de eletrificação rural e melhoria das condições de moradia. Obras do Governo Federal como, por exemplo, das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí e da construção da Hidrelétrica de Marabá, além dos investimentos privados da Vale em Marabá e ainda a intensificação das atividades mineradoras nos municípios de Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado do Carajás e Parauapebas são

componentes atuais que têm contribuído para que o processo de transformação do espaço econômico e social continue sendo uma das principais características do sudeste paraense na atualidade.

Historicamente, o sudeste paraense é uma região de intensos conflitos ambientais e territoriais. Trata-se de uma região que apresenta um número expressivo de assentamentos rurais e vilas e de extensas áreas de proteção ambiental e terras indígenas. Ao mesmo tempo, trata-se de uma região em que o setor agropecuário representa 61,11% das atividades econômicas.

Quanto à configuração fundiária do território, atualmente é considerado uma das áreas mais importantes da política de reforma agrária, na medida em que concentra o maior número de projetos de assentamentos do país (mais de 500 em toda a mesorregião) e envolve mais de 26 mil famílias assentadas.

MAPA 3 – Distribuição da área do território: assentamentos e unidades de conservação de âmbito federal e estadual



Fonte: BRASIL/MDA/SDT(2010).

Como pode ser observado no Mapa 3, as áreas de assentamento, terras indígenas e as áreas de conservação ocupam grande parte do território, o que caracteriza a presença de uma agricultura não patronal e com características camponesas. As desapropriações para criação de assentamentos ocorreram, principalmente, entre os anos de 1987 e 1988 baseados no Plano Nacional de Reforma Agrária e entre 1996 e 2000, após um significativo conflito por terras que provocou a morte de 19 trabalhadores rurais sem-terra, conflito esse denominado massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996 (BRASIL, 2010). Esta última expansão se deu fundamentalmente como uma estratégia do Estado para minimização do conflito por terra na região.

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

O Território Sudeste Paraense abriga 49,3% de sua população (179.680 habitantes) na área rural. As cidades de Marabá e Parauapebas possuem os principais centros urbanos da região. Marabá é o município que apresenta a posição socioeconômica mais destacada, não só por apresentar os maiores percentuais de área e população, mas por sua contribuição nos setores industrial e de serviços. Assume, assim, a condição de município-polo de atração socioeconômica do Território.

O setor minero-metalúrgico possui grande influência na região e contribui para a dinâmica demográfica do território. Observando, por exemplo, a evolução da população no território e nos seus municípios é possível constatar que entre 1980 e 2010, Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás são os municípios que continuam recebendo grande fluxo de migrantes, fato este que estabelece relações com as atividades minero-siderúrgicas na região. (BRASIL, 2010). Essa atividade é também a mais importante atividade econômica da região com significativa participação na formação do PIB. Todavia, a média do PIB mascara as intensas

desigualdades socioeconômicas presentes no território, uma vez que se trata de uma atividade concentradora de riqueza. Pode-se afirmar que a maior parte dos rendimentos dos três principais municípios em termos de PIB fica com as empresas envolvidas no processo de extração mineral. Ou seja, não se pode fazer uma leitura da riqueza da região baseada apenas na composição econômica do PIB.

As coletividades locais, durante as oficinas de elaboração do PTDRS, mostraram o desejo de que o desenvolvimento econômico da região ocorra de forma articulada com as dimensões social e ambiental, incluindo uma associação com a agricultura local de forma diversificada e sustentável, sendo ressaltada a questão da segurança alimentar. As coletividades locais sugeriram também a adoção de novas tecnologias de produção, incluindo a mecanização, assistência técnica e beneficiamento da produção familiar agrícola, reconhecendo a agricultura familiar como importante ator para o desenvolvimento territorial.

O fortalecimento e consolidação do setor industrial e de serviços, já existentes na região, também é um anseio de diversos municípios do território. Além da existência, a médio e longo prazo, de uma infraestrutura econômico-produtiva bem desenvolvida nos municípios e no território.

DIMENSÃO AMBIENTAL DO TERRITÓRIO SUDESTE

De acordo com o plano, uma das maiores preocupações dos atores locais são as taxas de desmatamento e os índices pluviométricos dos últimos anos da região que, segundo as coletividades locais, estão elevados e contribuem para o desequilíbrio ambiental prejudicando a agricultura, a produção de alimentos e a manutenção dos recursos naturais. De fato, o território possui um percentual de área desmatada bastante elevado (mais de 60%), fato explicado pelo padrão de exploração do meio natural historicamente utilizado para pecuária extensiva, extração madeireira e mineração (BRASIL, 2010).

Grande parte das florestas subsiste em áreas de proteção ambiental (parques e florestas nacionais, reservas biológicas e áreas de proteção ambiental) e em terras indígenas, tendo reduzido muito acentuadamente a presença de floresta nas demais áreas do Território (Mapa 4). Nos municípios de Parauapebas, Marabá, Canaã dos Carajás e Itupiranga há esses tipos de Unidades de Conservação. Entretanto, como já colocado, todos os municípios do Território possuem mais de 60% de suas áreas já desflorestadas, chegando aos casos dos municípios de Eldorado do Carajás e São Domingos a alcançar os 90% (BRASIL,2010).

Assim sendo, nota-se que para os atores locais, a construção de um futuro ambientalmente melhor passa necessariamente pelo tratamento de certos relevantes problemas como: (i) a transformação da paisagem; (ii) as limitações ecológicas que o meio natural de alguns municípios apresenta, com evidentes problemas de qualidade e disponibilidade de recursos naturais para o desenvolvimento da agricultura e atendimento das necessidades humanas; (iii) a inadequação das formas de exploração do meio natural, tendo em vista as atuais exigências da legislação ambiental ou uso de práticas com efeitos negativos ao ambiente, como as queimadas e; (iv) a precariedade do saneamento básico nas áreas urbanas, dentre outros.

O PTDRS apresenta diversas metas abordadas durante as oficinas de elaboração do plano e identificadas pelos participantes: (1) as áreas rurais, a diminuição do avanço do desmatamento e das queimadas, a recomposição da paisagem arbórea (áreas de Reserva Legal, Área de Proteção Permanente, Matas Ciliares) e a recuperação de áreas tidas como “degradadas”; (2) as áreas urbanas, estas apareceram pouco nas oficinas, mas foi significativa em vários municípios a menção sobre a necessidade do desenvolvimento da infraestrutura em termos de distribuição de água, saneamento básico e tratamento de resíduos nas cidades. Esses aspectos, portanto, considerados como propósitos ampliados, identificados pelos atores locais, em relação ao que se pretende construir para o futuro do Território.

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL DO TERRITÓRIO SUDESTE

Para a compreensão dessa dimensão, o PTDRS considerou indicadores como a oferta de serviços fundamentais de educação e saúde e no âmbito produtivo também a oferta de assistência técnica no conjunto do Território.

Durante as oficinas de qualificação do PTDRS 2010, as coletividades locais apontaram como maiores preocupações as questões ligadas à qualidade do ensino (em todos os níveis, e em especial a ampliação do acesso ao ensino superior na região) e o atendimento público de saúde. Para as áreas de saúde e educação foram apontadas a necessidade de construção de escolas e hospitais e a melhoria da infraestrutura existente. Todavia, as questões apontadas não se referem apenas ao acesso aos serviços de educação e saúde, mas à qualidade dos serviços ofertados nos municípios que são em sua maioria públicos.

Projetos estratégicos nas áreas de infraestrutura e serviços, que incluem questões ligadas a esgoto e saneamento básico nas áreas urbanas, coleta e destinação dos resíduos sólidos urbanos, também foram assinalados nessa dimensão. Contudo, segundo as coletividades locais, não basta apenas dotar os municípios de elementos e obras de infraestruturas básicas, mas, sobretudo, permitir a oferta de serviços básicos para que a população tenha um mínimo de qualidade para cidadania. Daí a cobrança, por parte dos atores locais, por uma atuação mais intensa do Estado especificamente a essas áreas (BRASIL, 2010).

No âmbito agropecuário, a oferta dos serviços de assistência técnica sempre é destacada pelas coletividades locais, apesar de que a grande maioria dos assentados dispõe de serviços atuantes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e/ou Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES). Destaque-se que existem assentamentos que já possuem Plano de Desenvolvimento do

Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) elaborados pelas entidades que prestam serviços de ATER/ATES (BRASIL, 2010). No âmbito agropecuário existe também a demanda de ampliação e melhoria das estruturas ofertadas para a produção local, em especial para seu escoamento e comercialização. Neste caso, a demanda envolve questões ligadas a estradas vicinais, redes de energia e transporte.

DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO TERRITÓRIO SUDESTE

O Plano aponta que há necessidade de que instituições públicas, entidades privadas e não-governamentais, movimentos sociais, organizações representativas e conselhos municipais trabalhem e atuem de maneira articulada, estabelecendo diálogos entre si e com as diferentes instâncias do poder público a fim de definir e executar ações públicas em prol do Território. Dentro desse contexto, o documento mostra como relevante uma maior transparência e clareza das ações do poder público local.

Identificou-se que no PTDRS há um número muito maior de instituições das áreas rurais do que das áreas urbanas. De fato, as instituições das áreas urbanas pouco se fizeram presentes ou não ofereceram dados confiáveis sobre a dimensão organizativa de instituições que atuam nas cidades.

Dessa maneira, o PTDRS possui uma maior conotação rural. As instituições participantes no cenário institucional do Território – ou pelo menos nas instâncias de tomada de decisões e de levantamento de informações básicas para a formulação e execução de políticas territoriais (como o Colegiado de Desenvolvimento Territorial e seu Núcleo Diretivo) – são basicamente instituições de espaços rurais.

O PTDRS aponta na dimensão político-institucional do Território que as instituições da sociedade civil (sindicatos, associações, cooperativas e federações, dentre outras) estão desarticuladas entre si e com o poder público. Sobre os Conselhos municipais, os mesmos estão organizados em todos os municípios, mas há pouca efetividade de ação e ainda foi apontado pouco reconhecimento por parte do poder público. Discutiu-se que a organização dos Conselhos vem se pautando muito mais por uma dimensão normativa (porque as políticas públicas obrigam os municípios a criá-los) do que por uma dimensão de participação e gestão social colegiada com o poder público. Apontou-se ainda que em alguns casos os gestores públicos fazem a gestão isolada do Conselho, sem fortalecer a representação pública da sociedade civil e sem objetivar uma gestão social. Isso mostra que há uma dinâmica no Território que vai à contramão de políticas públicas nacionais que preconizam para o funcionamento desses Conselhos.

As principais instituições e espaços interinstitucionais existentes no Território do sudeste paraense são descritos no quadro que segue.

QUADRO 1–Principais instituições e espaços interinstitucionais de atuação no Território

| Movimentos Sociais do Campo | Fóruns Temáticos | Fóruns Gestores | Fóruns Institucionais | Redes de Cooperativas | Conselhos Municipais |
|--|--|---|--|---|--|
| FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará | Fórum Regional de Educação do Campo (FREC - Sul e Sudeste do Pará) | Crédito (prestadoras de serviço de ATEs e com os STTR's) | AMAT – Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins | Produção agrícola: FECAT – Federação das Cooperativas do Araguaia-Tocantins | Conselhos estruturados e ativos em diferentes áreas (Tutelar, Educação, Saúde, Desenvolvimento Rural Sustentável, Meio Ambiente), congregando atores da sociedade civil e do poder público em torno da discussão e planejamento de políticas e ações voltadas para essas temáticas específicas no âmbito municipal |
| FETRAF – Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar | Fórum de Entidades da Reforma Agrária – FERA | Desenvolvimento Territorial (instituições das áreas rurais e urbanas dos 14 municípios) | Compart – Consórcio dos Municípios Paraenses Alagados pelo Rio Tocantins | Cooperativas de produção. Algumas cooperativas locais ligadas à FETRAF e ao MST | |
| MST – Movimento dos Sem-Terra Movimentos os acampados | Fórum de Mulheres | Unidades de Conservação (Conselhos gestores de diferentes Unidades de Conservação) | _____ | Cooperativa de produção de leite | |
| SINTRAF – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar. STTR – Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Sindicatos Rurais (agricultura patronal) | Rede de ATEs (prestadoras de serviços públicos de Assessoria Técnica). | Fórum da Mesorregião do Bico do Papagaio (gestão, discussão e proposição de políticas públicas) | _____ | Cooperativa Mista (Minério e Leite, etc.); várias Cooperativas de mineração, Cooperativa de mulheres(prod. Alimentos) | |
| Associações por localidades. Associações de Mulheres: MIQCB / CIMQCB – Movimento e Cooperativa Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu | _____ | _____ | _____ | Transporte: São Cooperativas de transporte de cargas e passageiros de atuação na região | |

Fonte: BRASIL/MDA/SDT (2010).

O CODETER COMO ESPAÇO PÚBLICO DE DEBATE

De acordo com os atores que compõem o núcleo diretivo do CODETER, existe grande ausência de novos atores nos debates sobre o desenvolvimento territorial e isso, conseqüentemente, dificulta a consecução e acompanhamento das ações propostas. Em outros termos, as instituições que representam e compõem os espaços públicos de debate não têm conseguido dar continuidade nas discussões acerca de políticas públicas e suas proposições, mesmo naquelas voltadas à reforma agrária e agricultura familiar que, ao longo do tempo de implantação na região, passaram por transformações e adequações às diversidades e especificidades locais em função da participação e demandas dos movimentos sociais nestes espaços.

Sabe-se que cabe ao CODETER realizar os debates em nível territorial. Contudo, há grandes dificuldades de manter as reuniões com a mesma frequência de anos atrás. Atualmente ocorrem poucos debates, os quais giram em torno do crédito agrícola na região e das tentativas de fortalecimento dos espaços públicos de debate.

Segundo o presidente do CODETER, uma das grandes dificuldades nos debates e no acompanhamento do plano é a ausência dos representantes do poder público, tanto federal quanto estadual e municipal, nas plenárias territoriais e na construção de projetos para o desenvolvimento do território. Isso ocorre, sobretudo, porque os movimentos sociais não podem ser proponentes de projetos, responsabilidade única das instituições públicas. Há, ainda, outro fato importante a ser considerado pelo desaquecimento do CODETER: o funcionamento dos conselhos nos municípios que compõem o território é desigual, entre os municípios e entre os próprios conselhos. O presidente do CODETER destaca sempre a importância dos conselhos municipais e observa que “o CODETER só terá força quando os conselhos municipais realmente existirem e atuarem efetivamente”.

De fato, a pesquisa de campo revelou que existe um quadro desigual na atuação dos conselhos municipais. Em Brejo Grande do Araguaia, por exemplo, a assistente social do município afirma que “no município existe diversos conselhos (saúde, merenda escolar, meio ambiente, entre outros). Contudo, só no papel, atuar que é bom nada”. Essa realidade também foi encontrada em outros municípios como Nova Ipixuna e Palestina do Pará. Diferentemente dessa realidade, as secretárias de assistência social dos municípios Piçarra e Bom Jesus do Tocantins afirmam que em seus municípios existem os diversos conselhos (meio ambiente, saúde, educação do campo, merenda escolar, segurança) que se caracterizam como bem atuantes.

Outra realidade encontrada é a dos municípios que se caracterizam por grandes disparidades na atuação efetiva dos conselhos, ou seja, existem diversos conselhos, mas poucos atuam eficientemente. Por exemplo, em Marabá, durante a pesquisa de campo, foi identificada a intenção de se realizar um diagnóstico sobre a existência e atuação dos conselhos municipais, contudo não haviam recursos e nem infraestrutura necessária para a realização da atividade que poderia se caracterizar como uma forma de estreitamento da relação entre os conselhos entre si e entre os municípios e o CODETER.

Observou-se que nos municípios em que há atuação mais constante e efetivos movimentos sociais é maior a representação da sociedade civil na composição dos conselhos municipais. Porém, em alguns casos são os prefeitos e/ou seus secretários que acabam por deliberar, dar o aval final sobre as questões em debate, aplicação de recursos e investimentos nos municípios, mantendo, dessa forma, o seu domínio.

Os membros do CODETER afirmam que há grande necessidade de buscar mais parcerias para reestruturação e atualização do colegiado territorial e do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do sudeste do Pará.

A realidade atual do Território Sudeste do Pará confronta sua construção histórica por meio de uma série de espaços públicos de debate para pensar e/ou coordenar políticas públicas. Atualmente o que acontece é um esvaziamento desses espaços, especialmente pela ausência dos movimentos sociais e das entidades de assessoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar o PTDRS do Sudeste do Pará, o contexto de sua construção e seus principais pontos e ainda a organização e funcionamento do CODETER, constatou-se que houve uma participação efetiva das coletividades locais na construção do plano. Esta participação se deu por diversos segmentos da sociedade local que definiu prioridades, propostas e projetos de ação pública. Pode-se entender que essa participação considerou as peculiaridades locais e os anseios de diversas coletividades e municípios.

Todavia, a efetivação do plano e seu acompanhamento via CODETER têm sido limitados. Este colegiado foi concebido para ser um espaço territorial de debate e de atualização de prioridades e onde as demandas devem ser(re)qualificadas e (re)pautadas pela sociedade. Entretanto, o CODETER não tem conseguido cumprir seu papel no Território Sudeste do Pará, pois não tem acompanhado as principais ações estabelecidas, dentre as quais a reforma agrária, os financiamentos para agricultura familiar via PRONAF e os investimentos em infraestruturas e a educação do campo, apesar do colegiado ser formado majoritariamente por organizações das áreas rurais.

As maiores dificuldades do CODETER em conseguir acompanhar a execução das ações territoriais e fomentar o debate das mesmas estão relacionadas à falta de infraestrutura física e humana para suporte ao colegiado, baixo incentivo para participação de seus membros que atuam de forma voluntária e gratuita e ausência de um coordenador técnico. Conseqüentemente há uma grande rotatividade dos membros da plenária do colegiado. Como a

comunicação interna nos colegiados e dentro de cada instituição é problemática, existe uma dificuldade na continuidade do processo, concentrando-se, então, na mão de poucas pessoas encarregadas de todas as tarefas.

A participação dos produtores também é frequentemente baixa. No entanto, enquanto este mesmo colegiado de desenvolvimento, criado para demandar, fiscalizar e gerenciar essas estratégias, não tiver condições operacionais de acompanhar o Plano, como recurso para articular plenárias de discussão, corre-se o risco das ações previstas no PTDRS não serem executadas.

Identificou-se, ainda, a necessidade de inclusão gradual de outros segmentos da sociedade no colegiado, antes deixados à margem do debate das políticas públicas, tais como indígenas, mulheres, jovens, quilombolas e pescadores, além de representantes de outros segmentos populacionais, sobretudo da área urbana.

Por fim, destaca-se que é fundamental que participem dos colegiados territoriais representantes das três esferas da sociedade (Estado, mercado e sociedade civil organizada) e dos próprios conselhos municipais já instalados (educação, merenda escolar, saúde, criança e adolescente, idoso, assistência social) de forma a garantir maior eficácia aos projetos territoriais. A efetivação de uma política de desenvolvimento territorial implica na construção de projetos negociados entre os diferentes setores sociais que compõem um território.

A realidade presente do Território Sudeste do Pará contrasta com sua história marcada por busca de espaços públicos para debater, pensar e/ou coordenar políticas públicas, principalmente as voltadas para o campo. Os movimentos sociais, as entidades de assessoria e vários órgãos do poder público local questionavam as políticas públicas top-down. Todavia, o que atualmente acontece é um esvaziamento dos espaços até então muito demandados, especialmente e contraditoriamente pela ausência dos movimentos sociais e das entidades de assessoria.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B. K. Ordenamento Territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. Ministério da Integração Nacional. Para Pensar Uma Política de Ordenamento Territorial: Anais da oficina sobre ordenamento territorial, Brasília 13-14 de novembro de 2003, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília: MI, 2005.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- _____. Ministério da Integração Nacional. Para Pensar Uma Política de Ordenamento Territorial: Anais da oficina sobre ordenamento territorial, Brasília 13-14 de novembro de 2003, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília: MIN, 2005.
- _____. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Disponível em: <http://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/Decreto_de_25_03_2008_-_Institui_o_Programa_Territorios_da_Cidadania.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2013.
- _____. Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira. Presidência da República. Brasília: MMA, 2008.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste Paraense. Marabá, 2010.
- _____. Matriz de Ações 2013. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>. Acesso em: 15 dez. de 2013.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Conferência

Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, 2, Belém, 2013.

CONDESSO, F. dos R. Os fundamentos conceituais do ordenamento e da planificação do território e o etc. Disponível em: http://www.integraregio.com.br/file.php/1/Biblioteca/Ordenamento_Territorial/Os_fundamentos_conceituais_do_Ordenamento_e_da_Planificacao.pdf. Acesso em: 18 nov. 2013.

COREZOLA, F.; OLIVEIRA, C. D.; ALMEIDA, M. G. Desafios da governança territorial nos Territórios incorporados ao programa territórios da Cidadania. Raízes, Campina Grande, v. 28/29, n. 1/2, p. 87-96, 2010. (Dossiê território, sustentabilidade e ação pública)

COSTA, W. Subsídios para uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Para Pensar Uma Política de Ordenamento Territorial: Anais da oficina sobre Ordenamento Territorial, Brasília 13-14 de novembro de 2003, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília: MIN, 2005.

DELGADO, G. N.; PEREIRA, S.; BONNAL, P. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores locais. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA/UFRRJ, 2007.

GASPAR, J. Para Pensar Uma Política de Ordenamento Territorial: Anais da Oficina sobre Ordenamento Territorial, Brasília 13-14 de novembro de 2003, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília: MIN, 2005.

MELO, J. A. B. Ordenamento Territorial e Sustentabilidade: um possível diálogo? Revista Caminhos de Geografia, Uberlândia. v. 11, n. 33, março/2010.

MORAES, A. Ordenamento Territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. Ministério da Integração Nacional. Para Pensar Uma Política de Ordenamento Territorial: Anais da oficina sobre ordenamento territorial, Brasília 13-14 de novembro de 2003, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília: MIN, 2005.

PIRAUX, M. et al. Um olhar sobre a diversidade dos Colegiados dos Territórios da Cidadania. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 16, n. 1, p. 101-124, jun. 2013.

RÜCKERT, A. A Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção. 2003.

_____. O Processo de Reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Ministério da Integração Nacional. Para Pensar Uma Política de Ordenamento Territorial: Anais da oficina sobre ordenamento territorial, Brasília 13-14 de novembro de 2003, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília: MI, 2005.

ROCHA, R.A gestão Descentralizada e Participativa das Políticas Públicas no Brasil. Revista Pós Ciências Sociais, v. 1, n. 11 São Luis/MA 2009.

SANTOS, M., BECKER, B. Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007. (Coleção espaço território e paisagem)

SANTOS, T. Algumas considerações preliminares sobre Ordenamento Territorial. Ministério da Integração Nacional. Para Pensar Uma Política de Ordenamento Territorial: Anais da oficina sobre ordenamento territorial, Brasília 13-14 de novembro de 2003, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília: MI, 2005.

SOUZA, M. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA METRÓPOLE: REFLEXÕES A PARTIR DE BELÉM-PA

Mauro Emilio COSTA SILVA¹

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é realizar um exercício teórico de reflexão com menção nas metrópoles, baseado em Belém-PA, no que se tange à relação da vida cotidiana do cidadão com o uso do solo urbano, utilizando de pressupostos do “Direito à cidade” e da “Justiça espacial” que tem por princípios a espacialidade dos habitantes com os lugares de trabalho, habitação, lazer e circulação, as áreas que circunscrevem o tecido urbano, atinente ao capitalismo que tem na metrópole a base material de sua reprodução.

O belemense, como o autor Antônio Rocha Penteadó (1968) preferia chamar o paraense nascido e residente da capital, está profundamente imerso nas desigualdades tão bem conhecidas nos espaços de habitar, trabalhar e lazer. Tal situação ganhou novos contornos e amplitude recentemente, isto é, se estendeu para os espaços de circulação ampla e aleatória na área urbana. Em outros termos, a reformulação na cidade através das operações como o BRT (Bus Rapid Transit) e demais adequações como a abertura de novas avenidas/rodovias e grandes construções, tais como Avenida Independência, Rodovia dos Trabalhadores, construção de Shopping centers e, por conseguinte, suas adaptações nos traçados urbanísticos em suas imediações.

Além do aprofundamento dos problemas socioespaciais inerentes às metrópoles brasileiras, entre os quais congestionamentos

¹ Docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA), doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFPA). E-mail: maurobrasilgeo@yahoo.com.br

de trânsito, desemprego, poluição visual e sonora, violência urbana etc., existem outros elementos que, reunidos, promovem uma “nova” relação dos habitantes com a cidade.

A “nova” relação da vida urbana do cidadão com Belém, especialmente pelas operações urbanas no que concerne à viabilidade no trânsito, não difere de empreendimentos de grande porte capitalista como práticas de um urbanismo pensado institucionalmente com suas rotas e trajetos pré-estabelecidos, que tende a incidir diretamente no ato de circular do cidadão na cidade com a redução da capacidade de percorrer pelos lugares que fogem do seu cotidiano diário, repercutindo também na redução do seu “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2008) e no pleno uso do espaço como garantia da condição de cidadania.

A cidade é a maior obra que o capitalismo produziu como meio construído e este modo de produção vigente tem entre seus fundamentos primordiais a ideia da “liberdade”, recorrentemente, discutido nas ciências sociais e geograficamente direcionada para a relação do homem entre si e com o meio, relação distinta em outros modos de produção anteriores quando o homem era cerceado na sua condição plena de ser e/ou habitar livremente no seu espaço.

O capitalismo por seu turno se reproduz por meio das contradições socioespaciais, iniciadas na própria condição de “ser” e “estar” em sociedade, isto é, pertencer à determinada classe e compelido dialeticamente a travar relações com outras classes, como modo de subsistir, relações estas averiguadas em tempos por Marx (1996) “O motor da história são as lutas de classes”, sendo o trabalho, sobretudo, o alienado como elemento mediador e também causador das lutas entre grupos sociais distintos, uns como detentores dos meios de produção e outros de sua força de trabalho.

A distinção social do homem no capitalismo, sobretudo na cidade, se manifesta de modo mais enfático e desigual na condição de subsistir dos pobres que têm espaços cada vez mais reduzidos no ambiente do habitar, trabalhar e lazer, justificando desta maneira um crescente processo de “injustiça espacial” pelo “direito à cidade” que

despoja os cidadãos menos afortunados do usufruto pleno do espaço urbano. Desta maneira, produz-se na cidade capitalista “manchas” ocupadas e condicionadas pelas “relações sociais de reprodução” (LEFEBVRE, 2008).

Neste caso, as referidas “manchas” são as segregações socioespaciais cunhadas de fortes diferenças na delimitação de sub-áreas de alto, médio e baixo status social, alterações no tecido urbano, tornado como consequência do crescimento e expansão da cidade. É a conformação do “padrão das diferenças” legitimado pela urbanização.

Assim sendo, permite-se pensar numa contrariedade entre a urbanização nos moldes modernos que se apresenta, simultaneamente, a um aumento da “injustiça espacial” no usufruto do espaço cidade, numa perspectiva de aprofundamento da alienação do cidadão, ainda que sua ocorrência desvele-se sutil no alcance tanto coletivo quanto individualmente no cerceamento da totalidade da cidade, instaurando a “separação do criador da criatura” e ainda normatizando as desigualdades socioespaciais.

APONTAMENTOS SOBRE A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E AMAZÔNICA

Urbanização Brasileira

Não se intenciona realizar aqui tautologia no que se refere ao processo de urbanização brasileira, mas, sim, discutir como o fenômeno urbano se evidenciou – este que teve seus primeiros surtos e desenvolvimento no Centro-sul e posteriormente sua expansão para o Nordeste e Amazônia através da irradiação com a reprodução das formas, funções, conteúdos e seus processos estruturantes, resultando em semelhanças e diferenças entre as cidades brasileiras, a fim de entender alguns elementos que se

manifestam no urbano da Amazônia como produto de um processo amplo de escala nacional.

A conjuntura internacional de pactos coloniais (até 1822) sedimentou uma sociedade rural no país, conteúdo rural presente mesmo nas cidades, pois estas tinham forte dependência econômica do campo. A cidade tinha por função viabilizar as leis e acordos políticos, por excelência, numa aproximação da “cidade política” (LEFEVBRE, 2008), isto é a cidade comandando o campo – mesmo num país rural.

A cidade não assumia o espaço principal da produção na função econômica do país e, por conseguinte, o afluxo demográfico era diminuto para si e para tanto não era compelida a se rearranjar espacialmente mantendo um país rural, ficando longe de propensões de ativar urbanização efetiva até fins do século XIX e começo do século XX, quando alguns fatores contribuíram para o seu ensaio. Entre os quais, a Lei áurea (1888) abolindo a escravidão, iniciando a dispersão do campo, rompendo relações socioespaciais estabelecidas até então, como assevera Martins (2010): “quando o homem não era cativo à terra a terra era cativa ao homem”.

A ideia anterior é significativa na ilustração de um país rural, estruturado com a propriedade privada e o trabalho escravo, como travas para a urbanização do Brasil, pertencente a sua formação socioespacial na qual o campo desempenhava o principal papel econômico, o que definia um país rural e agroexportador por praticamente quatro séculos e meio, sendo que seu período de inflexão ocorre apenas nos anos 1940/50.

A partir de 1940, todas as regiões brasileiras apresentaram altas taxas de urbanização, ainda que regiões de fronteiras agrícolas e de recursos naturais apresentassem crescimento também da população rural. Em 1960, a região Sudeste já apresentou um decréscimo absoluto da população rural e em 1970 as demais regiões iniciaram sua perda de população rural, à exceção do Nordeste onde se inicia apenas a partir de 1980. No país, a população rural começou a decrescer em termos relativos em 1940 e, a partir de 1970, decresceu em

termos absolutos. Estava feita a inflexão rural-urbana no Brasil (MONTE-MÓR, 2004, p. 113).

O Brasil não experimentou um processo de urbanização homogêneo e simultâneo em seu território, pois tal processo iniciado no Sudeste se expandiu pontualmente pelo território nacional por meio, principalmente, do sistema rodoviário. Contudo, produziu-se mudanças espaciais no país ao quebrar o sistema de arquipélagos econômicos que proporcionava relativo isolamento entre as regiões, desta feita, estabeleceu uma divisão territorial do trabalho através da premissa fundamental do capitalismo industrial para sua reprodução ampliada no espaço, entendido por intermédio do quadrinômio: produção, circulação, distribuição e consumo.

Quanto ao processo de urbanização brasileira destaca-se sinteticamente alguns resgates temporais e desdobramentos regionais.

QUADRO 1 – Evolução urbana no Brasil

| |
|---|
| O Brasil foi, até o século XIX, um grande arquipélago (<i>penínsulas da Europa</i>): formado por subespaços que evoluíram segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Ex.: Manaus, Belém e a borracha; Salvador e o cacau. |
| Ruptura relativa: Na segunda metade do séc. XIX, quando, a partir da produção do café, o Estado de São Paulo se torna o pólo dinâmico de vasta área (estados do Sul, Rio e Minas) – implantação de estradas de ferro, melhoria dos portos, novos meios de comunicação, trabalho e consumo capitalistas: integração limitada, fornecendo as bases para a industrialização e urbanização (até anos 1930). |
| Século XX (pós 1930): Após os anos 1940-1950: os nexos econômicos ganham enorme relevo e impõem-se às dinâmicas urbanas na totalidade do território. Até então, as funções administrativas eram predominantes (capitais). Inversão: 1940- taxa de urbanização de 26,35%; 1980- taxa de urbanização de 68,86%; 1990- taxa de urbanização de 77%. |
| Entre 1950 e 2005 – a população urbana cresceu 800%: É então que se estabelece uma rede urbana brasileira de cidades, com uma hierarquia nacional, diretamente relacionada à industrialização, ampliação da distribuição de energia elétrica, melhoria das condições sanitárias, hegemonia de São Paulo, crescimento global da população. |

Fonte: Elaborado por Mauro Emilio, com Base em Santos (2009, pp. 67-70).

Diante do exposto no quadro acima, o “tempo social” (LEFEBVRE, 2013) do movimento industrializante redistribuiu (incluindo as regiões em circuitos espaciais para fluidez de pessoas) mercadorias e informações produzindo a integração nacional com disseminação dos valores e comportamentos urbanos como componente do processo de urbanização.

A realização do processo de urbanização está imbricado com as ações do aparelho Estatal como promotor das intervenções, projetos e planos para a cidade, legitimando a superestrutura² por meio das instâncias político-jurídica, econômica e ideológica, prerrogativas que garantem seus interesses e autoriza aos agentes capitalistas rearranjar o espaço modelando a urbanização aos seus moldes, isto é, incorporando o cidadão na reprodução do capital imanente aos interesses públicos, contudo, tal incorporação ocorre à revelia do habitante da cidade.

Urbanização da Amazônia Paraense

O motivo pelo qual se fez a opção em analisar o fenômeno urbano e o processo de urbanização na Amazônia correspondente ao território do estado do Pará é o fato de que as intervenções do Governo Federal, para uma integração da região ao restante do país esua inserção na divisão territorial do trabalho, tem o espaço paraense como a sede da maior parte das ações e apoio institucional e logístico das cidades a partir dos anos 1960. Ainda que Belém juntamente com Manaus já se destacassem como centros regionais por meio de eventos econômicos anteriores, as intervenções federais não as deixaram de fora de suas ações, contribuindo também o processo de urbanização dessas cidades.

² Acepção de Karl Marx sobre a estrutura de controle pelo aparelho do Estado capitalista.

PERSPECTIVAS E ANÁLISES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO
Dinâmicas Urbano-Regionais e Ordenamento Territorial (Vol. 2)

Assim sendo, o espaço paraense foi objeto das ações e materializações da maior parte dos investimentos, ditos “grandes projetos”, isto é, sob “ideários” de viabilizar a integração da Amazônia ao restante do país e preparara região para os futuros investimentos públicos e privados. O Estado organizou um conjunto de programas e obras de grande porte visando melhorar a infraestrutura, controle técnico e político, para também induzir a entrada de pessoas de outras regiões para o abastecimento de mão-de-obra.

Dentre algumas das incursões do governo federal para a Amazônia, sobretudo, na parte oriental, processo denominado “expansão da fronteira econômica” Becker (2006), decorreu da seguinte maneira sintetizada:

| QUADRO 2 – Intervenções estatais na Amazônia oriental | | |
|---|---|--|
| PROJETO | OBJETIVO | AÇÃO |
| Rede de Telecomunicações (infóvias) | Facilitar a integração tecnológica do espaço amazônico aos grandes centros econômicos do país e do mundo e facilitar a implantação das grandes empresas privadas e estatais | A construção de grandes redes de telecomunicações comandadas por satélites |
| PIN (Plano de integração nacional) | Integração nacional | A abertura de rodovias transversais como a Transamazônica e regionais como a Cuiabá-Porto Velho e a Cuiabá-Santarém |
| SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia Legal) | Desenvolvimento regional, a política de incentivos fiscais gerida pela SUDAM consistia na redução ou isenção de impostos às empresas que implantassem projetos dentro das áreas priorizadas pelo Estado | Essa nova instituição concentrou toda a política de subsídios fiscais (auxílio do Estado), aqueles setores capitalizados que tinham interesse em investir na Amazônia |
| O INCRÁ (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) | Instituição estatal responsável pelo assentamento de camponeses e distribuição de terras na região, através dos projetos de colonização | Criação de vilas com estrutura de pequeno, médio e grande porte - Agrovilas (pequeno) - Agrópolis (médio) - Rutópole (grande) |
| GEBAM (Grupo de Terras do Baixo Amazonas) e o GETAT (Grupo de Terras do Araguaia-Tocantins) | Distribuição de terras sob o controle do exército para amenizar a tensão social criada com a guerrilha do Araguaia, além de impedir a “invasão” do território reservado ao Projeto Carajás. Esses dois órgãos já foram extintos | Assentamentos dirigidos |
| POLAMAZONIA (Pólos de desenvolvimento regional) | Voltado à implantação de 15 áreas ligadas às atividades agro-minerais dentro do território da Amazônia Legal obedecendo à lógica da teoria dos polos de desenvolvimento de François Perroux, segundo o qual o desenvolvimento se daria a partir de áreas preestabelecidas | Este projeto refletiu o novo sentido da ocupação regional, foi implantado com base nos vintagiros camponeses das regiões, isto é, o Estado alocou investimentos em áreas selecionadas que possuíam grande potencial de recursos naturais |
| O PROGRAMA GRANDE CARAJÁS (Projeto Ferro-Carajás-Parauapebas-PA) (Projeto Albrás-Almuorte-Bucarcina-PA) (Projeto Trombetas-Oriximiná-PA) (Usina hidrelétrica de Tucuruí-Tucuruí-PA)etc. | O governo justificava o projeto pela necessidade de adquirir divisas para o pagamento da dívida externa e no mesmo tempo diminuir as desigualdades regionais do país | Extração mineral, criação das companhias, enclaves urbanos, geração de energia, associação entre o capital estatal e privado nacional estrangeiro (<i>joint venture</i>), construção de estradas de ferro etc. |

Fonte: Elaborado por Mauro Emilio, com Base em Becker (2006).

Deste modo, estava montado o sistema de “controle da malha técnica e política” (BECKER, 2006) como uma estratégia para o (des)envolvimento regional e potencializar os investimentos com menos riscos possíveis pelo suporte dado pelas cidades.

Foram várias as estratégias territoriais que complementaram a ocupação regional. Para tanto, impõe sobre o território uma malha de duplo controle técnico e político constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques e tendo as cidades como base logística para a ação (BECKER, 2006, p. 26).

O apelo nacional acerca dos grandes empreendimentos na Amazônia durante os anos de 1970 e 1980 são reconhecíveis bem como seus impactos socioambientais, principalmente, para as populações habitantes ao entorno dos projetos, contudo os referidos investimentos trouxeram uma reestruturação produtiva para a região e, ainda que alguns projetos já tenham sido extintos, suas consequências para o contexto de algumas cidades foram irreversíveis através das reconfigurações que vivenciaram.

É importante ressaltar que os processos econômicos pretéritos e mesmo os atuais disseminados que colorem o cenário urbano e da cidade na Amazônia são aproximações da realidade e da sociedade habitante, pois tais processos na maioria das cidades não acompanham o ritmo da vida urbana dessas populações.

Para mensurar certas discrepâncias entre o dito e o visto como realidade utilizou-se um exemplo dos estudos do NEPECAB (Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira) que mostra uma tentativa de padronizar as cidades na Amazônia, a partir de critérios nacionais, que não compatibilizam plenamente com suas especificidades. Mesmo sendo um exemplo concernente à Amazônia ocidental é possível fazer certas analogias com o mesmo critério da citação a seguir, também para a Amazônia oriental e as cidades paraenses.

A discussão deu início com a mudança, por parte do IBGE, em 2000, dos critérios de classificação das cidades – sendo que as cidades médias passam a ser aquelas que têm mais de 100 mil habitantes quando antes o critério era de 50 mil. Com esta mudança no estado do Amazonas desaparecem as cidades médias e todas passam a ser classificadas como pequenas (SCHOR et al., 2016, p. 13).

O descompasso entre o dito (concebido) e visto (realidade) nas cidades amazônicas se dá não apenas pela análise disjuntiva do real no tempo curto, mas também por “olhares” refratários de uma Amazônia presa no tempo social, aberta aos investimentos externos, unilateralmente dependentes destes para o seu “progresso modernizante” –sem desconsiderar, geopoliticamente, como ocorreu em outras regiões brasileiras em que houve escolha de um ponto estratégico no litoral para irradiar a ocupação para o interior – assim, tais áreas litorâneas passam a exercer um papel de fluir para o interior as ordens, inclusive de natureza modernizante.

Notadamente, essas áreas litorâneas se tornaram cidades como no caso de Belém e atualmente são marcantes no espaço urbano brasileiro, considerada um dos pontos iniciais da ocupação europeia na Amazônia. A interiorização a partir de Belém estabeleceu a divisão territorial do trabalho na porção oriental da região para o suprimento exterior de produtos oriundos da natureza, num processo tanto econômico quanto geopolítico.

A criação de uma cidade destinada a desempenhar funções de proteção e de ponto de partida para a conquista de um território implica na escolha de uma posição e um sítio condizente com essas funções. No caso de Belém, sua localização nas proximidades da embocadura secundária e meridional do Amazonas, simultaneamente protegida do oceano e distante do estuário norte conhecido pela violência das águas e dos ventos que perturbam a navegação, confere-lhe uma excelente posição, garantindo-lhe o acesso e controle do litoral e do vale amazônico. Esta posição de entrada e de saída da Amazônia seria incorporada à sua história,

assegurando-lhe uma proeminência impar em toda a região (CORRÊA, 1987, p. 43).

A importância em compreender o processo histórico de formação territorial amazônico, especialmente paraense, se dá pelo fato de que a complexidade do que hoje se concebe como rede urbana tem uma forte relação com as tramas do passado, perdurando por muito tempo e ainda se apresenta em certa medida na organização espacial destas cidades e em suas relações de interações expressas em suas paisagens.

Com base na concepção de Santos (2008): “A paisagem é uma escrita sobre a outra”. Identifica-se na Amazônia uma escrita inicial, ou seja, as paisagens com preponderância de traços da morfologia natural da região que se manteve por muito tempo. Partindo da fundação de Belém em 1616, o delineamento do que é hoje a Amazônia se fez somente entre 1850 e 1899, sob a preocupação imperial com a internacionalização da navegação do grande rio e o ‘boom’ da borracha (BECKER, 2006, p. 26). Desvela-se que as paisagens amazônicas ganharam contornos próximos do contexto atual somente na segunda metade do século XIX, pois até então a originalidade da natureza era o componente principal das paisagens.

A ALIENAÇÃO DO HOMEM NA METRÓPOLE

A metropolização brasileira e, neste caso específico de Belém, se intensificou no final do século XX.

Esta fase pressupõe a incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada. Essa atual fase é marcada por contradições. De um lado temos, mais do que nunca, a consolidação de um modo de vida extremamente moderno, sofisticado e artificializado. De outro, temos o crescimento do baixo terciário, o déficit habitacional, a favelização acentuada, a

insuficiência dos serviços e equipamentos urbanos etc.
(TRINDADE JR, 1998, p. 01).

Reuniu-se no ambiente construído da metrópole elementos antigos e novos numa relação dialética, tanto sincrônica quanto diacrônica que se realizam no (re)arranjo da cidade por meio de fissuras e continuidades, contendo certas expansões e abrindo outras frentes; em ambos os casos associa-se ao conteúdo urbano como uma lógica a se incorporar na totalidade social.

A incorporação do conteúdo urbano na totalidade social, sob a lógica do capital, por parte do cidadão ocorre sutilmente no esfacelamento gradual de suas práticas socioespaciais, historicamente tecidas e facilmente percebidas em sociedade. Quanto à forma urbana, a ocorrência é de modo abrupto por meio das concretas transformações que o espaço vivencia.

Na metrópole as transformações espaciais são mais drásticas que em outros níveis de cidades, logo, as formas e funções são criadas e mesmo transmutadas abruptamente, alcançando o cotidiano do cidadão submetido a determinadas ordens.

No plano do local e da vida cotidiana e sob o signo das metamorfoses do processo de produção material, a vida se reorganiza, as relações sociais se restabelecem submetidas, cada vez mais, à normatização e à organização segundo uma ordem fortemente burocratizada e preenchida por repressões e coações imperceptíveis. Neste nível também entrecruza uma ordem invadida pelo global que se impõe de forma violenta (CARLOS, 2017, p. 39).

As ordens impostas que redirecionam o cotidiano da vida urbana na metrópole, seja no conteúdo, seja no espaço, tendem a ganhar um componente sutil, mas não menos imposto, são as emanções da ordem global que na metrópole são inerentes ao seu processo de conexão interescalar, pois esta é uma condição essencial para o nível destas cidades.

A metrópole é o ponto nodal entre o local e o global, por sua capacidade de abrigar funções/serviços e a aglomeração demográfica de uma dada região. Para Santos (apud SILVA, 2011) a metrópole é a articulação entre os planos global e local, além da mediação entre as escalas regional e nacional, a concentração demográfica, tem influência exercida sobre os processos econômicos, políticos e sociais (SILVA, 2011, 17).

A metrópole por exercer um domínio no espaço de cidade capitalista, associado a um conteúdo urbano modernizador, tendo como uma das facetas de sua expressão a concentração demográfica subjacente, constitui por um lado a polarização em uma dada rede urbana exercida por sua imensa produção material e o lócus de abastecimento das cidades regionais, por outro, pode se apresentar como a cidade de maior assimetria socioespacial entre as classes que nela residem, ademais, o não usufruto pleno pelo “direito à cidade” inclui os indivíduos de todas as classes sociais.

O indivíduo necessita primordialmente circular na metrópole se defrontando com outros indivíduos, também com seus objetivos mais ou menos parecidos, pleiteando o mesmo fim, a realização. [...] O não suprimento de seus anseios entre a população mais pobre, atinge de certa forma a camada mais rica que se autossegrega cerceando-se também do seu “direito à cidade”, produzindo desta maneira um conjunto de pessoas insatisfeitas em todas as classes sociais (SILVA, 2011, p. 18).

Assim sendo, o capitalismo tem na metrópole a base material de sua reprodução por meio do consumo. Ele plenifica, desta maneira, o agente econômico e aprofunda a redução no cidadão que também é consumidor com o uso do solo no tocante a desassociar certos espaços da sua vida urbana, isto é, tornar a troca como mediador e limitador do uso do solo.

A metrópole de Belém para além da caracterização de uma urbanização capitalista, foi postulada por uma urbanização dependente.

Belém, sem dúvida, é plenamente classificável como uma forma urbana dependente. Significa dizer que seu processo histórico de formação pode ser entendido como um processo de urbanização dependente. O que não a isenta de submeter-se (ao contrário aumenta sua submissão, no estágio atual monopolista do desenvolvimento capitalista) à lógica das grandes corporações econômicas. Neste sentido, a classificação de Belém como uma forma urbana dependente não é contraditória com a classificação de cidade corporativa (SANTOS, 1993). É bom esclarecer que nem todas as cidades corporativas são formas urbanas dependentes ou sofreram tais formas de urbanização (RODRIGUES, 1996, p. 29).

O princípio de urbanização dependente está atrelado aos rigores da colonização na periferia do país, em que a cidade de Belém emergiu como área de controle político e mais tarde como aporte de cidade para gerir a organização econômica, especialmente, com o exterior, perfazendo uma tessitura em consonância com a sua função, bem como para melhor reproduzir as classes dirigentes locais.

A cidade de Belém teve a conformação de sua “morfologia espacial e social” (LEFEBVRE, 2013) alinhada ao contexto econômico que se sucedia, delineando uma estrutura urbana com as premissas das atividades econômicas; estas na medida que se expandiam, tal como o ciclo da borracha, proporcionalmente, o espaço urbano da cidade expandia-se, porém de modo desigual.

A estrutura urbana consolidada em tempos reproduz as relações sociais atinentes a tal estrutura. A sociedade, se reproduzida com base numa estrutura desigual, torna-se alienada e este espectro se intensifica entre os cidadãos, na medida em que a metrópole se reestrutura espacialmente mantendo as relações de classes. Entende-se desta maneira, que o processo de alienação se instaura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Belém há décadas não é mais “meio urbano” (SORRE, 1984), tal consideração é atribuída por sua parcialidade quanto à constituição de uma urbanização efetiva. Esse processo se deu por duas influências que merecem ser mencionadas, a saber: a primeira foi que a urbanização em Belém e na Amazônia ocorreu no tempo posterior em relação as demais áreas do país. Assim, pôde ter parâmetros de formas urbanas a ser reproduzido na região, tornando-se um processo não completamente autêntico.

A imitação das formas de outros espaços reduz a possibilidade de uma cidade se urbanizar pautado nos rigores da própria condição natural e também de acordo com a sua demanda e necessidade de se espriar variavelmente no tempo, o que provocaria uma maior singularidade entre as cidades.

A outra influência, e de uma abrangência mundial, são os novos rumos da economia capitalista com o rigor do pós-fordismo, exigindo cidades que pudessem viabilizar as relações econômicas numa artificialização cada vez moderna do espaço, produzindo o ambiente de representação desta fase capitalista, a metrópole com a estrutura urbana alinhada ao contexto mundial da economia, a globalização.

Assim sendo, Belém se urbanizou sob influências de áreas com tal processo mais antigo do país e por uma nova dinâmica do capitalismo mundial. No entanto, na perspectiva da “metageografia” (CARLOS, 2017) a reprodução socioespacial capitaneada pela modernidade capitalista poderia produzir uma cidade compatível entre as lógicas uso-troca, ou seja, onde o movimento do capital, doravante, ao espaço da cidade fosse reduzido em benefício ao signo do movimento da vida que tem o uso como base de sustentação, ampliando desta maneira o “Direito à cidade” e à “Justiça espacial”.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 172 p.
- CARLOS, A. F. A. et al. A privação do urbano e o “Direito à cidade” em Henri Lefebvre. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. de. Justiça espacial e o direito à cidade. São Paulo: Contexto, 2017. 192 p.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.
- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- _____. La producción de le spacio. Madri: Capitán Swing. 2013.
- MARTINS, J. de S. O cativo da terra. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. v. 1. São Paulo. Editora Nova Cultural, 1996.
- MONTE-MÓR, R. L. Urbanização e modernidade na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Ed.). Brasil Século XXI: por uma nova regionalização? São Paulo: M. Limonad, 2004. p.112-122.
- PENTEADO, A. R. Belém do Pará: Estudo da geografia urbana. Belém: UFPA, 1968. v. 1 e 2.
- RODRIGUES, E. B. Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém. Belém: UFPA, 1996.
- SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. Urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2009.
- SCHOR, T. et al. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de redeurbana no Estado do Amazonas, Brasil. PRACS:

Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 9, n. 1, p. 09-35, Macapá, jan. /jun. 2016.

SILVA, M. E. Paisagem e lugar na Amazônia produzidos pela globalização: uma análise a partir das empresas de fastfood nos bairros de Nazaré e Umarizal, Belém-PA. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SORRE, M. Geografia. Organizada por Januário F. Megale; Maria Cecília França e Moacyr Marques. São Paulo: Ática, 1984.

TRINDADE JR., S. C. da. A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ESPAÇO AMAZÔNICO PARAENSE E DESENVOLVIMENTO: INCURSÕES SOBRE A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA PARÁ RURAL

Mílvio da Silva RIBEIRO¹

João Santos NAHUM²

INTRODUÇÃO

Analizamos o Programa de Redução da Pobreza e Gestão dos Recursos Naturais do Pará, doravante Pará Rural, financiado pelo Governo do Estado do Pará (GEP) e Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que foi criado pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará³ e integra-se à Secretaria Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção (SEDIP-PA). Esse programa objetiva reduzir a pobreza de pessoas que estejam na faixa de rendimentos estimados pelo Estado ou abaixo dela.

Procuramos observar como algumas das determinações do Pará Rural se realizaram nos municípios de Santa Bárbara do Pará/PA e Igarapé-Açu/PA, em que foram criados Fóruns de Desenvolvimento Municipal (FDM). A intenção de processos de governança, que pretende o programa Pará Rural, não se restringe efetivamente entre o público do rural e o programa, mas também

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2015),Doutorando em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO - Universidade Federal do Pará/UFPA. E-mail: milvio.geo@gmail.com

² Docente da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará/UFPA. E-mail: prof.joanahum@gmail.com

³ Lei nº 6.796 de 16 de novembro de 2005 da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, que é fruto da elaboração e de previsibilidade do plano plurianual (PPA) do Estado do Pará para o quadriênio de 2003-2007.

entre as entidades reconhecidas como parceiras, essas com interesse de ordenar o território rural em termos ambiental e fundiário.

Desta feita, partimos da ideia de território, tanto no sentido de território normativo, em que incide a ação, como no sentido que encontramos em Santos e Silveira (2001) com a concepção de que o território é entendido como a extensão de apropriação e seu uso. E ainda da ideia de que o “território é uma porção geográfica que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo, [...] uma conexão de ideal entre o espaço e política” (GOTTMANN, 2012, p. 523). O território, como geração de conteúdos por indivíduos organizados segundo seus próprios objetivos, que se consolidam como fruto de repartição e de organização.

Tratando-se de um processo que exige relevante capital social, ou “capital territorial, ou seja, os recursos ligados aos territórios, convertendo aqueles que são genéricos em específicos, resultando em uma das mais importantes estratégias de desenvolvimento territorial” (DALLABRIDA; MARCHESAN, 2013, p. 209), estruturamos nossa reflexão procurando compreender como essa política de estado se conecta com os municípios através de Fóruns de Desenvolvimento Municipal (FDM), que no período de 2008 a 2012 foram realizados em 73 municípios dos 144 do Estado do Pará. Dessa constatação, demanda a questão central da pesquisa, qual seja: quais possibilidades e dificuldades na construção da governança para o desenvolvimento?

Partimos da hipótese que o Programa Pará Rural expressou uma ambiciosa formulação de objetivos para serem realizados no meio rural paraense. De fato, objetivos não concretizados por motivos tais como o sentido da política norteadora do programa que, em vez de ser de Estado, enveredou-se por uma política de governo. Por outro lado, diante do fragilizado capital social da sociedade civil, que é instrumento necessário ao desenvolvimento frente ao Pará Rural, pouco foi posto em prática no sentido de promover o desenvolvimento sustentável na perspectiva de governança territorial. Pois, no período mencionado anteriormente

(2008-2012), o Governo do Estado do Pará não realizou efetivamente os Projetos de Investimentos Produtivos (PIP) que pleiteou; para tanto renovou o acordo de empréstimo junto ao Banco Mundial até 2014, considerando a disposição do montante de cem milhões de dólares, em processo de investimento (RIBEIRO, 2015). Isso evidenciou que o principal recurso para o desenvolvimento que se propôs foi mesmo o dinheiro. Identificado por Ribeiro (2015) de terceiro cenário do Pará Rural e representado por apenas vinte e dois Projetos de Investimentos Produtivos em processo de execução, erguido pelo Pará Rural de um total cento e trinta (130) orçados pelo Estado.

GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Governança e desenvolvimento territorial são instrumentos e objetivações do Programa Pará Rural. Entendemos que governança se difere de governo e de governabilidade, pois se refere às atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências (GONÇALVES, 2005). A governança se dá na tomada de “decisão relativamente horizontal, em oposição ao estilo mais hierárquico do governo tradicional” (DALLABRIDA, 2006, p. 5). Para Rodrigues (2005), a governança é como um processo; em Diniz (1995) ela emerge da totalidade de diversas maneiras para consecução de resultados eficazes e em Rover (2007) a governança é tida como instrumento de integração entre governo e grupos sociais.

Por sua vez, o desenvolvimento territorial decorre dos recursos do território, mais o modo de estabelecimento de um grupo, da organização, da localização das atividades e do aprendizado coletivo. Esboçamos esta perspectiva na ideia de território para tratar sobre desenvolvimento territorial, em que “nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do

conhecimento do que é o território. O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todas as forças, todas as fraquezas” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 13). Assim, nos é importante o termo governança territorial que conduz a sua aplicação com possibilidades em variados campos de interesse, com significados diferentes. Igualmente torna-se necessário entender que ela é pensada por Dallabrida e Becker (2003) como um exercício de poder e autoridade por parte dos cidadãos, grupos organizados em suas organizações e instituições.

Partimos da análise de Ab’Sáber (1992) expondo-se que, por dezenas de anos, a partir da década de 1960, a Amazônia foi apresentada ao mundo ocidental como uma região uniforme e monótona, pouco compartimentada e desprovida de diversidade fisiográfica e ecológica. Enfim, um espaço sem gente e sem história, passível de qualquer manipulação por meio de planejamentos feitos à distância, ou sujeito a propostas de obras faraônicas, vinculadas a um falso conceito de desenvolvimento.

Com relação ao Programa Pará Rural, temos uma importante provocação de crítica, “se é possível decantar o que há de científico e o que há de normativo, de ideológico, de meramente discursivo por detrás” da ideia de desenvolvimento (FAVARETO, 2006, p. 33). Pois a ideia de desenvolvimento associa-se a crescimento econômico, espécie de mito que orienta a sociedade ou como argumento ideológico, falseador das reais intenções das políticas cunhadas ao título. O desenvolvimento pode ser interpretado como liberdade e se é a liberdade que o desenvolvimento promove, então há um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente (SEN, 2000). Assim “o desenvolvimento requer que se removam as principais privações de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p. 18).

A partir da compreensão do território como espaço de relações de poder, sociais e, logo, ganhando o sentido de

movimento, é possível perceber os entraves que justificam a expansão do que podemos chamar de abordagem territorial. De acordo com algumas considerações de Raffestin (1993), ocorre a consolidação de fatores físicos, humanos, econômicos, políticos e sociais e o mesmo aponta a multiplicidade de autores no território.

Brandão (2011, p. 121), ao tratar de pacto territorial concernente às estratégias públicas e privadas, assevera que “as virtualidades do território – enquanto arena e campo catalisador e de possível confluência de projetos – pode e deve assumir toda a conflituosidade inexorável e necessária ao adequado pacto social pelo desenvolvimento”. Fernandes (2004, p. 28), por sua vez, evoca que “el pensamiento consensual busca convencer de que el desarrollo territorial tiene el mercado como esencia”. Montenegro (2006, p. 31) diz que “o meio rural é ‘reabilitado’ como lugar dinâmico, susceptível de promover um desenvolvimento de características particulares, porém com possibilidades de integrar-se plenamente na dinâmica produtiva da sociedade”.

No relatório do Banco Mundial (2008) consta o objetivo de conseguir agendas agrícolas para o desenvolvimento; a governança nos níveis local, nacional e global precisa ser melhorada. Thomas A. Mitschein (2009), tratando de atraso histórico, desenvolvimento retardatário e o futuro incerto da Amazônia no século XXI, menciona o debate de desenvolvimento apoiando-se em “o privilégio do atraso histórico”, entendido para uma acirrada corrida desenvolvimentista, a qual pode fazer que os países atrasados alcancem – em tempo recorde – os mais avançados e se mostra incompatível com a limitada carrying capacity da natureza.

Ainda segundo Mitschein (2009), na década de 1970 através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o governo federal começa a implantar um “modelo Amazônico de crescimento desequilibrado corrigido”, porque favorecia os setores mineral, madeireiro, pecuário, pesqueiro empresarial, eletrotérmico e eletrolítico que, segundo seus idealizadores, detinham vantagem no âmbito da economia nacional e internacional. É ‘corrigido’ pois

previam intervenção do Estado para aliviar as polarizações socioespaciais aos setores selecionados anteriormente. Nesse sentido, nega-se ou mesmo silencia-se a identidade dos povos, bem como as condições territoriais. Logo, temos o sentido de que as políticas não tinham sido eficientes no sentido de desenvolvimento sustentável dos povos da Amazônia.

O PROGRAMA PARÁ RURAL, SUA ESTRUTURA E CONCEPÇÃO

O Pará Rural é concebido para contribuir com o desenvolvimento rural sustentável do estado do Pará, tendo como objetivo específico a redução da pobreza do meio rural paraense, por meio da geração de oportunidades de trabalho e renda para as famílias que estejam na faixa de rendimentos estimados pelo Estado ou abaixo dela. De acordo com o Governo do Estado do Pará (2009a), o Programa atua para o aumento da renda e melhoria das condições de vida de comunidades rurais pobres e direciona-se ao fortalecimento e aprimoramento do processo de gestão fundiária e ambiental do Estado, mediante investimentos na melhoria da estrutura institucional responsável pelo ordenamento territorial.

O programa tem vários componentes. O primeiro, denominado como COMPONENTE A, trata de investimento Produtivo em Projeto de Desenvolvimento Local/PDL e em Projeto de Desenvolvimento Municipal/PDM; o COMPONENTE B foca o ordenamento territorial, tendo como subcomponente B1, com relação à gestão Ambiental e o subcomponente B2, relacionado à gestão fundiária; o COMPONENTE C, dirige-se ao desenvolvimento de políticas, no subcomponente C1, em avaliação ambiental estratégica, subcomponente C2, em estudos e movimentos de pobreza e o subcomponente C3, destinado a outros estudos; e finalmente o COMPONENTE D refere-se ao gerenciamento do Programa, dividido no subcomponente D1, administração e gerenciamento, subcomponente D2, relacionado à comunicação e o

subcomponente D3, ao monitoramento e avaliação das ações do programa.

Um desafio do programa é superar a dependência histórica que a economia paraense mantém em relação à exploração de matérias-primas renováveis e não renováveis. Desse modo, objetivando gerar emprego e renda, a partir das potencialidades das diferentes regiões do Estado do Pará, busca ordenar o território com governança e consolidar um novo modelo de “desenvolvimento socioeconômico, pautado no conceito de desenvolvimento econômico, ambientalmente sustentável [...] estruturando seu sistema de ordenamento territorial” (PARÁ, 2009b, p. 79) na lógica de subsidiar a inclusão social alinhando a importância de titulação de terras, da sustentabilidade econômica das atividades produtivas e a preservação ambiental.

A Figura A sintetiza a concepção inicial do programa, as ideias de Dallabrida (2006) com governança territorial, dando-se pela prática de "concertação" social por meio de um processo de governança na dinâmica territorial do desenvolvimento, tais como blocos *socioterritoriais*⁴; redes de poder *socioterritorial*⁵; gestão do desenvolvimento territorial e pacto *socioterritorial*⁶. Segundo Dallabrida e Becker (2003), bloco *socioterritorial* refere-se a diferentes processos de concertação que ocorrem nos grupos de interesse ou

⁴ Consta em Dallabrida (2006) que se refere à escolha política de um modelo de desenvolvimento que determina o tipo de rede industrial e de empregos locais e os rumos do desenvolvimento do território; a quem cabe a articulação e coordenação do processo de desenvolvimento territorial ao fazer uma defesa sobre a importância da primazia da sociedade civil sobre a sociedade política, interpretando Gramsci, faz referência ao 'bloco histórico'.

⁵ Dallabrida (2006) se refere a cada um dos segmentos da sociedade organizada territorialmente que, representados pelas suas lideranças, assume posição hegemônica, capaz de dar a direção político-ideológica ao processo de desenvolvimento. Constitui-se a partir de interesses grupais de diferentes ordens ou de interesses corporativos.

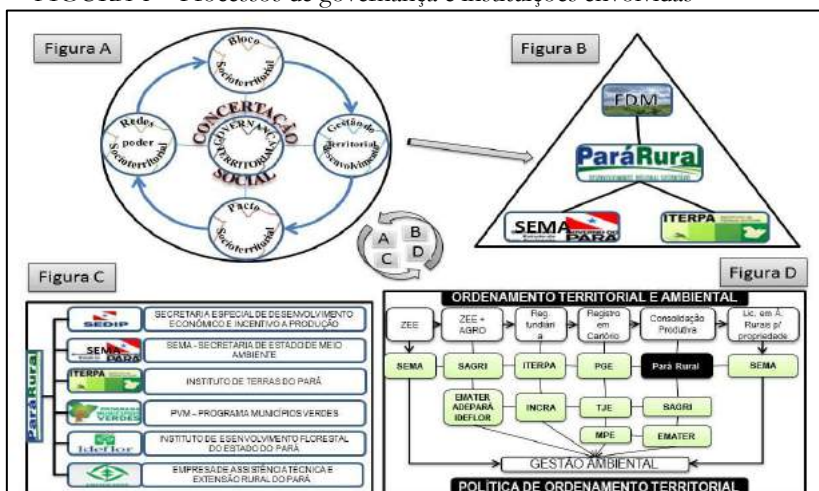
⁶ Segundo Dallabrida (2006) são acordos de ajustes decorrentes de processos de concertação social que ocorrem entre os diferentes representantes de uma sociedade organizada territorialmente referenciando-se a definições de seu projeto de desenvolvimento futuro.

corporativos que forjam um conjunto de lideranças que o constituem.

A Figura B ilustra a conexão do Pará Rural aos fóruns e sua projeção de funcionamento sinérgico. É a ideia de governança na dinâmica que os atores nos FDMs poderiam realizar. Tendo o Instituto de Terras do Pará/ITERPA e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente-Pará/SEMA, convergindo em ação para o desenvolvimento rural.

A Figura C expressa o conjunto de parceiros que convergem os esforços pelo interesse na projeção de ordenar o Estado para produzir no âmbito do programa, o desenvolvimento sustentável, abrangendo fundamentalmente as questões de ordem ambiental e fundiária, assim como questões de ordem da preservação ambiental. A Figura D expõe as ações do Componente B com a Política Estadual de Ordenamento Territorial/PEOT para atingir as metas, assim expressa na ação fundiária no Estado do Pará.

FIGURA 1 – Processos de governança e instituições envolvidas



Fonte: Elaboração dos autores a partir de Dallabrida (2006) e Governo do Estado do Pará (2009).

O nosso interesse é compreender como as ações do Pará Rural foram realizadas nos municípios de Santa Bárbara-PA e Igarapé-Açu-PA, verificando os PIPs que neles estão em andamento. Para tanto observamos um conjunto de metas ilustradas na Tabela 1.

TABELA 1 – Metas de Regularização fundiária

| Descrição | Áreas em milhões de hectares (ha). | Observação |
|--|------------------------------------|--|
| Estimativa do ITERPA de existência de terras estaduais devolutas | 25.000.000ha | Terras arrecadadas e não destinadas |
| Titulações expedidas pelo ITERPA, desde sua criação em outubro de 1975 até 2005 (31 anos) | 4.100.000ha | Esses sem o critério de coordenadas geodésicas |
| Meta, em 02 (dois) anos, em termos de regularização | 7.100.000ha | Abrangerá concessão florestal, regularização e para titulação individual |
| Por meio do Programa Terra Legal - Soma-se a esse esforço do Governo do Estado a ação do Governo Federal | 2.250.000ha* | Tem por meta regularizar mais de 90.000 posses em áreas federais no Estado |
| <i>*Se as áreas a serem regularizadas como posses em áreas federais são de lotes para agricultura familiar de 25ha cada.</i> | | |

Fonte: Pará Rural (2009). Organização pelo autor.

Ressaltamos que os fóruns a priori eram compreendidos como instâncias consideradas pelo Pará Rural para o exercício da governança, nos quais a sociedade civil e o Estado, entre outras instituições tal como o Banco Mundial, se constituiriam em territórios locais, relacionando-se com outros espaços, como nos fala Haesbaert (2005), territórios-redes, cujas fronteiras estão sempre em negociações nas relações entre diferentes atores que ali se integram. Porém, o programa passou a efetivar projeto de investimento

produtivo em municípios que não têm fóruns, inclusive na sua maioria.

A projeção do programa era aumentar a renda de 20.000 (vinte mil) famílias rurais pobres, em percentuais de 30% acima da linha de pobreza. Sentido que o Banco Mundial (2008, p. 1) em seu World Bank Report (WDR)⁷ publicado em 2008 infere que “no século XXI, a agricultura continua a ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza”, depreendendo-se que a agricultura é vital para o cumprimento da Meta de Desenvolvimento do Milênio que propõe reduzir pela metade – até 2015 – a proporção da população que sofre com a extrema pobreza e a fome.

A AÇÃO DO PROGRAMA PARÁ RURAL: OPORTUNIDADES, DIFICULDADES E DESAFIOS

As oportunidades, dificuldades e desafios enfrentados pelo programa mostram-se no contexto das ações com os entes municipais. A elaboração do Programa Pará Rural apresenta-se como uma oportunidade; seus objetivos pleiteados são, em proposição, meios de promover desenvolvimento ao meio rural. Nas palavras de um líder comunitário, beneficiário de um Projeto de Investimento Produtivo (PIP) coletivo, no município de Santa Bárbara do Pará/PA: “oportunidade se faz com dinheiro”, essa expressão, remete-se à oportunidade que o Pará Rural proporciona, que vai de 2008 – efetivamente quando assinado o acordo de empréstimo – a dezembro de 2014 – término do programa.

O Pará Rural tem um montante que corresponde a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) em processo de investimento. Desse montante, expressa-se que 60% são oriundos do BM e 40% dos cofres do Estado do Pará (RIBEIRO, 2015).

Uma das principais iniciativas:

⁷ Relatório do Banco Mundial.

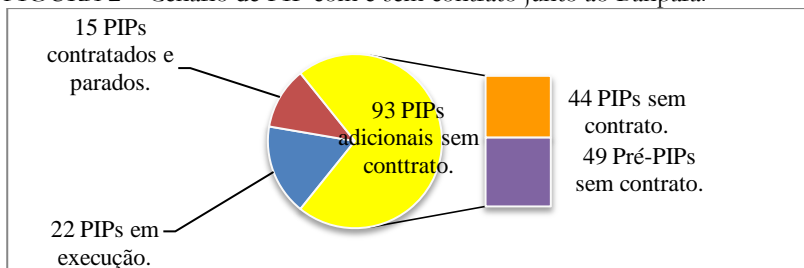
Potencializar o aproveitamento das oportunidades locais de desenvolvimento, criando condições para o acesso de produtos e serviços ao mercado; aumentar o capital social da população rural, fortalecendo processos participativos de definição de prioridades, seleção, execução e manutenção de projetos; e fortalecer as instituições do Estado, responsáveis pela gestão ambiental e fundiária (PARÁ, 2009a, p. 15).

Compreende-se que é dentro desses objetivos estratégicos elaborados que se evidenciam as oportunidades de desenvolver o meio rural. No componente A, tem a função primordial em atuar endogenamente no desenvolvimento municipal, por meio da promoção do dinamismo econômico e da melhoria da qualidade de vida da população. Um processo consistente e sustentável, em que o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais com viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e assegurando a conservação dos recursos naturais. A oportunidade que se apresenta está mais na perspectiva do discurso do que na prática, apesar de que isso não se apresenta como realidade em todos os espaços nos quais o programa atua.

Estamos diante de um processo complexo que se remete à escassez de capital territorial da comunidade local. Ainda mais complicado pelas sucessivas transições de governo na esfera estadual. Isso, sim, indica a política partidária como crucial problema do Programa Pará Rural.

De fato, a função ideológica essencial do discurso do governo (sobretudo a de mascarar, por procedimentos que não são evidentes, a utilidade prática da análise do espaço) para a condução das ações do programa como questão de Estado e não de governo. Um exemplo é que das ações projetadas, apenas vinte e dois projetos de investimentos constam em execução.

FIGURA 2 – Cenário de PIP com e sem contrato junto ao Banpará.



Fonte: Pará Rural. Organizado pelos autores.

Percebe-se que entre os diversos problemas nos módulos de operação do programa (MOPs) I e II (nos quais constam os objetivos do programa), podemos suscitar que ocorreram dificuldades na perspectiva inicial do Pará Rural, pois, dos quatro FDMs apenas o de Igarapé-Açu encontra-se funcionando.

| MUNICÍPIO (PA) | ASSOCIAÇÃO PROPONENTE | ATIVIDADE | Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS |
|-----------------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| Eldorado dos Carajás | APIMEC | Produção de Mel Industrializado | 60 |
| Igarapé-Açu | VILA UNIÃO | Produção de Hortaliças | 60 |
| Igarapé-Açu | AMIGA | Produção de Mel Industrializado | 45 |
| Primavera | COLÔNIA DE PESCA | Fábrica de Gelo | 80 |
| Santa Bárbara do Pará | ATRAER | Sistema Agroflorestal | 41 |

Fonte: Pará Rural. Organizado pelos autores.

Nas informações da tabela acima há cinco entidades proponentes com PIPs realizados, que totalizam no atendimento de 286 famílias, dentro da perspectiva do Banco Mundial, (no processo de governança) como relacionamento entre o público e o privado na

tomada das decisões. Porém, a sociedade civil participou apenas no caráter de consultada pelo programa Pará Rural.

Isso remonta aos desafios da Gestão Territorial que eram garantir a justa distribuição do espaço, que levasse em conta as inúmeras matrizes socioambientais-econômicas presentes no Estado (PARÁ, 2009a, p. 17). Concernentes ao PIP da Associação Rural de Vila União (ARVU) de Igarapé-Açu-PA, as possibilidades de desenvolvimento sustentável são vistas como positivas pela associação, confirma-se isso com a colocação de um membro da ARVU: “Foi bom, o trabalho melhorou muito. Produzimos bastante hortaliças [mas pondera], no início!”. A falta de assistência técnica para ARVU, de acordo com outro entrevistado: “Foi um desastre! Foi feita por meio do Instituto de desenvolvimento da Amazônia Sustentável (IDEASUL) que em nada nos ajudou”.

Com relação ao PIP da Associação de Produção de Mel Industrializado de Igarapé-Açu (AMIGA), há aspectos que indicam governança, uma vez que a entidade realiza seus trabalhos conectando-se com instituições de ensino, Fazenda Escola de Igarapé-Açu, Universidade Federal Rural da Amazônia (FEIGA/UFRA), nas quais capta técnica e capacitação para o empreendimento. Além disso, participa do fórum de desenvolvimento municipal bimestralmente com a representação da presidência da associação.

Para alguns sócios agricultores e apicultores da Associação, as oportunidades não se fizeram positivas na realidade, por diversos motivos, sobretudo porque o que se planejou no programa não se materializou na prática. No entanto, para outros as oportunidades são evidentes, como falou o entrevistado, apicultor financiado pelo Pará Rural: “Minha renda melhorou, agora trabalho melhor, recebi curso para lidar com as abelhas, então eu melhorei, agora tenho uma redinha a mais” – e notou com ênfase “a renda é adicional”. Pois o agricultor realiza várias atividades agrícolas e a partir delas extrai da terra sua possibilidade de existência.

Os desafios também se relacionam às questões políticas, às burocracias e à forma de como convencer ou educar a sociedade que um processo como o do Pará Rural não se dá em tempo curto. A lentidão promove a desmotivação e a descrença por parte de alguns sócios, que de um quantitativo de 45 famílias inscritas ao financiamento do PIP, apenas 30 o conceberam.

Analisando-se o quadro socioeconômico do município, utilizando-se de uma frase de um ente municipal: “Muitas pessoas estão esperando a vinda de Jesus com o maná do Céu” –essa referência se dá em relação às várias formas de assistencialismos que culturalmente foram concebidos na sociedade. São as formas de acudimento por vereadores, políticos em geral e tais quais os programas de assistencialismo do governo federal, a exemplo da bolsa família e bolsa jovem, que fazem com que muitas pessoas não queiram inclusive ser trabalhador de carteira assinada para não perder a bolsa.

O PIP do Sistema Agroflorestal de Santa Bárbara do Pará remonta-se aos desafios a serem sanados, são os problemas de execução no que foi elaborado, que vai desde o atraso do projeto à desistência dos sócios do PIP, além do acesso às oportunidades, como nos expressou a agricultora Senhora Joelma Mendes de Lima Barradas, Secretária da ATRAER: “Olha, eu sou agricultora e não é pela terra que não carrego debaixo da unha, sou agricultora porque lido com a terra, logo eu não preciso se sujar de terra”. Remetendo-se às dificuldades de aquisição do investimento pelo Pará Rural, à Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Expedito Ribeiro (ATRAER) em que algumas vezes foi interpelada por sua postura diferenciada para uma agricultora (o seu eminente capital territorial), pois se mostrava desembaraçada diante das instituições pelo interesse de desenvolvimento para sua comunidade. Diante disso, considera-se que agricultor/(a) não precisa estar com as marcas da miséria da roça, do cabo da enxada, da foice, do facão, ou outro instrumento que “escaleje” as mãos.

USO DO PARÁ RURAL: “MUDANÇAS” NO ORDENAMENTO

Consideramos a situação geográfica em que passa o meio rural paraense, especialmente, nosso referencial empírico, os municípios de Santa Bárbara do Pará/PA e Igarapé-Açu/PA, que diante de um conjunto de ações planejadas pelo Pará Rural, que aspiravam contribuir positivamente às dinâmicas de cada lugar atingido na possibilidade de um desenvolvimento no presente e no futuro, instituiu anseios, promessas de reduzir a pobreza com novo uso do território, sob a ideia de desenvolvimento sustentável. Daí compreender que “o território usado é assim uma arena em que fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações” (SILVEIRA, 2011, p. 5).

Os usos do território, se traduzidos ou não em melhorias à população – tais como ampliação das possibilidades e formas de viver melhor e redução da pobreza dos espaços englobados pelo Pará Rural, são expressos na indução dos anseios de um propalado desenvolvimento sustentável que não acontece. Os usos, isso sim, pela política de Estado – o programa Pará Rural, com suas intencionalidades, são marcados pela gestão política, dada a transitoriedade de políticos no comando do Estado.

Os territórios rurais dos municípios paraenses estudados refletem eminente ausência de ações efetivas do Estado. Os usos também remontam à constatação da existência de técnicas obsoletas e ultrapassadas, que ao nosso ver são uma forma de uso, sendo intensificados pelo programa, pois criou enorme anseio à população rural, com ações políticas nunca vistas, que traziam em si o sentido de estabelecimento de um marco institucional que, na prática, apresentavam-se como vantajosas e perspicazes, fundadas na ideia de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

O ordenamento fundiário e ambiental não é óbvio a partir do Pará Rural. Temos sim, uma forma de uso das áreas nos

municípios ao ritmo das ocupações das terras devolutas, em sucessivas formas de apropriação e usos dos recursos sem a presença do programa como legitimador e organizador do território. Estamos diante de um alinhamento do Pará Rural que segue uma trajetória política de reforma agrária em que passa o Brasil, como nos fala Oliveira (2011), o ano de 2010 foi ano ímpar no processo de luta pela terra no Brasil. Esse marcou o final do governo de dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva. O autor elucidou as características diferentes no que se refere à luta pela reforma agrária e pela democratização do acesso à terra no país. O primeiro mandato foi repleto de esperança na realização da reforma agrária.

Esperança que foi desaparecendo com o não cumprimento das metas [...] Era a não reforma agrária, ou melhor, a reforma agrária que o agronegócio queria. [...] não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela pudesse “ajudar” o agronegócio. No segundo mandato, [...] o início da contra-reforma agrária acoplada à expansão do agronegócio no Brasil (OLIVEIRA, 2011, p. 55, grifos nossos).

Fazendo analogia à expansão do agronegócio, mesmo não o analisando, compreendemos que o caráter da política de ordenamento territorial do Estado a partir do Programa Pará Rural segue uma lógica praticada pela política brasileira referente à questão do ordenamento do território. O que se assemelha a isso é constatado no Zoneamento Econômico Ecológico/ZEE do Pará Rural, quando apresenta as áreas genericamente consideradas aptas para a agricultura. Porém, as terras para agricultura familiar coincidem com as áreas de várzeas e das ilhas. Enquanto que as áreas que são propícias à agricultura familiar são zoneadas para a expansão das monoculturas, como por exemplo, do dendê, no caso da microrregião de Tomé-Açu/PA. Estamos diante de um balizamento institucional do Estado que favorece as monoculturas e o grande capital, de modo claro, imobiliza a agricultura familiar, especialmente, o camponês.

Analisando-se ZEE do Pará Rural sobre as terras com aptidão agrícola, considerando-se as de classe de terras boas para agricultura, elas representam a maior extensão na mesorregião nordeste paraense. O Programa Pará Rural tem como meta a redução da pobreza dos entes rurais no Estado do Pará, atendendo famílias carentes, as que o programa considera como agricultores familiares. Contudo, as terras apresentadas na classe de aptidão boa, para agricultura familiar, se incidem nas áreas de várzea e nas ilhas do Estado do Pará. Desse modo, para quem é o Zoneamento?

A regularização fundiária, como requisito para atingir os objetivos do Programa Pará Rural, forjou questões celebradas entre o GEP e o BM, vejamos:

(...) a criação de um formulário de “título provisório” como um próximo passo para o registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Também foram mencionadas instruções legais existentes que criaram um caminho mais simples e efetivo para regularização incluindo georreferenciamento de lotes, mas que não está sendo implementado atualmente (PARÁ RURAL, AJUDA MEMÓRIA, 2012, p. 30, grifo nosso).

É possível perceber que estamos diante de uma ineficácia contundente em termos de regularização fundiária; e se apresentam como saídas para a problemática, as “titulações provisórias” e ainda a indução de “caminhos mais simples”, esses não explícitos. Indicando-se consultorias a serem financiadas pelo Componente B2, com o objetivo de revisar procedimentos administrativos e leis existentes relacionadas à regularização da posse de terra e gestão fundiária, com o intuito de propor um sistema simplificado. O Banco Mundial suscita que:

Isso pode ser alcançado com **um formulário intermediário de título baseado** em um georreferenciamento menos preciso, mas que possibilitaria que mais famílias recebessem os benefícios em curto prazo. O vigente Marco de Avaliação para a **Governança Fundiária no Brasil** (que não faz parte do Pará Rural) apoiado pelo Banco inclui avaliação a nível

estadual no Pará e também irá proporcionar uma oportunidade de discussão de políticas sobre regularização fundiária, assim como **várias outras facetas da gestão fundiária no Estado** (PARÁ RURAL, AJUDA MEMÓRIA, 2012, p. 30, grifo nosso).

Posto dessa maneira, estamos diante de uma proposição como mecanismo de saída para os entraves que dificultam o ordenamento fundiário no Estado, pelo menos, quando estamos perante da dificuldade do programa em pôr em prática a regularização fundiária como parte do ordenamento territorial.

Por fim, a governança como instrumento do programa Pará Rural para o desenvolvimento dos entes rurais, pobres do meio rural, não ocorreu, nem entre o Estado e a sociedade civil, assim como entre as entidades envolvidas como parceiras do Pará Rural. A seguir algumas considerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi desenvolvida estudando o Programa Pará Rural e PIPs dos municípios de Igarapé-Açú e Santa Bárbara do Pará, nas Associações: Associação Rural Vila União/ ARVU; Associação de Criadores e Criadoras de Abelhas Melíferas do Município de Igarapé-Açú/AMIGA e Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Expedito Ribeiro/ ATRAER. Ganhou sentido, de nossa primeira consideração, uma de nossas hipóteses, a de que o programa Pará Rural não tenha efetivado o desenvolvimento que planejou em função das ingerências políticas e pelas sucessões dos grupos políticos que governaram o Estado no recorte temporal de 2007 a 2014. E com isso imobilizaram a possibilidade de um processo de governança territorial, de ordenamento territorial do meio rural, de desenvolvimento sustentável e promoveu-se, isso sim, uma grande expectativa de

desenvolvimento como fábula e a continuidade da pobreza dos pobres rurais.

As dificuldades para avançar na busca das respostas geraram possibilidades para que o estudo tenha uma continuidade, permitindo novos caminhos para o aprofundamento e compreensão de que processos de governança territorial na Amazônia sejam possibilidades de contribuição ao desenvolvimento sustentável na região.

Destacamos como alguns resultados da pesquisa que da pretensão de processos de governança para o desenvolvimento, com a criação de fóruns de desenvolvimento municipal, e após levantamento das demandas nos municípios, o Estado terceirizou algumas atividades, as quais, previamente, havia estabelecido acordos de parceria com instituições do próprio Estado e que foram deixadas de lado. Por exemplo, contratou assistência técnica para assistir as associações nos seus PIPs, quando deveria apoiar-se em assistência técnica da EMATER.

O Governo do Estado do Pará condicionou a política pública –Programa Pará Rural que tem em suas formulações o objetivo de redução da pobreza como mais uma falsa ideia de desenvolvimento sustentável (BRANDÃO, 2011) e ainda, aflorando-se “a negligência total à questão fundamental da hegemonia e do poder político” (BRANDÃO, 2011, p. 50) – alternativamente, num sentido em que o centro do poder de ditar, de negar a ação coletiva, como manobra para os fins que não os de uma política de Estado elaborada.

O estudo concluiu que estamos diante de uma política de Estado na formulação e na prática de uma política de governo, pois até o presente instante notamos atraso na realização do Ordenamento territorial, na realização do PIPs, e que por isso não expressa um desenvolvimento que indique redução da pobreza.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. Amazônia: proteção ecológica e desenvolvimento. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 6, n. 1, 1992, p. 112-126.
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial da Agricultura para o Desenvolvimento. Washington, DC, 2008. 34 p.
- BRANDÃO, C. A. Descentralização enquanto modo de ordenamento espacial do poder e de reescalonamento territorial do Estado: Trajetória e desafios para o Brasil. In: ROSSETO, A. M. [et al.]; DALLABRIDA, V. R. Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidade estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, p. 115-135.
- COSTA, F. de A. Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. Revista Brasileira de Inovação, v. 8 n 1, FINEP, 2009, p. 35-86.
- DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: a densidade institucional e o capital social no processo de gestão do desenvolvimento territorial. III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2006, Santa Cruz do Sul, v. 1. EDUNISC, 2006. p. 1-19.
- DALLABRIDA, V.R., BECKER, D. F. Governança Territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. Desenvolvimento em Questão, vol. 1, núm. 2, julho-dezembro, 2003, p. 73-97.
- DALLABRIDA, V. R.; MARCHESAN, J. Desenvolvimento na Região do Contestado: Reflexões sobre Território, Identidade Territorial, Recursos e Ativos Territoriais, Indicação Geográfica e Desenvolvimento (sustentável). In: DALLABRIDA, V. R. Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre indicação geográfica e novas possibilidades de

desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. São Paulo: LiberArs, 2013, p. 195-232.

DINIZ, E. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 3, v. 38, 1995, p. 385-415.

FAVARETO, A. da S. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial. 220f. 2006. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, A. O Conceito de Governança. Congresso Nacional do CONPEDI, v. 14, 2006, p. 179-198.

GOTTIMANN, J. A evolução do conceito de território. Boletim Campineiro de Geografia, AGB-Campinas. v. 2, n. 3, 2012, p. 523-545.

HAESBAERT, R. Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização. Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, 2003. Anais... Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005, p. 15-29.

MITSCHEIN, T. A. Atraso, Desenvolvimento Retardatário e o Futuro Incerto da Amazônia no Século XXI. In: ROCHA, G. de M.; MAGANHÃES, S. B.; TYEISSERENC, P. Territórios de desenvolvimento e ações públicas. Belém: EDUFPA, 2009, p. 291-318.

MONTENEGRO, G. J. R. Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial. 2006. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, A. U. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo de luta camponesa pela Terra no Brasil. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; WICHINIESKI, I. Conflito no Campo 2010. Goiânia: CPT, 2011, p. 55-62.

PARÁ, Governo do Estado. Concepção e implementação do Programa de redução da pobreza e gestão dos recursos naturais do Pará (PARÁ RURAL). Manual Operacional. Volume I, agosto de 2009a. 89 p.

_____. Programa de redução da pobreza e gestão dos recursos naturais do Pará(PARÁ RURAL). Manual Operacional. Volume II - anexos, agosto de 2009b. 189 p.

_____. Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará. Editores Técnicos: Carmen Roseli Caldas Menezes, Marcilio de Abreu Monteiro e Igor Maurício Freitas Galvão. Belém/PA: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. 3v. 309 p.

PARÁ-RURAL. Loan 7414-BR. Missão de apoio à implementação e supervisão - ajuda Memória- Belém, 22 de outubro a 1o de novembro de 2012,p. 5-6.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. 8.ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993. 269 p.

RIBEIRO, M. da S. Governança para o desenvolvimento territorial: da concepção à ação – o caso do Programa Pará Rural. 161f. 2015. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

RODRIGUES, W. Planejamento e Governança Territorial: Uma reflexão a partir do terreno.Cidades – Comunidades e Territórios,n. 10, jun. 2005, p. 25-34.

ROVER, O. J. Redes de Poder e Governança Local: Análise da gestão político-administrativa em três fóruns de desenvolvimento com atuação na região Oeste de Santa Catarina/Brasil. 254f. 2007. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. Revisão técnica de Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 416 p.

SILVEIRA, M. L. Território Usado: Dinâmicas de Especialização, Dinâmicas De Diversidade. Ciência Geográfica, Bauru, Vol. XV-1: janeiro/dezembro, 2011, p. 04-12.

DINÂMICAS POPULACIONAIS, ECONÔMICAS E DAS FINANÇAS PÚBLICAS EM BARCARENA DURANTE AS DÉCADAS DE 1970/1980¹

Márcio Júnior Benassuly BARROS²

INTRODUÇÃO

O ano de 1973 marca em escala mundial a crise do petróleo, na escala local representou a oportunidade para o município de Barcarena tornar-se um grande beneficiador mineral na Amazônia. Naquele ano, o Japão vinha passando por vários problemas no seu parque industrial, em função da elevação dos preços do petróleo usados em suas plantas industriais inclusive as de alumínio.

A solução para a questão seria encontrar locais nos países periféricos que dispusessem de energia barata, matéria-prima abundante, mão-de-obra qualificada e legislação ambiental pouco rigorosa. Barcarena – município localizado na microrregião de Belém, tinha apenas 17.498 habitantes, onde 79,12% de sua população economicamente ativa estava na agropecuária – seria totalmente transformado com a implantação de um grande complexo industrial para o beneficiamento da bauxita em alumínio, cujo destino final seria a exportação, principalmente para o Japão, grande consumidor desse metal.

A Barcarena da década de 1970 não tinha condições técnicas financeiras e infra - estrutura para absorver um empreendimento de

¹ O presente artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada “Mineração, finanças públicas e desenvolvimento local no município de Barcarena - Pará”, defendida em 2009 na Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Geógrafo (UFPA), doutor em Geografia (UnB), professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Líder do Grupo de Pesquisa CNPq - Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM). E-mail: marcgeo2000@yahoo.com.br

grande porte como este. Sem a atuação direta no território dos sócios do projeto, ou seja, os governos do Brasil e do Japão e outras parcerias aglutinadas ao empreendimento, não seria possível a sua efetivação. Enquanto ocorriam as discussões técnicas para a viabilidade do empreendimento, a população local levava uma vida típica de uma localidade amazônica, pautada na agropecuária.

DINÂMICAS POPULACIONAIS EM BARCARENA DURANTE AS DÉCADAS DE 1970/1980

As transformações territoriais e populacionais em Barcarena foram mais intensas no distrito de Murucupi, recorte espacial escolhido para obrigar as instalações do projeto, porto, fábrica, além da company town de Vila dos Cabanos. Os moradores ali estabelecidos em Vila do Conde, Ponta da Montanha e Itupanema, constituíam-se de pequenos agricultores, pescadores e caçadores, onde existia uma grande relação com os recursos naturais de onde retiravam o seu sustento. Tratava-se de localidades que mantinham uma forte ligação com a terra e o rio de onde tiravam o necessário para a sua sobrevivência. A sede municipal de Barcarena era um pequeno povoado de 1.810 habitantes (IBGE, 1970a).

A Barcarena anterior ao projeto tinha no seu arranjo espacial a Vila do Conde (berço do município), localidade que data do século XVIII, onde os padres jesuítas haviam fundado uma aldeia e catequizado os índios “Mortigura”, Itupanema (vila tradicional de pescadores), Barcarena e São Francisco (antiga sede municipal), até 1952. São Francisco por estar localizado em um sítio geográfico inapropriado, pouco se desenvolve, ficando o local isolado e estagnado durante muito tempo, até ter a sede municipal transferida para um novo sítio às margens do rio Murucuça com o igarapé Aipim.

Em 1970 os núcleos urbanos existentes em Barcarena apresentavam um contingente populacional pequeno, sendo o mais expressivo povoado urbano o da sede municipal, Barcarena, criado

em 23 de agosto de 1952 para ser a nova sede municipal, uma vez que a sede administrativa estava no povoado de São Francisco e cuja localização apresentava péssimas condições de acessibilidade fluvial, haja vista que os rios eram as principais vias de comunicação. Vila do Conde com 578 habitantes em 1970 (IBGE, 1970a) tinha a sua ocupação restrita ao entorno da igreja de São João Batista, localizada na Avenida Beira Mar (Lauro Sodré) e Avenida Santarém, constituindo-se em uma vila tradicional de pequenos agricultores, caçadores e pescadores. São Francisco e Itupanema apresentavam semelhantes características populacionais e econômicas.

A partir de 1977 com os trabalhos no local onde seria instalado o complexo industrial houve um grande fluxo migratório para o entorno do grande projeto, principalmente para o distrito de Murucupi. De acordo com dados oficiais do IBGE (1970a, 1980a) e da SUCAM (1989), Vila do Conde apresentou um crescimento de 5,26% entre 1970 e 1980, ou seja, este período compreende a localidade antes do projeto e 1980, período inicial de execução das primeiras obras do porto e das plantas industriais da Albrás. Neste período a Vila sofreu um grande impacto demográfico com a chegada de trabalhadores e operários para os canteiros de obras do projeto. A referida vila passou de 578 habitantes em 1970 para 965 habitantes em 1980.

Já no período de 1980–1989 a Vila registrou um aumento populacional em apenas nove anos de 14, 76%. Tal crescimento demográfico não foi acompanhado de um planejamento por parte das autoridades federais, estaduais e municipais – o que certamente representou um impacto direto sobre os serviços públicos existentes no local, além de outros serviços que precisavam ser urgentemente criados para atender a este fluxo migratório que ali não parava de chegar. No período de 1980 –1989 houve em Vila do Conde uma mudança nos valores familiares, com a chegada ao núcleo de um contingente populacional quase sempre de migrantes e do sexo masculino, o que demandou a abertura inclusive de casas noturnas na Vila do Conde onde vários pais viram suas filhas se prostituírem.

A sede municipal no período de 1970 – 1980 apresentou um crescimento populacional de 12,21%, bem superior ao de Vila do Conde. A condição de sede administrativa municipal, com a existência a época dos melhores serviços públicos e de maiores chances de emprego, tornou-se um fator de atração populacional para os migrantes que chegavam ao município. De acordo com Tourinho (1991, p. 284) no período de 1980 a 1989 o crescimento do núcleo urbano de Barcarena ficou em 11,04%, o que representa um impacto sobre os serviços existentes na cidade como educação, saúde, saneamento básico, iluminação pública dentre outros.

São Francisco, sede municipal até 1952, cujos dados desagregados do município são inexistentes no censo de 1970, atinge 332 habitantes em 1980 e 1.409 em 1989, cujo crescimento no período totaliza 17,42%, o que certamente tem fortes relações com a implantação do projeto Albrás – Alunorte. Em Vila de Itupanema, onde também inexistem dados desagregados no censo de 1970, a Vila atingiu 404 habitantes em 1980 e 441 em 1989, o que representou um crescimento de 0,98% no período analisado, conforme demonstra a Tabela 1.

TABELA 1 – Aglomerações populacionais de caráter urbano anteriores ao projeto Albrás - Alunorte em Barcarena

| Aglomerações | Ano/População | | | Crescimento anual | |
|----------------|---------------|-------|--------|-------------------|-----------|
| | 1970 | 1980 | 1989 | 1980/1970 | 1989/1980 |
| Barcarena | 1.810 | 5.731 | 14.706 | 12,21 | 11,04 |
| Vila do Conde | 578 | 965 | 3.332 | 5,26 | 14,76 |
| São Francisco* | - | 332 | 1.409 | - | 17,42 |
| Itupanema* | - | 404 | 441 | - | 0,98 |

Fonte: Tabela reelaborada pelo autor a partir de Tourinho (1991, p. 284).

*Inexistem dados desagregados de São Francisco e Itupanema referente a 1970.

Segundo dados do censo demográfico de 1970 do IBGE, Barcarena apresentava uma reduzida população na década de 1970 de 17.498 habitantes, dos quais apenas 2.388 residiam na zona

urbana e 15.110 habitantes residiam na zona rural, ao longo dos rios, estradas, sítios.

O censo demográfico do IBGE de 1980 registra a redução da população rural e um crescimento da população urbana em relação ao censo demográfico do IBGE de 1970. Em 1970 a população urbana era de 2.388 habitantes; em 1980 esses números tinham crescido aproximadamente três vezes, atingindo 6.700 habitantes, o que representou um crescimento no período de 180,57%. Em contrapartida temos um efeito contrário com a população rural que diminui cerca de 11,84% no período analisado, decrescendo de 15.110 habitantes em 1970 para 13.321 em 1980.

Nos anos de 1970 o crescimento demográfico municipal foi de 13,6%, com um crescimento anual de 1,36%. Durante a referida década a população local passou de 17.498 habitantes em 1970, para 20.021 habitantes em 1980. Esse crescimento foi maior a partir da segunda metade dos anos setenta com as primeiras desapropriações que se processaram no local.

Na década de 1980 o crescimento demográfico foi de 78,4%, com um crescimento anual de 7,84%. Nesta década a população passou de 20.021 habitantes em 1980, para 45.991 habitantes em 1991. Esse aumento demográfico é justificado pela forte atração populacional por empregos que o projeto exerceu no estado e fora do Pará. Em 1983 começam os primeiros trabalhos para a construção das plantas da Albrás e do Porto de Vila do Conde. Durante este período outras obras de infraestrutura (estradas, núcleo urbano de Vila dos Cabanos, atracadouros etc.) também funcionaram como atrativos de pessoas que chegam a Barcarena na tentativa de encontrarem empregos abertos nas diversas frentes de trabalho do projeto. Parte dessa população que chega ao município se aglomera no entorno do projeto, principalmente em São Francisco que apresentou um crescimento populacional de 156,78% entre 1980-1989, Vila do Conde com crescimento de 132,84% e a sede de Barcarena cuja população urbana cresceu 99,36% no mesmo período (TOURINHO, 1991).

Nos anos de 1990 o crescimento demográfico municipal diminui em relação à década anterior. Neste período, a população passa de 45.946 habitantes em 1991 para 63.259 em 2000, o que o representou um crescimento no período de 40,42%. Nos anos 90 os projetos do setor de caulim entram em funcionamento em Barcarena (Pará Pigmentos e Imerys Rio Capim Caulim) o que veio contribuir para aumentar a atração populacional, quer seja na fase de construção das plantas industriais e do porto de embarque e desembarque das empresas, quanto pelos empregos efetivos que seriam gerados nas duas empresas no município. Esse processo é ampliado com a inauguração da Alunorte em 1985.

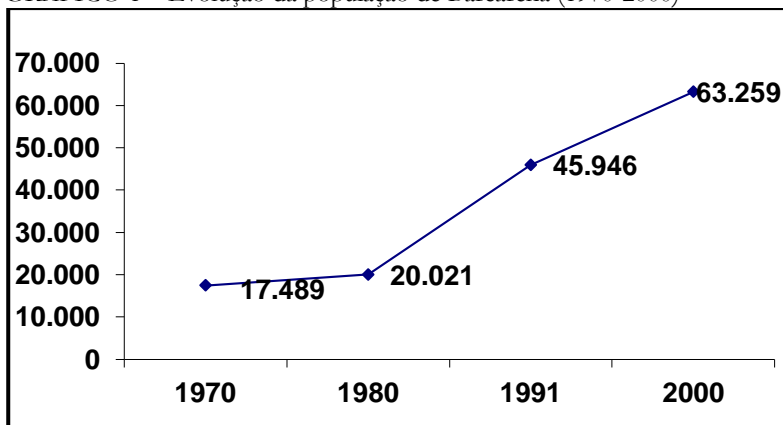
TABELA 2 – Caracterização da população de Barcarena (1970-2000)

| População | | | | Taxas de crescimento anual (%) | | | Dens. Demog. (hab./km) |
|------------------|--------|--------|--------|---------------------------------------|---------|---------|-------------------------------|
| 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 1970/80 | 1980/91 | 1991/00 | |
| 17.498 | 20.021 | 45.946 | 63.259 | 1,36 | 7,84 | 3,62 | 48,06 |

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Os dados acima trabalhados em forma de gráfico demonstram essa evolução da população em Barcarena no período de 1970 a 2000. Essa evolução é mais intensa a partir da década de 80, permanecendo em crescimento até o ano de 2000 conforme demonstra o gráfico seguinte.

GRÁFICO 1 – Evolução da população de Barcarena (1970-2000)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

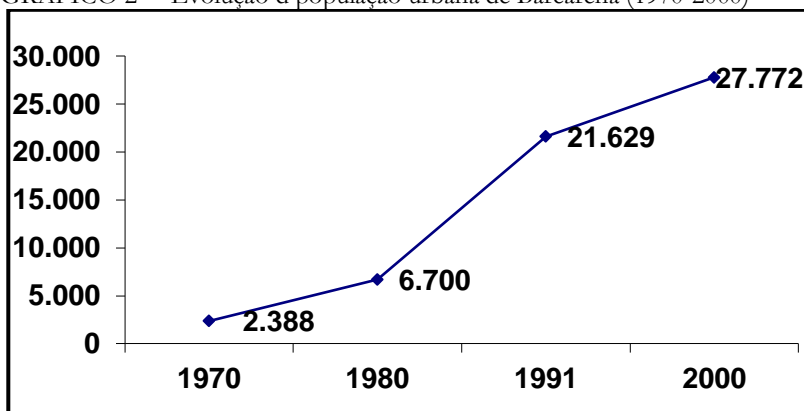
Essa evolução da população mais que duplica entre 1980/1991. Segundo os dados anteriormente apresentados, Barcarena passou por um processo acelerado de crescimento populacional, onde os projetos de mineração funcionaram como um atrativo para os migrantes que para o município se deslocaram em busca de melhores condições de vida.

Na década de 1970 registra-se um aumento da população urbana do município de 2.388 habitantes em 1970 para 6.700 em 1980. Essa população começa a crescer a partir de 1977, com as desapropriações na orla litorânea do distrito de Murucupi destinado ao complexo industrial Albrás - Alunorte.

Durante a década de 1980 a população urbana municipal mais que triplica, passando de 6.700 habitantes em 1980 para 21.629 em 1991. Esse crescimento é resultado do deslocamento interno da população municipal que se desloca da zona rural para a zona urbana e da chegada de novos migrantes ao município que preferem os núcleos urbanos para fixarem residências.

Nos anos de 1990 o crescimento da população urbana local é menor que na década anterior, passando de 21.629 habitantes em 1991 para 27.772 habitantes em 2000, neste período a população urbana cresce apenas 6.143 habitantes, conforme demonstra o gráfico seguinte.

GRÁFICO 2 – Evolução d população urbana de Barcarena (1970-2000)

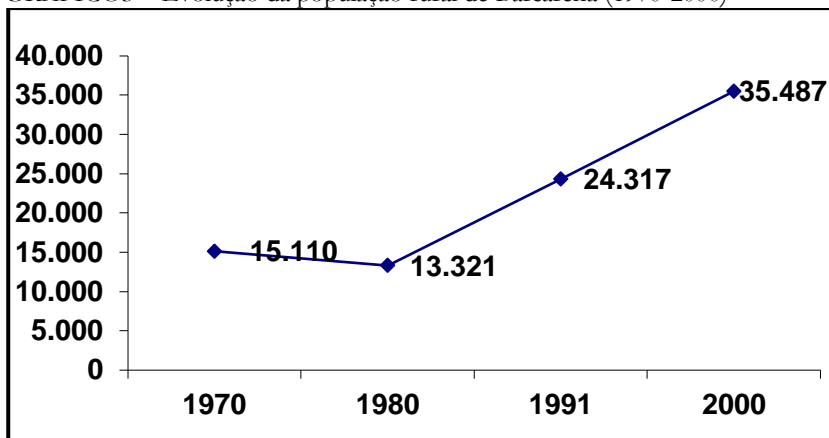


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1991 e 2000.

Na década de 1970 a população rural municipal decresce, passando de 15.110 habitantes em 1970 para 13.321 habitantes em 1980. Esse fato é explicado pelas transformações socioeconômicas, pelas quais passava o Brasil e o município. Com a adoção de novos valores e acesso a novos serviços, a população rural passa a se deslocar para a zona urbana tida como um lugar de acesso mais fácil a serviços como educação, saúde, habitação etc.

Nas décadas de 1980 e 1990 a população rural municipal cresce no período em análise, o que pode ser observado no gráfico seguinte.

GRÁFICO3 – Evolução da população rural de Barcarena (1970-2000)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Neste sentido, a análise do comportamento da população rural demonstra as transformações pelas quais passou o município, pois a mudança na base econômica municipal teve fortes reflexões na sua população.

DINÂMICAS ECONÔMICAS EM BARCARENA DURANTE AS DÉCADAS DE 1970/1980

O indicativo da existência de uma população rural superior à urbana mostra que a economia municipal também estava pautada na agropecuária, no extrativismo e na pesca.

Em 1970, segundo informações do IBGE, 79,12% da população economicamente ativa do município estavam empregados no setor primário da economia, 8,45% no secundário em atividade industrial e apenas 12,43% no setor terciário espalhado em diversos serviços.

Com o impacto do anúncio e os primeiros trabalhos do complexo industrial em 1980, o setor primário tinha reduzido para 59,51%, o setor secundário cresceu para 20,0%. Portanto, mais que dobraram as atividades industriais no período analisado, resultados estes ligados diretamente ao complexo industrial ora em obra e o conseqüente crescimento do setor terciário com a prestação de serviços que atingiram 20,09% em 1980 (TOURINHO, 1991).

Durante a década de 1970 e 1980 a agropecuária constituía-se na principal fonte de trabalho e renda para a população local. A principal explicação para este fenômeno é que a população estava concentrada no meio rural.

Algumas culturas tiveram uma redução de produção no período analisado como o abacate, banana, outros ampliaram a sua produção como o cacau, coco, laranja, manga. A cultura da pimenta do reino não teve registro no censo de 1980, o que dificultou a avaliação de sua evolução (IBGE, 1970b; 1980b).

Em relação às culturas temporárias foi confirmada a redução da produção notadamente no abacaxi, arroz, feijão, onde a interligação da região à economia nacional passou a abastecer a região com uma produção agrícola produzida principalmente no Sul e Sudeste do país, onde a produção local, por praticar uma atividade com pouco incremento tecnológico, perde espaço e mercado para a produção extrarregional. Açúcar, mandioca e milho tiveram a sua produção ampliada, com destaque para a mandioca, matéria-prima da farinha regional que passou a partir dos anos 1980 a ser exportada para outros mercados.

A indústria municipal durante a década de 1970 era bastante reduzida e estava concentrada nos setores oleiro/cerâmico, com 08 estabelecimentos, produtos alimentares com 02 estabelecimentos; madeiras com 01 estabelecimento, metalurgia com 01 estabelecimento, o que produzia um total de 12 estabelecimentos industriais em Barcarena. Na década de 1980 houve a redução da metade dos estabelecimentos oleiro/ cerâmica, e o de metalurgia e uma ampliação de indústrias de produtos alimentos para 3

estabelecimentos, o de extração de minérios e um elevado crescimento do ramo de madeiras com destaque para o crescimento de atividades de serrarias (IBGE, 1970c; 1980c).

O setor de serviços da economia de Barcarena na década de 1970 era bastante incipiente, com poucos serviços que eram disponibilizados para os habitantes locais. Em 1970 o município não disponibilizava nenhum estabelecimento atacadista registrado, no que se refere ao comércio varejista conta com 55 estabelecimentos registrados. Em 1980, o município tinha 01 estabelecimento atacadista e 270 estabelecimentos varejistas com registro, o que representou uma variação de 392,73% de crescimento dos estabelecimentos comerciais em Barcarena.

Esse aumento em parte reflete os impactos econômicos que os projetos da construção da Albrás e Alunorte e outras infraestruturas tiveram no comércio local. Com a chegada dos operários que trabalhariam na construção do complexo houve um crescimento da procura por mercadorias e serviços de primeira necessidade como alimentação e hospedagem dentre outros, conforme demonstra a tabela abaixo (TOURINHO, 1991).

Em 1970 o setor de serviços municipais existentes era bastante reduzido, com a presença de poucos estabelecimentos registrados. Em 1980, esses números ampliam consideravelmente. Em Barcarena as transformações da economia nas décadas de 1970 e 1980 foram bastante acentuadas, com a implantação da indústria de grande porte no município aqui representada pelo setor mineral, que foram responsáveis pelas maiores transformações econômicas da história do município.

DINÂMICAS DAS FINANÇAS PÚBLICAS EM BARCARENA DURANTE AS DÉCADAS DE 1970/1980

Esta seção analisa as dinâmicas das finanças públicas de Barcarena, a partir do anúncio do acordo Brasil-Japão de construir

no município um complexo de alumínio de grande porte e o impacto que esta decisão acarretou nas finanças municipais a partir do início das obras de infraestrutura do projeto através do Porto de Vila do Conde, plantas industriais, estradas de acesso ao complexo, Vila dos Cabanos etc. Todas essas ações tiveram um rebatimento nas finanças locais, que cresceram acima dos municípios de sua microrregião.

Para Dalton (1972, p. 29) “a palavra *finança* significa assuntos de dinheiro e sua administração. Já o termo *finanças públicas* constituem os assuntos de dinheiro público”. Neste sentido, as finanças públicas tratam dos assuntos ligados ao dinheiro arrecadados dos cidadãos ou recebidos através das transferências das outras esferas do governo (federal ou estadual). Estas estão ligadas fundamentalmente a receitas (ingressos) e a despesas (saídas) e à gestão desses recursos por parte do gestor público.

Segundo Dalton (1972, p. 31) “em finanças públicas, a principal divisão se faz entre receitas e despesas públicas que formam os dois ramos simétricos do assunto”. As finanças públicas municipais estão divididas entre receitas e despesas. A receita é todo dinheiro recolhido pela prefeitura dos cidadãos através de pagamentos, principalmente de impostos e taxas. Enquanto que as despesas são as aplicações das receitas dos diversos programas e projetos que o executivo local mantém.

A receita municipal própria constitui-se da soma de todos os recursos financeiros que ingressam no tesouro municipal. Estes recursos são provenientes da arrecadação própria, dos tributos de competência do município e de transferência dos governos estadual e federal. As receitas próprias municipais são o IPTU, ISS, ITBI e Taxas sob a responsabilidade direta de arrecadação municipal.

O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) é o mais conhecido dos impostos municipais, é pago pelos contribuintes tendo como base de cálculo, o valor total dos bens prediais imóveis. Está previsto no Artigo 156, inciso I da constituição Federal de 1988.

O ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), mais conhecido como imposto sobre serviços, surgiu com esta caracterização pela emenda constitucional nº 18 de 1965, artigo 15, mantendo-se até o presente momento.

O ITBI (Imposto Sobre a Transmissão Inter-vivos) é um imposto cobrado sobre a transmissão de bens imóveis, é cobrado na transmissão de propriedades efetuadas entre pessoas (inter-vivos) e nas transferências de propriedade ocorridas por motivo de herança ou de sucessões (causa mortis). Atualmente, o município recolhe o ITBI inter-vivos e o Estado ITBI causa mortis.

As taxas (utilização de serviços públicos e exercícios do poder de polícia), são taxas cobradas dos contribuintes locais, principalmente, na forma de licença que são expedidas pelo município em favor de terceiros para a realização de diversas atividades.

As receitas de transferências são receitas que o município recebe dos governos do estado e da união pela participação do município na arrecadação feita pelo estado e união cuja normatização está prevista na Constituição Federal do Brasil.

As receitas transferidas da união aos municípios são o FPM, a LC 89\96 (Lei Kandir), o SUS, o FUNDEF, e o FNDE.

O FPM (Fundo de Participação dos Municípios) é um imposto arrecadado de 22,5% da arrecadação do imposto de renda e do imposto sobre produto industrializado. Sua distribuição é feita de acordo com o número de habitantes municipais. Os repasses obedecem ao valor da cota-parte dos municípios publicados pelo TCU, com base no IR (Imposto de Renda) e IPI (Imposto de Produtos Industrializados) e a população informada pelo IBGE. As receitas transferidas do estado aos municípios são o ICMS, o IPVA fundamentalmente.

O ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) trata-se de um imposto constitucional cobrado sobre operação relativa à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Aos

municípios são repassados 25% do total da arrecadação de acordo com o índice de participação do município no montante desse tributo. O ICMS é o maior imposto do Brasil.

O IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) é recolhido dos veículos pelo estado e repassado a cota-parte do município de acordo com o valor arrecadado no município.

As décadas de 1970 e 1980 constituem-se em um recorde temporal que marca profundamente o impacto da instalação de um grande projeto nas finanças locais do município de Barcarena. O comportamento da receita própria no período de 1976 a 1982 foi crescente em todo o período, conforme demonstra a análise abaixo subsidiada por dados do Ministério da Fazenda.

Em 1976 as finanças públicas de Barcarena eram semelhantes à quase totalidade dos municípios amazônicos. Com uma receita própria reduzida, o município dependia das receitas de transferências constitucionais do estado e da união. Neste ano, a receita própria (IPTU, ISS, TAXAS) do município foi da ordem de vinte e dois mil cruzeiros. Vale destacar que a arrecadação do IPTU era praticamente nula e o ISS bastante pequeno em função de tratar-se de um município de base agrícola. Já as receitas de transferências eram bastante significativas se comparadas com as receitas próprias. As transferências neste ano foram da ordem de oitocentos e cinquenta e três mil cruzeiros. A soma das receitas próprias e de transferências totalizou oitocentos e setenta e cinco mil cruzeiros. No ano seguinte houve um crescimento considerável em relação ao ano anterior.

Em 1977 começaram as primeiras desapropriações das áreas destinadas ao projeto Albrás - Alunorte e do Porto de Vila do Conde. Essas desapropriações de moradores do distrito de Murucupi provocaram uma desterritorialização destas populações e sua reterritorialização em novos locais e em novas bases econômicas. Nesse ano a receita própria municipal aumentou para cento e quinze mil cruzeiros e a receita de transferência para um milhão, novecentos

e sessenta e cinco mil cruzeiros e um somatório das receitas (próprias e de transferências) de dois milhões e oitenta mil cruzeiros.

Em 1978 a receita própria municipal mais que quadruplica aumentando para nove milhões, duzentos e cinquenta e dois mil cruzeiros, a receita própria continua estável em relação ao ano anterior, já a receita de transferência cresce aproximadamente quatro vezes, atingindo três milhões, oitocentos e trinta e sete mil cruzeiros.

No ano seguinte (1979) houve uma retração das receitas correntes (própria e de transferência) para quatro milhões, cento e dezoito mil cruzeiros. Em 1980 há um crescimento vertiginoso das receitas correntes que atingiram treze milhões e cinquenta e três mil cruzeiros, onde as arrecadações de destaque foram os impostos de arrecadação própria do município (IPTU, ISS, TAXAS). Essas arrecadações no referido ano atingiram a somatória de quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil cruzeiros.

Em 1981 a receita corrente mais que duplica, chegando a vinte e sete milhões, oitocentos e um mil cruzeiros com uma receita própria de nove milhões e quatrocentos e trinta e quatro mil cruzeiros.

Finalmente, em 1982 as receitas correntes dispararam, atingindo sessenta e oito milhões, seiscentos e noventa e cinco mil cruzeiros. Aqui já temos um impacto das obras do complexo portuário e das plantas da Albrás e sua infraestrutura necessária, o que incidiu no aumento das arrecadações de impostos recolhidos pelo município de Barcarena. O destaque para esse ano fica com a receita própria que contribuiu com mais de 50% desse valor. A receita de arrecadação própria nesse ano foi de trinta e cinco milhões, cento e trinta e um mil cruzeiros e a receita de transferência de apenas trinta e três milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros. Pela primeira vez a receita própria é superior à receita de transferência conforme demonstra a tabela abaixo.

TABELA 3 – Barcarena: Receitas municipais de 1976-1982 (em Cr\$ 1.000)

| Discriminação | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 |
|---|-------|-------|--------|--------|--------|---------|---------|
| 1.Receitas Correntes (Cr\$ 1.000) | 875 | 2.080 | 9.252 | 4.118 | 13.053 | 27.801 | 68.695 |
| 1.1 Próprias | 22 | 115 | 115 | 293 | 4.999 | 9.434 | 35.131 |
| 1.2 Transferências | 853 | 1.965 | 9.137 | 3.825 | 8.054 | 18.367 | 33.564 |
| 2.Receitas de Capital (Cr\$ 1.000) | 787 | 984 | 3.837 | 3.641 | 20.615 | 23.853 | 79.234 |
| 2.1 Próprias | - | - | 25 | 150 | 143 | - | - |
| 2.1.1 Operações de crédito | - | - | - | - | - | - | - |
| 2.1.2 Outras | - | - | 25 | 150 | 143 | - | - |
| 2.2 Transferências | 787 | 984 | 3.812 | 3.491 | 20.472 | 23.853 | 79.234 |
| 3.Receitas totais (Cr\$ 1.000) (1+2) | 1.662 | 3.064 | 13.089 | 7.759 | 33.668 | - | 147.929 |
| 4.Despesas Correntes (Cr\$ 1.000) | 727 | 1.537 | 8.214 | 4.505 | 14.963 | - | 87.078 |
| 5.Despesas de capital (Cr\$ 1.000) | 933 | 1.496 | 4.793 | 3.750 | 14.024 | - | 53.464 |
| 6. Despesas Totais (Cr\$ 1.000) (7 + 8) | 1.660 | 3.033 | 13.007 | 8.255 | 28.987 | 53.007 | 140.542 |
| Total | 3.298 | 4.286 | 238 | 90.124 | 83.583 | 176.063 | 214.504 |

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria Geral, Secretaria de Economia e Finanças.

Quando estudamos a relação existente entre receita própria (de arrecadação direta do município) e a receita de transferência (arrecadado pelo estado ou união e repassado a cota - parte do município) constatamos a grande dependência de Barcarena no período em análise dos recursos de transferência estadual e federal. Essa dependência em certa medida demonstra a fragilidade econômica municipal, onde a economia Barcarenense estava pautada na zona rural. Essa situação começa a mudar em 1982, onde pela primeira vez a receita própria (IPTU, ISS, TAXAS) foi superior à receita de transferência.

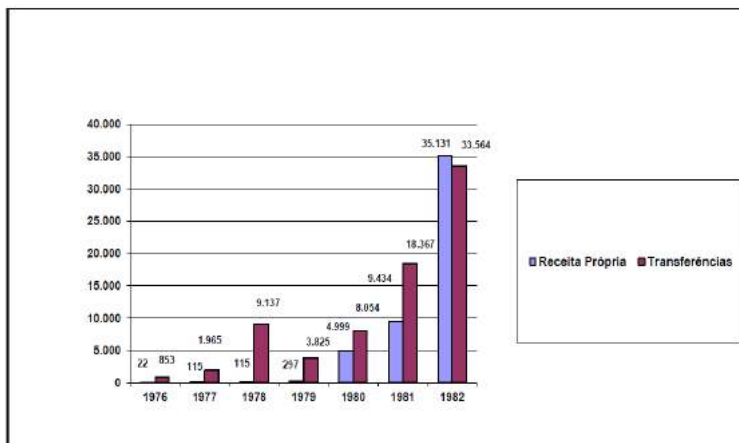
Com relação às receitas próprias, em 1976 a mesma era de vinte e dois mil cruzeiros, passando para trinta e cinco milhões, cento e trinta e um mil cruzeiros em 1982. Esse crescimento foi mais elevado a partir de 1979, onde as mesmas foram de duzentos e noventa e três mil cruzeiros, no ano seguinte elevando-se para quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil cruzeiros, mantendo crescimento em todo o período seguinte.

Em relação às receitas de transferência da união e estado, a mesma mantém-se superior às receitas próprias com exceção do ano

PERSPECTIVAS E ANÁLISES DO ESPAÇO GEOGRÁFICO
Dinâmicas Urbano-Regionais e Ordenamento Territorial (Vol. 2)

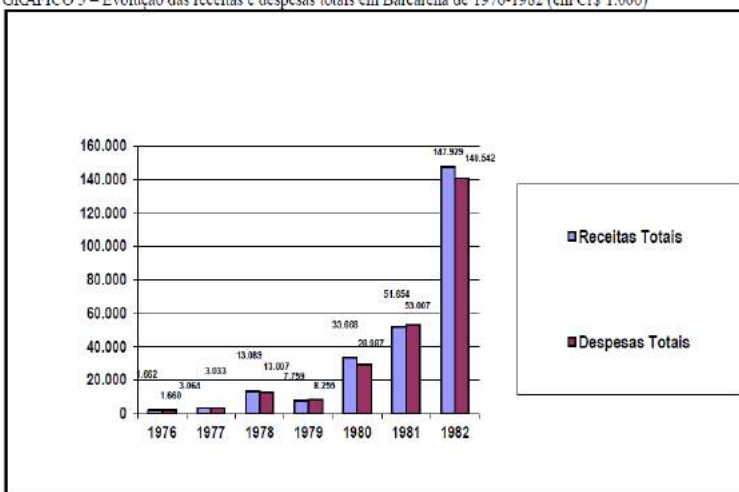
de 1982, onde esta foi inferior à receita própria, conforme mostra o gráfico seguinte.

GRÁFICO 4 – Evolução da receita própria e de transferências de Barcarena de 1976-1982 (em Cr\$ 1.000)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Ministério da Fazenda, Secretaria Geral, Secretaria de Economia e Finanças.

GRÁFICO 5 – Evolução das receitas e despesas totais em Barcarena de 1976-1982 (em Cr\$ 1.000)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Ministério da Fazenda, Secretaria Geral, Secretaria de Economia e Finanças.

De acordo com os dados apresentados anteriormente pelo Ministério da Fazenda, o município ampliou a sua receita total passando de um milhão, seiscentos e sessenta e dois mil cruzeiros em 1967, para cento e quarenta e sete milhões, novecentos e vinte e nove mil cruzeiros em 1982. O maior crescimento acontece a partir de 1979, período que coincide com a realização das primeiras obras no distrito de Murucupi. Em 1979 a receita total municipal foi de sete milhões, setecentos e cinquenta e nove mil cruzeiros, elevando-se no ano seguinte para trinta e três milhões, seiscentos e sessenta e oito mil cruzeiros. Este crescimento demonstra que o município ampliou a sua receita total em função de uma série de fatores que estão relacionados com a instalação do projeto Albrás-Alunorte neste período.

Com relação às despesas totais, em 1976 a mesma era de um milhão, seiscentos e sessenta mil cruzeiros, elevando-se para cento e quarenta milhões, quinhentos e quarenta e dois mil cruzeiros em 1982. Estas despesas totais ampliaram no período em função que o município passou a ter que arcar com uma série de responsabilidades, em função da chegada de um contingente populacional elevado a Barcarena que passou a demandar mais serviços prestados pelo município como educação, saúde dentre outros.

Durante as décadas de 1970 e 1980 Barcarena passou por um intenso processo de transformações na sua economia e finanças públicas, onde a implantação de projetos de mineração no município teve um caráter central nestas transformações. Estas transformações se intensificam a partir do funcionamento operacional das empresas de beneficiamento mineral em Barcarena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise do petróleo da década de 1970 contribuiu de maneira decisiva para a implantação do parque industrial mineral em Barcarena. Durante esta década o cenário presente no município era

da concentração da população vivendo na zona rural, a economia assentava-se nas atividades extrativas e as finanças públicas municipais eram altamente dependentes dos repasses da União e do estado do Pará.

O início da implantação da estrutura física do projeto Albrás-Alunorte na década de 1980 provou a atração de uma grande quantidade de migrantes para os trabalhos do projeto anteriormente citado. Tal situação acabou por revelar que o município não estava preparado em termos da prestação de serviços como educação, saúde, moradia, saneamento básico para atender à grande quantidade de migrantes que chegavam à municipalidade.

Com a implantação da estrutura do projeto Albrás-Alunorte o perfil econômico do município passou por uma transformação, a agropecuária, o extrativismo vegetal e a pesca foram cedendo espaço para as atividades ligadas à indústria de transformação mineral, concentradas no distrito de Murucupi.

No período analisado várias culturas agrícolas tiveram uma redução em sua produção, fato que revela de certa forma o deslocamento migratório de moradores das zonas rurais para a zona urbana no município.

O setor dos serviços no período estudado apresentou um crescimento com a instalação de novos estabelecimentos atacadistas e varejistas, o que reflete a dinâmica na base econômica do município a partir da presença de canteiros de obras para a construção das plantas das indústrias ligadas ao beneficiamento mineral, porto e moradias para os novos funcionários das empresas que ali seriam instaladas.

Desta forma, a implantação do projeto Albrás-Alunorte em Barcarena foi responsável por grandes transformações no território, na migração populacional, na economia e nas finanças públicas.

REFERÊNCIAS

- BARROS, M. J. B. Grandes projetos, políticas públicas e qualidades de vida em vila do Conde - Barcarena (PA). 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) -Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2003.
- _____. Vila do conde e a instalação dos projetos em Barcarena. In: MATHIS, A. (Org.). Poder local e mudanças socioambientais. Belém: NAEA/UFPA, 2007.
- DALTON, H. Princípios de finanças públicas. Tradução de Maria de Lourdes Modiano. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV -Serviço de publicações, 1972.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Censos demográficos 1970. Rio de Janeiro, 1970a.
- _____. Censo Agropecuário 1970: Pará. Rio de Janeiro, 1970b.
- _____. Censo Industrial 1970: Pará. Rio de Janeiro, 1970c.
- _____. Censo de Serviços 1970: Pará. Rio de Janeiro, 1970d.
- _____. Censos demográficos 1980. Rio de Janeiro, 1980a.
- _____. Censo Agropecuário 1980: Pará. Rio de Janeiro, 1980b.
- _____. Censo Industrial 1980: Pará. Rio de Janeiro, 1980c.
- _____. Censo de Serviços 1980: Pará. Rio de Janeiro, 1980d.
- _____. Censos demográficos 1991. Rio de Janeiro, 1991.
- _____. Censos demográficos 2000. Rio de Janeiro, 2000.
- LEAL, A. L. Albrás e Alunorte: os primeiros impactos Sociais de um pólo metalúrgico na Amazônia. Ciências da Terra, nº. 5 jul./agosto 1982.
- MARIA, M. L. S.; MOURA, E. A. F. Da Farinha ao Alumínio: os Caminhos da Modernização na Amazônia. In: CASTRO, E. (Org.). Industrialização, desorganização e reorganização do Espaço. Belém: editora da UFPA, 1995.
- TOURINHO, H. Z. Repercussões socioeconômico do complexo Albrás - Alunorte em sua área de influência imediata II APA, Belém, 1991.

USO DO TERRITÓRIO E IMPLICAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA MINERAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJAS

Fernando Flávio Lopes SILVA¹
Gracilene de Castro FERREIRA²
Christian Nunes da SILVA³

INTRODUÇÃO

Compreender a construção do espaço geográfico a partir da ação humana numa perspectiva socioespacial é essencial para a realização de uma análise metodológica de limites territoriais e as implicações da territorialidade humana. Cada estrutura organizacional é o reflexo das ações do homem, sua inter-relação com a natureza, sua interação com o espaço que ocupa e da alteridade para produção de tudo quanto é ontologicamente essencial e fundamental ao mínimo existencial.

No caso da atividade minerária, em que pese ser de relevância fundamental no aspecto do desenvolvimento econômico, não pode ser elevada a patamares acima do uso moderado e sustentável dos recursos naturais disponíveis à exploração, devendo-se considerar tudo quanto implicará o uso e usufruto desses recursos

¹ Colaborador do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente (GAPTA/CNPq). Mestre em Geografia. E-mail: dr.fernandoflavio@outlook.com

² Licenciada em Geografia (UFPA), Licenciada em Pedagogia (UEPA), Mestre em Geografia (PPGEO-UFPA), Professora da Educação Básica (SEMED). Pesquisadora do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente (GAPTA/CNPq). E-mail: gracilenekastro@gmail.com.

³ Doutor em Ecologia. Pós-doutor em Desenvolvimento Regional no PPGMDR/UNIFAP. Professor Adjunto III da Universidade Federal do Pará. Pesquisador do GAPTA/CNPq. Bolsista FAPEAP/CAPES. Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFPA).

na sociedade como um todo, em seus mais diversos campos—social, cultural, ecológico, jurídico. Isso quer dizer, em outras palavras, que não se pode colocar a exploração mineral para o desenvolvimento econômico, sem sopesar todos os corolários que advêm dessa atividade.

O uso da exploração mineral provoca consequências positivas no espaço territorial que a circunda, tais como o desenvolvimento econômico e boa oferta de emprego para a população, bem como provoca consequências negativas, como o aumento dos índices de criminalidade relacionados diretamente ao crescimento descontrolado da população concentrada no território, que se aglomera atraída pela oferta de trabalho e/ou pelo sonho el dourado daqueles que buscam melhores condições de vida.

Numa visão mais ampla, a atividade de mineração na Amazônia paraense funciona como fator de migração populacional para áreas onde essa atividade se desenvolve, provocando profundas transformações sociais e econômicas e com impactos não desejáveis que esse fenômeno transporta, tais como o aumento do índice de criminalidade, interferência transformadora nas comunidades locais, aumento do consumo e tráfico de drogas, além dos negativos impactos ambientais.

Sendo assim, a exploração mineral é inegavelmente um atrativo que funciona como agente catalisador da ocupação populacional dos territórios onde se desenvolve, com inexoráveis e relevantes implicações ambientais e demográficas que não podem ser dissociados dos processos de desenvolvimento da atividade econômica.

Há que se considerar, e vale que se consigne, que a exploração industrial, por se utilizar de tecnologias avançadas e maquinário, é fator que mitigou o crescimento demográfico sem, no entanto, deixar de ser atividade atrativa para os que saem em busca de trabalho. Outra observação importante a se registrar é que a atividade da exploração mineral, embora produtora de riqueza, não foi capaz de se integrar e refletir na melhoria da qualidade de vida da

população do município objeto deste estudo, o que significa que não se praticou políticas públicas voltadas à gestão eficaz e à distribuição eficiente da riqueza, que ainda permanece concentrada.

Por fim, abordaremos de forma analítica e propositiva sobre a atuação da segurança pública no município e os fatores que implicam no Índice de Criminalidade (IC), bem como os fatores que relacionam o início da exploração mineral em um espaço com vocação agrícola e suas implicações no aumento da violência no local, como corolário do desenvolvimento da atividade, num cotejo entre o positivo e o negativo impacto na estrutura territorial do município de Canaã dos Carajás-PA.

Faz-se necessário, portanto, inserir no contexto do desenvolvimento das territorialidades o surgimento de uma nova atividade econômica que veio de encontro com a vocação natural do município de Canaã dos Carajás, promovendo bruscas transformações sociais, políticas e econômicas, capazes de modificar o território de forma definitiva e relevante e com profundas modificações ambientais, sociais, políticas, culturais e econômicas, onde passaram a atuar novos atores sociais com suas camadas de poder em exercício, levando ao local os problemas dos grandes centros urbanizados sem que o Poder Público fosse capaz de lidar com essa gama de novas relações, muitas vezes conflituosas, principalmente com políticas na área de segurança pública. As transformações foram rápidas, transformaram o espaço, surgiram novos territórios e territorialidades, mas os gestores do município não agiram com a mesma celeridade para acompanhar as transformações e seus colorários.

Destarte, o objetivo central deste trabalho é analisar as relações de poder e as territorialidades que se constituíram no município de Canaã dos Carajás-PA, a partir dos processos socioeconômicos que se formaram no município com a exploração da atividade minerária, bem como na identificação dos fatores que impactaram nos indicadores de criminalidade no município. Neste sentido, investigaremos os elementos inerentes às relações de poder

que se manifestaram pelo uso na produção do território e suas territorialidades.

O foco principal foi o de se buscar, sob um olhar científico através do estudo geográfico da área objeto deste estudo, uma compreensão dos impactos da atividade econômica que se desenvolveu pela exploração mineral em larga escala. Para tanto, buscou-se entender os fenômenos espaciais que serviram de ferramentas teóricas para as análises da criminalidade relacionada à explosão demográfica, provocada pela atração da atividade de exploração mineral em Canaã dos Carajás.

Suscitamos também, a partir de uma observação empírica, considerar as profundas relações entre os conceitos de território e territorialidade e como ocorreu o fenômeno da territorialização até a urbanização por meio dos estudos de ocupação territorial, para interpretar os fenômenos geoespaciais ocorridos em Canaã dos Carajás, observando o comportamento da criminalidade naquele município sob o enfoque da Geografia.

O TERRITÓRIO E SEUS USOS

O território, o espaço, a paisagem, a região e o lugar são elementos que integram o objeto de estudo da Geografia. No entanto, o território é um dos principais e o mais relevante elemento para o estudo da Geografia, posto que é por meio e a partir dele que se constroem os processos que influenciam estruturalmente o espaço geográfico, materializando as inter-relações no plano físico. Porém, a sua conceituação e estudo não anulam os demais elementos que compõem o cabedal estudado pela Geografia – antes, devem ser integralizados com a finalidade de se estabelecer um estudo sistematizado e aprofundado dos problemas a serem explicados cientificamente pela Geografia, a exemplo do espaço modificado pela ação humana que passa a constituir um território, um conceito não subsiste sem o outro.

O debate sobre o elemento território deve ser resguardado de precauções e cuidados no que concerne ao sentido que o termo será empregado. O território deve ser analisado como produto de um processo de forças, de relações que se realizam em determinado lugar, num dado período/contexto histórico. Não se pode, porém, conceber o conceito de território somente a partir da ideia de determinado espaço físico ou geográfico delimitado, onde se exerce uma gestão administrativa, é necessário ir além.

O espaço geográfico territorializado constitui a origem do território, porém essa ideia inicial se expande para agregar tanto quanto possível a verdadeira definição do território do ponto de vista geográfico. O uso e a destinação que se dá a determinado espaço geográfico é o que faz surgir, *prima facie*, o território na sua primordial concepção.

O conceito de espaço geográfico usado deságua na definição vestibular de território, que nos recorda Henri Lefebvre quando faz referência a “espaço social”, ou relações sociais de se estabelecer uma utilidade para o espaço, que podemos denominar, a partir de então, território, assim,

(...) do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um INSTRUMENTO, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE, 1976, p. 34).

É, portanto, a utilização do espaço pelos atores que nele estabelecem relações que cria o território. O uso a que se destina o território é de primordial importância para que se compreenda que as relações sociais é o que define um território, que estaria reduzido a mero espaço geográfico não fossem essas relações. E esse uso se

relaciona diretamente ao modo de produção, na concepção de Milton Santos, que denominou aquilo que chamamos de espaço usado (o território propriamente dito) de território usado e propõe:

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso (SANTOS apud HAESBAERT, 2004).

Ressalte-se que o poder que se manifesta no local não provém apenas das relações que ocorrem nos limites municipais, derivados da organização político-administrativa que são baseados em regras legais que os institui e legitima. O poder é também emanado das relações político-econômicas que interferem direta e indiretamente no ordenamento do território.

No caso da territorialidade, é válido destacar a consideração feita por Sack (1986) que, sob seu ponto de vista, indica que “a territorialidade forma um cenário para as relações espaciais humanas e as concepções do espaço, a territorialidade aponta para o fato de que as relações espaciais humanas não são neutras” (p. 29). E continuando seu raciocínio, o autor verifica que:

(...) as pessoas, simplesmente, não interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar. Ao invés disso, a interação humana, o movimento e o contato são também questões de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e seus acessos às fontes. As relações espaciais humanas são resultados da influência e poder. A Territorialidade é a forma espacial primária do poder (SACK, 1986, p. 30).

É deste modo que a territorialidade age como um container ou molde para as propriedades espaciais dos eventos. Como o fato de que a influência e a autoridade de uma cidade, embora se espalhe à distância, são legalmente afirmadas por suas fronteiras políticas. É quando o território se torna o objeto ao qual outros atributos estão afirmados, como no caso do território político, que se torna a unidade a receber a ajuda federal (SACK, 1986).

E desta forma, a territorialidade é apontada como a expressão geográfica básica da influência e do poder que oferece uma ligação essencial entre a sociedade, o espaço e o tempo. Sendo a territorialidade o pano de fundo do contexto geográfico, o aparelho através do qual as pessoas constroem e mantêm as organizações espaciais (SACK, 1986). E mais, “a Territorialidade, como um componente do poder, não é somente um meio de criar e manter a ordem, mas é um mecanismo para criar e manter muito do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e damos sentido a ele” (SACK, 1986, p. 258).

E alerta que, justamente pelo fato de que territórios são formas construídas socialmente de relações espaciais e que seus efeitos dependem de quem está controlando quem e para quê propósitos, “a tarefa da Teoria da Territorialidade é descobrir os possíveis efeitos da territorialidade em níveis que são, ao mesmo tempo gerais o suficiente para englobar suas muitas formas e também específicos o suficiente para iluminar seus exemplos particulares” (SACK, 1986, p. 254).

Para outro autor, Claude Raffestin:

Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. Quer se tratem de relações existenciais ou produtivas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza, como as relações sociais (1993, p. 158).

Neste sentido, Raffestin (1993, p. 44) considera o território como sendo este “espaço onde se projetou um trabalho, ou seja, uma energia e informação, e por conseqüências revela relações marcadas pelo poder”. A partir disso, constituídas pelas relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade, surge a territorialidade, que como bem enfatiza o autor, não deve ser vista como uma mera ligação com o espaço geográfico, e afirma que “a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas” (p. 161). Esclarece ainda que território e espaço geográfico não são a mesma coisa, “o espaço antecede o território”, mas é sobre ele que o território é organizado.

É de se observar que quando Raffestin (1993) reflete sobre o papel do poder e sua ligação com o território, indica-o como sendo este o que promove dominação e controle, ao escrever: “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens” (p. 58). Nisto podemos dizer que existe uma voz de comando e outra de relativa obediência, ou seja, aqueles que exercem a força e aqueles que recebem o comando, que vem através de uma relação social movida pela autonomia daquele que mantém o comando, ou seja, que domina, o chamado ator sintagmático, apontado pelo autor como aquele que realiza uma ação, neste caso uma ordem, um controle.

A isso, Raffestin (1993) atribui não só ao Estado/Governo os que exercem controle e dominação, mas também para outros agentes, podendo ser uma organização ou mesmo um indivíduo, havendo sempre, em qualquer segmento, um balizador das ações de outros agentes.

No que se refere às considerações de Marcos Saquet (2013), o mesmo ressalta que é importante notar que se entendermos o território apenas como uma área delimitada e constituída pelas relações de poder do Estado, consoante se entende na geografia, estaremos desconsiderando diferentes formas de focar o seu uso, as quais não engessam a sua compreensão, mas a torna mais complexa por envolver uma análise que leva em consideração muitos atores e muitas relações sociais. Assim, acrescenta que o território

pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder, que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. E chama a atenção para o fato de que tal delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo.

Da mesma forma como as relações cotidianas que produzem tradições, permanências e mudanças, unidade, no tempo e no espaço. Relações que são registradas pela memória individual e coletivamente. E tal identidade é processual e relacional, constitui-se historicamente, fruto e condição da territorialização, em que há relações multiescalares, totalizantes, desigualdades e diferenças, contraditoriamente (SAQUET, 2005).

Diante disso, vale considerar a dinâmica relacional entre território e identidade, tendo em vista que para o autor, uma construção de território produz identidades e a construção da identidade produz o território, que se forma a partir de ações coletivas, recíprocas, de atores sociais.

TERRITÓRIO E MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA PARAENSE

Foram relevantes as transformações territoriais ocorridas a partir da década de 1980 na região Sudeste do Estado do Pará, em especial na área onde se concentram os maiores projetos de mineração advinda do crescimento econômico e populacional, fomentadas pela nova atividade. Os múltiplos processos que iniciaram na década de 1980 impactaram a região Sudeste do Pará e provocaram muitos conflitos entre os atores sociais.

Observamos a configuração territorial da região Sudeste Paraense e o que se verifica são estruturas urbanizadas e redes ou malhas políticas que diferem das outras regiões do Estado do Pará –

após a implantação de um poder econômico baseado numa economia mineral teve início um processo de ocupação rápido e desordenado do território, gerando graves conflitos sociais, entre eles o aumento da violência nas áreas artificialmente urbanizadas.

A área rural também foi impactada principalmente por ter ficado mais próxima da sede dos novos municípios. Se comparada ao *status quo* ante, as terras passaram a despertar interesse, passaram a ser concentradas por meio de processos de aquisição levando ao surgimento dos denominados trabalhadores sem-terra. Em boa medida, esse processo ocorreu por causa dos reflexos dos projetos de exploração mineral implantados na região aliado a uma política agrária ineficaz – que quando é aplicada aumenta ainda mais os conflitos entre os latifundiários e os sem-terra, que passam a migrar para as áreas urbanizadas em busca de trabalho, contribuindo para o crescimento demográfico dos municípios da região Sudeste do Pará.

Como se nota, os problemas não ocorrem de forma isolada e pontual, geram uma cadeia de outros problemas na rede de territorialidades resultante da atividade econômica minerária e das políticas praticadas na região, problemas complexos que exigem soluções complexas.

A organização econômica do território que orbita em torno principalmente dos projetos de mineração, na região Sudeste do Pará produziu diversas territorialidades e são essas territorialidades a causa dos diversos fenômenos responsáveis pelas transformações socioespaciais na região. Uma das consequências dessa transformação é que ao mesmo tempo em que mantém eixos de desenvolvimento atendendo aos interesses das elites locais, regionais, nacionais e internacionais, também formam ninchos de pobreza, em um contraste violento entre o aporte bilionário de investimentos com a extrema pobreza detectada em alguns municípios.

Os poderes atuantes em camadas sobrepostas nas instâncias governamentais, também sujeitas voluntariamente ao poder econômico, acabam por legitimar a "ditadura" do projeto minero-energético, que em última instância comanda e domina a região, que

por vezes desconsidera a realidade local e contraria os interesses da sociedade e do ambiente natural, frustrando expectativas ambientais e sociais – o que inevitavelmente provoca grandes conflitos.

A expansão dos projetos de mineração segue em franca expansão, a exemplo do Projeto de Ferro S11D em Canaã dos Carajás que entrou em operação no ano de 2016, legitimado pela obtenção de licença para ser implantado. Os grandes conglomerados constroem grandes estruturas na região, mas todas voltadas para atender os interesses da exploração mineral, o foco são seus mega empreendimentos, que na maioria dos casos não estão conciliados com os interesses da sociedade local, tudo isso legitimado pelo poder político que também não volta seu olhar para os problemas sociais.

Na região de Carajás, a partir da instalação de projetos ligados às atividades mineradoras, foi possível identificar relações de poder econômico manifestado pelos enormes investimentos na mineração. Desse poder suscitamos a capacidade dessa atividade de promover o desenvolvimento socioeconômico da região – aliás, que o desenvolvimento econômico surgiria de forma natural era inevitável, o que se questiona é se o reflexo desse desenvolvimento econômico ou crescimento da arrecadação poderia ser visualizado na dimensão social, na distribuição de renda e na melhoria da qualidade de vida da população da região.

O que se observa é que a maioria das populações das cidades no entorno desses grandes projetos se encontram em situação de pobreza e sem perspectivas de desenvolvimento socioeconômico, o que contrasta com a enorme riqueza extraída do solo. Constatase que não ocorreu a verticalização da produção. Os frutos extraídos da terra não serviram aos legítimos "donos" da terra.

A concentração da riqueza e as políticas de distribuição de renda não podem ser percebidas no município de Canaã dos Carajás. O que se observa é que a riqueza gerada pela extração mineral não é aplicada no local. O que se buscou com a tecnologia e desenvolvimento na atividade econômica novilínea e primordialmente estranha ao local não foi concretamente voltada

para o próprio local, embora o espaço tenha se metamorfoseado ao bel prazer de seus exploradores, aqueles que estão com o "domínio das condições econômicas, culturais e políticas". Ocorre que uma nova rede formada pelo poder político constituído e pelo poder econômico elitizado têm a hegemonia sobre as relações político-econômicas na região sudeste do Estado, onde Canaã dos Carajás geograficamente está inserida.

Quando olhares se voltam para a Amazônia, muitos questionamentos surgem sobre suas prioridades, a sua importância mundial, nacional e regional, como harmonizar e reduzir os conflitos que surgem das relações de poder entre os diversos atores sociais e as mais diferenciadas territorialidades, sobre como conciliar essas camadas que se sobrepõem e contrapõem num mesmo território.

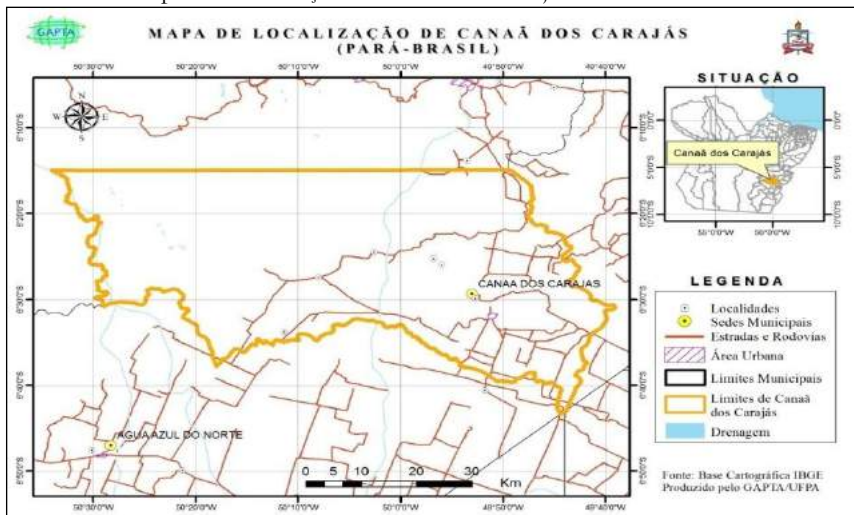
Os processos produzidos pelo poder econômico dos Projetos de mineração foram os catalizadores das transformações iniciadas na década de 1980 na região Sudeste do Estado do Pará – além de mudanças relevantes na estrutura política e econômica dos territórios nos municípios que foram afetados pela implantação da atividade de mineração, com destaque para a explosão demográfica e a fragmentação dos territórios.

Esses territórios onde se concentram as maiores jazidas de minerais do mundo são atrativos por todos os atores sociais, tanto os que exercem poder econômico quanto os que exercem poder político, bem como aqueles que buscam melhores condições de sobrevivência por meio do trabalho. Esses atores em suas relações de poder desenvolveram diversas territorialidades que nesse complexo se manifestam em choques violentos de interesses, causados pela competição pelo uso do espaço, produzindo territórios cada vez mais fragmentados, como por exemplo o fenômeno da proliferação de municípios por meio da fragmentação territorial.

O município de Canaã dos Carajás é originário de um assentamento agrícola do Projeto de Assentamento Carajás – implantado 1982 pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia e

Tocantins (GETAT) do Governo Federal – e fazia parte do município de Parauapebas, do qual foi desmembrado por meio da Lei Estadual nº 5.860 de 5 de outubro 1994, que integra a mesorregião do Sudeste Paraense e a microrregião Parauapebas, com população de 26.701 habitantes em 2010 e estimada em 33.101 habitantes para 2015, possui uma extensão de 3.147 km² e densidade demográfica de 8,49 hab/km² (IBGE, 2010). Canaã dos Carajás, que se encontra dentro da bacia hidrográfica do rio Itacaiúnas, está localizada nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude - 6.49737 (6° 29' 51" Sul); Longitude - 49.8784 (49° 52' 42" Oeste) e tem como limites, ao Norte, Parauapebas; a Leste, Curionópolis e Sapucaia; ao Sul, Água Azul do Norte; a Oeste, Parauapebas.

MAPA1– Mapa de Localização de Canaã dos Carajás



Fonte: IBGE.

Verifica-se o processo de transformação do território e o surgimento de territorialidades na área instituída como Canaã dos Carajás, deixando evidente que o fenômeno de ocupação territorial,

desde a fase de assentamento agrícola até o processo de urbanização, ocorreu pela atuação do poder sobre aquele espaço.

A partir dos interesses sociais, políticos e econômicos que foram se apresentando no meio social, o espaço territorial sofreu importantes transformações, desde a territorialização e territorialidades surgidas na fase do assentamento da área impulsionada pelo poder político e social, até o descobrimento da reserva de cobre e início da exploração, quando ocorreu a urbanização acelerada e novas estruturas físicas sobre o meio (território) e surgimento de novas e mais diversificadas territorialidades pela atuação do poder político e econômico. O desmembramento de Canaã dos Carajás do município de Parauapebas ocorreu em 1994 por meio da edição da Lei nº 5.860, quando o local passou a se constituir como ente político emancipado.

SEGURANÇA PÚBLICA E CRIMINALIDADE EM CANAÃ DOS CARAJÁS

O crescimento populacional aliado ao crescimento econômico dos núcleos urbanos afetados pela atividade mineradora, como elemento transformador de territórios, também carrega muitos conflitos sociais relacionados com a criminalidade, este é um fenômeno amplamente verificado em grandes centros.

Ao contrário do que se concebe, numa primeira análise, não é a atividade mineradora em si a causa do aumento da criminalidade, mas o impacto econômico e social que advém da atividade, aliada à falta de políticas públicas voltadas para a redução do IC (índice de criminalidade em razão do número de habitantes de um território em determinado período de tempo).

Um olhar mais atento sobre o fenômeno da violência é capaz de perceber que se trata da manifestação das múltiplas territorialidades, onde os diversos atores sociais degladiam sobre um

território, convivem e exercem uns sobre os outros forças antagônicas sob constante e mútua pressão e exercício de poder.

O primeiro passo para que se possa compreender o fenômeno do crime é considerar que se trata de um fenômeno social que surge do choque entre territorialidades em busca de ocupações do espaço físico e virtual dentro de um território. A vida em sociedade exige que sejam respeitadas as regras mínimas de convivência de acordo com os valores éticos, morais e culturais aceitos pelos diversos grupos, territorialidades e atores sociais. O descumprimento das regras estabelecidas, sejam aquelas instituídas pelo Direito positivo, sejam aquelas estabelecidas pela moral, leva aquele que descumpriu a ser colocado à margem da sociedade, esses são colocados à margem porque infringiram as regras socialmente aceitas. Muitos fatores podem levar um indivíduo ou grupo ao desrespeito das regras socialmente impostas, fatores de ordem econômica, política e social.

Entender esse processo é de fundamental importância nessa busca pela compreensão do comportamento do crime, do surgimento da criminalidade e como ela se manifesta de forma mais sutil ou violenta nos territórios. Mecanismos de controle estão sempre em operação para manter a ordem social, embora nem sempre sejam suficientemente eficazes para evitar o fenômeno da criminalidade de forma satisfatória ou absoluta.

O que se constata é que quanto maior a desigualdade, maior é a delinquência, uma vez que em uma sociedade desigual, a tendência é que os que não são alcançados pelas políticas de redução da desigualdade econômica e social consideram que as regras vigentes não devem ser respeitadas, porque não encontram legitimidade naqueles que exercem o poder político, então não se motivam a cumprir as normas emanadas desse poder e nem as regras sociais gerais.

Na investigação realizada em Canaã dos Carajás, em pesquisas realizadas em áreas periféricas da cidade, onde estão concentrados os bolsões de pobreza, o que se constatou,

principalmente entre os indivíduos mais jovens, é que a maior propensão à criminalidade e à delinquência estava presente entre aqueles que não tinham vínculo com instituições tradicionais (escolas, igrejas, clubes, família), que servem como controladores hegemônicos dos comportamentos sociais de um indivíduo.

As famílias assoladas pela pobreza se ocupam muito mais com a sobrevivência, o que leva a um distanciamento cada vez maior entre pais e filhos, então se afrouxam os laços e por conseguinte o poder familiar fica enfraquecido e deixa de exercer o controle e transmitir seus valores para os mais jovens – esses valores são substituídos pela influência adquirida nas ruas, advindas muitas vezes da delinquência.

Famílias desestruturadas deixam de exercer o controle social sobre seus membros, o que resulta no aumento da criminalidade, principalmente entre os indivíduos mais jovens – a pobreza funciona como fator catalizador do aumento da criminalidade. Os dados revelam que a criminalidade gerada pela pobreza tem como principal vítima as pessoas que se encontram nessa condição: que vivem em zonas periféricas onde a presença do poder público é escassa, falta tudo, falta dinheiro, falta comida, falta trabalho, falta saúde, falta educação e segurança pública. Os crimes mais violentos, contra a vida por exemplo, ocorrem com mais frequência nesses bolsões de pobreza, enquanto os crimes contra o patrimônio tendem a ocorrer nas zonas mais favorecidas da cidade.

A questão da segurança pública em Canaã dos Carajás passou a ser considerada um desafio para o Estado do Pará. O aumento da criminalidade no município é patente, a sensação de insegurança é comparável a de grandes centros urbanos, são enormes as dificuldades das instituições da administração da justiça criminal e as ações preventivas empreendidas têm se mostrado insuficientes e ineficientes para evitar a ação daqueles que entram em conflito com a lei.

Os problemas relacionados à segurança pública exigem um amplo debate de forma a se buscar a interposição de novos atores,

análise de cenários e territórios, a inserção de políticas públicas inovadoras para a redução do índice de criminalidade. Canaã dos Carajás não estava estruturada para o crescimento populacional e econômico advindo da atividade minerária, portanto, as soluções inevitavelmente deverão vir da capacidade do governo do estado do Pará na gestão da violência e do combate ao crime, adotando as melhores práticas na gestão das políticas públicas de segurança, com o envolvimento de também da sociedade civil.

Os problemas que se relacionam com a sensação de insegurança e o aumento dos índices de criminalidade, sobretudo nos centros urbanizados, se refletem e são advindos da degradação e da ocupação rápida e desordenada do espaço público aliado às omissões e ausências do Poder Público, que quando se faz presente, faz de forma pouco eficiente e tem se demonstrado incapaz de combater a violência e reduzir a criminalidade.

Nos levantamentos feitos junto aos cidadãos foram pesquisadas questões sobre a qualidade do serviço prestado pela polícia, quais os problemas causados da violência na cidade, se havia lugares onde o cidadão poderia se sentir seguro, qual o bairro considerado mais violento da cidade, quais mudanças a violência pode causar no hábito das pessoas, quais tipos de crimes são considerados mais graves pela população, o que o cidadão espera das ações da polícia, se os entrevistados já tinham sido vítimas de alguma violência e se tinham conhecimento de alguma parceria entre as empresas de mineração e os órgãos de segurança pública para redução e combate à violência.

Consolidados os dados obtidos, a grande maioria das pessoas que opinaram relatam que o serviço da polícia não melhorou e que há uma carência de policiais principalmente nas zonas mais periféricas da cidade. Indagados sobre o principal problema da violência, a maioria sente medo de ser assaltada e tem a sensação de que a maior parte dos crimes é ocasionada pela população sazonal da cidade, citam que há muitos forasteiros e pessoas estranhas à

população local circulando na cidade – sendo esta a principal causa da violência.

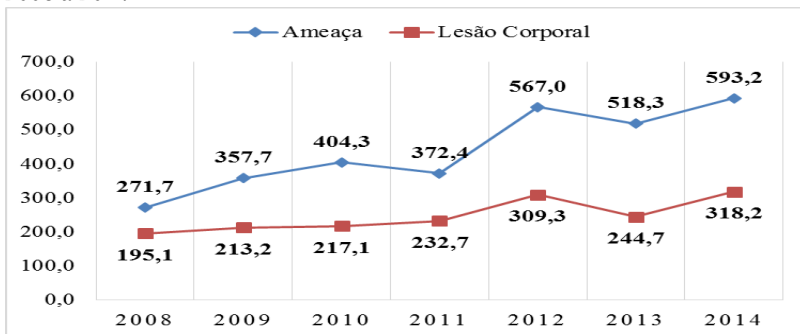
Sobre os locais onde se sentem seguros na cidade, os entrevistados foram unânimes em relatar que não há nenhum lugar na cidade onde possam se sentir totalmente seguros, a maioria declarou que até dentro de suas próprias casas precisam adotar medidas para garantir a segurança.

As pessoas entrevistadas relataram que a violência provocou mudanças em seus hábitos cotidianos e dizem que evitam determinadas partes da cidade, principalmente em horários noturnos, no entanto a onda de assaltos que assola a cidade é constante e acontece tanto nas ruas como em estabelecimentos comerciais.

Entre os problemas citados estão a falta de recursos e o número de efetivo em Canaã dos Carajás. Segundo as autoridades entrevistadas, a cidade opera com um déficit 15% menor do que o necessário. As mesmas informaram que uma das principais ações promovidas com o apoio da Vale é a manutenção do Disque Denúncia, que é um programa de cooperação social que mobiliza a população para colaborar com as autoridades de segurança no combate à violência e na fiscalização de irregularidades, contudo os recursos para atendimento da demanda ainda não são suficientes.

Como se pode ler no gráfico abaixo (Gráfico 1), de 2008 a 2014 a ocorrência dos crimes de ameaça teve um aumento do IC, que relaciona o número de crimes para cada 100 mil habitantes, de 271,7 para 593,2 e dos crimes de lesão corporal passou de 195,1 para 318,2. Não se pode apartar a taxas de crescimento demográfico do município do crescimento das ocorrências dos crimes contra a pessoa, que dentre as práticas ilícitas mais comuns estão os crimes de ameaça e de lesão corporal.

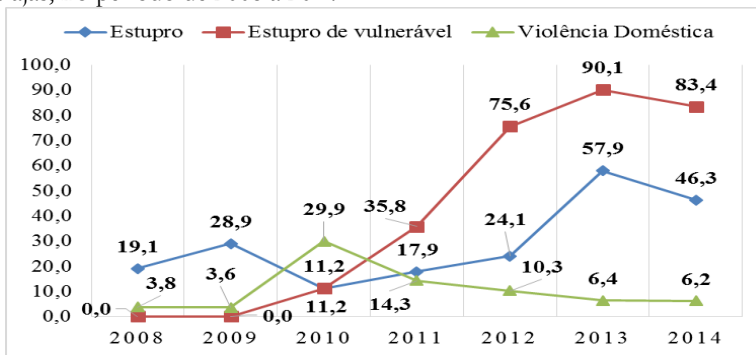
GRÁFICO 1 – Comportamento dos crimes de ameaça e lesão corporal, a partir dos respectivos IC, no município de Canaã dos Carajás, no período de 2008 a 2014



Fonte: SISP/SEGUP.

Em Canaã dos Carajás, entre 2008 e 2014, o IC do crime de estupro saltou de 19,1 para 83,4; do crime de estupro de vulnerável de zero para 83,4 com um pequeno decréscimo entre 2013 e 2014; e do crime de violência doméstica de 3,8 para 6,2 (Gráfico 2).

GRÁFICO 2 – Comportamento dos crimes de estupro, estupro de vulnerável e violência doméstica, a partir dos respectivos IC, no município de Canaã dos Carajás, no período de 2008 a 2014



Fonte: SISP/SEGUP.

Como se pode perceber, estão presentes nos territórios as diversas territorialidades que entram em choque constante, tendo o poder Estatal tentado se impor de forma hegemônica, embora muitas vezes não se vislumbre com facilidade a atuação desse poder de forma eficiente.

A expectativa geral é a de que o poder público, na sua função de combater o crime, possa promover medidas que venham diminuir os índices de criminalidade para manter a ordem social e que seja capaz de manter a paz social. Mas na prática, em dados momentos, o que se percebe é uma verdadeira guerra, onde forças antagônicas digladiam no meio social e brigam por impor seu poder e pela ocupação dos espaços.

A amplitude dos problemas e os desafios em busca das melhores práticas à segurança pública abre espaço para a busca de soluções inovadoras e a incorporação de novos atores para que desse arranjo surjam novos modos de agir a serem implementados pelas políticas públicas.

Os problemas da segurança são complexos, assim sendo, exigem soluções inovadoras e atualizadas adequadas à realidade que se apresenta, principalmente nas práticas adotadas pelas instituições judiciárias. O enfrentamento do problema da segurança pública deverá buscar soluções na gestão da violência por meio de estudos científicos voltados para a compreensão do comportamento das redes que se conectam no meio social, seus anseios e motivações, fortalecimento do Estado, capacitação de seus agentes, quebra de paradigmas, mudança da mentalidade e valorização da capacidade de gerenciamento das políticas públicas de segurança.

Ressaltamos que essas políticas não podem subsistir ou prosperar se apartadas de toda a sociedade civil e sem o aporte científico da comunidade acadêmica na produção da pesquisa e conhecimento técnico relevante à área de segurança. Diante disso, há que se estabelecer na sociedade um novo referencial com foco no desenvolvimento de um sistema de segurança que seja o promotor

da consolidação do controle social da segurança democrático e mais próximo do cidadão.

O exercício de poder que se verifica em todas as organizações sociais cumpre função relevante para a manutenção da ordem social, quando é uma ação hegemônica e legítima, mostra-se indispensável para que se opere o controle social que se realiza pela integração da sociedade com a administração pública, com a finalidade de solucionar os conflitos oriundos da disputa pela ocupação espacial e da própria convivência do homem na sociedade.

A instalação de grandes empresas mineradoras na região tem ocasionado o aumento do fluxo migratório e provocado mudanças efetivas nas condições de vida da população local, que migra para a cidade à procura dos postos de trabalho gerados pelos projetos das empresas, especialmente em Canaã dos Carajás.

Acordos de cooperação entre o poder público e as empresas foram firmados para o desenvolvimento de ações de prevenção e enfrentamento à criminalidade naquele município. No entanto, o índice dos crimes analisados mostra que as ações não têm sido suficientes para promover a redução da criminalidade. Há que se ter uma visão integradora de espaços e territórios modificados pelo desenvolvimento do extrativismo mineral empresarial com os diversos atores sociais e implantação de políticas de intervenção pública, com a perspectiva de se obter geração de riquezas de forma sustentável e menos sofrível para a comunidade local e toda a população do município de Canaã dos Carajás na inclusão socioeconômica, política e na diminuição da desigualdade, fator que exerce influência direta no índice de criminalidade.

O que se observa é que nem sempre o desenvolvimento e o crescimento econômico se traduzem em indicadores sociais melhores e nem na redução da criminalidade e da violência no município. O processo de urbanização, principalmente aquele que ocorre de forma brusca e desordenada pela concentração humana em espaços disputados pelos diversos atores atuantes nos seus variados níveis de poder, inexoravelmente encontra o choque e o

conflito, o que se reflete de forma acentuada e direta no crescimento dos índices de criminalidade, que não pode ser analisado em apartado das causas econômicas no seio da estrutura social.

Quando este fenômeno está presente ocorre o que chamamos de estiramento do tecido social, que se sustenta enquanto houver um poder hegemônico capaz de manter a ordem social, ou se rompe causando as chamadas convulsões sociais, ou se manifestam por casos isolados ou generalizados de atuações que se chocam com as regras estabelecidas e mantidas pelo poder estatal, que atua para homogeneizar as relações e estabelecer a paz social.

O crescimento do número de veículos em circulação pelo aumento populacional descontrolado, bem como o intenso processo migratório e a existência de uma sazonalidade elevada na população, podem surgir como causas primeiras do aumento do crime de furto e de roubo de veículos em Canaã dos Carajás.

Observamos, após trabalho de campo realizado na região, que as reclamações daqueles que foram entrevistados, ou seja, população, autoridades e agentes comunitários, se concentram inicialmente na falta de emprego, oportunidade de trabalho para quem é nativo e para quem vem de outros estados com a esperança de uma colocação no mercado de trabalho – essa população, que muitas vezes não é qualificada, acaba por engrossar ainda mais o grande número de desempregados que todo dia fazem fila em frente ao prédio do Sistema Nacional de Emprego (SINE).

Outra situação recorrente nas entrevistas realizadas diz respeito à insegurança, ou seja, o aumento da criminalidade na região, que tem como uma das causas, talvez a maior delas, o desemprego. Os números mostram que grande parte dos autores de crime ocorridos na cidade são pessoas que estão desempregadas e que vieram morar na região com esperança de emprego e como não conseguiram, passaram a desempenhar atividades criminosas até mesmo como questão de sobrevivência. Por outro lado, agentes da polícia se queixam de falta de material humano, não só da polícia civil como também da polícia militar, acreditando que se o

contingente fosse maior, certamente os índices de criminalidade na região teria uma baixa bastante significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço e as territorialidades produzidos no território de Canaã dos Carajás pela diversidade de atores sociais e suas inter-relações de poder transformaram o município minerador em um importante núcleo produtor de riqueza para a União, Estado e Município, advinda da utilização econômica dos recursos minerais.

A produção do território, os recursos dele advindos por meio dos diversos atores que o dividem e mesclam suas especialidades são os fatores que influenciam e exercem controle sobre o meio e as relações que nele ocorrem, cumprindo assim o homem o seu papel social e manifestando suas territorialidades.

Dessa forma, a partir desse conjunto complexo de ações, se produzem as territorialidades em que os atores, ao se apropriarem do espaço, são capazes de exercer poder por meio do qual direta ou indiretamente surgem os processos para produção e utilização dos recursos naturalmente disponíveis no meio.

Há fortes contrastes na tessitura social observada no espaço territorial e suas multiterritorialidades em Canaã dos Carajás advindas dos aspectos culturais e demográficos, por um lado a população local e a vocação natural para a agropecuária do município, de outro a intensa atividade minerária desenvolvida em escala industrial, atuando como fator de transformação da estrutura espacial e atratividade agregadora de uma população sazonal, em constante mutação, se misturando e transformando os costumes locais, fazendo de Canaã dos Carajás uma verdadeira colcha de retalhos pela diversidade de atores que nela atuam.

A exploração minerária empresarial desenvolvida acelerou as transformações socioespaciais com impactos de natureza política e econômica na região, pela rápida ocupação territorial em função da

explosão populacional, ocupação desordenada da cidade e concentração de renda. Tem como corolário os conflitos sociais, apesar do aumento da arrecadação tributária que contribuiu sobremaneira para o aumento da receita do município.

Entretanto, o progresso, o desenvolvimento e o crescimento econômico do município não podem ser observados nos indicadores sociais, Índice de Criminalidade (IC) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que deixa patente a falta de gestão do poder público incapaz de reverter a riqueza produzida em prol da população com implementação de políticas voltadas para a redução das desigualdades, da pobreza e da criminalidade em Canaã dos Carajás e em seu entorno.

O crescimento econômico, causa dos intensos movimentos migratórios, sem uma gestão eficiente culmina no aumento da violência e da criminalidade no município, que se torna atrativo não somente para os que buscam trabalho, mas também para aqueles que usam o território para práticas ilícitas.

Os processos de transformações socioespaciais, as multiterritorialidades e os diversos atores atuantes sobre o território de Canaã dos Carajás nos remetem à busca constante por compreender o fenômeno da ocupação demográfica em razão da exploração da atividade minerária, a fim de harmonizar as relações de poder e minimizar as consequências negativas advindas dessa atividade no meio social.

A questão da segurança pública em Canaã dos Carajás surge como um desafio para o Estado do Pará e o problema ganha tanto mais relevância e visibilidade pública quanto são as ocorrências de práticas ilícitas que contribuem para o aumento dos índices de criminalidade naquele território.

Os problemas relacionados com o rápido crescimento populacional, a lentidão das ações e processos no âmbito do poder público, a escassez de recursos e as deficiências de gestão, são alguns fatores a se considerar quando se realiza um estudo analítico dos problemas do aumento das taxas de criminalidade e da sensação de

insegurança no município. Observa-se, no desenvolvimento das ações do poder público, a carência de ideias inovadoras para desenvolvimento e oferta de um serviço de segurança satisfatória para atender as reais necessidades da população de Canaã dos Carajás.

Em cognição sumária, o que se percebe é que a atividade de exploração mineral agrega muito mais problemas do que soluções, a riqueza que sai do solo cananense não é verticalmente usufruída pelos ocupantes daquele território. Há pouco aproveitamento da riqueza gerada, seja por falhas de gestão, seja por falta de políticas públicas eficientes.

REFERÊNCIAS

- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: Canaã dos Carajás. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?Lang=&codmun=150215&search=para|canaa-dos-carajas>>. Acesso em: dez . 2016.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFEBVRE, H. Espaço y Política. Barcelona: Península, 1976.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SACK, R. Territorialidade Humana: sua teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAQUET, M. A. Abordagens e Concepções sobre Território. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

DENDEICULTURA E BIODIESEL NA AMAZÔNIA PARAENSE¹

*João Santos NAHUM²
Cleison Bastos dos SANTOS³
Leonardo de Souza SANTOS⁴*

INTRODUÇÃO

Na aurora do século XXI, a produção do espaço rural na Amazônia paraense tem na dendeicultura um evento que reorganiza paisagem, configuração espacial, dinâmica social, enfim, território usado ou espaço geográfico (NAHUM; MALCHER, 2012). Delineia-se um período do dendê tornado possível por um conjunto de ações políticas estatais e empresariais que permitiram a formação de territórios da palma e aprofundaram a concentração de terra sob o controle de poucas empresas (CARVALHO; NAHUM, 2014).

Para Veiga, Furlan Jr. e Kaltner (2005, p. 27), “o biodiesel [...] é o principal motivo do interesse atual pelo dendê”. No estado do Pará, o Programa de Óleo de Palma e o Programa Paraense de Incentivo à Produção de Biodiesel (PARABIODIESEL) procuram realizar as orientações do programa nacional de produção e uso do biodiesel. Para o Ministério das Minas e Energia essa política tem como principais diretrizes implantar um programa sustentável,

¹ Artigo fruto do projeto de pesquisa “Formação territorial e rural da Amazônia”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia” da Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Docente da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. E-mail: prof.joanahum@gmail.com

³ Docente de Geografia da rede pública de ensino do Pará, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. E-mail: cleisongeo@gmail.com

⁴ Técnico da Defesa Cível do Estado do Pará, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. E-mail: leonardodrgeo@gmail.com

promovendo inclusão social, garantir preços competitivos, qualidade e suprimento e produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.

O Estado brasileiro, por meio da Embrapa, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério das Minas e Energia, indica o dendê como a oleaginosa mais adequada para produção do biodiesel, seja pelo balanço energético, produção, produtividade e rentabilidade econômica ou mesmo pela capacidade de recuperar áreas degradadas pelo pasto. Segundo o Programa, “produzir biodiesel gera trabalho e renda, tanto no campo, quanto na fábrica. O cultivo da matéria-prima cria oportunidades de trabalho e geração de renda na agricultura familiar, estimulando a inclusão social em todas as regiões do país” (PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL, s/d, p. 5).

O Decreto nº 7.172, de 7 maio de 2010, aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento. O Programa e o Zoneamento atraíram investidores, ampliando a área produzida e colhida e o número de municípios que integram a cadeia produtiva do dendê. A dendeicultura para biodiesel assinala um dos momentos mais enigmáticos de reprodução do capital no espaço agrário na Amazônia paraense, pois lembra-nos discursos típicos do ufanismo do I PDA (1972-74), que concebiam a região como fronteira agrícola e produtora de alimentos e assim atraía o capital financeiro de bancos e mesmo multinacionais do setor automobilístico para o meio rural (NAHUM; SANTOS, 2016).

Mas como a produção de dendê tem sido utilizada na composição do biodiesel? Procuramos responder essa pergunta. Nos resultados e discussão examinamos a produção internacional e nacional do dendê. Mostramos que o óleo de palma se destina à

indústria de alimentos, cosméticos e material de higiene e não à composição do biodiesel.

MATERIAIS E MÉTODOS

Analisamos os dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos por meio do qual pudemos ter um cenário internacional da produção, comércio e consumo do óleo de palma. Em se tratando do cenário nacional, o banco de dados da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias permitiu-nos caracterizar a trajetória do dendê de 1970 até 2015, sobretudo a área plantada e a quantidade produzida.

Em seguida examinamos a legislação referente ao percentual de biodiesel. O artigo 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética, anuncia a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, sendo fixado em 5% (cinco por cento), em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional (BRASIL, Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005). Lei revogada pela Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, que estabelece os seguintes percentuais de adição obrigatória: 6% (seis por cento), a partir de 1º de julho de 2014 (BRASIL, Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014); e 7% (sete por cento), a partir de 1 de novembro de 2014. Sendo que o Conselho Nacional de Política Energética poderá, a qualquer tempo, por motivo justificado de interesse público, reduzir esse percentual para até 6% (seis por cento). Percentual modificando pela Lei nº 13.263, de 23 de março de 2016, para 8% (oito por cento), em até doze meses após a data de promulgação desta Lei; 9% (nove por cento), em até vinte e quatro meses após a data de promulgação desta Lei e 10% (dez por cento), em até trinta e seis meses após a data de promulgação desta Lei (BRASIL, Lei nº 13.263, de 23 de março de 2016).

A seção II da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, assim define biodiesel:

(...) biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil (BRASIL, Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, Art. 6º).

Definição que permaneceu na Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.847, de 26 de outubro de 1999 e nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002 (BRASIL, Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005) e dá outras providências.

O Ministério das Minas e Energia explica que

Biodiesel é um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis, que pode ser obtido por diferentes processos tais como o craqueamento, a esterificação ou pela transesterificação. Esta última, mais utilizada, consiste numa reação química de óleos vegetais ou de gorduras animais com o álcool comum (etanol) ou o metanol, estimulada por um catalisador. Desse processo também se extrai a glicerina, empregada para fabricação de sabonetes e diversos outros cosméticos. Há dezenas de espécies vegetais no Brasil das quais se podem produzir o biodiesel, tais como mamona, dendê (palma), girassol, babaçu, amendoim, pinhão manso e soja, dentre outras.

Tendo em conta que o dendezeiro (*Elaeis Guineensis*) pode fornecer matéria-prima para compor o biodiesel, mas sem a euforia de Furlan Júnior et al.(2006) que, sob o ponto de vista econômico,

ambiental e social, vêm no “óleo de palma (dendê) [a] melhor óleo vegetal que o Brasil tem para produzir em larga escala e atender o mercado interno e também ao de exportação”(p. 72), comparamos os dados de produção de dendê com os fornecidos nos boletins da Agência Nacional de Petróleo⁵ sobre a composição do biodiesel. Analisamos os dados do período de 2008 a 2016. Tratam-se de boletins mensais onde obtivemos a média anual de uso do dendê na composição de biodiesel.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as oleaginosas o dendezeiro (*Elaeis guineenses* Jacq.) possui a maior produtividade, com rendimento entre 4 a 6 toneladas de óleo/ha/ano, correspondendo a 1,5 vezes a produtividade do óleo de coco, a 2 vezes a do óleo de oliva e mais do que 10 vezes a do óleo de soja, superado apenas pelas algas, que têm produtividade anual entre 50 a 150 toneladas por hectares (SILVA, 2015). A produção dos cachos tem início a partir dos 3,5 anos após o plantio, chegando ao ápice entre 7 e 15 anos. Do ponto de vista econômico, sua vida útil é de 25 anos, com rendimentos superiores a 25-28 toneladas de cachos por ha/ano. Dois tipos de óleo são extraídos dos frutos da palma, sendo o mais valioso o do palmiste, proveniente da amêndoa ou endosperma e o produto comum é o óleo decorrente do esmagamento da polpa ou mesocarpo (RIVAL; LEVANG, 2014).

Em 2017 os dados estimativos do United States Department of Agriculture (USDA) informam que a área colhida de dendê está em torno de 20.778.000 hectares, distribuídos por 28 países da Ásia, África e América Latina, totalizando uma produção de aproximadamente 66.835.000 toneladas de óleo de palma, dos quais apenas 17% tem a certificação da Roundtable on Sustainable Palm

⁵ Ver: <<http://www.anp.gov.br/wwwanp/publicacoes/boletins-anp/2395-boletim-mensal-da-producao-de-petroleo-e-gas-natural>>. Acesso em: 31 out. 2017.

Oil (RSPO)⁶ (WWF, 2016). Ainda nesta fonte, as maiores produções de óleo de palma estão na Indonésia (36.000,00 mil/ton.), Malásia, (21.000,00 mil/ton.), Tailândia (2.200,00 mil/ton.), Colômbia (1.320,00 mil/ton.), Nigéria (970,00 mil/ton.), Guatemala (740,00 mil/ton.), Equador (575,00 mil/ton.), Honduras (545,00 mil/ton.), Papua Nova Guiné (530,00 mil/ton.), Gana (520,00 mil/ton.), Costa do Marfim (415,00 mil/ton) e Brasil (410,00mil/ton.). Em comparação ao ano de 2016, os dados do USDA mostram que no Peru a área destinada para o cultivo em 2017 cresceu 10,00%, na Colômbia em 9,41%, no México em 9,41%, na Malásia em 6,12%, nas Filipinas em 6,09%, na Tailândia em 4,17%, no Brasil em 1,50%, no Equador em 1,36% e na Indonésia em 1,09%. A maior expansão na América Latina deve-se ao fato de que na Ásia e África a dendeicultura incorporou extensas áreas: a Indonésia tem 9,300.00 mil/ha, Malásia tem 5.200,00 mil/ha, Nigéria tem 2.500,00 mil/ha, Tailândia tem 750,00 mil/há e Gana tem 400,00 mil/ha.

Os números da Tabela 1 revelam que a área brasileira de dendê na década de 2000 cresceu aproximadamente 0,86% em relação a 1990; os dendezais de 2010 são 0,76% maiores que os de 2000, e os de 2015 cresceram 0,75% em relação a 2010. A área produzida em 2015 elevou-se 50,6% em relação àquela de 1990.

TABELA 1 – Produção brasileira de dendê (cacho) nos intervalos de 1990-2015

| Ano | 1990 | 2000 | 2010 | 2015 |
|----------------------|---------|---------|----------|----------|
| Área (mil/ha) | 71.009 | 81.881 | 106.420 | 140.082 |
| Quantidade (mil/ton) | 522,883 | 678,727 | 1292,713 | 12147,27 |

Fonte: EMBRAPA (disponível em: <<https://www.embrapa.br/agropensa/producao-agricola-municipal>>. Acesso em:31 out.2017). Organizado pelos autores.

O crescimento dos primeiros quinze anos do século XXI são impulsionados pelo Programa Nacional de Produção e Uso de

⁶ Ver: <<http://www.rsपो.org/members>>. Acesso em: 30 out. 2017.

Biodiesel (2004) e o de Produção Sustentável de Óleo de Palma (2010). Este último, por meio do Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro para as áreas Desmatadas da Amazônia Legal(EMBRAPA,2010), identifica na Região Norte o potencial para se estabelecer um pólo do dendê, pois desde a década de 1960 cultiva-se a palma no estado do Pará. A Mensagem n° 222/2010, que apresenta o Projeto de Lei n° 7.326-C, de 2010, ressalta o amplo mercado consumidor interno e externo, a produtividade elevada da oleaginosa, condições tecnológicas da cadeia produtiva, além de caracterizá-la como intensiva em mão-de-obra, capaz de promover o desenvolvimento sustentável nas Regiões Norte e Nordeste do País, fixando o homem no campo, promovendo o desenvolvimento rural, gerando renda satisfatória ao pequeno produtor, ao mesmo tempo em que pode promover a recuperação de áreas degradadas (BRASIL, 2010).

A Agência Nacional de Petróleo⁷informa que a mistura do biodiesel teve início em 2008 e em novembro de 2014 o percentual obrigatório de biodiesel alcançou 7%, havendo um percentual obrigatório intermediário de 2% três anos após a publicação da mesma. O cronograma de aumento do teor de biodiesel a partir de 2017, conforme a Lei n° 13.623/2016, é de 8% até março de 2017, 9% até março de 2018 e 10% até março de 2019. Os dados de 95 boletins mensais da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), abrangendo o período de 2008 a 2016, apontam que o percentual de dendê na composição do biodiesel nunca ultrapassou 1% do total dos 6% de combustíveis não fósseis. A Tabela 2 expõe, a partir dos dados publicados pela ANP, a média anual de participação de óleo de palma na composição do biodiesel.

⁷ Fonte: ANP. Disponível em:

<<http://www.anp.gov.br/wwwanp/biocombustiveis/biodiesel>>. Acesso em: 31 out. 2017.

TABELA 2 – Percentual de óleo de palma no biodiesel brasileiro (2008 a 2015)

| Ano | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|----------------|------|-------|-------|-------|-------|------|-------|-------|-------|
| Percentual (%) | 0% | 0,36% | 0,33% | 0,32% | 0,71% | 1% | 0,06% | 0,13% | 0,39% |

Fonte: Boletins Mensais da ANP 2008-2015. Organizado pelos autores.

Em 2008 não encontramos dendê na composição do biodiesel produzido no Brasil; em 2009, o percentual médio dessa matéria-prima no biodiesel é 0,36%; em 2010 reduz para 0,33%; em 2011 baixa para 0,32%; em 2012 aumenta para 0,71%. Em 2013, registrou-se o maior percentual médio de óleo de dendê na composição da produção de biodiesel, 1%; no ano seguinte o percentual decaiu para 0,06%. Em 2015 o percentual médio de óleo de palma no biodiesel foi de 0,13% ainda que, segundo dados da Embrapa⁸, encontrássemos no Pará 85,94 mil/ha de dendeza e uma produção de 1.379,19 mil/ton, tornando-o o maior produtor nacional. Em 2016, o óleo de palma contribuiu com 0,39% na composição do biodiesel produzido no Brasil. Igualmente em 2016 não encontramos nenhuma usina de biodiesel no Pará.

Os números da Tabela 1 indicam que a produção de dendê é maior que o seu percentual utilizado no biodiesel, como expressa a Tabela 2. Revelando o descompasso entre a concepção do plano e as cadeias produtivas do dendê e do biodiesel, o que também é ressaltado por um diretor da empresa Marborges nos relata que “o dendê é muito valioso para ser utilizado no biodiesel, nossa produção é vendida para a indústria de alimentos no Brasil e no exterior” (Entrevistado 1). É no exame do comércio e consumo global do dendê que se pode compreender porque o percentual deste no biodiesel é inferior ao crescimento da produção dessa palma.

Os dados no site da European Palm Oil Alliance mostram que o consumo global de óleo de palma cresceu de 15.200,000 toneladas em 1995 para 62.600.000 em 2015. O óleo de palma é o mais comercializado (66%), produzido (39%) e consumido (38%) no

⁸ Fonte: EMBRAPA. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agropensa/producao-agricola-municipal>>. Acesso em: 31 out. 2017.

mundo (WWF, 2016). Os maiores consumidores de óleo de palma no segmento de alimento embalado são Nestlé, Danone, Kallooy's, ConAgra Foods, Unilever, Pepsico, General Mills, Heinz, Mondeléz International, Kraft; no de higiene pessoal estão Colgate-Palmolive Company, Henkel, P&G, L'oréal, Reckitt Benckiser, Kao, Estée Lauder Companies, Avon, The Clorox Company; e na indústria de fastfood encontramos Dunki'n'brands, Subway, McDonald's, Burger King, Starbucks Coffee, DQ, CKE Restaurants, Wendy's, Yum! (GOODMAN; SHARMA, 2015).

Os dados de 2017 do United States Department of Agriculture (USDA) ranqueiam entre os maiores exportadores de óleo de dendê: Indonésia 25.500 (mil/ton.), Malásia 17.500 (mil/ton.), Guatemala 700,00(mil/ton.), Benin 570 (mil/ton.), Papua Nova Guiné 550 (mil/ton.), Guatemala 485 (mil/ton.), Colômbia 370 (mil/ton.), Honduras 335 (mil/ton.), Equador 280 (mil/ton.), Costa do Marfim 220 (mil/ton.) e Emirados Árabes 240 (mil/ton.). O Brasil, junto com Filipinas e Togo, encontra-se na 17ª posição com 50 mil/ton. Em relação ao consumo doméstico, os dados do USDA mostram que os dez países com maior consumo doméstico de óleo de palma são Índia com 9.600 (mil/ton.), Indonésia 9.600 (mil/ton.), EU-27 6.475 (mil/ton.), China 4.950 (mil/ton.), Malásia 3.570 (mil/ton.), Paquistão 3.030 (mil/ton), Tailândia 2.160 (mil/ton.), Egito 1.300 (mil/ton.), Nigéria 1.530 (mil/ton.) e Bangladesh 500 (mil/ton.).

O Brasil está na 22ª posição com 585 mil/ton., sugerindo que o mercado consumidor tem potencial de expansão. Isso ajuda-nos a compreender o boom do dendê na Amazônia paraense na década de 2004 a 2013. Neste intervalo, os dados da Embrapa mostram que a área colhida de 85.889 mil/ha se expande para 126.559 mil/ha, cujo destino é a exportação. Os números do comércio exterior do Pará de 2003 a 2016 da Tabela 3 expõem que o óleo de dendê está entre os produtos exportados pelo estado.

TABELA 3 – Percentual de participação de dendê na exportação do Pará 2003/20016

| Ano | US\$ (FOB) | Part. % | Kg | Posição |
|-------------|-------------------|--------------------|-------------|----------------|
| 2003 | 12.663 | * | 22.720 | * |
| 2004 | 5.839.389 | 0,15 | 12.582.488 | 27° |
| 2005 | 16.263.378 | 0,34 | 43.567.896 | 20° |
| 2006 | 9.295.629 | 0,14 | 22.858.021 | 26° |
| 2007 | * | * | * | * |
| 2008 | 3.189.456 | 0,03 | 6.088.410 | 50° |
| 2009 | 12.850.599 | 0,15 | 22.087.012 | 23° |
| 2010 | 11.261.928 | 0,09 | 13.935.684 | 28° |
| 2011 | 49.304.990 | 0,27 | 44.483.558 | 19° |
| 2012 | 54.636.573 | 0,37 | 56.744.723 | 18° |
| 2013 | 59.130.112 | 0,37 | 70.852.190 | 17° |
| 2014 | 83.433.802 | 0,59 | 101.822.330 | 17° |
| 2015 | 77.670.234 | 0,76 | 130.133.538 | 16° |
| 2016 | 29.239.361 | 0,28 | 45.275.374 | 18° |

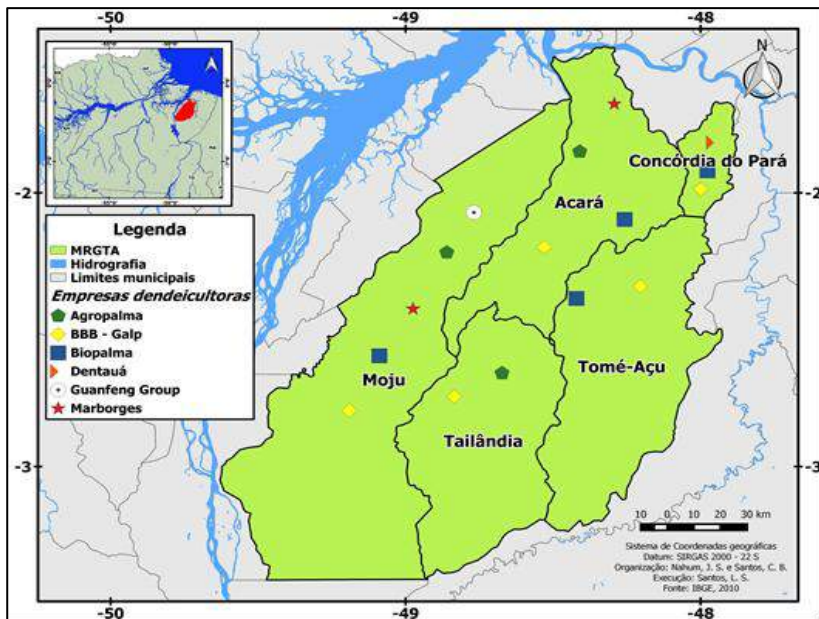
* Sem informação

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC/Alice web. Elaborado pelos autores.

Em 2010, quando entra em vigor o Plano de Palma, o óleo de palma ocupa a 28ª posição na pauta de exportações do Pará, sendo produzido predominantemente pelo Grupo Agropalma, Marborges, Agroindustrial Palmasa S.A, Refinaria Yossan do Grupo Kabacnic e Dendê do Tauá S/A. De 2010 a dezembro de 2015, entre os produtos exportados pelo estado do Pará, o óleo de palma avança para a 16ª posição. Neste período, em 2012 a empresa Biopalma inaugurou uma usina no município de Moju e, em 2014, outra no município do Acará. Em Tailândia, o Grupo Agropalma implantou sua sexta usina esmagadora, a Parapalma. De modo que o crescimento da produção do óleo bruto de dendê não se deu apenas pelo aumento das áreas de plantio e das usinas beneficiadoras, mas também em função da cooperação comercial entre empresas. O

Grupo Marborges, por exemplo, beneficia frutos frescos da empresa Guanfeng Group e da empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB) e, até 2016, o Grupo beneficiava frutos da empresa Biopalma; assim como a empresa Dentauá e Palmasa processam frutos frescos da empresa Belém Bioenergia Brasil.

FIGURA 1– Empresas de Dendê na Microrregião de Tomé-Açu em 2017



Os números da Tabela 4 indicam que o óleo de dendê, mesmo com a que da de 63,16% comparado a 2015, é o quinto produto de exportação do setor agropecuário paraense, antecedido de soja, carnes desossadas de bovino, pimenta e outros bovinos vivos.

TABELA 4 – Percentual de participação de 18 produtos de exportação do Pará (jan/dez 2016 – jan/dez 2015)

| Principais produtos exportados | | (%) Jan/Dez2016 | (%)Jan/Dez 2015 |
|--------------------------------|---|--------------------|--------------------|
| 1º | Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados | 45,55 | 38,65 |
| 2º | Outros minérios de cobre e seus concentrados | 13,99 | 15,99 |
| 3º | Alumina calcinada | 12,49 | 13,77 |
| 4º | Alumínio não ligado em forma bruta | 4,17 | 5,26 |
| 5º | Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura | 3,10 | 3,12 |
| 6º | Bauxita não calcinada (minério de alumínio) | 2,50 | 2,53 |
| 7º | Carnes desossadas de bovino, congeladas | 2,07 | 1,85 |
| 8º | Ferroníquel | 1,97 | 2,62 |
| 9º | Caulim | 1,69 | 1,86 |
| 10º | Pimenta "piper",seca | 1,65 | 2,22 |
| 11º | Outros minérios de manganês | 1,38 | 0,98 |
| 12º | Pasta química de madeira,para dissolução | 1,23 | (*) |
| 13º | Outras madeiras perf. etc., não coníferas | 1,06 | 1,69 |
| 14º | Outros bovinos vivos | 1,02 | 1,18 |
| 15º | Hidróxido de alumínio | 1,00 | 0,77 |
| 16º | Outros silícios | 0,80 | 0,91 |
| 17º | Sulfetos de minérios de cobre | 0,50 | (*) |
| 18º | Óleos de dendê,em bruto | 0,28 | 0,76 |

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC/Alice web. Elaborado pelos autores.

Os relatórios das empresas confirmam que a produção de dendê tem como destino a comercialização e não os leilões de biodiesel. O relatório de sustentabilidade da Agropalma registra que ela “é uma empresa que opera no mercado nacional e internacional. Exportamos cerca de 50% da nossa produção - 98% das nossas exportações(aproximadamente) vão para a Europa e 2% para os EUA” (AGROPALMA, 2015, p.16). Sendo que “em 2015, 82% das vendas foi para a indústria de alimentos e 22,50% outros setores” (AGROPALMA, 2015, p.22). No relatório da Biopalma da

Amazônia S.A. Reflorestamento Indústria e Comércio (BIOPALMA) mostra que ela “opera, atualmente, no mercado nacional e internacional. Exporta cerca de 47% da produção. Destes, 60% do óleo exportado é destinado ao mercado latino-americano e 40% ao mercado europeu. A receita bruta em 2015 foi de R\$ 165,6 milhões” (BIOPALMA, 2015, p.10). Igualmente as empresas ADM do Brasil Ltda.(ADM), Dendê do Pará S/A (DENPASA), Dendê do Tauá S/A(DENTAUÁ), Marborges Agroindústria S/A(MARBORGES) e Agroindustrial Palmasa S/A(PALMASA) atuam no setor do plantio, beneficiamento e comercialização. Somente a empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB) “busca liderar uma nova fronteira de geração de energia, levando desenvolvimento à população, associado à integração social, responsabilidade ambiental e viabilidade econômica ”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XXI a produção do espaço rural na microrregião tem na dendeicultura um evento que reorganiza a paisagem, a configuração espacial, a dinâmica social, enfim, o território usado. Tal como um grande projeto, a dendeicultura paulatinamente agiganta-se impulsionada pelo crescente, estimulante e vantajoso mercado consumidor de óleo de palma. Crescimento exponencial possibilitado por um conjunto de planos, programas e poder político que conquistou os corações e mentes de lideranças rurais que um dia lutaram pela terra e pela reforma agrária. Nos lugares onde aporta a dendeicultura, silencia a luta pela terra e pela reforma agrária, em seu lugar coloca o mantra de geração de emprego, renda e inclusão social, não importando se o corolário disso seja o aumento na concentração de terra, assoreamento e envenenamento de corpos d’água, risco à produção local de alimentos e descampesinização (NAHUM; SANTOS, 2013; NAHUM; BASTOS, 2014, NAHUM; THURY, 2015).

A análise dos dados referentes à produção, consumo e comercialização do dendê mostram que estamos diante de uma cultura em expansão. Expansão que imprimiu uma nova dinâmica ao espaço rural da microrregião de Tomé-Açu. Desde 2004 amplia-se a área cultivada, o número de municípios, de empresas e trabalhadores envolvidos no circuito produtivo do dendê. Os dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP) indicam que é pequena, quase nulo, o percentual de dendê na composição do biodiesel. Tendo os dados confirmado que a expansão da dendeicultura não se explica e/ou justifica pelo percentual desta matéria-prima no biodiesel. Longe disso, é a indústria de alimentos, cosméticos e higiene que absorve a quase totalidade de óleos de palma. Os relatórios das empresas reafirmam os dados dos boletins que a ANP informa, ou seja, a produção de dendê não se destina ao biodiesel.

O discurso de dendê para o biodiesel configura-se como ideologia, sobretudo sustentada na concepção de espaço areal, vazio, potencialmente atrativo para investidores e investimentos. É essa concepção que preside, sustenta e estrutura o ZAE da palma, produzido pela Embrapa, parte do ordenamento jurídico criado de condições para metamorfosear áreas antropizadas em monótonas plantações de dendê. No século XXI a proposição de dendê para o biodiesel constitui a nova ideologia da fronteira. Martins (1999) alerta-nos que em se tratando de política no Brasil, o novo vem sempre para reforçar o velho, reproduzindo o poder do atraso. O novo, desse modo, não é novidade, mas um conjunto de estratégias para reprodução do caráter rentista do capitalismo brasileiro.

Em torno do discurso de dendê para o biodiesel, que expressa a orientação estatal em harmonizar-se com a preocupação global de buscar alternativas à matriz energética alicerçada no combustível fóssil, o Estado concebe áreas na Amazônia como fronteira, espaço dotado de “vantagens comparativas”. A começar pela abundância de terras, artifício fruto do zoneamento agroecológico da palma que identifica áreas aptas ao cultivo da palma, concebendo-as como espaço vazio. Assim, o anexo do

Decreto 7.172, de 07 de maio de 2010, “mostra 23.276,73 km² de área preferencial para o cultivo da palma, distribuídos por 53 municípios, e 69.999,88 km² de área regular, distribuídos por 66 municípios” (NAHUM; SANTOS, 2016, p. 285). O decreto revela que “nos municípios da microrregião de Tomé-açu encontramos 395.120,88 ha preferenciais e 122,5211,68 ha regulares para cultivo de dendê” (NAHUM; SANTOS, 2015, p.4). Faltam apenas investidores e investimentos. Desse modo, a abundância de terras em condições edafoclimáticas potencialmente aptas a cultivo da palma constitui o primeiro atrativo – terras integrantes de pequenas propriedades de sítiantes camponeses, fazendas de gado, fazendas falidas, dentre outras, que serão disputadas no mercado pelas empresas produtoras de dendê que adentram a região.

Multinacionais como a Vale e a Petrobrás que, historicamente têm seu foco em setores minerais e energéticos, orientam recursos técnicos, humanos e financeiros para produção de óleo de dendê, edificando empresas como BIOPALMA e Petrobrás-Biocombustíveis/GALP. Políticos, empresários e comerciantes regionalmente conhecidos promoveram varredura fundiária em busca de imóveis rurais potencialmente qualificados para o cultivo (NAHUM; MALCHER, 2012). Trata-se de áreas antropizadas até 2007, pois antes a microrregião de Tomé-Açu conheceu outros produtos e atividades em função das quais reproduziu a dimensão espacial da vida cotidiana.

A dendeicultura é proposta como vetor do desenvolvimento territorial rural, sobretudo gerando emprego, renda e inclusão social. Estado, empresas e associação de produtores celebram acordos institucionais ou não que ampliam a cadeia produtiva do dendê. O Estado, por meio do Programa Nacional de Apoio à Agricultura (PRONAF-Eco), possibilita à empresa contar com uma linha de crédito que apresenta aos agricultores camponeses interessados no cultivo da palma. Avaliam-se as condições ambientais e edafoclimáticas da propriedade do interessado, verifica-se a situação fundiária do imóvel. Para aqueles que desejam cultivar dendê em seu

sítio, a empresa aciona técnicos para regularização fundiária do imóvel, quando é o caso, ou treinamento no manejo da palma.

Os projetos de dendê familiar reestruturam o calendário agrícola, ritmo de trabalho e configuração da unidade produtiva do sitiante camponês, agora comandados e regulados pela empresa e pelo mercado de óleo de palma. Desencadeia-se a metamorfose do sitiante camponês em agricultor familiar produtor de dendê. Segundo Nahum e Santos (2017) tudo começa com o interesse do mercado mundial por um “produto panacéia” para a crise energética. Então, empresas são estimuladas por políticas estatais a aproveitar economicamente a área produzindo dendê. A empresa compra individualmente áreas e/ou convida pessoas para aderirem ao projeto de produção familiar de dendê. A notícia se espalha e toda a comunidade passa a se interessar pelas vantagens comparativas do dendê, sobretudo quando ouvem representantes sindicais, vereadores, prefeitos, deputados e até o presidente Luís Inácio Lula da Silva, dentre outros tantos, repetirem que a integração da agricultura familiar à cadeia do dendê é a alternativa de desenvolvimento para o meio rural. A empresa beneficia os frutos frescos colhidos, transformando-os em óleos para indústria de cosméticos, alimentos, medicamentos, combustível dentre outros produtos que ganham o mercado mundial, com valor agregado infinitamente maior que o pago aos produtores. No entanto, o mercado mundial que vive de certificações, exige responsabilidade social e ambiental da empresa para com a comunidade e assim condena a prática de compra individual do dendê. Para não ficar sem certificação, a empresa estimula os produtores a formarem cooperativa, instituição que congrega os produtores individuais, representando-os. Estes continuam a produzir e a cooperativa repassa à empresa. Essa subsunção formal do trabalho e do território ao capital se oculta no discurso de geração de emprego, renda e inclusão social.

Categorizar analiticamente esse produtor associado de dendê tornou-se um desafio para os pesquisadores que têm como ponto de

partida de sua interpretação as condições materiais de existência. Não estamos diante de camponês, posto que se metamorfosearam as condições de trabalho, seus comandos e finalidades; nem diante de trabalhadores assalariados, dado que o contrato de adesão à produção de dende é territorial; tampouco estamos diante de um empreendedor capitalista. Certamente é insuficiente dizer que ele é um trabalhador para o capital. O fato é que essa situação geográfica desafia nossa maturidade e criatividade analítica para visualizar algo que as categorias clássicas não conseguem.

Para se firmar enquanto projeto de governo, a dendeicultura precisou conquistar corações e mentes daqueles que na Amazônia construíam oposição à modernização agrícola e sua estrutura agrária desigual, principalmente na sociedade civil. Oposição que até o final da década de 1980 denunciava a estrutura agrária desigual, a violência no campo e vivificava a luta pela terra ou mesmo reivindicava a reforma agrária. Oposição construída sob o signo das comunidades eclesiais de base, onde a Igreja se fez povo e organizou na cidade e no campo, seja na terra firme, na várzea, sejam nos rios e na floresta, centros comunitários, clubes das mães, pastorais da criança, das ilhas, dentre outras tantas formas de organização do povo que não fosse sindical ou político partidária, reprimidas pelo Estado de exceção que se estabeleceu no país em março de 1964.

A abertura política da década de 1980 possibilitou a formação de movimentos e organizações sociais, sindicais e político partidárias que naquele momento tinham no horizonte um projeto de Brasil capaz de retomar a construção interrompida pelo golpe civil militar. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) pareciam anunciar novos tempos. Na Amazônia, assim como em outras regiões, as lideranças comunitárias que animavam organizações sociais no campo eram disputadas por sindicatos e partidos políticos. Em municípios como Abaetetuba, Moju, Tomé-Açu, Acará, Bujaru, Tailândia, Marabá e Santarém, temos a simbiose entre sindicatos, partidos e lideranças

camponesas fundadas na compreensão de que os problemas do campo devem ser equacionados na esfera política e dentro da democracia representativa sindical, partidária e parlamentar.

Lideranças camponesas do sul, sudeste e nordeste paraense, bem como em outras regiões onde a luta pela terra e a construção da reforma agrária era forte, transformam-se em dirigentes sindicais de projeção e são cobiçadas e disputadas pelos partidos. A cada pleito eleitoral os partidos cooptavam esses intelectuais orgânicos do campo para a arena do debate partidário. Assim, independente de coloração ideológica de esquerda ou direita, os partidos têm entre seus candidatos líderes camponeses oriundos de grupos ribeirinhos, quilombolas, agricultores, coletores, dentre outros tantos. Eleitos ou não, incorporam aos poucos o ambiente institucional e abandonam o campo, absorvidos que ficam pela estrutura político partidária, seja na forma de vereador, prefeito, deputado, senador ou mesmo em cargos de assessor do assessor do assessor.

De modo que a construção da dendeicultura para biodiesel em projeto de Estado durante os governos de Luis Inácio Lula da Silva e de Dilma Roussef seria impossível sem transfigurar antigas lideranças do campo paraense, que outrora organizavam a luta pela terra ou pela reforma agrária, em patronato político (FAORO, 1991) moderno que exerce o poder simbólico (BOURDIEU, 2004) a partir de seus lugares de origem, vivificando constrangimentos econômicos e extra econômicos necessários à manutenção da hegemonia do projeto de poder, não importando os meios. É no interior da tecnocracia estatal, amparado pelo patronato político, que se propaga a dendeicultura como solução para os problemas de geração de emprego, renda e inclusão social no meio rural, igualmente para conter o desmatamento e recuperar as áreas degradadas.

Desde então, o patronato— seja na função de senador, deputado, prefeito, vereador ou secretário de agricultura— não poupa esforços em mostrar o Plano da Palma como a primeira política de estado para o meio rural, promovendo a categoria de agricultor familiar produtor de dendê. Patronato que, por exercer influência

sobre as associações de trabalhadores rurais e agricultores familiares, apresenta às comunidades camponesas o projeto de produção de óleo da palma como perspectiva de desenvolvimento territorial rural e os convida a celebrar contratos de associação com as empresas de dendeiculturas. Contratos que transformam o sitiante camponês em produtor associado de dendê, vivificando assim o que Oliveira (2004) conceitua de monopolização do território pelo capital, pois este usa a terra, sem adquiri-la, e usufrui da força de trabalho sem contratá-la. Reproduzindo a ideia de que os problemas do campo não são a concentração de terras, as tensões, conflitos e violência, o desmatamento, assoreamento de corpos de água, dentre outros tantos que historicamente estiveram na pauta de reivindicações de um projeto de Brasil. Para o patronato, o principal problema do meio rural é transformar o camponês em consumidor, por isso aponta a geração de renda, emprego e inclusão social. O patronato político age para transformar o camponês, de cidadão imperfeito em consumidor mais que perfeito, como lembra Santos (2007). A inclusão social como sinônimo de inclusão no mercado é o legado que o patronato chama de desenvolvimento territorial rural impulsionado pela ideologia de dendê para o biodiesel.

REFERÊNCIAS

- AGROPALMA. Relatório de Sustentabilidade 2015. Disponível em: <http://www.agropalma.com.br/arquivos/relatorios/Relatorio_Sustentabilidade_2015_Portugues-1480095831.pdf>. Acesso em: 05jul. 2017.
- BIOPALMA da Amazônia. Relatório de Sustentabilidade 2015. Disponível em: <<http://www.biopalma.com.br/relatorio-sustentavel>>. Acesso em: 05 jul. 2017.
- BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: _____. Coisas ditas. São Paulo: Editora Brasiliense: 2004. pp.149-168.
- BRASIL. Projeto de Lei nº. 3.493, de 1993 (do Poder Executivo) PL Nº. 17.326-C de 2010. Dispõe sobre a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/908681.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111097.htm>. Acesso em: 09 nov. 2017.

_____. Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014. Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 8.723, de 28 de outubro de 1993; revoga dispositivos da Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113033.htm>. Acesso em: 09 nov. 2017.

_____. Lei nº 13.263, de 23 de março de 2016. Altera a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, para dispor sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado no território nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13263.htm>. Acesso em: 09 nov. 2017.

_____. Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm>. Acesso: 09 nov. 2017.

CARVALHO, A. C. A. de; NAHUM, J. S. Período do dendê na Amazônia paraense. In: NAHUM, J. S. (Org.) Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia Paraense. Belém: GAPTA/UFPA, 2014. pp. 13-40.

FAORO, R. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo. 1991.

FURLAN JÚNIOR J. et al. Biodiesel. Porque tem que ser dendê. Belém: Embrapa/PALMASA. 2006.

GOODMAN, L. K; SHARMA, A. R. Fries, Face Wash, Forests Scoring America's Top Brands on Their Palm Oil Commitments(2015). Disponível em: <<http://www.ucsusa.org/>>. Acesso em: 27 jun.2017.

MARTINS, J. S. O poder do atraso. Ensaio de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

NAHUM, J. S; BASTOS, C. dos. S. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, abr. 2014, p. 469-485. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23628/14394>. Acesso em: 09 nov. 2017.

NAHUM, J. S.; MALCHER, A. T. C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). Confins[Online], 16. 2012. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7947?lang=pt>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

NAHUM, J. S; SANTOS, C. B. dos. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades Tradicionais na Amazônia paraense. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p.63-80. Disponível em: <<https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/1953/1252>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

_____; _____. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia paraense. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege).v.11, n.15, jan-jun./2015,p.309-331. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/viewFile/423/pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

_____; _____. A dendeicultura na Amazônia paraense. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20.nº. 2, p. 281-294, mês. 2016. Disponível em:

<www.revistas.usp.br/geousp/article/download/122591/122602>.

Acesso em: 26 mai.2017.

_____.; _____. Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI. Revista NERA. Ano 20, n. 37, mai-ago./2017, pp. 54-76. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>>. Acesso em: 03/03/2018.

NAHUM, J. S; THURY, J. P. C. Encontros e desencontros na Amazônia paraense: os Tembés-Turê-mariquita e a Biopalma em Tomé-açu (PA). InterEspaço. Grajaú/MA v. 1, n. 3 p. 82-96 Ed. Especial 2015. Disponível em:

<<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/interespaço/article/view/4436/2427>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U; MARQUES, M. I. M. (Orgs.) O campo no século XXI: território de vida, de lugar e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

RIVAL, A; LEVANG, P. La palma de la controversia: La palma aceitera y los desafíos del desarrollo. Bogor, Indonesia: CIFOR. 2014.

SANTOS, M. Espaço do cidadão. São Paulo: Edusp. 2007.

SILVA, M. R. R. da. Biodiesel no Brasil: Análise de Custo-Benefício: Análise de Custo-Benefício. Curitiba: Appris, 2015.

VEIGA, A. S. A. S; FURLAN JR, J. J; KALTNER, F. J. F. J. Políticas Públicas na Agroindústria do Dendê na Visão do Produtor. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2005.

WORLD WILDFIRE FUND, WWF. Palm Oil Buyers Scorecard Measuring the Progress of Palm Oil Buyers. 2016. Disponível em: <<https://www.worldwildlife.org/publications/palm-oil-scorecard-2016>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E DINÂMICA TERRITORIAL NO ESPAÇO RURAL DA AMAZÔNIA PARAENSE

Carla Joelma de Oliveira LOPES¹

Carlos Alberto de Souza MASCARENHAS²

Mayre Dione Mendes da Silva MASCARENHAS³

Daniela de Oliveira SENNA⁴

INTRODUÇÃO

O território deve ser compreendido a partir das mudanças históricas e dos usos que se expressam nele. Portanto, cada momento histórico, cada elemento, muda seu papel e a sua posição no sistema territorial e no sistema espacial. A periodização da história influencia a maneira como o território é organizado do ponto de vista econômico, político e social e incide diretamente na forma como o território é usado, uma vez que “os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso” (SANTOS; SILVEIRA, 2013, p. 20).

¹ Geógrafa, Doutoranda em Geografia (PPGEO/UFPA), Mestra em Geografia (PPGEO/UFPA), Especialista em ERER/UFPA, Pesquisadora do GDEA/UFPA e EDUQ/UEPA, Professora do Ensino Básico (SEDUC-PA). E-mail: carlajoelma@gmail.com

² Geógrafo, Mestrando em Geografia (PPGEO/UFPA), Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM-XXI) pelo NAEA/UFPA, Pesquisador do GDEA/UFPA, Professor do Ensino Básico (SEDUC-PA). E-mail: profgeografiacarlos@hotmail.com.br

³ Graduada em Letras, Especialista em Educação para Relações Étnico-raciais – ERER/UFPA, Pesquisadora do EDUQ/UEPA, Professora do Ensino Básico (SEDUC-PA). E-mail: mayre.mascarenhas@hotmail.com

⁴ Historiadora, Especialista no Ensino de História, Pesquisadora do EDUQ/UEPA, Professora do Ensino Básico. E-mail: danielasenna_pa89@hotmail.com

Compartilhamos com Nahum (2017) o pressuposto de que a formação territorial rural da Amazônia é marcada por estágios da técnica, da política e do território usado e, nesse sentido, configura períodos ou meios geográficos sucessivos e coexistentes. A análise aqui proposta contempla a formação de três períodos.

O primeiro período corresponde ao que denominamos de período camponês ou meio natural (1616-1966). Nele predominam determinações naturais, é marcado pela presença de baixos níveis técnicos, primazia da posse sobre o uso, unicidade entre terra de trabalho e terra de família, baixa integração na reprodução ampliada do capital e pela formação do campesinato amazônico. A terra escolhe o morador e determina os usos e práticas, posto que impera a precariedade estrutural. A terra constitui o principal meio de produção, não é recurso, é vida. Esse período se inicia com a ocupação estrangeira da Amazônia em 1616 e se estende até a Operação Amazônia em 1966, momento em que novos paradigmas territoriais são incorporados à região.

No segundo período, agrário ou meio técnico (1966-1996), a Amazônia é pensada como fronteira agrícola a ser amansada, percebe-se nele que as políticas destinadas ao lugar denunciam a predominância de uma racionalidade excludente, da existência de uma perspectiva areal. Vem-se os recursos naturais, a extensão territorial, as possibilidades de reprodução ampliada do capital. Os sistemas técnicos mudam, alicerça-se o discurso da terra como oportunidade e o uso da terra passa a ser ameaçado pela perspectiva da posse.

O meio técnico possibilita a entrada dos grandes projetos e, inversamente, cria as condições para que surjam as perspectivas de resistências derivadas do agravamento das tensões e conflitos na disputa pela terra. A relação tradicional entre homem e terra é acionada e rememorada na identidade, como afirma Santos (1999, p. 8), “a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. A terra como identidade materializa o processo de luta e resistência contra o avanço do capital no campo.

O último período, rural ou meio técnico-científico-informacional (1996 em diante), traz como marca a efetivação de algumas políticas de Estado que agindo a partir do discurso do desenvolvimento territorial rural promete geração de emprego e renda, inclusão e crescimento econômico. O período reflete os impactos de transformações globais que se expressam através do meio técnico-científico-informacional.

Nele, as redes penetram nos lugares surgindo como instrumentos de manipulação, poder e controle da sociedade, alterando as configurações socioterritoriais e produzindo um cenário marcado por desigualdades e contradições, “as redes são vetores da modernidade e também da entropia. Mundiais, veiculam um princípio de ordem [...]. Locais, essas mesmas redes são portadoras da desordem” (SANTOS, 1998a, p. 57). Nesse período o dinheiro subordina as pessoas e os lugares.

Os três períodos ajudam a compreender as dinâmicas territoriais que vêm se expressando no espaço amazônico e, em particular, a dos povos quilombolas. Nesse sentido, propomos a realização de um estudo comparativo entre dois territórios quilombolas localizados na região do Baixo Tocantins, o território quilombola de Araquembaua no município de Baião/PA e o território quilombola de África e Laranjituba, situado no município de Moju/PA e Abaetetuba/PA.

O trabalho está dividido em três partes, além da introdução e considerações finais. A primeira apresenta o território quilombola de Araquembaua, discute suas especificidades e dinâmicas espaciais contemporâneas evocadas a partir de um conjunto de condições territoriais, técnicas e políticas que impactaram o lugar; a segunda destina-se a discutir a realidade de África e Laranjituba, duas comunidades quilombolas que respondem como território único; a terceira parte procura produzir uma reflexão que problematize a condição espacial de ambos os territórios diante do atual cenário de avanço do capital sobre os territórios quilombolas.

O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA

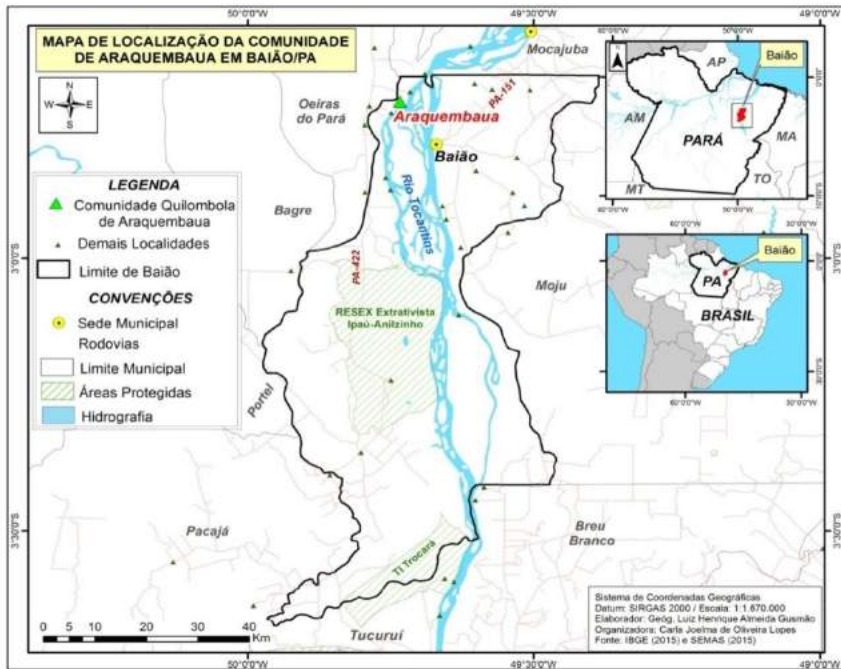
Araquembaua é uma pequena comunidade ribeirinha formada por 160 famílias, é uma das 101 comunidades rurais de Baião. A trajetória assemelhada historicamente e economicamente às demais localidades tem, no entanto, suas especificidades. Não existe uma documentação oficial que indique o período exato em que Araquembaua surgiu e/ou de que maneira ela se formou, apenas as narrativas dos moradores mais antigos e das lideranças locais sinalizam esforços para a reconstituição da memória, pois com o crescimento do povoado houve a necessidade de escolher um nome que estivesse relacionado com as origens do lugar.

Entre os mais velhos ouve-se falar que no território havia uma tribo indígena muito pequena que tinha como cacique um homem chamado Araquem, companheiro de uma mulher conhecida como Baua – os dois habitavam e lideravam o lugar. O mito de origem colaborou para que os moradores tomassem a decisão de juntar os nomes dos antigos líderes indígenas como homenagem aos dois, o resultado foi Araquembaua.

Os primeiros moradores de Araquembaua vinham de localidades próximas ou de municípios vizinhos como Cametá e Mocaíuba. A ausência de impedimentos legais representou um atrativo para a ocupação, mas o lugar muito alto e de acesso restrito não permitiu um povoamento muito denso. A comunidade cresceu através da união entre parentes e a inserção de estranhos se deu, principalmente, a partir dos casamentos.

Geograficamente está situada entre os municípios de Oeiras do Pará e Cametá, mas pertence ao município de Baião (PA). Marcado pelo isolamento geográfico, o território de Araquembaua faz frente com a margem esquerda do rio Tocantins e limita-se com as comunidades de Itaperçu, Baixinha e Cupu (ver Figura 1).

FIGURA 1 – Mapa de Localização da comunidade de Araquembaua, Baião-PA



Fonte: IBGE (2015). Organização: Lopes (2016).

Situados na margem esquerda do rio Tocantins e em meio a uma densa floresta, os moradores organizaram-se de modo a extrair os recursos que lhes eram necessários à sobrevivência. A pesca e o desenvolvimento do extrativismo vegetal garantiram a reprodução do grupo, seja pela via do autoconsumo, seja pela troca mercantil.

As práticas espaciais expressavam, dessa forma, a unidade entre terra de trabalho e terra de família, denunciavam a existência de um trabalho ritmado pelo local, a manutenção da pequena propriedade, o primado do uso sobre a posse, a renda proveniente predominantemente do trabalho na terra, a baixa integração com a cidade, a forte atuação da Igreja, das associações e sindicatos no local

e a pluriatividade como mecanismo de subsistência do grupo. O modo de vida era simples, marcado pelo uso comum, pelo alto grau de solidariedade e pela cumplicidade, onde a terra é meio de produção e força produtiva, é território e não mercadoria.

As narrativas dos moradores mais antigos ressaltam que não havia propriedades rurais em Araquembaua. As poucas famílias que residiam tratavam a terra coletivamente, havia, porém, uma divisão do terreno em roças para colheita que considerava como medida o valor de uma braça (2,20 m). No geral, cada família ficava responsável por tratar, em média, o equivalente a 60 braças, mas a divisão considerava a capacidade que apresentavam para realizar o trabalho.

O mutirão era um dos principais mecanismos para obtenção da produção e para a construção do necessário à sobrevivência do grupo, ainda assim, o trabalho era considerado penoso em função da pouca disponibilidade de recursos técnicos. De acordo com os moradores, os quintais vão se transformando, aos poucos, nos espaços de referência para a realização das atividades agrícolas em função da proximidade das casas e do rio.

O trabalho coletivo, característico das populações assentadas tradicionalmente nas terras amazônicas, é marcado por uma divisão técnica, social, sexual e etária, pelo uso pouco expressivo de tecnologias modernas, pela produção voltada prioritariamente à subsistência do grupo e por dificuldades de integração da produção com o mercado (NAHUM, 2011).

As famílias que conduziam o trabalho representam um importante elemento no processo de preservação do grupo. Elas agregam os poderes e os saberes locais. Aglutinam práticas que são pautadas na ancestralidade, na cultura, no imaginário do grupo. O papel de cada pessoa dentro da unidade familiar é fundamental para a perpetuação desse modo de vida.

A configuração espacial expressava vários usos. As roças, no centro, para a realização de atividades agrícolas, o rio para a pesca e transporte, a mata para o extrativismo vegetal e animal e a vila que

servia de residência para os moradores. No território, a população desenvolveu formas combinadas de trabalho, onde a agricultura, o extrativismo, a caça, a pesca e a colheita de flores configuravam as principais atividades produtivas, demonstrando uma intensa apropriação dos ambientes da terra, água e floresta.

Cruz (2007) discute a existência de um sujeito polivalente na Amazônia capaz de se apropriar dos ambientes da terra, água e floresta para se reproduzir. No ambiente amazônico o trabalho conduzido pela unidade familiar surge como elemento central da produção camponesa, trabalho que evoca uma combinação de atividades como agricultura, pesca, extrativismo, caça, entre outras.

O modo de vida em Araquembaua denunciava as relações estabelecidas entre o grupo e o meio geográfico natural, relações que eram mediadas pela produção de técnicas e pela invenção de estratégias de sobrevivência e intervenção na natureza. É um modo de vida que considera o tempo da água para a realização da pesca, o tempo da floresta para a caça e o extrativismo e o tempo da terra para a agricultura. O meio natural predominava, mas é no interior desse período que surgem os germes da mudança.

Em 2000 um processo coletivo de titulação de terras quilombolas foi enviado ao ITERPA totalizando 26 pedidos de Titulação Coletiva de Remanescentes de Quilombos. Todas as localidades requerentes estavam situadas no município de Baião. O município sofria os impactos de ações estatais e políticas públicas, como a construção da UHE de Tucuruí, a criação de um pólo madeireiro em Cameté e a instalação de um pólo energético em Baião com base no desenvolvimento da cultura do dendê. Baião passava a integrar o território do dendê na Amazônia paraense.

A comunidade de Araquembaua dialogava com as mudanças e sofria seus rebatimentos, principalmente, nas dinâmicas territoriais. Porém, as transformações territoriais que acenaram alterações nos hábitos e práticas da comunidade só podem ser compreendidas dentro de um contexto maior e uma das chaves para o entendimento

do processo se encontra no papel que o Estado veio assumindo ao longo do tempo na Amazônia.

Nas últimas décadas do século XX, a Amazônia paraense sofreu uma forte intervenção estatal que materializou ações pautadas em diversos paradigmas de desenvolvimento. Foram ações que incidiram diretamente sobre as populações camponesas provocando um reordenamento territorial significativo:

Tratam-se, de ações e políticas públicas que operam sobre um mesmo território com distintos paradigmas do desenvolvimento e que resultam em transformação das relações sociais e territoriais, poder-se-ia dizer, um processo de desterritorialização e de reterritorialização, assentado em mudanças sociais e ambientais (MAGALHAES et al., 2012, p. 2).

O Estado brasileiro seguia uma orientação intervencionista relativamente comum na América Latina, na época marcada por ditaduras militares, pelo receio das burguesias em face da expansão do modelo socialista e, ao mesmo tempo, pelo estabelecimento de novos padrões do capital no mundo.

Na Amazônia os desdobramentos das políticas intervencionistas se materializaram a partir de 1966, uma vez que grandes obras de infraestrutura foram destinadas ao local com o intuito de favorecer a “ocupação efetiva” da região. Durante os governos militares ocorreu a intensificação do processo de exploração do território amazônico sob diversas frentes.

De acordo com Manyari (2007), o impacto das políticas estatais na região do Baixo Tocantins foi intenso. A autora recorda o processo de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí (1974-1984), responsável por produzir mudanças na vazão do rio Tocantins que atingiram pelo menos quatro municípios: Baião, Mocajuba, Cametá e Igarapé-Miri.

Os referidos municípios reuniam grandes quantidades de comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, populações que

viviam tradicionalmente da pesca artesanal, da atividade extrativista e da agricultura de subsistência. A construção da usina sinaliza uma profunda alteração no modo de vida, permitindo e estimulando o avanço das frentes agrícolas, das frentes madeireiras, a formação de novos núcleos urbanos e o surgimento de grandes problemas ambientais.

A construção da hidrelétrica impactou profundamente o território de Araquembaua. Havia, na época, uma expectativa que associava o empreendimento ao progresso, a chegada da energia elétrica, ao desenvolvimento de serviços e de uma infraestrutura mínima que representasse um pouco mais de qualidade de vida, mas nada disso se cumpriu. A energia esperada pelos moradores como referência de modernidade e inclusão só foi conquistada em 2007. Muitos partiram de Araquembaua em direção a Tucuruí movidos pelo interesse em conseguir um trabalho com remuneração fixa, garantias trabalhistas, acesso a serviços urbanos etc., todavia, a maioria não ficou empregada por muito tempo.

Os dados do campo também sinalizam para a negatividade dos impactos provocados pelo empreendimento, um dos mais graves tem relação com o desenvolvimento da atividade pesqueira. O represamento das águas provocou a redução do pescado, atividade que tradicionalmente mantinha a sobrevivência dos moradores. A construção da UHE de Tucuruí foi responsável por uma profunda alteração na dinâmica do trabalho, impactando o modo de vida do grupo que tinha como uma de suas mais importantes práticas de sobrevivência a pesca artesanal. Ao mesmo tempo, a existência da UHE no município vizinho não significou a obtenção da energia elétrica nem trouxe desenvolvimento, principal expectativa do grupo.

A entrada das madeireiras na órbita de atuação do município também foi relevante. A extração e o processamento industrial de madeira representam para a Amazônia um grande nicho de mercado e muito embora a retirada de madeira tropical tenha ocorrido por séculos na região sem provocar grandes impactos ambientais, nos

últimos anos, principalmente a partir da década de 1970, o cenário também se transformou.

Conforme indica Veríssimo (2006), pólos madeireiros se espalharam na Amazônia materializando um cenário de intenso desmatamento, de conflitos, de violência no campo e de desterritorialização. Eles inauguram novas temporalidades, imprimindo um ritmo diferente daquele conhecido pelas populações locais. Também expandem as fronteiras e invadem territórios tradicionalmente ocupados, forçando a migração de camponeses, subordinando a terra e seus moradores e provocando rebatimentos que chegam até os dias de hoje.

Os pólos foram se instalando em lugares que agregavam serviços, infraestrutura mínima e mão de obra disponível, ou seja, de maneira geral, as empresas madeireiras se fixaram onde havia grande cobertura florestal, uma rede de transportes disponíveis para escoar a madeira e mão de obra barata. Havia uma diversidade de empresas do ramo que se dividiam em micro serrarias, serrarias, beneficiadoras, laminadoras ou faqueadoras e fábricas de painéis. O polo madeireiro instalado em Cametá atraiu trabalhadores do município de Baião e esvaziou o território de Araquembaua, provocando um intenso processo de desterritorialização.

Além disso, no final da década de 1980, algumas pessoas portando documentos de origem duvidosa passaram a reclamar a posse da terra. A ameaça da posse sobre o uso em Araquembaua produzia um presente incerto e projetava um futuro improvável. O conjunto de condições territoriais, técnicas e políticas que se expressava evocava a assunção de uma resposta mais contundente.

Somam-se a todos os condicionantes as evidências históricas, antropológicas e geográficas que indicam ser o Baixo Amazonas uma região tradicionalmente ocupada por remanescentes de quilombos. De acordo com Pinto (2015), a presença negra de forma ancestral no território do Baixo Tocantins é inquestionável, ainda que esteja invisibilizada.

A adesão ao processo coletivo de titulação de territórios quilombolas, enviado no ano 2000 ao ITERPA, sinalizou a perspectiva adotada pelo grupo como forma de resistência. A titulação quilombola serve de freio à ameaça da posse sobre o uso e, nesse sentido, configurou uma importante estratégia territorial (DINIZ; TUBALDINI, 2015).

O meio técnico, dessa forma, possibilita a penetração dos grandes projetos, colabora para o adensamento da exclusão, acirra a disputa pela terra compreendida principalmente como recurso, exhibe a perspectiva areal adotada pelas políticas públicas, mas, contraditoriamente cria as condições para que os povos tradicionais amazônicos se articulem, resistam e lutem por seus territórios. A terra-território é identidade, é símbolo de pertencimento.

A titulação do território foi conquistada em 2002. A titulação quilombola representou um acontecimento importante dentro da comunidade, uma vez que as pessoas sinalizam perceber as diferenças entre o antes e o agora. Porém, ela não foi capaz de ajudar a superar a pobreza imposta historicamente ao território. Ao contrário, as inquietações relativas à inoperância das políticas públicas que deveriam ter colaborado para o estabelecimento de uma melhor qualidade de vida para os moradores após a titulação, são muito intensas.

O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ÁFRICA E LARANJITUBA

O “território quilombola do Caeté”, onde hoje se encontra o quilombo de África e Laranjítuba, pertencia ao grande proprietário conhecido na época como Raimundo Barata, ligado ao governo colonial português. Sua fonte de poder e riqueza foi edificada a partir da extração de madeira e produção de cacau. Ele se deslocava até Belém para adquirir escravos. Comprava poucos homens e muitas mulheres num local afastado chamado Fazenda. Esse local não tinha

finalidade de produzir cacau, nem criar gado, mas garantir a geração de homens para serem criados e escravizados.

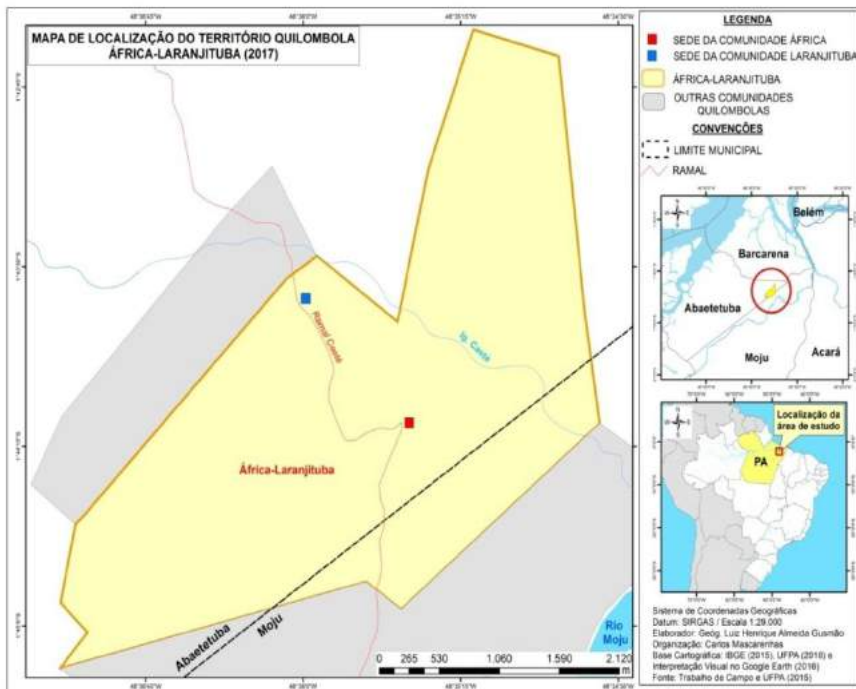
Para isso, comprava apenas dois ou três homens devido ao preço elevado e vinte mulheres cujo preço era bem mais em conta, sendo que os homens tinham que engravidar essas mulheres para gerar futuros escravos. Caso os escravizados se recusassem a exercer a função de reprodutores, eram cruelmente castigados. Em decorrência disso houve uma revolta dos escravizados e o proprietário das terras foi assassinado. A partir daí tem início o processo de formação das comunidades quilombolas de África e Laranjituba, criadas respectivamente em 1980 e 1985.

O quilombo de África e Laranjituba recebeu o título expedido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA)⁵ em 2008, possui área de 1.108,19 há, com parte da área no Moju (PA) e parte em Abaetetuba (PA). Cada família dispõe de uma porção de terra não delimitada por fronteiras precisas para ser explorada. O uso do território quilombola não se esgota no âmbito fundiário. A terra é considerada um elemento fundamental para a espacialidade do gênero de vida desses grupos, no entanto está longe de representar o conjunto de suas demandas. São 193 habitantes, 82 habitantes em África e 111 em Laranjituba, distribuídos em 72 famílias (ver Figura 2).

O modo de vida em África e Laranjituba se encontrava num patamar em que as comunidades, por meio do seu trabalho, ressignificavam o meio geográfico natural para assegurar as suas condições de sobrevivência. Ainda assim, os ciclos da natureza ditavam o ritmo de produção e consumo do grupo.

⁵ Consultar em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/content/quilombolas>.

FIGURA 2 – Mapa do Território Quilombola África e Laranjituba



Fonte: IBGE (2015). Organizador: Mascarenhas (2017).

A reprodução da existência do lugar se dá a partir da dinâmica de produção nas roças, que corresponde a uma agricultura familiar e diversificada. É no trato diário, na familiaridade e no convívio com a área e o uso do território que as comunidades do quilombo organizam suas práticas espaciais para o autoconsumo e para a comercialização.

Essa caracterização tem forte relação com as tradições culturais coletivistas que conseguem reunir condições de reprodução mesmo em situações que ameaçam sua existência. É a “territorialidade como sinônimo de pertencer a aquilo que nos pertence... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça

humana e prescindir da existência de Estado” (SANTOS; SILVEIRA, 2013, p.19). A área das roças, entre uma e duas tarefas, é determinante na obtenção da renda para complementar o consumo das famílias, embora não a única, demonstrando a importância das pequenas roças para a reprodução do gênero de vida quilombola.

A extração e o manejo de açaí e de mandioca ganham destaque como as principais atividades agroextrativistas. A mandioca, por exemplo, é cultivada em todas as roças. As demais culturas, criações de animais, caça e pesca, aparecem como complementares. Ressaltamos que o uso do território no quilombo reúne diversas atividades que garantem a permanência desses gêneros de vida, conforme nos sugere Castro (1998, p. 5), “o território é o espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo”.

No quilombo de África e Laranjituba, os meios e o poder de intervenção técnica dos quilombolas sobre a natureza estão alicerçados em artefatos simples para atender as necessidades geográficas das comunidades. Concordando com Santos (2009, p. 29), para quem “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”, afirma-se também que ferramentas como machado, terçado ou facão, enxada, ferro de cova (cavador), pequenas carroças puxadas por animais de tração como búfalos, conhecimentos das ervas medicinais e o corte de madeira para fazer cascos de canoa e casas, compõem um feixe de relações entre saberes e fazeres determinantes da organização do espaço.

Esses e outros saberes e práticas são conhecimentos que se traduzem também em técnicas de pesca, cultivo, extração, armazenamento e conservação de alimentos, construção de “retiros”, barracão de artesanato, pontes, pequenos portos, trapiches adaptados ao meio geográfico de rio, várzea e floresta, bem como canoas para transportar pessoas e produtos. Estas técnicas podem servir de base para a compreensão geográfica, um componente do

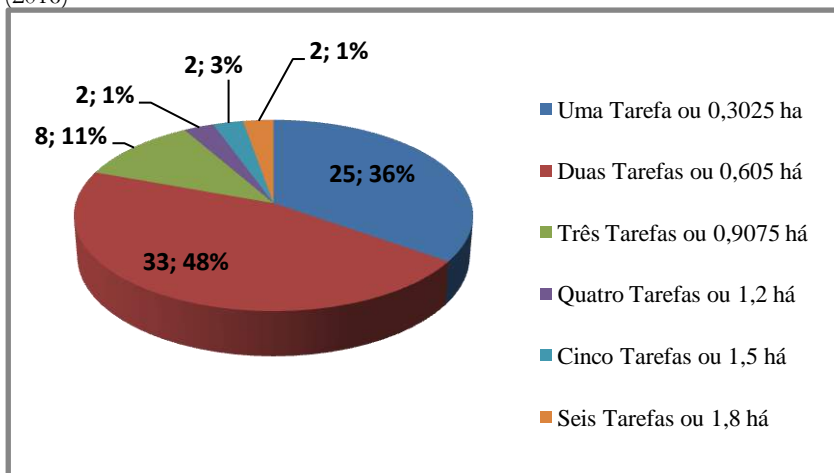
território, como sugere Santos (2009, p. 38), “[...] é considerar a própria técnica como um meio”.

Tem-se aí o lugar se configurando como a expressão da relação entre a técnica e o espaço no quilombo, o uso do território sendo metamorfoseado pelas mediações da técnica simples, sendo oportuno dialogar com a advertência de Santos (1998b, p. 5): “mas as técnicas nunca se deram, não se dão e jamais se darão de forma homogênea. Em toda parte vamos encontrar técnicas as mais diversas e esta é a nossa sorte”. O autor oferece contribuição a esse debate sugerindo a coexistência de técnicas distintas sobre o território. Além das técnicas já relatadas, vê-se presença de motosserras, motocicletas, automóveis, bomba d’água e outras.

A mediação técnica contribuiu para a constituição das formas espaciais roça e açaizal. Elas se configuram como uma manifestação da ordem local e dão um caráter peculiar de arrumação do espaço, revelando as características essenciais da organização espacial quilombola. O tamanho das roças varia de uma a seis tarefas, conforme o número de braços quilombolas para cultivar a terra e produzir alimentos para o consumo familiar ou pequenos excedentes para complementar o orçamento por meio da venda de produtos, configurando “uso do território” (SANTOS, 2009). Por isso, conforme interpretação de Santos (2014, p. 138), “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”.

O uso coletivo procura garantir a satisfação das demandas do lugar, resguardando as condições territoriais de existência do quilombo. Configuram-se estratégias espaciais que procuram fugir da situação histórico-geográfica de opressão promovida pela ocupação da Amazônia. Concordando com Silveira (2011, p.5), “o território constitui, através dos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando também à fusão entre o local, o global invasor e o nacional que, na era da globalização, fica às vezes sem defesa”. Os dados do Gráfico 1 mostram um perfil distributivo do tamanho das roças entre as famílias.

GRÁFICO 1– Distribuição do Tamanho das Roças em África e Laranjituba (2016)



Fonte: Mascarenhas(2016). Pesquisa de campo.

O Gráfico 1 traz informações sobre o tamanho das roças e enfatiza o predomínio das que possuem uma (0,3 ha) e duas (0,6 ha) tarefas, 25 famílias (36%) e 33 famílias (48%) respectivamente. Esse predomínio é interessante por revelar que as pequenas roças são o lócus privilegiado para a reprodução do gênero de vida rural quilombola. As formas e as normas tradicionais (ações) jogam um papel de arrumadora e organizadora do uso do território. Isso leva a concordar com Santos (2009, p. 78) quando afirma que “a ação é subordinada a normas, escritas ou não, formais ou informais e a realização do propósito reclama sempre um gasto de energia”.

A área das roças entre duas e três tarefas é determinante na obtenção da renda para complementar o consumo das famílias, embora não a única, demonstrando a importância das roças para a reprodução quilombola. É uma ordem local presidida principalmente por relações de proximidade, tal como ressaltado no pensamento de Santos (2009, p. 339), ao afirmar que “a ordem local funda a escala

do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade”. O arranjo espacial em roças, conforme interpretação de Santos (1999, p. 18), é expressão de que “a sociedade não atua sobre a natureza em si. O entendimento dessa ação é o nosso trabalho e parte do valor que é dado àquele pedaço de natureza – valor atual ou valor futuro”.

As roças apresentam o seguinte desenho espacial: uma tarefa (25 famílias) visa atender o consumo familiar; duas tarefas (33 famílias) puxam pequeno excedente com rendimento médio de R\$ 209,39; três tarefas (8 famílias) trazem uma reprodução da economia de pequenos excedentes que advêm do trabalho familiar com rendimento médio de R\$ 245,00. Trata-se de um território historicamente usado pelas duas pequenas comunidades do quilombo e que nos aproxima bastante da análise de Nahum e Santos (2015) sobre comunidades tradicionais na Amazônia, quando afirmam que:

Singularizavam-se por um modo de vida envolvido consigo mesmo, onde as relações sociais que lhes sustentam e estruturam eram predominantemente construídas no entorno, alicerçadas em unidades familiares que cultivavam, produziam, criavam e extraíam do território o necessário para a reprodução de suas vidas (p. 314).

Ao atuar sobre a natureza, os quilombolas transformam o espaço e o levam a uma arrumação em roçados produtivos constitutivos de práticas tradicionais de cultivo e manejo de mandioca, frutas, legumes e a criação de pequenos animais. Concordando com Nahum (2011, p. 92) sobre a organização do território no quilombo, que “compõem-se de uma configuração espacial onde estão os recursos que a comunidade deseja e pode explorar, em que os membros de um determinado grupo têm direitos, de forma estável, ao seu uso e controle dos recursos”, acrescenta-se que eles transformam o espaço em um arranjo

arrumado em modestas redes de comercialização de produtos excedentes em feiras locais como em Moju (PA) e em Abaetetuba (PA).

Das relações que os quilombolas estabelecem com a diversidade da natureza, materializam no espaço atividades muito diversas, como a extração e o manejo do açaí, cupuaçu, castanha, bacaba, pupunha, goiaba, cacau, taperebá, a exploração de areia e argila para o artesanato, o plantio da mandioca, a criação de animais, a caça e a pesca. São nexos internos tecidos por normas locais tradicionais de gestão de uma fração do território, compreendendo, assim como Santos (2009, p. 77), que “a significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vem do papel que, pelo fato de estarem em contiguidade, formando uma extensão contínua, e sistemicamente interligada, eles desempenham no processo social”. Os objetos “roça” e “barracão de artesanato” ajudam a compor uma estrutura de formas que dão suporte às relações de uso comum do território no quilombo.

O meio natural ditava o ritmo de vida das comunidades, no entanto, as especificidades do lugar começam a sentir o anúncio de mudanças a partir de um conjunto de proposições técnicas e políticas lançadas para a Amazônia. Trata-se do meio técnico-científico informacional dando pistas de sua lógica.

Em 09 de junho de 2015 o Governo Federal lança a proposta de construção da ferrovia Açailândia (MA) até Barcarena (PA). A informação da proposta de construção da ferrovia chegou às comunidades do quilombo de África e Laranjituba por meio da Fundação Cultural Palmares (FCP), dando início ao processo de pressão ao nível da psicosfera (SANTOS, 2009) sobre o lugar, resultando na mobilização das 72 famílias a partir de 2015.

A Associação de Quilombos do Baixo Caeté África e Laranjituba (AQUIBAC) demonstrou preocupação em relação ao futuro das comunidades do quilombo frente ao projeto ferroviário porque as investidas dos grandes projetos sobre os territórios de populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas trazem um histórico

repleto de violações que representam a força da perspectiva de espaço vazio ou areal nas políticas de Estado para a Amazônia.

Os riscos que ameaçam a reprodução dos gêneros de vida que o projeto carrega fizeram a associação reunir os moradores para planejar e encaminhar ações de caráter preventivo para fortalecer a defesa do território quilombola. Desse modo, como nos sugere Martins (1993, p. 64), “existe, também, a resposta da vítima. Na realidade, o processo não é unilateral”. Dentre as ações delineadas, percebemos a elaboração de uma cartografia social que permite identificar o traçado planejado da ferrovia e o possível tipo de impacto socioespacial daí resultante.

LUTAS E DESAFIOS COMPARTILHADOS

As narrativas sobre Araquembaua e África e Laranjituba denunciam situações geográficas que trazem especificidades, mas que compartilham temporalidades e meios geográficos comuns. Como afirmamos, alhures a formação territorial rural da Amazônia revela um traçado territorial atravessado por estágios da técnica, da política e do território usado, não no sentido de evolução, mas de sucessão e coexistência.

É com essa perspectiva que pensamos as lutas e desafios compartilhados por esses dois territórios. Gestados no meio natural amazônico, os territórios quilombolas construíram estratégias territoriais para garantir sua sobrevivência, seja na invisibilidade planejada no silêncio das florestas ou no grito organizado dos povos pretos. É no período agrário ou meio técnico, porém, que eles são pressionados à ressemantização de suas práticas.

O avanço do capital sobre o solo amazônico revela a face excludente da globalização dos povos, a terra é reclamada por projetos exógenos ao lugar, novos atores e novas territorialidades se sobrepõem às antigas, não sem resistências e lutas. De acordo com Nahum (2017, p.10) é “a terra o grande objeto de disputa, posto que

o grande capital reivindica a terra que o camponês caboclo, ribeirinho, quilombola ou agricultor familiar usava há três séculos e meio, sem nunca se preocupar com a titulação”.

O Estado exerce, no período agrário, o papel de criar as condições jurídicas, políticas e financeiras para a consolidação dos grandes projetos ao mesmo tempo em que tenta realizar a mediação com as populações afetadas por eles, todavia, as contradições evidentes em sua função evocam tensões e conflitos. O chão amazônico é banhado com o sangue dos quilombolas, indígenas, ribeirinhos e demais moradores que habitam tradicionalmente estas terras.

No cenário, Araquembaua vivencia um processo de revisitação à identidade quilombola recuperada em meio às lutas dos povos pretos rurais da Amazônia, luta que traz como centralidade o domínio territorial, uma vez que o território é vida, condição de existência e perpetuação da identidade. África e Laranjituba, por sua vez, presenciam o avanço sobre seus territórios de projetos que se outorgam desenvolvimentistas, mas que, na prática, desconsideram a vida e os sonhos daqueles que habitam ancestralmente o lugar.

No período rural, o agravamento das tensões entre o grande capital e o camponês resulta em mobilizações e fortalecimento da luta pelo domínio territorial, domínio questionado de forma recorrente por setores agrários interessados na renda da terra e na transformação das relações produtivas do campo. E como estamos tratando de sucessão e coexistência, é possível afirmar que os velhos problemas que se configuram desde o meio natural na Amazônia não foram superados de um período para o outro – eles, em geral, se alargaram e evocaram articulações territoriais cada vez mais contundentes no período rural.

Araquembaua passou a articular encontros para discutir a gestão do território titulado, um percentual significativo de moradores se tornou membro da Associação Quilombola (ARQIB) e começou a participar dos encontros dos povos quilombolas que acontecem na região, a comunidade iniciou discussões sobre a

efetivação da educação quilombola como componente da conquista territorial e adensou a luta pelas cotas para que seus jovens estudantes tenham direito ao ingresso em instituições de nível superior. De forma semelhante, o quilombo de África e Laranjituba vem adensando suas mobilizações políticas em sentido semelhante.

As narrativas dos moradores anunciam que o rural, para além das representações que o exibem como o espaço do convívio, da inclusão, da geração de renda e do crescimento econômico, está sendo marcado pela resistência cada vez mais articulada dos povos pretos que, ao contrário da inércia concebida, trazem no vivido a sorte da luta e da insurgência. O Quadro 1 exibe algumas das estratégias de resistência territorial utilizadas pelos dois territórios quilombolas na atualidade.

QUADRO 1– Estratégias de resistência territorial: Araquembaua, África e Laranjituba

| Articulações dos territórios | Araquembaua | África e Laranjituba |
|--|--------------------|-----------------------------|
| Participação em Associações Quilombolas | 90% | 100% |
| Participação em encontros dos povos quilombolas | 60% | 90% |
| Luta pela efetivação da educação quilombola | 70% | 100% |
| Luta pelo acesso às cotas para estudantes quilombolas em IES | 100% | 100% |

Fonte: Pesquisa de Campo. Organizado pelos autores (2017).

É possível avaliar, a partir dos dados do campo, que a trajetória de África e Laranjituba, construída no seio do período camponês ou meio natural, evoca de seus moradores uma mobilização ampla na luta pelas garantias territoriais, posto que a confirmação da identidade territorial já não é mais uma questão a ser discutida ou problematizada entre o grupo, apenas a ser afirmada

para aqueles que de fora reclamam a posse da terra e a legitimidade dos moradores que ancestralmente a ocupam.

O quilombo de África e Laranjítuba, como vimos, expressa uma organização do espaço alicerçada no saber tradicional, regulado por normas costumeiras de uso comum e manejo cotidiano dos recursos do território. As normas que presidem e estruturam o uso e o manejo dos recursos naturais vinculam-se a relações familiares nas comunidades. É um território tradicional que estimula a ampla participação dos moradores nas associações e que vem lutando com afinco pela efetivação de uma educação quilombola capaz de dar visibilidade às demandas internas de seu grupo, assim como tem procurado garantir o acesso e permanência de seus jovens dentro das universidades.

Araquembaua, no entanto, ainda procura suas origens e revisita sua ancestralidade quilombola, não sem conflitos entre os seus. Mas, para além do conflito, é possível perceber o movimento que os envolve. Mais da metade de uma população que atualmente chega a 1.190 habitantes distribuídos em 160 famílias participa de encontros dos povos quilombolas, 90% dos moradores estão associados à ARQIB (Associação de Remanescentes de Quilombos de Igarapé Preto a Baixinha), a comunidade já compreende que a educação quilombola é um importante componente da luta territorial, visto que assegura a preservação da identidade e garante a (re)existência do grupo e é intenso o anseio e luta pelas cotas, para que os jovens conquistem o ingresso às universidades e retornem ao território trazendo perguntas e respostas que são gestadas por moradores e para moradores. Estão, por assim dizer, aprendendo a ser, aquilombando-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que há especificidades oriundas dos processos de constituição de cada um destes territórios, porém, percebem-se também semelhanças. Os dois territórios se

constituíram no período camponês ou meio natural, onde a terra era o principal meio de produção e a família a condutora do trabalho e das práticas sociais. Predominava o uso sobre a posse, portanto, não havia preocupações com a titulação da terra. Mas a partir do final da década de 1960, os grandes projetos que são lançados na Amazônia passam a requerer matéria-prima, terras e territórios, novos sistemas técnicos são edificados e a ameaça chega através do avanço de interesses exógenos ao lugar.

Ambos os territórios se organizam. O primeiro para garantir a titulação e posse da terra usada ancestralmente, o segundo para evitar o avanço de projetos desenvolvimentistas que trazem perspectivas areais e desconsideram os usos e as pessoas do lugar. Configura-se o agrário, marcado por tensões e conflitos entre os interesses do tripé Estado-Mercado-Capital e os dos povos quilombolas.

Como há sucessão e coexistência de meios geográficos na formação territorial rural da Amazônia, o meio técnico-científico-informacional ou período rural aglutina a permanência de muitas características do período camponês e do técnico. Atualmente as lutas e desafios orbitam em torno da reivindicação por efetivação das políticas de Estado prometidas aos povos quilombolas através dos marcos legais e pelo enfrentamento ao avanço do capital. Em ambos os casos a questão do domínio da terra torna-se crucial. São territórios revisitados constantemente por comandos exógenos cujo interesse é a monopolização da renda da terra e a subordinação dos territórios e das territorialidades ancestrais para fins de garantia da reprodução ampliada do capital.

As estratégias construídas por meio de relações de parentesco, vizinhança, trabalho comunitário, de uso comum das formas espaciais produtivas, como conteúdo social para a manutenção do território e da territorialidade dos quilombolas, se estabelecem como base de tudo nas comunidades. O uso coletivo de um território tradicional é bastante peculiar e se diferencia de outros usos, seja pelo pertencimento, seja pela obediência às normas

costumeiras de organização do espaço e qualquer interferência de atores externos que atuam em escalas distintas, ou mesmo na mesma escala do quilombola, pode atingir elementos da configuração espacial como a produção e o consumo, a organização familiar, o meio ecológico e desfazer a manutenção do lugar.

REFERÊNCIAS

CASTRO, E. M. R. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. Papers do NAEA. 092. Belém, 1998. Disponível em: <<http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/239>>. Acesso em: 08 Jan. 2017.

CRUZ, M. de J. M. da. Territorialização camponesa na várzea da Amazônia. Tese (doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DINIZ, R. F.; TUBALDINI, M. A. S. Desterritorialização camponesa e reterritorialização quilombola: as territorialidades afro-brasileiras enquanto estratégias de resistência socioterritorial dos quilombos do Alagadiço, Minas Novas – Vale do Jequitinhonha-MG. Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE. São Paulo, 2015.

MAGALHÃES, S. B.; SIMÕES, A.; PIRAUX, M.; SANTOS, C. V.; TAVARES, F. B.; MARTINS, P. F. S.; JUNIOR, N. A. L. Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental. VI Encontro Nacional da ANPPAS, 2012

MARTINS, J. de S. A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.

MANYARI, W. V. Impactos Ambientais a Jusante de Hidrelétricas. O caso de Tucuruí, PA. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NAHUM, J. S. De ribeirinha a quilombola: dinâmica agrária de comunidades rurais na Amazônia paraense. *Campo Território: revista de geografia agrária*, v. 6, n.12, 2011, p. 79-103.

_____. Formação territorial e rural da Amazônia. Projeto de Pesquisa. Grupo de Pesquisas Dinâmicas Territoriais do Espaço Rural na Amazônia – GDEA/UFPA. Belém, 2017.

NAHUM, J. S; BASTOS DOS SANTOS. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*. v. 11, n.15, jan-jun. 2015, p. 309-331.

PINTO, B. C. M. Historiografia, resistência negra e formação dos quilombos na Amazônia Tocantina. In: FELDMAN, A; BERLESI, J; NUNES, F. A. *Historiografia: novos debates, novas perspectivas*. Cametá:UFPA, 2015.

SANTOS, M. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998a.

_____. *A técnica em nossos dias - a instrução e a educação*. Cadernos da ABMES, Brasília, v. n° 1, 1998b. Disponível em: <<https://miltonsantos.abmes.org.br/index.php/conteudos/download/item/a-tecnica-em-nossos-dias-a-instrucao-e-a-educacao>>.

Acesso em: 11 ago. 2017.

_____. *O dinheiro e o território*. GEOgraphia, Ano 1, n.1, 1999.

_____. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp. 2009.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2014.

SILVEIRA, Maria Laura. *Território Usado: Dinâmicas de Especialização, Dinâmicas de Diversidade*. *Revista Ciência Geográfica - Bauru - XV*, vol. XV (1):jan/dez,2011. Disponível em: <http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/revista%20inicial.htm>. Acesso em: 25 nov. 2016.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. 17.ed. São Paulo: Editora Record, 2013 (2001).

VERÍSSIMO, A.; SOUZA Jr.; C., CELENTANO, D.; SALOMÃO, R.; PEREIRA, D. & BALIEIRO, C. Áreas para produção florestal manejada: Detalhamento do Macrozoneamento Ecológico Econômico do Estado do Pará. Relatório para o Governo do Estado do Pará, 2006.

TERRITÓRIO E IDENTIDADE QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA: USO DA TERRA E (RE)EXISTÊNCIA NA COMUNIDADE DE PITIMANDEUA-PA

Lyara Carlyle Carneiro BRITO¹
Aiala Colares de Oliveira COUTO²

INTRODUÇÃO

Na Amazônia os povos tradicionais permanecem em estado de alerta quando se trata de questões que envolvem a terra e, por conseguinte, o território. No estado do Pará, porção oriental da região amazônica, a implementação dos grandes projetos minerais e agropecuários deixaram suas “heranças perversas” e agressões diversas à biodiversidade, tais como desmatamento, poluição e assoreamento dos rios. Somados a esse quadro, os impactos sociais têm no conflito fundiário a questão mais problemática, envolvendo fazendeiros, camponeses, garimpeiros, extrativistas, índios e povos quilombolas.

De acordo com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o Brasil possui hoje 169 terras quilombolas tituladas, das quais, segundo dados do ITERPA (Instituto de Terras do Pará), 57 se encontram no Pará. Porém, ainda existem várias comunidades remanescentes que lutam pela titularização de suas terras mediante a desapropriação de fazendas

¹ Graduanda em Geografia na Universidade do Estado do Pará (UEPA), Bolsista PIBIC/CNPQ, Vinculada ao Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA). E-mail: lycarlyle@gmail.com

² Geógrafo, Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA), Professor do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: aialacolares@hotmail.com

(algumas improdutivas) que incorporaram territórios de direito histórico desses povos.

Este ensaio aborda a comunidade quilombola Menino Jesus de Pitimandeuá, localizada no município de Inhangapí, próximo de Castanhal, na área de transição entre a região metropolitana de Belém e o nordeste paraense. A comunidade, certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP), é constituída por 44 famílias que encontram-se limitadas quanto ao acesso à terra, já que fazendeiros se instalaram no entorno do quilombo, dando-lhes a percepção de que “Pitimandeuá é uma ilha cercada por fazendas”, como afirma seu Dunga Quilombola, presidente do sindicato rural do município de Inhangapi, uma das lideranças da comunidade.

Tal contexto fez emergir a indagação: como os processos de territorialização dos quilombolas de Pitimandeuá podem ser verificados a partir do uso da terra e das práticas culturais de (re)existência?

Tendo em vista que a manutenção do território é um dado importante para a reprodução social, o objetivo desta proposta de pesquisa é analisar os processos de territorialização quilombola em Pitimandeuá (PA), a partir do uso da terra e das manifestações culturais de (re)existência na região. Para tal, metodologicamente, a análise de documentos e a revisão bibliográfica forneceram elementos importantes para a fundamentação teórica, onde elegeu-se a categoria território como central, dada a sua capacidade de explicar as tensões e conflitos entres os sujeitos. Também foram realizados trabalhos de campo que correspondem a uma etapa imprescindível para o desenvolvimento do estudo, permitindo a construção de uma análise das relações empíricas interpretadas a partir da comunidade.

Nestes termos, além da introdução, este trabalho está dividido em cinco seções. Na primeira seção tem-se uma abordagem acerca do território e da identidade a partir da perspectiva da descolonização do saber e do poder. Na segunda aborda-se a identidade quilombola na Amazônia e, em particular, na comunidade

Menino Jesus de Pitimandeu, através de um apanhado geral e histórico. A terceira seção discute a expressão espacial da identidade a partir da análise do território simbólico-cultural como condição de re-existência do quilombo, enquanto a quarta contextualiza os embates territoriais e as violências cometidas contra os negros historicamente. E, por fim, as considerações finais do debate aqui tratado.

TERRITÓRIO E IDENTIDADE NA PERSPECTIVA DA DESCOLONIZAÇÃO DO SABER E DO PODER

Nas últimas décadas, o debate acerca da categoria território ganhou uma dimensão acadêmica, colocando-a como central nas discussões que envolvem planejamentos e ordenamentos espaço-territoriais e, por isso, tornou-se tão importante no âmbito da Geografia, sobretudo considerando a necessidade de se pensar concepções que não se prendam exclusivamente ao olhar interventor do Estado, mas que procurem, no âmbito dos movimentos sociais, dos povos tradicionais e dos sujeitos subalternizados, condições outras de apropriação do território como condição de existência e de resistência.

O território é estudado por várias áreas do conhecimento, tais como Antropologia, Biologia, Ciência Política, Economia e Sociologia, mas é na Geografia que esta categoria encontra solo bastante fértil de discussões e reflexões. A compreensão das dinâmicas das relações de poder na moldagem da sociedade e do espaço produzido permite enxergar o território como resultado destas relações a partir de um campo de forças. Haesbaert (2004) destaca a importância dos conceitos de território e territorialidade para a Geografia, devido às suas relações com a espacialidade humana. No cerne geográfico, destaca o autor, existe a tendência de “ênfatisar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza)” (HAESBAERT, 2004, p. 37).

Haesbaert (2002) teoriza sobre duas formas de operacionalização do território: a primeira diz respeito à sua dominação político-econômica e a segunda, à apropriação simbólico-cultural. Na primeira dimensão, o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce um determinado poder, por vezes associado ao poder político do estado e, ao mesmo tempo, tomado como fonte de recursos e incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho. A segunda dimensão, apropriação simbólico-cultural, prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, na qual o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido (HAESBAERT, 2002).

Assim, tais concepções, principalmente a de território apropriado/simbólico, demandam a utilização de mais de uma das dimensões do território para interpretar os fenômenos que, complexos, não se restringem a uma única face, seja política, natural, econômica ou cultural. Dessa forma, a perspectiva integradora é basilar para esta análise, pois se propõe aqui enfocar o território e a territorialidade a partir de âmbitos culturais e identitários.

A necessidade de fazer este debate conceitual e relacioná-lo com o problema empírico na comunidade estudada se deu devido ao contexto de conflitos hoje no Brasil. Embora sofram pressões dos latifundiários e do agronegócio, as comunidades remanescentes quilombolas lutam pela titularização e regularização fundiária, processo visto pelos agentes do capital no campo como uma limitação à produção agrícola voltada para a exportação. Estes são os conflitos que se manifestam pelas formas específicas de utilização do território.

O quilombola, o indígena, o seringueiro e o pescador artesanal são vistos pelo agronegócio como sujeitos que dificultam a expansão das atividades tidas modernas pela lógica de mercado, uma visão também compartilhada pelo Estado que a partir dos grandes projetos impõe sua lógica de controle e regulação do espaço, colocando os sujeitos na condição de “outro”, como se fossem

inventados pelo processo moderno-colonial civilizatório. Toda a história de ocupação recente da Amazônia buscou fundamentos nessa linha de pensamento.

Para Castro-Gomez (2005), esta tentativa de criar perfis de subjetividade estatalmente coordenados conduz ao fenômeno que ele denomina “a invenção do outro”. Assim, este autor refere-se ao modo como certo grupo de pessoas configura mentalmente as outras, concebendo representações através de dispositivos de saber/poder. Esta perspectiva colonial modernizadora faz parte de uma construção ideológica baseada em um modelo de civilização que busca desconstruir as epistemologias dos sujeitos históricos, caminhando em busca de uma homogeneização produtiva, ao mesmo tempo em que provoca os movimentos de rebeldia daqueles que re-existem aos avanços do processo “civilizatório”.

Quando se enfocam questões referentes aos povos tradicionais quilombolas, sobretudo na Amazônia, é preciso ressaltar o histórico de conflitos e de “violência epistêmica” (CASTRO-GOMEZ, 2005) que estes povos sofreram e sofrem, pois, os projetos de modernidade são contraditórios ao modo de vida e às sociabilidades destes povos. Assim,

(...) a modernidade é um “projeto” na medida em que seus dispositivos disciplinares se vinculam a uma dupla governamentalidade jurídica. De um lado, exercida para dentro pelos estados nacionais, em sua tentativa de criar identidades homogêneas por meio de políticas de subjetivação; por outro lado, a governamentalidade exercida para fora pelas potências hegemônicas do sistema-mundo moderno/colonial, em sua tentativa de assegurar o fluxo de matérias-primas da periferia em direção ao centro. Ambos os processos formam parte de uma única dinâmica estrutural (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 83).

Portanto, existem duas lógicas coloniais vinculadas ao mesmo conceito de “colonialidade do poder”, ambas caminhando no sentido de assegurar a sobreposição de um modelo “moderno”

de vida, de trabalho, de política, a todas as outras formas consideradas bárbaras pela “invenção do outro”. Na verdade, elas se complementam, pois, a ação mais subjetiva de homogeneizar os indivíduos, homogeneizando também seus contextos, é necessária para a constituição efetiva da subordinação dos “não civilizados”.

Assim, a própria formação do cidadão como “sujeito de direito” torna-se excludente à medida que se realiza somente dentro do contexto e da escrita disciplinar e, neste caso, dentro do espaço de legalidade definido pela constituição. A função jurídico-política das constituições é, precisamente, inventar a cidadania, ou seja, criar um campo de identidades homogêneas que tornem viável o projeto moderno da governamentalidade (CASTRO-GOMEZ, 2005), encerrando à marginalidade sujeitos não “compatíveis” a essas proposições.

Porto-Gonçalves (2001) destaca que a Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias.

Por isso, refletir sobre as comunidades quilombolas significa partir de suas epistemes e constituir, por meio dos modelos autônomos de desenvolvimento, alternativas que partam da ontologia do território. Este último visto, sobretudo, como instrumento de libertação e autonomia na busca do bem viver. Com efeito, a modernidade colonial não encerrou as raízes da presença negra no Brasil e na Amazônia, porém, o enfrentamento do processo “civilizatório” colonial torna-se uma luta constante dos povos; descolonizar o saber, o ser e o poder, é o desafio proposto pela decolonialidade.

Nesse sentido, apresenta-se agora aspectos gerais da territorialização quilombola a partir de elementos identitários que,

subalternizados pelo pensamento colonial, lutam diariamente pela continuidade de seus territórios.

A IDENTIDADE QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA

Relacionados de imediato a ações de insurreição, os quilombos no Brasil tiveram formas variadas de formação. Porto-Gonçalves (2001, p. 148) esboça um quadro das origens dos quilombos

desde antigas plantations comerciais decadentes, em que permaneceram descendentes de escravos mediante pagamento de foros; terras doadas a antigos escravos pelo Estado por serviços prestados na Guerra do Paraguai, por exemplo, até terras onde se estabeleceram os quilombos ou mocambos, nestes casos os territórios de liberdade dos negros.

Quando a situação era de fuga, os negros fugidos buscavam refúgio nas florestas ou próximos a cachoeiras, prescindindo das características naturais para dificultar suas capturas pelos capitães do mato e seus retornos como cativos às mãos dos senhores (PORTO-GONÇALVES, 2001). Assim, os quilombos, sobretudo, constituíram-se como unidade fundamental da resistência ao sistema escravista, dotados de uma organização política própria que foi fundada no campo de batalha social, pela liberdade e contra os abusos de todos os tipos a que eram submetidos (MOURA, 1987 apud LEITE, 2000). É importante frisar que a existência dos quilombos na Amazônia é oficialmente reconhecida desde o século XVIII, cem anos após sua inserção como mão de obra braçal (SALLES, 1971 apud LOPES et al., 2015).

Em termos normativos, os órgãos responsáveis pela certificação e demarcação dos territórios quilombolas traçam as feições identitárias das Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs). Para o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária)³, “comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias”. A Fundação Cultural Palmares (FCP)⁴ identifica os sujeitos quilombolas como sendo “descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos”.

Assim, a demarcação do território parte da identificação de práticas culturais e da ideia de pertencimento, da autoidentificação e do autorreconhecimento enquanto participante do grupo, além da memória viva da ancestralidade. No caso de Pitimandeuá, considerada área rural de Inhangapi (município a qual pertence), a população relembra a história de fundação da comunidade através dos relatos dos idosos, principalmente de Pai Lili (Senhor Luis Colares), descendente direto dos fundadores do Quilombo.

A oralidade tem papel fundamental para a preservação da história, da cultura e dos saberes da comunidade. Em trabalho de campo, Pai Lili contou que Pitimandeuá foi fundada por sete escravos fugidos da região de Caraparu (Município de Santa Isabel do Pará) que chegaram numa antiga fazenda durante o século XIX. Assim, configurou-se uma porção espacial que dava condições de sobrevivência livre, tornando o quilombo um lugar de resistência e existência diante das atrocidades da escravidão negra no Brasil e na Amazônia. Cabe ressaltar que Emiliano Colares, um dos negros que fundaram a comunidade, era avô paterno de Pai Lili.

Outros escravos fugitivos ou libertos chegaram ao local, ocuparam e formaram uma coletividade ligada principalmente a atividades agrícolas e ao extrativismo. A relação com o igarapé que banha a comunidade também tem muita expressividade até os dias atuais.

³ Consultar: <http://www.incra.gov.br/quilombola>.

⁴ Consultar: <http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>.

A construção de uma territorialidade quilombola, uma identidade territorial marcada por simbolismos, também tem na expressividade da palavra uma forma de identificação. Nesse sentido, o aspecto da nomenclatura precisa ser explicitado. A comunidade consta nos registros oficiais como Agrovila Petimandéua, mas no cotidiano é chamada de Pitimandeuá. Para os “de fora”, aqueles que não compõem o grupo, parece uma mudança quase insignificante até mesmo na própria pronúncia. É engano pensar dessa forma, pois as duas ortografias se tornam completamente diferentes quando se considera o sentido de vivência e de tradição que uma delas carrega. É por isso que se utiliza aqui “Pitimandeuá”.

O nome Pitimandeuá é derivado da tradicional atividade do cultivo e do tratamento da mandioca principalmente para a produção de farinha. A mandioca era levada para a beira do rio, dos igarapés da comunidade, para que, ao ser banhada, amolecesse e perdesse as toxinas naturais que possui. Esse processo exalava um forte odor, conhecido popularmente no Pará como Pitiú. Toda essa relação produtiva originou assim o nome do rio e da comunidade: “piti” em referência ao tipití utilizado para enxugar a massa da mandioca; “mandeuá” significa terra de algo, logo Pitimandeuá é Terra do tipití. Atentando à cultura e à perspectiva do vivido, usa-se aqui o nome presente no cotidiano e na oralidade dos moradores.

Essa troca no nome da Comunidade é interpretada como uma sutil intencionalidade de minimizar ou não reconhecer a identidade. Isso evidencia a postura indiferente que o Estado assume frente à cultura dos povos tradicionais, haja vista que é instrumentalizado pelos agentes hegemônicos do grande capital, fomentando e viabilizando políticas que apoiem a ação destes últimos.

De embates simbólicos, como este do nome da comunidade, até a resistência à pressão pela terra, os quilombolas de Pitimandeuá travam conflitos pela segurança da continuidade em seus territórios de direito. Outros aspectos da vivência local serão enfatizados a partir da visão de território simbólico-cultural.

O TERRITÓRIO SIMBÓLICO-CULTURAL COMO CONDIÇÃO DE RE-EXISTÊNCIA DO QUILOMBO DE PITIMANDEUA

Ao longo dos séculos, os quilombos atravessaram gerações indicando a participação ativa da população negra na formação histórica e cultural da sociedade brasileira, dando destaque às identidades construídas nas lutas travadas no âmbito da cultura, da religião e da economia rural. Os movimentos são reivindicatórios e atualmente prescindem maior visibilidade para as populações quilombolas, como evidenciam Lopes et al. (2015, p. 1283) ao dizer que

(...) a invisibilidade dos quilombos, tão estratégica em princípio, deixou de ser o parâmetro dessas comunidades que passaram a reclamar seus direitos ancestrais e a demarcar suas territorialidades no território amazônico. O que se percebe atualmente é a intensificação das lutas pelo direito territorial e o renascimento dos debates que contemplam a diversidade de modos de vida das populações tradicionais e, em particular, das populações quilombolas.

Assim, uma primeira diferença se apresenta – a lógica que rege o território funcional (dominado) e a lógica vivida nos territórios simbólicos (apropriados). As mesmas autoras asseveram que

(...) os modos de vida desenvolvidos por populações tradicionais na Amazônia e, em especial, em territórios étnicos, refletem a relação estabelecida entre técnicas, objetos e meio geográfico, no sentido de garantir a sobrevivência material e espiritual do grupo. O território étnico representa, portanto, uma expressão viva de resistência à lógica capitalista que transforma a terra em simples mercadoria. No território étnico se destaca um cotidiano marcado pelo tempo lento, pela solidariedade e pela intensa relação sociedade-natureza, relação que é fundante na compreensão da

produção do espaço amazônico (LOPES et al., 2015, p. 1284).

Ou seja, estes territórios étnicos, simbólico-culturais dos quilombolas, são dotados de significações e simbolismos próprios da cultura afrodescendente, reafirmando a perspectiva de um território de vivências à medida que é usado para a manutenção do modo de vida e preservação da identidade. Esta identidade agora se entrelaçando ao território.

A relação simbólica do quilombo com a terra é um dos principais elementos que nos permite falar em “territórios simbólicos-culturais-quilombolas”, ou seja, as comunidades existem em função da apropriação do território a partir de um forte enraizamento, acionando relações identitárias e culturais que permeiam as sociabilidades das comunidades negras na Amazônia.

A relação com os igarapés/rios, com a natureza, com a terra cultivada para a subsistência, o modo de vida, o saber tradicional e as lendas narradas, se apresentam como os principais elementos identitários de uma comunidade quilombola. Em Pitimandeuá, além da relação com o preparo da mandioca para a produção da farinha, os igarapés também têm papel na sociabilidade, quando ao lavarem suas roupas, as mulheres conversam e constroem teias de relações, a citar. Além disso, estão associados à oralidade das histórias de seres míticos. Um exemplo disso era a costumeira narrativa sobre a presença da Mãe d’água, chamada no folclore de Iara, a quem se atribuía o barulho de uma pessoa nadando e pulando da ponte nas águas do igarapé, embora não houvesse nenhum morador banhando-se naquele momento.

A religiosidade aparece também como forte aspecto cultural. Desde o período da formação do quilombo às práticas religiosas ligavam-se ao catolicismo, sendo proibidas, até a década de 1990, outras manifestações como o umbandismo e o protestantismo. Após a abertura da comunidade para o exercício de outras religiões, os quilombolas mesclaram crenças, porém mantiveram fortes

expressões católicas, a citar a preservação das missas e festividades de santo, dentre as quais destaca-se o Círio de Pitimandeuá, que acontece há mais de 150 anos no segundo domingo de novembro, e a Festa de São Tomé, realizada no dia 20 de dezembro, caracterizada pelas ladainhas e banquetes.

Além das rezas e procissões, existe uma sociabilidade essencial na Festa de São Tomé. Realizada há 100 anos pela família de Pai Lili, a novena é finalizada com um grande jantar na casa do anfitrião que, ressaltando a característica de união, relação de parentesco e a receptividade com visitantes, falava “quem vem, traz mais alguns”.

Outro fator expressivo foi verificado na permanência de signos católicos, como imagens de santos, por exemplo, mesmo nas casas daqueles que se converteram ao protestantismo. Na casa da Dona Sandra, a paisagem se misturava entre a música gospel que ouvia enquanto cuidava dos afazeres domésticos e o cartaz do Círio de Pitimandeuá pendurado na porta.

As relações com a terra na Comunidade têm se traduzido na agricultura de subsistência, sobretudo a roça de mandioca para o fabrico de farinha (forte elemento cultural), que, produzida pelas famílias nas casas de retiro, tem seu excedente comercializado em feiras dos municípios próximos, além do plantio de outras culturas de lavoura branca para subsistência. Outras práticas, como a caça, pesca (do peixe aracu), a apicultura e a criação de galinhas e porcos também são voltadas para o suprimento das necessidades familiares.

Assim, o quilombo utiliza a terra como condição viabilizadora da existência do grupo, a partir de uma espacialidade *rio-floresta-quintal-roça*⁵, onde a mão de obra era composta pelos integrantes da família, daí o motivo dos altos índices de natalidade.

⁵ Referência aos padrões espaciais “Rio-Várzea-Floresta” e “Estrada-Terra Firme-Subsolo” desenvolvidos por Porto-Gonçalves no livro “Amazônia, Amazônias” (2001). A organização Rio-Floresta-Quintal-Roça diz respeito aqui à espacialidade quilombola de Pitimandeuá a partir das relações com o rio e igarapés (extrativismo; expressões

Todos esses elementos costuram no espaço uma identificação do grupo pela forma organizacional do território, partindo da herança trazida nas relações de parentesco, da história marcada pelas reciprocidades e expressa nas memórias coletivas, além do fenótipo dos moradores (LEITE, 2000). Este último aspecto atualmente tem se modificado na Comunidade Menino Jesus de Pitimandeuva devido aos casamentos com pessoas de outras etnias.

Os territórios são constituídos a partir de solidariedades que fazem parte do cotidiano do quilombo. Lopes et al. (2015, p. 1285) afirmam que

(...) nos quilombos contemporâneos amazônicos, modo de vida e territorialidades se cruzam na direção da luta pelos direitos territoriais e identitários, se unem na resistência à chegada de um novo tempo, que atende a outra lógica que não a deles, se fortalecem no enfrentamento à exploração de seus recursos. É bem verdade que muitos têm tombado e sangrado a terra com seus sonhos e esperanças, mas um quilombo, é preciso recordar, remete à luta, à solidariedade na escassez, à resistência e ao enfrentamento.

Portanto, a terra tem valor de trabalho e tem significado de liberdade e dignidade, além de representar o meio pelo qual a vida se torna possível. Assim, a própria forma de ocupar, organizar a terra/território de vida se constitui como resistência ao modelo homogeneizador e coisificador, da funcionalidade e do valor de troca atribuído ao território pelos agentes capitalistas em conjunto com as políticas estatais.

Priorizando as relações identitárias ou simbólicas dos quilombos com a natureza, entende-se que há a produção de outra forma de enxergar o território, ou seja, surge o elemento que faz da terra um território no sentido cultural. É uma dimensão que busca nas relações de parentesco (um sentido de família extensa, abarcando

culturais e sociabilidades), do extrativismo e do refúgio nas florestas, das práticas agrícolas nos terrenos e do trabalho na roça.

aqueles que não possuem o mesmo sobrenome), sociabilidades, trocas de experiências, nas histórias do lugar e nas perspectivas do saber local, os elementos mais importantes para entender o real significado desta categoria para tais povos.

OS EMBATES TERRITORIAIS E SIMBÓLICOS NO BRASIL: A MARGINALIZAÇÃO DO NEGRO E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA NOS QUILOMBOS

Leite (2000) analisa a luta das comunidades quilombolas como formas de preservar seus territórios e garantir os direitos de cidadania que há muito lhes foram recusados continuamente pelo conjunto social e pelos governos. Para ela,

(...) o ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Vem, agora, iluminar uma partedo passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas onde os negros são a maioria dos socialmente excluídos. Quilombovem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada (LEITE, 2000, p. 349).

A desconsideração dos grupos rurais negros no Brasil é a expressão máxima da ordem jurídica hegemônica e também uma violência simbólica (LEITE, 2010). Sua característica principal é a criminalização daqueles que lutam para permanecer em suas terras, além da camuflagem às agressões a que acometeram os negros historicamente. Daí o porquê de, para falar em violência, ser necessário contextualizar, produzir referências, descrever percursos e experiências guardadas nas memórias orais dos grupos, expor fatos que não se encontram nos documentos escritos.

Estudos e mobilizações políticas sobre a população remanescente de quilombo trazem para o primeiro plano dos debates a reivindicação dos direitos fundamentais da população negra brasileira, inspirados pela novidade trazida na Constituição Federal de 1988, onde o texto do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) prevê a demarcação dos territórios quilombolas: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”⁶.

Além disso, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho estabelece o direito de autorreconhecimento como remanescente de quilombo às próprias comunidades. Para Leite (2010, p. 20), houve um benefício ao atribuir o reconhecimento identitário aos próprios sujeitos em questão, pois “a identidade social não é um estado fixo, imutável, ou algo que pode ser imputado desde fora e de modo unilateral”. Assim, o conceito de identidade social dá espaço para o reconhecimento das instâncias organizativas dos grupos que se autorreconhecem a partir de noções de pertencças construídas e legitimadas no interior dos próprios grupos, embora decorrentes de dinâmicas e forças sociais em movimento. A autora ressalta que o sujeito de direito intitulado “quilombola” emerge no cenário de redemocratização do país como um dos vetores representativos de grupos até então invisíveis no cenário político nacional (LEITE, 2010).

Quando nos referimos à Amazônia, os grupos populacionais remanescentes de quilombolas buscam o reconhecimento de suas terras junto ao INCRA e ao ITERPA com o objetivo de atrair investimentos do Governo Federal para a produção de subsistência e para defender o uso coletivo da terra, pois a demarcação aponta a extinção de possibilidades de negociação de lotes e comercialização

⁶ Constituição Brasileira do ano de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp>.

de terras pertencentes ao grupo. Porém, há uma grande dificuldade nos trâmites legais, fruto das implicações estruturais do sistema, como aponta Leite (2010, p. 31):

(...) as intensas mobilizações quilombolas e a lentidão dos processos de titulação das terras instauraram um estado de incerteza sobre essa nova ordem. Os passos percorridos de tramitação dos processos se rendem e se submetem à cultura cartorial, que foi montada pelos donatários e para atender a seus interesses. O percurso é incerto, é definido não somente pela legislação, mas pelo jogo de forças e poderes há muito solidamente institucionalizados. Não há nenhuma garantia de que os atuais procedimentos administrativos consigam transpor as armadilhas instituídas pela máquina cartorial em seus tramites “regulares”.

Isto porque, no Brasil, historicamente os grupos negros conviveram com as adversidades que envolvem preconceito, exclusão, precariedade e repressão. Na atualidade, o negro ainda ocupa a maior parte do sistema carcerário do Brasil, também ocupa as favelas e periferia das cidades e no campo enfrenta conflitos de ordens territoriais envolvendo posseiros e grileiros. Destaca-se que,

(...) as histórias dos grupos negros rurais guardam narrativas de conflitos que advém da primeira República. Conflitos que nunca foram tratados do ponto de vista social, mas como meros casos de polícia. O tratamento dispensado a estes nas primeiras décadas após a abolição do trabalho escravo em 1888 assemelhou-se aos métodos utilizados com os praticantes da capoeira e do candomblé: a penalidade, a repressão policial, a condenação. A criminalização de certas práticas e grupos é a forma mais comumente usada para transformá-los em “foras da lei”, justificando com isto a sua exclusão social pela via da condenação penal. É desde esse lugar que muitas lideranças de grupos negros passaram a ser cassados, encurralados e banidos (LEITE, 2010, p. 30).

Portanto, os quilombos no Brasil são uma herança do século XVI e representam um movimento de resistência de uma identidade

e cultura que mesmo subjugada e perseguida permaneceu como elo entre Brasil e África. São comunidades que estão localizadas em zonas rurais distantes dos centros urbanos e de difícil acesso, pois habitar e cultivar a terra nos interiores das regiões do Brasil são estratégias de sobrevivência dos povos quilombolas, o que hoje se destaca como um dos fatores que torna o acesso à educação precarizado, além da carência de políticas públicas em geral.

PARA (NÃO) CONCLUIR

Cientes da abrangência do tema aqui proposto, é importante explicitar que não se pretendeu esgotar o assunto. Este é apenas um estudo inicial que ainda tem muitas lacunas a serem preenchidas. Reconhece-se também a ausência de falas dos sujeitos que, pela dificuldade e impossibilidades de realização de trabalhos de campo mais profundos, não foram coletadas como se deve em qualquer trabalho que se proponha discutir empiricamente alguma problemática. Embora este trabalho tenha se apresentado mais conceitual, os aspectos alcançados e analisados serão ratificados agora.

A integração da Amazônia à economia nacional (e também internacional) se deu a partir de um modelo de economia de fronteira que não apenas trouxe uma série de transformações socioespaciais, como também marcou uma geografia recente imposta pelos não-regionais. Os conflitos territoriais se acirraram quando da produção do espaço amazônico pós anos de 1960. Viu-se emergir uma série de transformações e contradições que refletem hoje os mais diversos embates relacionados à questão da terra e, por conseguinte, relacionados aos territórios e seus diferentes usos.

Envolvidos nesse cenário, as posições opostas dos diferentes sujeitos os inseriram num embate no campo político, econômico e sociocultural referente ao processo de ocupação. O Estado, populações tradicionais, imigrantes camponeses sem terra, grileiros e posseiros, mineradoras, madeireiros, dentre outros, engrossaram o

quadro de disputas, cujo estopim está na marginalização e desconsideração dos povos amazônidas, suas sociabilidades regionais e práticas espaciais relacionadas à história de formação econômica e social da região.

Contudo, há populações tradicionais na Amazônia que mantêm seus territórios e (re) existem em meio às divergências de interesses e à imposição de óticas hegemônicas sobre a natureza regional, sobretudo as comunidades negras quilombolas, onde o uso da terra para fins de subsistência, somado às práticas culturais que acompanham a presença histórica da comunidade negra no campo, são elementos significativos na organização dos territórios tradicionais.

A formação dos quilombos e a demarcação das terras das comunidades quilombolas são um elemento estranho, opositor ao sistema que tenta suprimir os direitos destes povos, ainda que lhes ampare por lei. As fortes ligações com a herança, com a identidade e a tradição reforçam um caráter espacial manifestado através de uma territorialização étnica-cultural e um modo de vida específico.

Assim, a identidade das comunidades remanescentes de quilombo e, mais especificamente, de Pitimandeuá, traz a memória das atrocidades da escravidão negra no Brasil como bandeira, atuando hoje numa luta contra o racismo e pela preservação da cultura negra que ainda é permeada por preconceitos na sociedade brasileira contemporânea (MALCHER, 2009). Os elementos étnicos, imbricados com a terra – entendida como território –, contribuem para a conformação de uma identidade territorial que surge primeiro na resistência às violências de todo tipo, culminando na luta pela terra para a reprodução social do grupo (LEITE, 2000).

Tal identidade coletiva, quando ameaçada, assume a característica de resistência expressa no espaço a partir do território, pois este é continuamente refundado na luta pelo poder entre os diferentes grupos sociais. Ora, se a terra é o meio fundamental para a reprodução social de uma identidade coletiva que, por sua vez, é criada a partir de características comuns de um modo de vida de

determinado grupo, e se esta identidade coletiva é submetida a diversas violências, simbólicas ou não, e está permanentemente em alerta dado o contexto de expansão do capitalismo no campo, não pode-se pensar a necessidade da demarcação da terra e o reconhecimento do território sem relacioná-la à luta pela sobrevivência desses povos.

Nesse sentido, é importante destacar o sentido que é dado à terra. Ela corresponde a trabalho, à liberdade, à vida, à subsistência e principalmente dignidade. Pois,

Há uma dimensão da matéria que é irreduzível ao simbólico. Por mais que o capital financeiro, dito volátil, queira impor sua lógica simbólica, matemática e abstrata ao mundo há uma materialidade que concerne à produção da vida que é irreduzível à lógica financeira (GONÇALVES, 2002 apud MALCHER, 2009, p. 10).

Assim, na Comunidade Quilombola de Pitimandeuá, a condição de (re)existência da população se fortalece a partir do seu autorreconhecimento no que diz respeito à necessidade do uso coletivo da terra, à manutenção da cultura e da identidade negra e à importância da luta pela demarcação fundiária.

O território Quilombola se dá não apenas a partir das relações de poder que nestas comunidades são exercidas por suas lideranças, mas também é resultado de uma apropriação simbólico-cultural dos povos. Desse modo, a relação entre território e identidade são os principais subsídios para a presença da população negra sobre suas terras, assim como a luta pelo direito legítimo de suas demarcações, considerando-se os elementos geográficos, históricos e culturais que fazem parte desta reprodução social.

REFERÊNCIAS

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (Org.). A

colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Colección Sur Sur, 2005.p. 80-87.

CRUZ, V. do C. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. (Orgs.). Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Acess. 2007.v.1, p. 93-122.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Territórios alternativos. Niterói: Editora Contexto/Eduff, 2002.

LEITE, I. B. Humanidades insurgente: conflitos e criminalização dos povos quilombolas. In: ALMEIDA, A. W. (Org.). Cadernos de debates nova cartografia social: territórios quilombolas e conflitos. Manaus: UEA Edições, 2010.

_____. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica, vol. IV (2), 2000, p. 333-354.

LOPES, C. J. de O. et al. Quilombos contemporâneos na Amazônia: debates e contribuições geográficas. Anais..., XI Encontro Nacional da Anpege, 2015. p. 1276-1287.

MALCHER, M. A. F. Identidade Quilombola e Território. Comunicações..., III Fórum Mundial de Teologia e Libertação, 2009.

PORTO-GOLÇALVES, C. W. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2004.

INDÚSTRIA MINEROMETALÚRGICA E A REORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL NO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA¹

Valter Vinícius Pereira BRANDÃO²

João Marcio Palbeta da SILVA³

Joandreson Barra LIMA⁴

Ádanna de Souza ANDRADE⁵

INTRODUÇÃO

Este trabalho terá como área de estudo o município de Barcarena, que se encontra a cerca de 120 km distante da capital do Estado do Pará, Belém (via PA-483), possui extensão territorial em torno de 1.310,588 km² e população estimada em 118.537, com densidade demográfica de 76,21 hab/km² (IBGE, 2016). Será tratada a história da extração mineral no município, desde os primórdios das negociações entre o Brasil e o inseguro Japão até a consolidação deste meio de produção que mudou a dinâmica histórica funcional

¹ Uma versão deste trabalho foi submetida à revista Acta Geográfica e encontra-se em fase de avaliação.

² Professor de Geografia, Especialista em Geografia da Amazônia pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA. E-mail: viniciuspgeo@gmail.com

³ Doutor em Geografia, Pesquisador em Produtividade do CNPq, Professor Associado III da Universidade Federal do Pará, Líder do GAPTA/CNPq, Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFPA), Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. E-mail: jmpalbeta@ufpa.br

⁴ Geógrafo e Professor de Geografia, Mestrando em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO da Universidade Federal do Pará - UFPA, Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Pesquisador do GAPTA/CNPq. E-mail: joandreson@bol.com.br

⁵ Graduada em Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado do Pará - UEPA. E-mail: adanna.eng.ambiental@gmail.com

do pequeno município paraense, desencadeando conflitos que, para alguns atores sociais envolvidos nesta luta desigual de forças, são necessários para o desenvolvimento de Barcarena, do Pará, da Amazônia e do Brasil.

A partir disso, este trabalho visa à necessidade de desvendar os fatos que por muitas vezes são tidos como benéficos ao meio amazônico, mais especificamente ao município de Barcarena, mas que na verdade, os ganhos não são positivos quando comparados às perdas que ocorrem na dinâmica histórica da região, tanto no meio natural quanto no cultural. Além disso é necessário evidenciar que ao tratar o termo “desenvolvimento” nesta região, seria necessário levar em consideração as riquezas construídas tradicionalmente pela população que lá habita, pois, em quase sua totalidade, o lucro é o único critério a ser valorizado, o restante deverá sofrer as adaptações que o grande capital vai impor para o seu pleno sucesso.

Este trabalho tem como objetivo central relatar de forma histórica as principais consequências socioambientais ocorridas no município de Barcarena, a partir dos grandes projetos de mineração; além de investigar o quão valiosa ou devastadora é a presença das empresas mineradoras no município de Barcarena; demonstrar qual a participação do Estado quanto à efetivação do funcionamento deste empreendimento; avaliar qual a importância e participação da população nativa barcarenense em meio às mudanças impostas pelo grande capital e demonstrar de que maneira o meio ambiente é impactado a partir da implementação do grande projeto.

Ao longo da construção e da efetivação do grande projeto minerador no município de Barcarena, grandes estratégias polêmicas foram adotadas para o sucesso do empreendimento. O Estado, por exemplo, se faz presente como mediador entre a mineração e a população nativa do município. Mas quanto a isso, de que maneira o Estado beneficia o grande capital no município de Barcarena? Qual a efetiva participação da população barcarenense neste processo? E de que maneira a mineração, a partir das empresas ALBRÁS/Alunorte,

impactou a população e o meio ambiente do município de Barcarena?

O levantamento de pesquisa deste trabalho está inteiramente voltado aos saberes de vivência com o município de Barcarena, juntamente com pesquisas bibliográficas de artigos relacionados ao assunto abordado neste trabalho, que foram publicados em revistas eletrônicas e eventos de qualidade positivamente qualificada. Todo o estudo foi realizado no período de novembro/2016 a fevereiro/2017.

ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO TERRITÓRIO E O USO DOS RECURSOS NATURAIS PELAS EMPRESAS NO PARÁ

A década de 1980 foi o período onde os trabalhos de mineração começaram de fato no Pará. Com as garantias de potencial mineral, o estado vai se destacar como foco de investimento das mineradoras. O grupo Vale, até então estatal, vai se destacar no empreendimento da extração mineral na região Norte do país. O complexo de Carajás vai ser o grande destaque, as possibilidades de ganhos são incalculáveis, por isso, então, os trabalhos deveriam começar o mais breve possível, para que os lucros fossem palpáveis. O destaque da região, por conta do poderio mineral, seria a partir de então a nível internacional, já que a matéria-prima é de extrema importância na produção de diversos bens de consumos. Os minérios de maior importância, encontrados nas explorações são ferro, manganês, cobre, ouro e níquel.

O Projeto Grande Carajás (PGC) é o projeto implementado nas décadas de 1970 e 1980, em uma conturbada parceria entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – hoje denominada Vale – e a empresa norte americana United States Steel. A descoberta das jazidas minerais na região se deu, de forma oficial, ainda na década de 1960, quando um geólogo brasileiro, que se encontrava a serviço da própria empresa norte-americana, sobrevoando e explorando a

região amazônica, fez uma das maiores descobertas minerais do planeta. Naquele período a empresa norte-americana detinha cerca de 70% do negócio minerometalúrgico, do outro lado a empresa estatal CVRD estaria com o percentual restante, porém as divergências foram muitas, o que levou a United States Steel a desistir do negócio. Na década de 1970, enquanto os recursos estruturais já estavam devidamente prontos à exploração dos recursos minerais, criou-se a Amazônia Mineração S.A., retornando ao negócio, como parceira, a United States Steel, porém, agora, associada a outros investidores estrangeiros. No final desta mesma década, a CVRD retomou a hegemonia do negócio (SILVA, 2013).

Com as imensas possibilidades de independência financeira que as jazidas de minérios traziam à região do sudeste paraense, as emancipações foram inevitáveis. Diversos motivos levaram a estes processos emancipatórios, dentre eles a disputa pelo poder entre as variadas elites formadas ao longo do tempo nesta região, que ao perceberem as perdas nas participações de algumas empreitadas, tornaram viáveis as emancipações, para que os poderes fossem redivididos, tornando menores as ameaças de sobreposições. Outro motivo que justificaria as emancipações são as concentrações das gestões na sede do município, sem dar a mesma importância às comunidades locais que se viam à mercê das sobras estruturais e processuais longínquas (SILVA, 2013).

Marabá é um dos municípios mais importantes do estado do Pará, com cerca de 250 mil habitantes, o município possui um Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 6 bilhões de reais, um dos mais expressivos do estado. Ao longo de sua história, este município – sendo um dos mais antigos do Pará – passou por diversas crises desde a sua colonização. No século XX sofreu com a perda de núcleos altamente promissores e lucrativos, que ao se depararem com as possibilidades prósperas do minério, se viram auto-suficientes para tocar uma gestão independente, como foi o caso de Curionópolis e Parauapebas em 1988, que em decorrência das novas demandas viram a oportunidade de independência. O primeiro, mais

especificamente, com Serra Pelada, que teve seu auge no período entre 1980 e 1986 e foi considerado o maior garimpo a céu aberto do mundo, com a extração de ouro estimada em cerca de 30 toneladas em toda a sua atividade – em 1991 foi criado o município de Eldorado dos Carajás, fruto de uma emancipação de Curionópolis. Já o segundo município se assegurou no Projeto Grande Carajás (PGC), rendendo grande rentabilidade financeira, porém grande perda à velha Marabá. Posteriormente, Parauapebas também sofreu alterações com as criações (emancipações) dos municípios de Água Azul do Norte (1991) e Canaã dos Carajás (1994) (SILVA, 2013).

Tornou-se viável a separação de Parauapebas a partir do momento em que houve a sobreposição de territórios e as confluências de poder entre as antigas oligarquias – elites provenientes, principalmente, da produção primeiramente da borracha e depois da castanha – e as novas elites surgidas a partir do empreendimento minerometalúrgico, então com a criação de novos municípios, as elites poderiam se adaptar melhor às divisões de poderes, principalmente aqueles que fazem parte das oligarquias mais antigas. É o município que mais arrecada recursos a partir da exploração de recursos minerais no estado do Pará, denominados royalties. Nele, um dos impostos em destaque é o da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), sendo este município o maior arrecadador pela exploração de ferro, aliás esta arrecadação faz do Pará o segundo maior arrecadador deste imposto no Brasil (SILVA, 2013).

Diversos beneficiamentos feitos pelas empresas aos municípios em que se encontram instaladas são citados pelo Estado como justificativa para os grandes incentivos e isenções financeiras concedidas ao empreendimento. Um deles é a geração de emprego local, que ao necessitar da mão de obra para a construção e depois para o funcionamento do empreendimento, beneficiaria a população local com esta nova possibilidade de renda. Entretanto, por muitas vezes, não há a qualificação da mão de obra local para que seja empregada no grande empreendimento, sendo assim, se houver

empregos em áreas sem tantas exigências técnicas, parte da população será beneficiada, porém com baixos salários.

No caso de uma refinaria – como a ALBRÁS, grande parte da mão de obra precisa ser especializada, exigindo cursos técnicos e graduações em ensino superior para exercer as funções requeridas. Desta maneira, com a população desprovida desse tipo de qualificação, acaba ficando de fora das vagas de emprego ofertadas. Em Barcarena, por exemplo, não é possível verificar grande incentivo à qualificação da mão de obra local a partir de investimentos proporcionados pela empresa ALBRÁS. Infere-se, então, que o compromisso da empresa com a população, neste quesito, não se faz presente.

Não há como negar, também e por outro lado, que os grandes projetos mineradores são imensos atrativos populacionais. Estes grandes empreendimentos são vistos como uma boa oportunidade de emprego e geração de renda. Pessoas de todas as partes do país foram atraídas ao estado do Pará a partir das implementações dos grandes projetos mineradores. Realmente, as vagas de emprego são diversas e numerosas, principalmente no período de construção das usinas, onde a construção civil precisa ser ágil, para que logo se possa começar as atividades lucrativas.

Com a grande atratividade de pessoas, recursos são necessários para suportar a grande demanda populacional, algo que é bastante difícil de suprir da noite para o dia. Parauapebas, por exemplo, ganhou um imenso contingente populacional em um espaço de tempo bastante curto, não possibilitando melhor estrutura para receber e instalar as pessoas que ali chegaram em busca de melhoria de vida. Outro fator é o crescimento no índice de criminalidade, pois emprego há bastante, porém com uma população formada por mais de 200 mil pessoas, ficou difícil providenciar trabalho para todos na mineradora – e para aqueles muitos que ficaram de fora do grande projeto restaram outras demais possibilidades de empregos, mas que ainda não são suficientes para empregar todos na cidade, o que acarreta, em alguns casos, a evasão

de alguns indivíduos e também a criminalidade. Muitos comerciantes também foram atraídos à cidade, pois com as vagas de emprego abertas, o poder de consumo tende a crescer no local, proporcionando boa possibilidade de prosperidade aos vendedores.

A luta social por participação nas tomadas de decisões nos municípios em que residem são de extrema importância. A partir da implantação dos grandes empreendimentos, a participação da população nos debates norteadores ficaram cada mais difíceis. Com o grande investimento e a possibilidade de arrecadação a partir dos royalties, o poder que antes era público passa a sofrer imensa influência do privado, o problema é que a estrutura necessária para a exploração mineral nem sempre condiz com o bem-estar social dos municípios, por isso a participação dos movimentos sociais nas decisões são de extrema importância, pois são estes movimentos que levarão possíveis melhorias à população, pelo menos demonstrando suas insatisfações e necessidades.

A INSTALAÇÃO DA EMPRESA DE MINERAÇÃO ALBRÁS EM BARCARENA

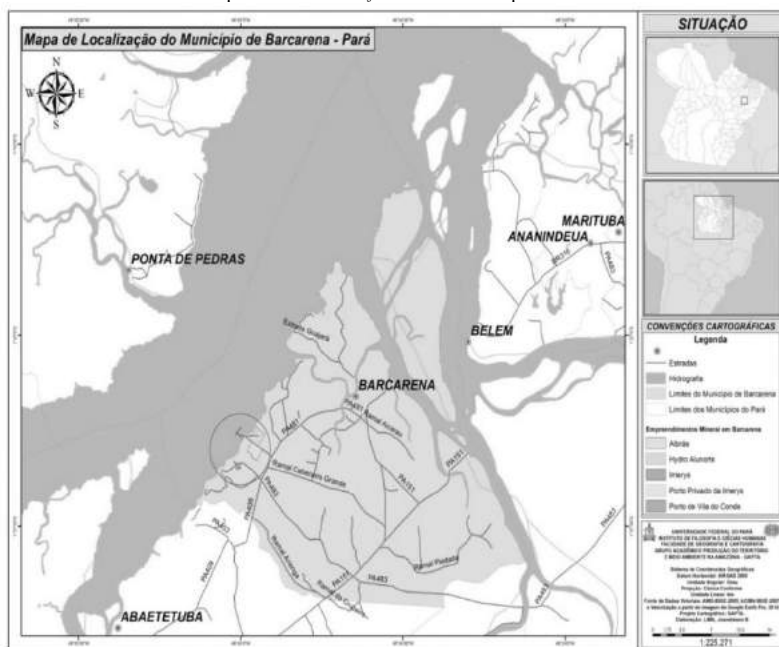
Há tempos que estudos apontam que a terra se tornou um bem precioso e alvo de disputa entre os diversos atores sociais. A valorização de um determinado local se dá a partir da sua importância ao capital. Basta uma ou um conjunto de características que incentivem a obtenção do lucro para que o local se torne um palco de interesses e interessados. Nos diversos tipos de conflitos pelo território, surgem diversos atores que vêm o mesmo local com intenções diferenciadas. Um exemplo clássico é aquele onde é possível observar empresas de grande porte lutando pela posse da terra com comunidades que se dizem historicamente donas daquele local, por uma questão de vivência e identidade.

Na Amazônia, a partir de planos desenvolvimentistas implementados pelos militares em sua governança (1964-1985), os “Grandes Projetos” eram a porta para o “desenvolvimento” da

região, a qual, até então, era tida como atrasada e que precisava ser integrada ao restante da nação. Dentro deste plano desenvolvimentista, mais especificamente nos Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), foram implantados diversos projetos que não envolviam diversas áreas do território amazônico, ocasionando certas aglomerações de investimentos do grande capital. O município de Barcarena seria um dos locais a ser valorizado para um dos mais inovadores projetos de “desenvolvimento” para a Amazônia: a mineração.

A empresa Alumínio Brasileiro S. A.(ALBRÁS) está localizada no município de Barcarena (Figura 1), a cerca de 100km da capital Belém, construída no período do militarismo no Brasil, a empresa foi um grande atrativo de investimentos para a Amazônia.

FIGURA 1 – Mapa de localização do município de Barcarena-Pará



Fonte: IBGE (2005), elaborado pelos autores.

Para que as grandes empresas se instalem dentro do território são necessários inúmeros incentivos que possibilitem vantagens lucrativas. Diversos fatores são levados à “ponta do lápis” quando se trata da escolha do local a receber o grande empreendimento, um destes incentivos é o acordo fiscal feito entre o grande empreendimento e o Estado. Neste acordo, custos que beneficiariam os cofres públicos e conseqüentemente a população com melhorias estruturais, são isentados aos investidores, dando maior vantagem para que os custos iniciais do grande empreendimento sejam menores, ocorrendo maior possibilidade de instalação do mesmo no local.

A Companhia Vale do Rio Doce(CVRD), hoje Vale, ainda se encontra em poder do Estado brasileiro e para contribuir com os investimentos necessários nesta nova empreitada do alumínio, foi convidada a empresa japonesa Aluminium Resources Development Co. (ARDECO). Um convite bastante interessante, já que, mais tarde, ao discutirem o suporte energético necessário ao funcionamento do empreendimento, o Estado brasileiro entrou com 100% dos investimentos necessários à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí(UHT), a partir das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.(ELETRONORTE) no ano de 1973. Além disso, outros investimentos estruturais foram custeados pelo Estado brasileiro, rodovias, um porto graneleiro e a Vila dos Cabanos – local pensado e construído para a moradia de trabalhadores da ALBRÁS, porém, não para todos (NAHUM, 2008).

A década de 1980 foi o período onde as oportunidades foram implementadas e aproveitadas pelo grande capital dentro do território amazônico. Na verdade, este foi o período onde o “pontapé” inicial foi dado e os lucros são mais expressivos a cada ano.No Pará os incentivos ocorreram às mineradoras que se instalaram no estado na década de 1980. Na verdade, é uma das maiores portas de entrada para qualquer instalação de um empreendimento de grande porte, funcionando como uma estratégia eficaz para a não evasão do capital privado nos municípios. Não só nas instalações são elaborados os acordos fiscais, mas também na

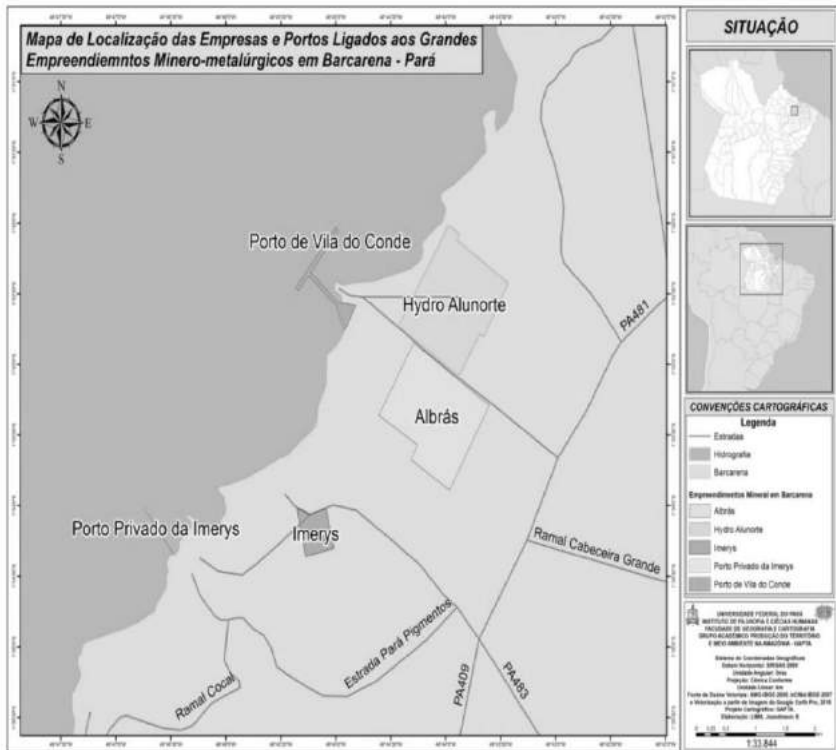
permanência destes empreendimentos, onde novos acordos são realizados para a continuidade dos trabalhos da empresa no território. Em 2015, no Pará, o então governador Simão Jatene abriu mão de parte dos impostos pagos por diversas empresas, entre as beneficiadas incluiu-se a ALBRÁS, que em 15 anos economizará cerca de R\$ 6,3 bilhões. Um incentivo e tanto para a permanência da empresa no estado (DIÁRIO DO PARÁ, 2015).

Além da ALBRÁS, a Alumina do Norte do Brasil S.A. (ALUNORTE) (Figura 2) também foi construída neste período e com a mesma intencionalidade de lucros na Amazônia a partir da exploração mineral. Outra empresa, chamada Alubar, vai ganhar seu espaço já no ano de 1998, também se apropriando do território do município de Barcarena, manufaturando os metais na fabricação de cabos e fios elétricos. É necessário lembrar que com a crise do petróleo na década 1970, as grandes empresas teriam um novo desafio pela frente: a busca de países que oferecessem vantagens na produção, que dispusessem de boa matéria-prima, mão de obra barata, baixas exigências na legislação ambiental, incentivos fiscais etc., vantagens que possibilitariam a continuação da produção do capital, com isso, fusões entre o capital estrangeiro – neste período especificamente o capital japonês – e o nacional, encadearam os polêmicos projetos de mineração em Barcarena.

Projetos de grande porte possuem o poder de transformar a função do município. Nesse caso, a função de Barcarena era diferente antes de sofrer vasta influência do empreendimento. O município que antes tinha como atividades principais as de características rurais, a partir deste momento deverá conviver com as possibilidades das refinarias, até mesmo pelo fato de haver grande propaganda de responsabilidade social, o que leva esperanças diferenciadas para a população local. A estrutura do município não poderá mais ser a mesma, por diversos motivos, as características urbanas, em geral, farão daquelas características rurais estruturas ultrapassadas que não servirão ao grande empreendimento. Além do mais, a mão de obra qualificada geralmente é de cunho

exógeno. Esta, por ser valorizada, possui suas exigências para poder atuar naquele empreendimento, levando mais motivos para a ocorrência de mudanças naquele local.

FIGURA 2 – Mapa de localização das empresas e portos ligados aos grandes empreendimentos minero-metalúrgicos em Barcarena-Pará



Fonte: IBGE (2005); Google Earth Pro (2016), elaborado pelos autores.

A empresa norueguesa Hydro possui relação com o Brasil e especificamente com o Estado do Pará desde a década de 1970, com investimentos na Mineração Rio do Norte, explorando jazidas de bauxita na região oeste paraense. Em 2011 ampliou os seus negócios

no estado, adquirindo a mina de bauxita em Paragominas, a refinaria de alumina ALUNORTE S.A. em Barcarena e também, no mesmo município, a empresa de produção de alumínio primário ALBRÁS S.A., com participação majoritária de 51%, tomando-a então, a empresa que possui maior influência no poder de decisões da companhia.

Diversas mudanças ocorreram desde o período em que os grandes projetos foram implementados no Pará. O município de Barcarena, incluído nesta dinâmica minero-metalúrgica, também vai sofrer com as necessidades advindas das exigências do empreendimento. A população local, por exemplo, sofre com os deslocamentos necessários à continuidade do negócio no município, que por sua vez, terá o poder municipal como grande aliado do capital, abstendo a população de recursos e direitos básicos que não são favores, são deveres do poder público. Além disso, diversos impactos ambientais são registrados no município a partir destas empresas, impactos necessários à discussão acadêmica para que soluções sejam encontradas e executadas pelo empreendimento em Barcarena.

O USO DOS RECURSOS NATURAIS E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM BARCARENA

O Brasil possui uma história repleta de explorações intensas, tanto ao meio cultural quanto ao natural. Desde as colonizações o território brasileiro foi conquistado pelas forças dos costumes europeus, sem que houvesse o mínimo respeito pelas identidades construídas pelo povo que já habitava o local. Desde então houve a construção histórica de patamares hierárquicos de culturas, que disputam território em meio ao “desenvolvimento”. Principalmente com a proliferação e a força do capitalismo, rótulos são impostos constantemente e aquilo que é considerado tradicional, geralmente não possui um valor comum ao que é tido como moderno ou atualizado.

Desta forma é possível verificar que povos indígenas, quilombolas etc., grupos que possuem sua valorização cultural atrelada a costumes históricos, não são respeitados perante uma sociedade que sente necessidade em explorar e alterar. Agora não são necessários mais colonizadores invadirem o território para que ele seja drasticamente alterado, para isso existe a informação, a qual faz os valores exógenos, que são construídos à face do tradicional, ultrapassarem as fronteiras do território.

O território amazônico, por exemplo, sofre com a exploração de atores, culturas e estruturas exógenas principalmente a partir do período militar, onde as necessidades de integração desta região com as demais são a floradas nas mãos de um governo que não soube balancear as perdas naturais e culturais, em prol de uma prosperidade capitalista bastante rentável somente financeiramente. Com tantos aprendizados sobre os fatos que ocorrem em meio ao território amazônico, são necessárias forças de defesas que possam empreender bons frutos ao predomínio das identidades cultural e natural da região.

Nesta nova lógica exógena imposta pelo capitalismo, Barcarena e sua população foram incluídas somente por conterem características proveitosas à exploração mineral e ao escoamento da produção (HAZEU, 2016). O pequeno produtor não estava inserido como um ator prioritário. Por muitas vezes havia – e há até hoje, o aproveitamento do desprovimento de informações que estes habitantes não possuíam. A informação burocrática que não alcança este violentado ator, deveria ser previamente providenciada pelo Estado, porém é evidente que esta situação seria também proveitosa a este Estado atrelado ao capital privado, que ao visar o lucro, o melhor seria não “privilegiar” o povo nativo da localidade.

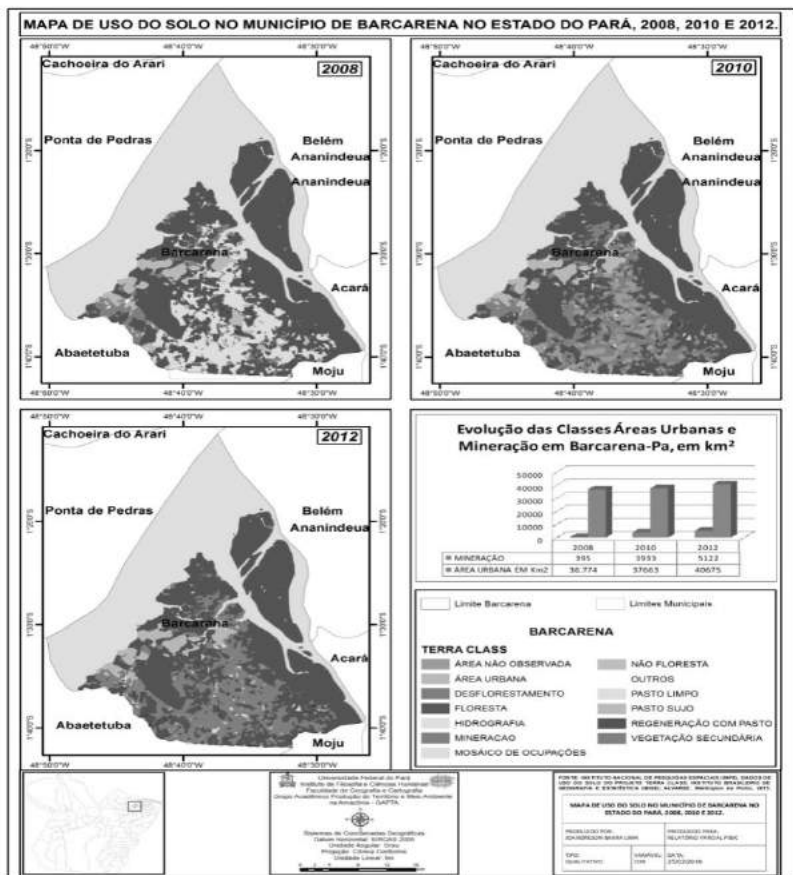
Não há um compromisso com o que ocorrerá no sustento familiar, cultural das comunidades que estão sendo desapropriadas para a ocupação do empreendimento. Certas medidas de reestruturação que são concedidas a estas populações não condizem com a realidade histórica de formação que estas pessoas convivem,

com isso o processo de reterritorialização, após a desterritorialização, acaba sendo mais doloroso e demorado (HAESBAERT, 2004).

As estratégias são diversas, no entanto, somente para que o progresso do empreendimento seja providenciado. Quando a assistência social é de fato necessária, os atores mostram o quanto vale a população. Quando se trata da degradação do meio ambiente, a população nativa possui um maior cuidado e um nível de degradação possibilita maior facilidade de resiliência do meio. Já com a implantação do polo industrial, o caso muda completamente de estado e infelizmente a fiscalização é feita de maneira superficial e as próprias empresas possuem autonomia para fazer o manejo ambiental, o que proporciona maiores possibilidades de degradações ambientais.

O grande empreendimento trouxe ao município a alta atratividade de pessoas de fora da cidade (Figura 3). A população atraída e até mesmo a local, geralmente eram empregadas para trabalharem na construção do polo industrial, o trabalho braçal estava bem servido, aliás, este era um dos fatores que atraíam o empreendimento para o município. Porém o grande problema era que a estrutura do município não condizia com o aumento demográfico, o que acarretou a construção de novas periferias sem estrutura básica e que, posteriormente, com o aumento do desemprego após a diminuição da demanda do trabalho braçal, o índice de criminalidade no município tendesse a aumentar expressivamente.

FIGURA 3 – Mapa de Uso do Solo no Município de Barcarena nos de 2008, 2010 e 2012.



Além disso é possível verificar a enorme segregação espacial construída no município de Barcarena ao longo da construção e funcionamento do polo industrial. Um dos exemplos é a construção da “Company Town” Vila dos Cabanos . Com isso a degradação ao

meio ambiente e um dos mais graves casos é o do rio Murucupi, a urbanização e o despejo de dejetos domésticos e industriais acarretaram em muitos prejuízos.

Um dos prejuízos que esta exploração ocasiona é a substituição da função original do rio, que após a decorrência da poluição fica impossibilitado para a utilização doméstica dos ribeirinhos que vivem em função da pesca e da utilização da água do rio para os afazeres gerais em seus domicílios. Com esse fator a população, antes caracterizada ribeirinha, perde gradativamente – a longo prazo – sua identidade com o rio pela impossibilidade de utilização. É uma perda mercadológica e cultural do local que não é valorizada pelo grande empreendimento, gerando ainda mais conflitos não somente com a área ocupada e alterada, mas também e principalmente, com a história e as identidades culturais ali construídas através da ancestralidade.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE NOVA VIDA

As empresas mineradoras possuem um papel expressivo no mercado mundial quanto ao fornecimento da matéria-prima necessária para a produção de bens de consumo. O ferro, o alumínio e o cobre são os minerais mais requisitados pelas industriais atualmente. Estes produtos possuem imensa demanda na produção de aparelhos eletrônicos – por exemplo, por isso, com alta produção de produtos que vão demandar estes recursos, há também, proporcionalmente, uma alta requisição pelos recursos minerais.

O estado do Pará, o qual possui um dos maiores empreendimentos de exploração mineral do mundo, também possui grande importância em sua diversidade florestal, possuindo espécies exclusivas em grande número e que possuem importâncias ecossistêmicas fundamentais. Com estes projetos mineradores, estas riquezas são um desafio a serem conservadas, pois para que a extração mineral seja feita, imensas áreas necessitam ser devastadas

para que haja a possibilidade de acesso ao minério e com a alta na demanda pelos recursos minerais, mais áreas são devastadas para suprir a necessidade do mercado.

Os recursos minerais tão almejados pelo mercado e que são explorados em altíssima escala nas jazidas no Pará são recursos não renováveis, ou seja, que necessitam de um longo tempo e de condições propícias para a regeneração. Por mais que as empresas sejam agraciadas com a imensa abundância destes recursos, é algo findável e com a alta exploração, estes recursos irão extinguir em um prazo mais curto. Em meio à distância entre as jazidas de exploração em Ipixuna do Pará e o porto de escoamento em Barcarena, as dificuldades encontradas na superfície amazônica só poderiam ser superadas por transporte aéreo ou por meio de dutos subterrâneos, sendo a segunda opção a escolhida como meio de transporte do Caulim pela empresa Pará Pigmentos S.A.

Iniciada em 1979 e efetuada em 1983, a desapropriação da comunidade da Ponta da Montanha foi inevitável. O grande projeto estava interessado em lucrar e infelizmente aquela população historicamente estabelecida naquela localidade estava no caminho da mais-valia (MAIA; MOURA, 1989). A terra, de forma legal, não possuía a comunidade da Ponta da Montanha, mas o Estado tratou de legalizá-la em prol da população da comunidade, proporcionando direitos até então impossíveis de serem exercidos. Após isso um inventário foi feito pelo estado juntamente com a empresa mineradora, contabilizando as posses e as produções realizadas pelos moradores da comunidade, o que relativizou as indenizações, sendo estas concedidas distintamente para cada família, o que trouxe problemas na justiça de partilha de benfeitorias comunitárias na comunidade (MAIA; MOURA, 1989).

A comunidade sobrevive hoje em seu segundo local de assentamento proporcionado pela empresa PPSA, que já havia realocado a população anos antes para ampliação do empreendimento escoador do minério. A Ponta da Montanha é uma localidade privilegiada para a instalação de um porto hidroviário,

para o tráfego de embarcações de grande porte, características ausentes nas proximidades da mineradora em Ipixuna do Pará. O acesso pelo rio ao Oceano e a profundidade próxima às margens aguçaram o interesse pela empresa no local. Assim, houve a “necessidade” de realocar a população da comunidade da Ponta da Montanha para outro mais distante. Daí, então, surgiu a ideia de integrar a antiga comunidade à comunidade do Curuperé, porém, agora, houve a necessidade de mudanças estruturais nas famílias, costumes hereditários que precisaram ser secundarizados pela falta de recursos geográficos e/ou naturais básicos. Um exemplo fundamental é o da atividade pesqueira praticada historicamente pela comunidade, a partir de saberes hereditários que tinham relações diretas com o rio, mas com a nova moradia, a possibilidade de acesso ao rio foi dificultada, restando, então, a atividade agrícola de subsistência (ABRAHIM; PATRICIO; PEREIRA, 2006).

Nas negociações feitas entre os moradores e a empresa, diversas “vantagens” foram ofertadas pela empresa para que o reassentamento fosse executado, como, dentre outros: indenizações pela utilização da terra, saneamento básico, energia elétrica, área de lazer, água tratada etc. Vantagens estruturais que de fato saciariam muitas necessidades daqueles habitantes, mas que não foram cumpridas em sua totalidade pela empresa. Além disso, a falta de preocupação com a história e com a inserção do morador da comunidade no projeto minerador fizeram com que as insatisfações fossem inevitáveis.

Outra questão polêmica na relação empresa versus comunidade Curuperé foi na segunda realocação da população feita pela empresa que classificou a área da comunidade como pressuposta a receber também ampliação do projeto, porém, desta vez, ao fazer as contagens das casas e das famílias residentes, fez acepção entre os habitantes da comunidade, levou em consideração somente aqueles mais antigos, classificando como “agregados” aqueles que são prole, que formaram suas famílias depois do assentamento no Curuperé, julgados – condenados – então pela

empresa a não receberem os mesmos “direitos/privilégios” dos mais antigos.

A Comunidade Nova Vida foi remanejada três vezes, o que justifica suas mudanças de denominações, tendo sido chamada primeiramente de Comunidade da Ponta da Montanha, passando para Comunidade Curuperé até este último nome, Comunidade Nova Vida (CARMO, 2011), e vem buscando se munir contra as más vontades do grande empreendimento. Era necessário lutar com todas as forças e formas. Em entrevista direta com os moradores da comunidade, Carmo (2011) comenta que “[...]o verbo lutar e o substantivo luta foram os vocábulos mais pronunciados pelos moradores em suas entrevistas e se manifestaram repletos de significados”.

Na dinâmica mercadológica global, todo investimento só é viável a partir da comprovação da demanda pelo produto que se pretende disseminar. Na mineração não é diferente, a matéria-prima necessária para a fabricação de diversos produtos só é altamente explorada a partir da alta demanda pelos fabricantes de produtos secundários. O mercado é um sistema de dependência, onde a participação da mineração é crucial para o funcionamento de outras cadeias produtivas, não importando se as consequências serão históricas e culturalmente devastadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Barcarena sofreu alterações incalculáveis em torno de um projeto que visa o lucro a partir das vantagens locacionais que proporciona. Neste trabalho foi possível verificar em que grau a população é envolvida neste grande projeto e pelo menos duas conclusões podem ser aproveitadas a partir das análises bibliográficas: a primeira em relação ao interesse dos grandes projetos pela população como mão de obra, que foi essencial nos primórdios do projeto; a segunda em relação ao próprio interesse pela população em participar e ser inserida no grande projeto. Esta

inserção pela população não se restringe somente às oportunidades empregatícias que estes projetos proporcionam, mas também e principalmente, ao respeito que deveria partir daquele que utiliza o local para lucrar em detrimento da perda de uma história construída pela população nativa.

As realocações da comunidade da Ponta da Montanha demonstram de que maneira a comunidade deve reescrever a sua história. Os costumes hereditários precisaram ser adaptados a um novo âmbito, onde nem tudo que foi ensinado pode ser praticado, pois não seria viável à sobrevivência, não cabe à nova realidade. Os acordos entre o grande capital e a comunidade são frequentes e com esta relação não-recente, a comunidade – agora Nova Vida, vem aprendendo a reivindicar, por mais que seja em “curtos passos”, mas a importância da criticidade e da solicitação daquilo que é confortável e necessário à uma boa sobrevivência no novo local de moradia é crucial para que os avanços sociais sejam concretizados.

Casos, como os que ocorrem em Barcarena, precisam ser massivamente debatidos no âmbito acadêmico, pois é de extrema relevância todo e qualquer auxílio à preservação do meio ambiente e da história e cultura construídas pela população nativa. Para que maiores soluções sejam elaboradas e concretizadas, o meio acadêmico precisa dialogar com a população envolvida na estrutura e no processo do projeto, e também com o grande empreendimento para que as investigações possuam embasamento concreto ao final da pesquisa.

É importante que a população da Amazônia passe por inclusão de informação, para que a criticidade sobre o que de fato é benéfico ao território que possui a maior biodiversidade do planeta seja de fato bem selecionado. O desenvolvimento sustentável é uma excelente medida para que os trabalhos dos projetos sejam executados e lucrativos, ao mesmo tempo em que o meio ambiente e a população são preservados e minimamente alterados. Diálogos são necessários e após os acertos feitos, que as soluções sejam de fato executadas em benefício de ambas as vertentes.

REFERÊNCIAS

- ABRAHIM, G. S.; PATRÍCIO, J. C. dos S.; PEREIRA, E. R. A logística de transporte da Pará Pigmentos S.A. e a sua contribuição para o desenvolvimento e reconstrução da história das comunidades locais em Vila do Conde, Barcarena – Pará. Anais... Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 9., 2006, Bela Vista. Bela Vista: FGV – EAESP, 2006. p. 1-16.
- BARCARENA, Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://www.barcarena.pa.gov.br>.
- BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- CAMARGO, L. H. R.. Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, F. G. et. al. (Org.). Ordenamento Territorial. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009, p. 21-53.
- CARMO, E. D. do. Ordenamento territorial e deslocamentos de comunidades locais em Barcarena (Amazônia Oriental): usos, abusos e saberes. Artigo... II Conferência do Desenvolvimento – CODE 2011/IPEA, 2., 2010, Brasília. p. 1-22.
- DA SILVA, L. de C. Tork. Da Avaliação do projeto público “Paragominas: Município Verde” sob a ótica das mudanças climáticas. 2014. Dissertação (Mestrado) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Tributação Mineral no Brasil. Brasília: DNPM, 2000.
- FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ, FAPESPA. Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração Tocantins. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/>.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAZEL, M. Deslocamentos forçados no complexo industrial-urbanístico-portuário de Barcarena, Pará. Anais... Encontro Internacional de Política Social, 4., 2016, Vitória. p. 1-16.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. Município de Barcarena. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL, IDESP. Estatística Municipal. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br>>.

MONTEIRO, M. A.; BASTOS, A. P. V. Aglomerações produtivas e limitações à difusão tecnológica: o caso do distrito industrial de Barcarena, Pará, Brasil. Anais do XII Encontro Nacional de Economia Política, XII Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo, 2007. v. 1.

MONTEIRO; M. de A.; COELHO; M. C. N. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. Novos Cadernos do NAEA, 2004.

MOURA, E. A. F.; MAIA, M. L. S. A reorganização do espaço de trabalho numa área de grandes projetos: Uma análise do projeto Albrás-Alunorte em Barcarena Pará. Anais... Encontros Nacionais da ANPUR, 3., 1989, Águas de São Pedro. p. 81-90.

NAHUM, J. S. Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-PA. Geosul, Florianópolis, v. 23, n. 45, p 65-84, jan./jun. 2008.

_____. (Org.). Dinâmicas territoriais e políticas no município de Barcarena no Estado do Pará. Belém: Editora Açai, 2011.

PALHETA DA SILVA, J. M. Território e Mineração em Carajás. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

PARÁ, D. do. Jatene abre mão de R\$ 6,3 bi de ICMS das ALBRÁS. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-337595-.html>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, SEGUP. Moradores de Barcarena apresentam na Segup demandas de segurança. Belém: SEGUP, 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS, SEPOF. Estatística Municipal/Barcarena. Belém: SEPOF, 2014.

SILVA, F. A. da.; BORDALO, C. A. L. Recursos hídricos, empresas de mineração e população Local: estudo preliminar da microbacia do rio Murucupi em Barcarena-PA. Anais... Encontro Nacional dos Geógrafos, 15., 2010, Porto Alegre. p. 1-8.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS MINERAIS DO ESTADO DO PARÁ, SIMINERAL. Anuário Mineral do Pará. 3. ed. Belém: Sindicato das Indústrias Mineraias do Estado do Pará, 2014.

GEOTECNOLOGIAS APLICADAS À ANÁLISE ESPACIAL DA DENDEICULTURANA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ACARÁ-NORDESTE PARAENSE

Carlos Eduardo Pereira TAMASAUSKAS¹

Nicola Saverio Holanda TANCREDI²

INTRODUÇÃO

As geotecnologias, entendidas como as tecnologias que permitem a aquisição, processamento, análise e disponibilização de geoinformação (ROSA, 2005), têm sido utilizadas e difundidas ao longo das últimas 04 décadas como importantes ferramentas de análise e sistematização de dados geoespaciais, visando gerar informação de cunho geográfico. Temos como exemplos de geotecnologias: sensoriamento remoto, geoprocessamento, cartografia digital, sistemas de satélites de navegação global, etc.

Uma das principais análises relacionadas às geotecnologias diz respeito à análise espacial, que trata de destacar as propriedades e relacionamentos dos objetos/fenômenos estudados a partir de suas geolocalizações, ou seja, engloba a perspectiva do espaço geográfico à análise pretendida (CÂMARA et al.,2004). Assim, análises baseadas em geotecnologias tendem a destacar a espacialidade e o comportamento/padrão espacial do objeto de estudo, o que nos remete às análises sobre desflorestamentos na Amazônia, mudanças de uso e cobertura da terra, produtividade agrícola, etc.

Nesse sentido, podemos observar ampla gama de opções de aplicação das geotecnologias, em especial em regiões de grandes

¹ Sistema de Proteção da Amazônia, Centro Regional de Belém. E-mail: carlos.tamasauskas@sipam.gov.br

² Sistema de Proteção da Amazônia, Centro Regional de Belém. E-mail: nicola.tancredi@sipam.gov.br

extensões e problemas socioambientais, como a Amazônia Brasileira. Tal região já passou por diversos ciclos econômicos que resultaram em significativas mudanças em suas paisagens naturais, em especial em suas porções sul e nordeste.

O Estado do Pará é um dos que possui mais impactos em suas paisagens naturais, com destaque para a mesorregião do nordeste paraense, pois é uma das áreas de mais antiga colonização e exploração econômica e, por isso, teve grande parte de sua paisagem natural modificada devido às atividades agropecuárias nela instaladas e, nas últimas décadas, vem se consolidando como grande polo de produção de dendê, pois “o dendê adapta-se a áreas desmatadas e solos degradados e apresenta alta produtividade nas condições amazônicas” (CARDOSO; MANESCHY; MATLABA et al., 2014, p. 199).

A atividade da dendeicultura, que foi introduzida no estado do Pará na década de 1960 (SOARES, 1985), representa uma das mais importantes atividades econômicas do Estado do Pará, o qual possui grande disponibilidade de áreas com aptidão para o referido cultivo (BASTOS et al., 2008). O dendezeiro (*Elaeisguineensis*) é uma palmeira de origem africana, que apresenta melhor desenvolvimento em regiões tropicais, com clima quente e úmido, precipitação elevada e bem distribuída ao longo do ano.

Desse modo, temos o Nordeste Paraense como a região de maior representatividade na produção do dendezeiro com cerca de 166 mil hectares (ha) plantados, divididos entre os setores empresarial e agricultura familiar (REPORTER BRASIL, 2013).

No setor empresarial, há empresas de médio e grande porte como Agropalma, Biopalma Vale, Yossan, Dempasa, Marborges, Dentauá, Petrobras/Galp, ADM e Palmasa, além de outras de menor envergadura, e possuem perspectivas de expansão de área plantada para até 329 mil ha até 2020. Ademais, há também a presença da produção familiar que almeja uma ampliação da sua participação no cultivo do dendê nos 37 municípios que compõem o Nordeste Paraense.

Um dos grandes fomentadores dessa cultura está relacionado à sua utilização como matéria-prima para produção de biocombustíveis, os quais possuem crescente demanda a partir da introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, realizada em 2004, por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).

A partir de 2005, a demanda pelos biocombustíveis ficou mais evidente com a instituição do percentual mínimo de 2 a 5% de adição do biodiesel ao diesel consumido no Brasil até 2013 (BRASIL, 2005). A nível internacional, a busca pelos biocombustíveis é amplificada com o estabelecimento, em 2006, da meta obrigatória de 10% de consumo de biocombustíveis até 2020 no setor de transportes da União Européia e pelo aumento do preço do barril de petróleo ocorrido em meados de 2008. Ademais, temos em 2010 o lançamento do Programa de Produção Sustentável do Óleo de Palma (PPSOP) que visava impulsionar a cadeia de produção do óleo de palma em bases ambientais e sociais sustentáveis e integrada com a agricultura familiar.

Assim, em virtude da conjuntura regional, nacional e internacional, temos aumento na produção de dendê e, em paralelo, temos denúncias relacionadas a impactos desta cultura tanto sobre o preço das terras como, também, sobre a diminuição da produção de alimentos e a contaminação de rios das bacias hidrográficas em que a referida cultura está localizada.

Tanto Nahum e Santos (2013) como Repórter Brasil (op. cit.) relatam a existência de reclamações por parte das comunidades, que vivem no entorno das áreas de cultivo do dendê, sobre problemas ocasionados possivelmente pelos produtos químicos usados no controle de pragas na dendeicultura e que podem estar contaminando os rios.

Portanto, notamos a importância de estudos voltados para analisar o comportamento espacial dos cultivos de dendê e seus impactos tanto sob uma perspectiva social como ambiental, sendo

que os impactos sobre os recursos hídricos têm grande importância por abranger estas duas perspectivas.

Assim, em virtude tanto do contexto de crescente demanda por biocombustíveis como de políticas públicas que reforçam tal atividade na Amazônia e, também, devido os estudos desenvolvidos focarem em áreas de limites políticos, como municípios e mesorregião, há necessidade de análises que levem em consideração a referida conjuntura e que tenham como alvo as áreas delimitadas segundo dinâmicas naturais e/ou sistêmicas, como as bacias hidrográficas.

Nesse sentido, o presente trabalho visa desenvolver análise espacial da dendeicultura na bacia hidrográfica do rio Acará para os anos de 2008, 2010, 2013 e 2015. A partir deste estudo, esperamos responder as seguintes questões: 1- Qual o comportamento espacial da dendeicultura ao longo do tempo analisado na bacia hidrográfica do rio Acará? 2- O comportamento espacial detectado permite indicar possíveis impactos socioambientais da referida atividade na área de estudo?

MATERIAIS E MÉTODOS

Delimitação da Área de Estudo

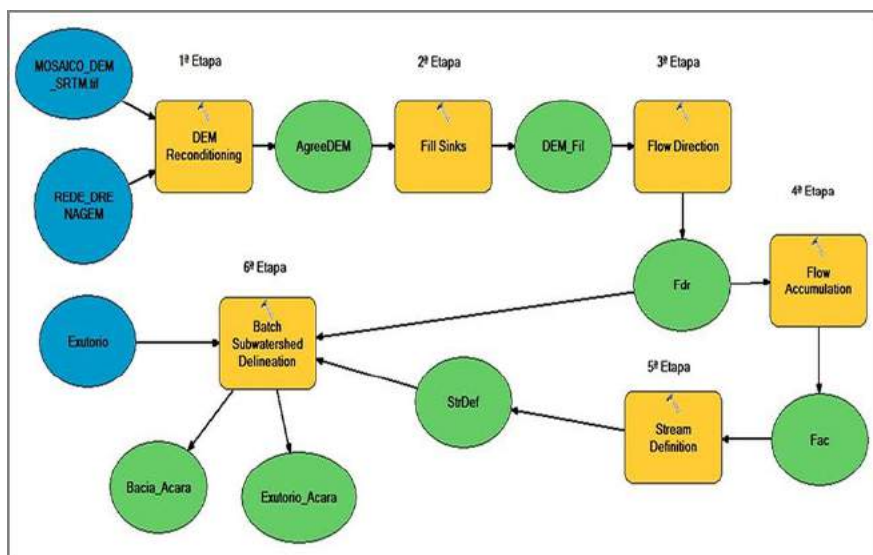
Para a delimitação da área de estudo, a saber a bacia hidrográfica do rio Acará, realizamos o procedimento de delimitação automática de bacias hidrográficas usando a rede de drenagem, em formato vetorial, e imagens de modelo digital de elevação (MDE) que recobrem a área de estudo.

Assim, tivemos os seguintes dados de entrada: rede de drenagem, produzida a partir da união do tema de trecho de drenagem de 16 cartas topográficas vetoriais na escala 1:100.000, obtidas na página eletrônica do Banco de Dados Geográficos do Exército (disponível em:

<http://www.geoportal.cb.mil.br/mediador/>), e a imagem MDE, a qual é resultante do mosaico de 09 cenas da missão Shuttle Radar Topography Mission (SRTM) com resolução espacial de 30 metros obtidas na página eletrônica do Serviço Geológico dos Estados Unidos da América (disponível em: <http://earthexplorer.usgs.gov/>).

Os referidos dados foram obtidos referenciados ao DATUM WGS-84 e os processamentos para delimitação da área de estudo foram executados no Software para SIG ArcGIS 10.2.2 por meio da extensão ArcHydro Tools seguindo a rotina expressa no fluxograma abaixo (Figura 1).

FIGURA 1 – Fluxograma de Processamento para Delimitação da Área de Estudo



Fonte: Org. dos Autores.

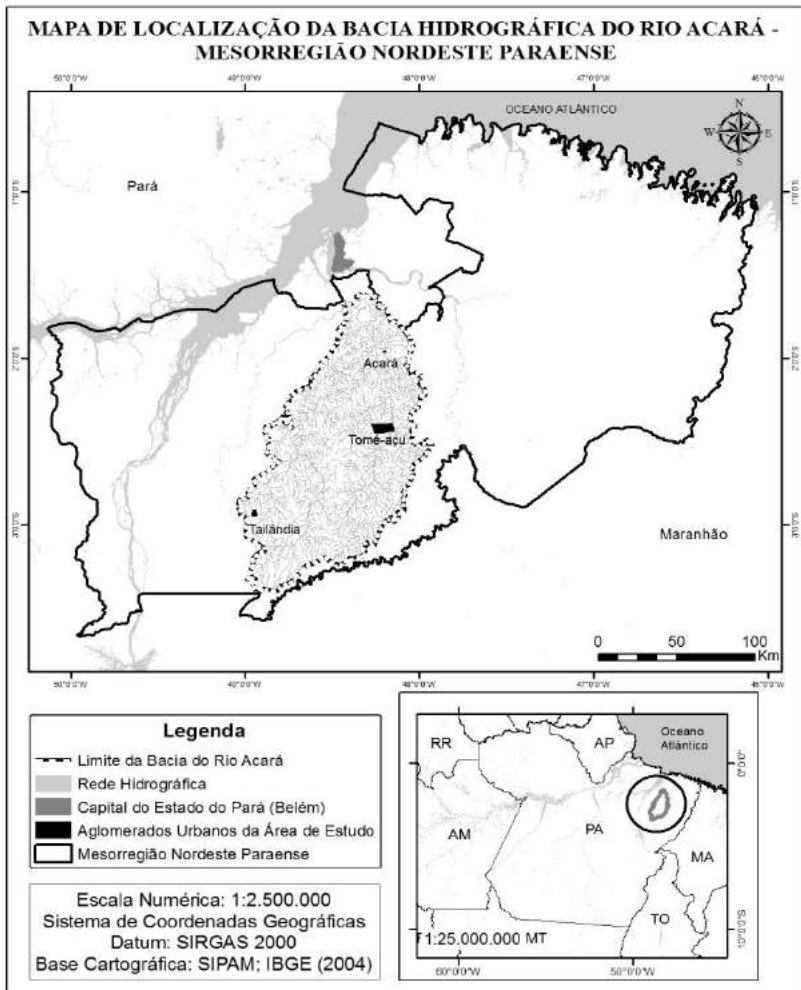
Levando em consideração o fluxograma metodológico, tivemos a delimitação da área de estudo ao final de 06 etapas: 1- aprofundamento dos valores dos pixels do MDE usando o valor de -

1.000 metros e levando em consideração a localização da rede de drenagem, o que gera um MDE hidrológicamente consistente (MDEHC), com pixels tendo valores negativos onde há a interseção com os vetores de drenagem; 2- correção das depressões espúrias por meio do ajuste dos valores de elevação do MDEHC para gerar a direção de fluxo da rede de drenagem de modo coerente; 3- geração da imagem de direção de fluxo que representa a direção predominante do fluxo da rede de drenagem em cada pixel; 4- produção da imagem de acumulação de fluxo que representa o valor acumulado de pixels a montante do pixel em questão; 5- geração da imagem da rede de drenagem baseada no valor de limiar de 1.750 pixels, o que gerou uma rede de drenagem similar àquela em formato vetorial obtida a partir das cartas topográficas; 6 – delimitação automática da bacia do rio Acará a partir da indicação do seu exutório e do processamento das imagens de rede de drenagem e de direção de fluxo.

A área de estudo compreende os municípios de Acará, Tailândia e Tomé-Açu, os quais estão entre os 10 principais municípios produtores de dendê no Pará. Classificação obtida a partir dos dados de quantidade de dendê produzido entre os anos de 1990 e 2014 e divulgados pelo IBGE/Produção Agrícola Municipal. Sua geologia é compreendida por 07 unidades geológicas (aluviões holocênicos; coberturas detrito-lateríticaneogênica, paleogênica e pleistocênica; cobertura sedimentar do baixo Tocantins; formação Ipixuna e grupo Barreiras) e a geomorfologia é caracterizada pelas planícies fluviais e pelos tabuleiros paraenses. Já a pedologia da área se restringe a 04 tipos de solos (espodossolo ferrihumilúvico hidromórfico, plintossolo pétrico concrecionário, gleissolo háplico Tb distrófico e latossolo amarelo distrófico) e a vegetação original diz respeito às florestas ombrófilas densas aluviais e das terras baixas (IBGE, 2007).

A Figura 2 ilustra a localização da bacia hidrográfica do rio Acará, pertencente à mesorregião do Nordeste Paraense.

FIGURA 2 – Mapa de Localização da Área de Estudo.



Fonte: Os autores.

Em relação ao uso da terra, realizado principalmente nas áreas antropizadas, há na bacia do rio Acará o predomínio dos

seguintes usos: cultivos permanentes e temporários diversificados; extrativismo vegetal em área florestal; frutos secos (coco) e oleaginosas permanentes (dendê); pecuária de grande porte e reflorestamento (IBGE, 2013). No tocante aos aspectos climatológicos, a área de estudo está inserida predominantemente, segundo classificação proposta por Nimer (1979) e sistematizada por IBGE (2006), na zona equatorial quente e úmida com temperaturas acima de 18° C em todos os meses e com 1 a 2 meses secos, sendo que a precipitação média anual é compreendida entre 1.800 e 2.300 mm (MORAES et al., 2005).

Mapeamento do dendê

As imagens utilizadas no mapeamento dos plantios de dendê são oriundas dos satélites Landsat 5 (sensor TM – Thematic Mapper) e Landsat 8 (sensor OLI - Operational Land Imager). A Tabela 1 abaixo lista as imagens utilizadas para o mapeamento

TABELA 1 – Imagens utilizadas dos satélites Landsat 5 e 8 e suas respectivas datas de aquisição

| Órbita/Ponto | Satélite | Data de aquisição |
|-------------------------|-----------------|--------------------------|
| 223/061 e 223/062 | Landsat 5 | 13/07/2008 |
| | Landsat 5 | 03/07/2010 |
| | Landsat 8 | 27/07/2013 |
| | Landsat 8 | 02/08/2015 |

Fonte: Os autores.

Foram realizadas composições coloridas das cenas para cada data de aquisição com o agrupamento das bandas no formato R5G4B3 para o Landsat 5 e R6, G5, B4 nas cenas do satélite Landsat 8. Optamos por utilizar somente as bandas do infravermelho médio,







próximo e a banda do vermelho por serem as mais propícias para o mapeamento de uso e cobertura da terra, o que inclui a detecção de cultivos agrícolas como o dendê.

Para auxiliar no mapeamento das áreas de dendê, efetuou-se o processo de realce espacial nas imagens do satélite Landsat 8 através da ferramenta de fusão de imagens *Gram-Schmidt Pan Sharpening* no software para Processamento Digital de Imagens (PDI) ENVI 5.3. A fusão foi aplicada somente nas imagens Landsat 8 em razão destas possuírem uma banda pancromática, a qual não existe no sensor TM do Landsat 5.

O mapeamento das áreas de dendê foi realizado em ambiente multiusuário, no software QGIS 2.12, por meio do gerenciador de banco de dados espacial Postgre/PostGIS, o qual possibilitou o acesso e edição de uma única camada de informação pelos vários técnicos ao mesmo tempo e a definição de regras topológicas que evitaram a interseção dos alvos mapeados, assegurando maior eficiência ao produto gerado.

A execução do mapeamento seguiu metodologia de classificação visual a partir da identificação das características visuais do cultivo de dendê, considerando como principais elementos de interpretação os seguintes aspectos (FLORENZANO, 2002): cor, a qual está relacionada à quantidade de energia refletida vinculada ao canal de cor utilizado (RGB, por exemplo); tonalidade, aspecto relacionado à variação de níveis de cinza que tendem do branco ao preto; textura, que refere-se ao aspecto liso (uniforme) ou rugoso dos objetos em uma imagem e forma, que no caso das áreas de cultivo possuem forma geométrica, comumente retangulares. Tais elementos e características levados em consideração na análise visual dos cultivos de dendê estão apresentados na chave de interpretação abaixo (Tabela 2).

TABELA 2 – Chave de Interpretação do Mapeamento de Dendê

| CLASSES | REPRESENTAÇÃO MATRICIAL | REPRESENTAÇÃO FOTOGRÁFICA |
|--|---|---|
| <p>Plantio de Dendê Estágio Inicial</p> <p>Feição relacionada às áreas de plantio recente do dendê. Tem as seguintes características: cor magenta e verde claro, tonalidade média, textura lisa e áreas regulares bem definidas (talhões e estradas).</p> |  |  <p>(Foto: Joana Ferreira)</p> |
| <p>Plantio de Dendê Estágio Médio</p> <p>Feição característica de áreas de dendê com aproximadamente 4 anos de plantio. Possui cor verde clara, tonalidade clara, textura lisa à pouco rugosa e com formas regulares bem definidas (talhões e estradas).</p> |  |  <p>(Foto: Raimundo Rocha)</p> |
| <p>Plantio de Dendê Estágio Avançado</p> <p>Feição relativa às áreas de dendê com tempo de plantio acima de 8 anos. Possui cor verde clara, tonalidade média, textura lisa à pouco rugosa e com formas regulares bem definidas (talhões e estradas).</p> |  |  <p>(Foto: Raimundo Rocha)</p> |

Fonte: Os autores.

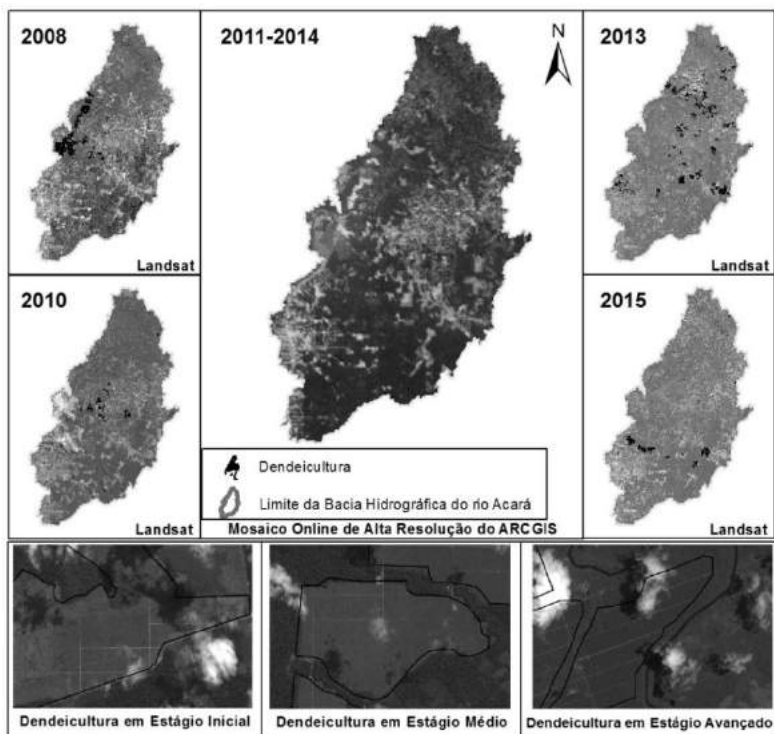
Validação dos dados

Para validação e refinamento dos dados mapeados foi utilizado o mosaico de imagens de alta resolução disponível via web service do SIG ARCGIS/ARCMAP, o qual disponibiliza camada raster global com alta e altíssima resolução espacial. Assim, os refinamentos e a validação foram executados a partir da interpretação visual dos cultivos de dendê em diferentes estágios de desenvolvimento. Vale ressaltar que, em relação aos limites dos polígonos de dendê mapeados, levamos em consideração os limites

visualizados nas imagens mais recentes, podendo ser as imagens dos satélites Landsat ou o mosaico online do ARCGIS/ARCMAP.

A Figura 3 apresenta as imagens Landsat referentes aos anos 2008, 2010, 2013 e 2015 utilizados para o mapeamento das áreas de dendê na bacia hidrográfica do rio Acará e, ao centro, temos o mosaico online de imagens de alta resolução do ARCGIS/ARCMAP, que serviram como base para efetuar a validação e refinamento dos dados gerados.

FIGURA 3 – Imagens utilizadas para mapeamento e validação dos plantios de dendê



Fonte: Os autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Comportamento Espacial

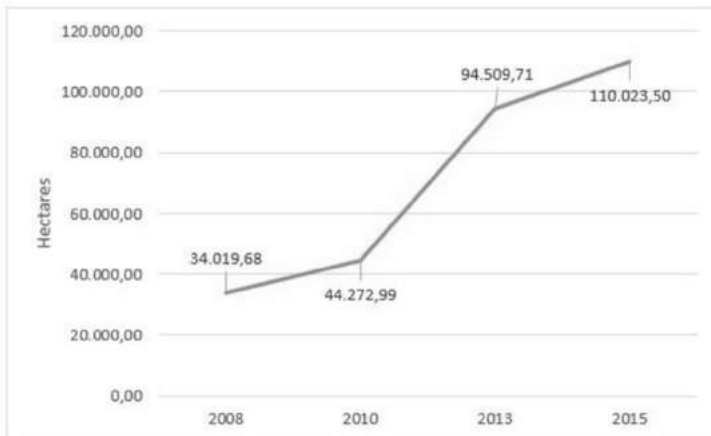
A bacia hidrográfica do rio Acará possui uma área de 1.358.413,10 hectares, dos quais 110.023,50 ha estão ocupados pela dendeicultura, o que representa 8,09% da área da bacia. Destaca-se que os percentuais de cultivo do dendê identificados nos anos analisados foram: 2,50% (2008); 0,75% (2010); 3,70% (2013) e 1,14% (2015).

No ano de 2008, ano base de referência das análises, foram identificados 27 polígonos em 34.019,68 hectares, os quais demonstram uma concentração da dendeicultura na porção centro-oeste da bacia, região pioneira de surgimento da referida cultura. Em 2010, constatamos 24 novos plantios, totalizando 10.253,31 hectares, com uma expansão da cultura de dendê contígua ao observado em 2008 e concentrando-se na parte central da bacia.

No ano de 2013 temos o mais expressivo aumento da dendeicultura, tendo 130 polígonos e 50.236,72 hectares mapeados e distribuídos por toda a área da bacia do rio Acará, com exceção dos seus extremos norte e sul. Vale ressaltar que, para o ano de 2013, Lameira et al. (2015) mapearam 146.611 hectares de dendê em 37 municípios do Nordeste Paraense, que ocupam cerca de 5.960.000 hectares e englobam a área de estudo deste artigo, o que possibilita inferir que 34,2% da expansão do dendê mapeado entre 2010-2013 estava concentrado apenas na Bacia de estudo, que representa apenas 22% do Nordeste Paraense.

Em 2015, último ano de análise, observamos a ocorrência de 29 novas áreas de dendê que perfazem um total de 15.513,79 hectares e estão agrupadas na porção centro-sul. A Figura 4 apresenta a evolução temporal da área ocupada pela dendeicultura.

FIGURA 4 – Evolução da Área Ocupada pela Dendeicultura

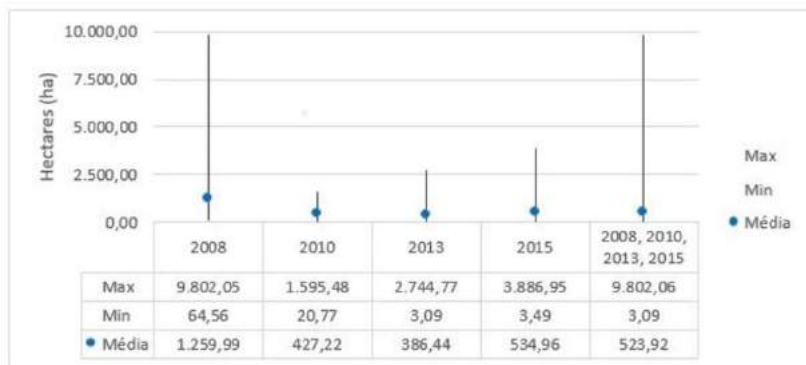


Fonte: Os autores.

A partir dos dados apresentados, observamos que a área da dendeicultura teve um contínuo crescimento que atingiu a ordem de 323% de aumento para todo o período analisado (2008-2015), sendo que o intervalo de 2010-2013 é o de maior crescimento com uma taxa de 113%, o que indica possível reflexo do PPSOP na área de estudo neste período, pois o referido programa visava fomentar a expansão da dendeicultura empresarial e a inclusão de produtores da agricultura familiar à cadeia produtiva do óleo de palma.

Na Figura 5 podemos visualizar os resultados obtidos para os parâmetros com valores de área (ha) mínima, média e máxima, por polígono mapeado.

FIGURA 5 – Valores de Área Máximas, Mínimas e Médias dos Polígonos

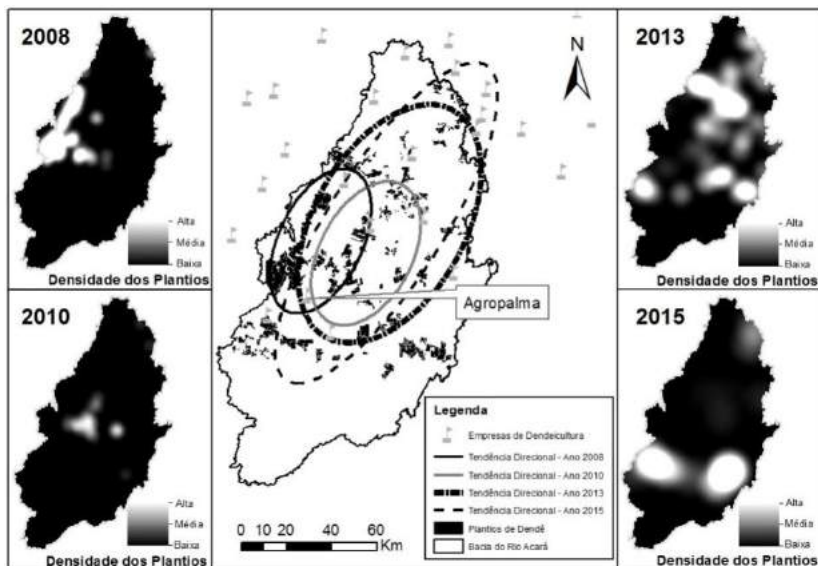


Fonte: Os autores.

Com base na Figura anterior, percebemos que o período 2008-2010 tem decréscimo de área dos polígonos para os 03 parâmetros amostrados (máximo, mínimo e média), o que no período 2010-2013 ocorre de maneira inversa para o parâmetro de valor máximo e no período 2013-2015 há aumento em todos os parâmetros. Tais comportamentos reforçam o entendimento da influência do PPSOP na expansão da dendeicultura na área de estudo, tanto para a produção empresarial (aumento dos valores máximos) como na produção familiar (diminuição e suave aumento dos valores mínimos).

No tocante à distribuição/localização dos cultivos mapeados, temos os mapas de densidade dos plantios (Figura 06) que permitem observar 03 padrões espaciais: uma concentração na porção centro-oeste da bacia nos anos de 2008 e 2010; uma dispersão no ano de 2013 no sentido norte-sul e uma concentração principal na porção centro-sul no ano de 2015. Tais comportamentos indicam uma dinâmica de expansão que segue a direção oeste-leste e sudoeste-nordeste, conforme mapa de tendência direcional constante no centro da Figura 6.

FIGURA 6 – Mapas de Densidade e de Tendência Direcional dos Plantios



Fonte: Organizado pelos autores e adaptado de Lameira; Toledo e Vieira (2015).

Conforme, ainda, o mapa central da Figura 6, vemos que o padrão de localização e expansão dos plantios tem ligação com o surgimento e localização das empresas produtoras e beneficiadoras do dendê, as quais tiveram grande expansão passando de 01 empresa (AGROPALMA) em 2008 para 09 empresas até 2015 na área de estudo, sendo que em todo o Polo de Produção do Dendê, definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA em 2010, há 43 empresas produtoras de dendê até 2015 (LAMEIRA; TOLEDO e VIEIRA, op cit.).

A referida ligação, citada acima, tem fundamento na questão de que o dendê é bastante perecível e deve ser beneficiado tão logo seja colhido, o que condiciona as plantações a estarem localizadas próximas dos locais de beneficiamento.

Outra questão importante, que ajuda no entendimento da dinâmica espacial do dendê, diz respeito à distinção das áreas de incremento dos plantios já existentes das demais áreas que sejam somente novos plantios. Para isso calculamos a distância existente entre os polígonos de dendê, o que gerou os valores: 0 metros (distância mínima), 7.005 metros (distância máxima) e 521 metros (distância média), sendo que a distância mínima indica as áreas contíguas que totalizam 30 áreas de plantios.

Das 30 áreas contíguas, 14 são incrementos de plantios realizados principalmente em 2008 e 2010 e que totalizam 8.997,49 hectares, ou seja, as áreas de incremento representam somente 7,94% do total da área de dendê na bacia e, portanto, a dinâmica de expansão do dendê está vinculada principalmente ao aparecimento de novas áreas de plantios não contíguas.

Nesse sentido, descartando as áreas de incremento e levando em consideração o valor de média geral da área de dendeicultura, a saber 523,92 hectares, tivemos a seleção de 92,3% dos polígonos de dendê (194 polígonos), o que indica que a maioria dos polígonos mapeados são plantios que podem estar vinculados a pequenas e médias propriedades rurais, que são imóveis de até 750 hectares, o que na área de estudo equivale a 15 módulos fiscais (BRASIL, 1993). Tal afirmativa está baseada no fato de que o nordeste paraense se encontra bastante desflorestado, o que enseja a ocupação com atividades produtivas em mais de 20% da área territorial das propriedades rurais.

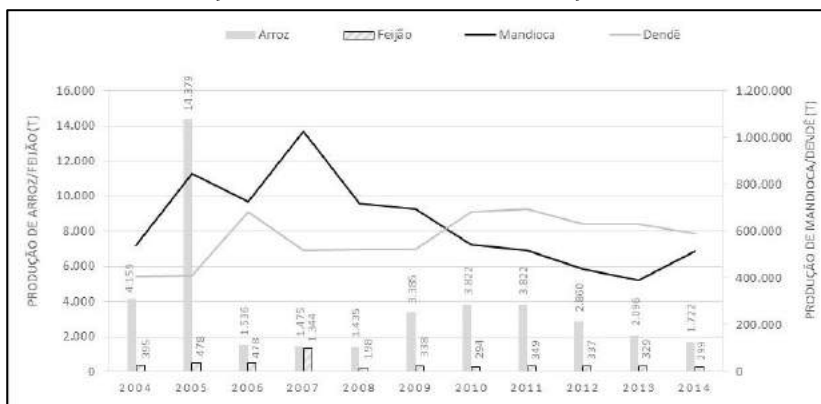
Além disso, verificamos que, em 2008 e 2010, aqueles polígonos representavam 63% e 67%, respectivamente, do total mapeado nestes anos. Já nos anos de 2013 e 2015, temos os percentuais de 78% e 81%, o que indica uma tendência de expansão do cultivo de dendê em pequenas e médias propriedades. Contudo, é importante destacar que como não obtivemos os polígonos de imóveis rurais da área de estudo, não foi possível confirmar se a expansão do dendê está de fato ocorrendo nas pequenas e médias propriedades, o que poderá ser confirmado em estudos futuros.

Possíveis Impactos Socioambientais

Além da dinâmica espacial da dendeicultura, um outro fato a considerar sobre a mesma diz respeito aos impactos que tal atividade pode ocasionar. Nesse aspecto, tanto Nahum e Santos (2013) como Repórter Brasil (2013) e Lameira, Toledo e Vieira (2015) já apontam diversos problemas, tanto sociais (baixa produtividade, concentração de renda, reconcentração de terras, redução na produção de alimentos e perda de autonomia dos agricultores familiares) como ambientais (desmatamentos e contaminação dos rios por agrotóxicos) ligados ao referido cultivo.

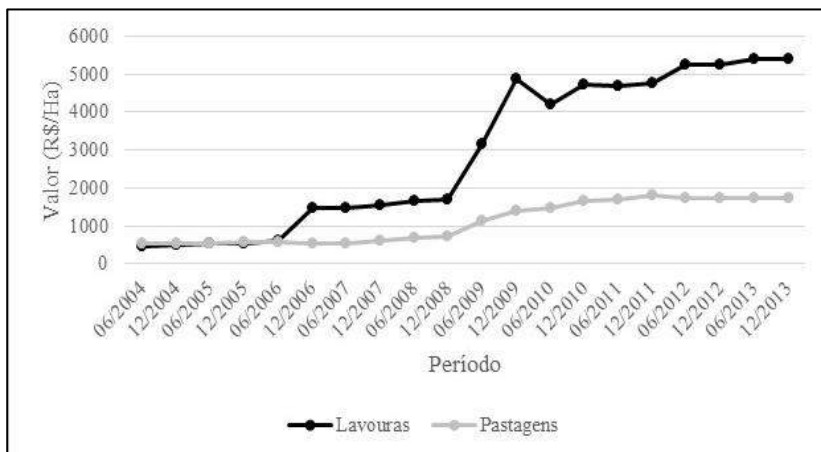
Assim, visando destacar possíveis impactos sociais da dendeicultura na área de estudo temos, abaixo, as Figuras 7 e 8 que demonstram a relação da produção de alimentos com a produção do dendê, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), nos municípios da bacia do rio Acará e a evolução do preço das terras no Estado do Pará, informação produzida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

FIGURA 7 – Produção de Alimentos Básicos X Produção do Dendê



Fonte: Adaptado de IBGE (2014).

FIGURA 8 – Evolução do Preço das Terras no Pará



Fonte: Adaptado de FGV.

Pelo exposto na Figura 7, percebemos que há uma tendência de diminuição na produção de mandioca a partir de 2008 e de arroz desde 2012. Houve, ainda, uma produção pouco variável de feijão, a contar de 2010, e do dendê a partir de 2011. Ademais, notamos que o dendê teve 02 períodos de crescimento de produção (2006 e 2010) nos quais houve redução da produção de mandioca e arroz e quando houve um pico de crescimento da mandioca, em 2007, ocorreu o inverso com o dendê.

Assim, inferimos que há uma relação inversamente proporcional entre a produção de alimentos, em especial da mandioca, e a produção de dendê, o que indica a existência de impactos sobre a produção de alimentos com a expansão da dendeicultura na área de estudo.

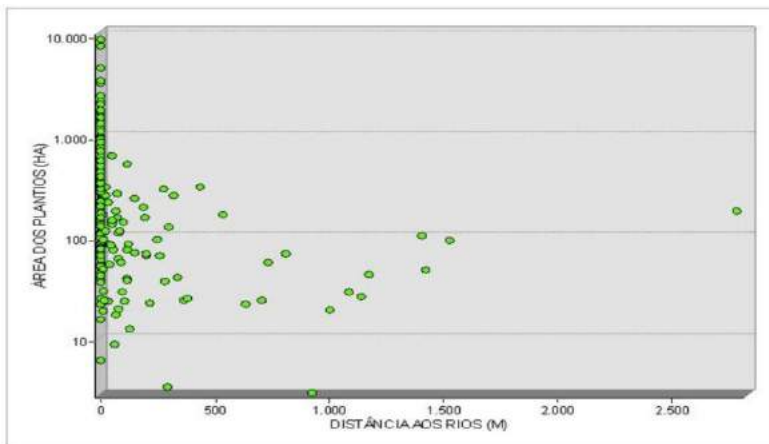
Já a Figura 8 demonstra a grande valorização que a terra voltada para lavouras teve em relação à terra disponível para pastagens, onde desde junho de 2006 a terra para lavouras, que custava R\$ 607,48 reais por hectare, teve um pico de crescimento em torno de 900%, passando a valer R\$ 5.402,04 reais em dezembro de

2013. Já a terra para pastagens teve um crescimento paulatino na ordem de 250% aproximadamente, passando de R\$ 723,47 para R\$ 1.737,70 reais.

A grande valorização, em pouco mais de 7 anos e meio, da terra direcionada para lavouras demonstra a importância que as atividades agrícolas ganharam na economia paraense, o que tem relação direta com a expansão das culturas comerciais como a soja, milho, pimenta-do-reino e o dendê.

Desse modo, apesar dos dados apresentados de preço das terras serem referentes a todo o Estado do Pará, eles indicam a tendência de valorização e, conseqüentemente, concentração da terra propícia à agricultura por quem tem recursos para adquiri-las, o que na área de estudo revela-se como um impacto da expansão do dendê sobre a mesma.

Já em relação a possível impacto ambiental decorrente da dendeicultura, foram calculadas as distâncias dos plantios aos cursos d'água da área de estudo, informação apresentada na Figura 9 abaixo. FIGURA 9 – Distribuição dos Plantios de Dendê e suas distâncias aos rios mais próximos



Fonte: Os autores.

A partir da Figura 9 e dos resultados obtidos, percebemos que a maior parte dos plantios (196) se localizam a menos de quinhentos metros dos rios, sendo que deles temos 148 plantios que estão a menos de trinta metros.

Assim, levando em consideração que a menor faixa de área de preservação permanente (APP) é de 30 metros, temos 70% dos plantios parcialmente inclusos nestas APPs. Tal fato reforça a alegação de que alguns plantios de dendê estão impactando rios da Amazônia, pois, no caso destes plantios em APP, há grande possibilidade de contaminação dos rios com agrotóxicos tanto através da infiltração (o solo predominante nestas áreas é o latossolo amarelo distrófico que é bastante permeável) como pelo escoamento superficial dos mesmos em direção aos rios, já que as APPs são áreas marginais aos rios e, geralmente, possuem declive e são suscetíveis a alagamentos periódicos (áreas de planícies de inundação).

Portanto, a existência de porções de plantios em APPs é um indício de que tal atividade econômica estaria impactando e/ou poderá impactar/contaminar os rios da área de estudo. E, apesar de não termos realizado levantamentos de campo para confirmação do aludido indício, os resultados encontrados indicam uma questão importante a se analisar e monitorar visando evitar e/ou conter a contaminação dos rios da bacia em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados de sensoriamento remoto, imagens de satélites dos últimos 08 anos, foi possível perceber que a dendeicultura na bacia hidrográfica do Rio Acará tem uma dinâmica espacial de contínua expansão das áreas de plantios e estando localizados próximos às empresas produtoras e beneficiadoras do dendê. Tal comportamento revela uma dinâmica espacial que parte de uma concentração dos plantios na porção centro-oeste da bacia nos anos de 2008 e 2010 para uma dispersão no sentido norte-sul em

2013 e, posteriormente, para uma concentração na porção centro-sul em 2015.

Com a expansão da dendeicultura, constatamos a existência de indícios de impactos socioambientais da mesma na área de estudo. Notamos uma relação inversamente proporcional entre a produção de dendê e a produção de alimentos básicos (arroz, feijão e mandioca), pois com o aumento da produção de dendê houve redução na produção dos alimentos citados.

Além disso, verificamos grande valorização, na ordem de 900%, do preço das terras agrícolas do Estado do Pará, no período 2004-2013. Tal valorização revela a grande importância econômica que as lavouras comerciais estão tendo e como o dendê é a principal lavoura comercial na área de estudo, o mesmo ocasiona impacto com a elevação do preço das terras agrícolas. Ademais, como a informação sobre o preço das terras vai até o ano de 2013 e, em 2015, a dendeicultura continua a expandir, o impacto do dendê sobre o preço das terras agrícolas deve permanecer.

Outro indício de impacto do dendê diz respeito à possibilidade de contaminação/poluição dos rios pelos agrotóxicos usados na dendeicultura, o que é reforçado pela constatação que partes dos plantios estão inseridos em APPs. É importante destacar que a dinâmica espacial de expansão mostra uma concentração dos plantios no médio e alto curso dos rios da bacia do rio Acará, o que pode aumentar o risco de contaminação/poluição se houver crescimento da ocupação de APPs pelos plantios.

A crescente expansão da dendeicultura na bacia do rio Acará no período investigado possui relação direta com a política do governo federal para a criação da matriz energética dos biocombustíveis, favorecida ainda pelos estudos do zoneamento agroecológico feito pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que indicou o nordeste paraense como uma das regiões da Amazônia mais propícias ao desenvolvimento da referida cultura.

Porém, além de estudos que auxiliam o desenvolvimento da cultura do dendê, há a necessidade de outros que avaliem a sua dinâmica relacionada ao uso e cobertura da terra e permitam otimizar o monitoramento e fiscalização de impactos socioambientais decorrentes da mesma. Outrossim, em virtude de a área de estudo concentrar mais de 65% de toda a área plantada de dendê no nordeste paraense, entendemos ser de grande importância a criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Acará, pois é uma instituição que funciona como unidade de planejamento e gestão integrada, possuindo competências para arbitrar, em primeira instância, os conflitos relacionados aos recursos hídricos e desenvolver ações voltadas ao gerenciamento da quantidade e qualidade da água da bacia.

REFERÊNCIAS

BASTOS, T. X. et al. Zoneamento agroclimático e de riscos climáticos para o cultivo do dendezeiro no Estado do Pará. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2008.

BRASIL. Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 fev. 1993.

_____. Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 jan. 1997.

_____. Lei 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

CÂMARA, G. et al. Análise espacial e Geoprocessamento. In: DRUCK, S. et al. (Ed. Tec.) Análise espacial de dados geográficos. Planaltina, DF: Embrapa, Cerrados, 2004.

MORAES, B. C. de; et al. Variação espacial e temporal da precipitação no Estado do Pará. Acta Amazônica. Manaus, vol.35, no. 2, p. 207-214, Jun 2005.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. dos. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia Paraense. ACTA Geográfica. Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p.63-80.

NIMER, E. Um modelo metodológico da classificação de climas. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, n. 4, ano 41, p.59-89, out/dez 1979.

REPO
elemer
no no
Agrocombustíveis, 2013. Disponível em:
<<http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>>.

Acesso em: mai. 2016.

ROSA, R. Geotecnologias na geografia aplicada. Revista do Departamento de Geografia, v. 16, p. 81-90, 2005.

SOARES, R. P. Dendê: Evolução e Perspectiva da Dendeicultura Nacional. Agroanalysis (FGV). Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, p. 19-25, jun. 1985.

TERRITÓRIO AMAZÔNICO E GLOBALIZAÇÃO: POTENCIAIS RISCOS ÀS RIQUEZAS NATURAIS PARAENSES A PARTIR DOS GRANDES PROJETOS¹

Gláucia Rodrigues Nascimento MEDEIROS²

Marcus Vinicius Batella MEDEIROS³

INTRODUÇÃO

Atualmente a Amazônia possui um tipo de política econômica perigosa em relação aos bônus e aos ônus gerados, em especial aos territórios amazônicos. Tal crítica se fundamenta quando se convergem os impactos realizados em municípios por meio de empresas com atividades de exploração dos recursos naturais, em municípios compostos com altos índices de riquezas em seus solos e subsolos, incluindo os dados divulgados em relatórios e resultados coletados em sites oficiais tais como: Secretaria do Tesouro Nacional, Departamento Nacional de Produção dos

¹ O presente artigo é fruto da pesquisa científica desenvolvida pelo Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Graduação em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá (2010), MBA em Gestão de Pessoas também pela Universidade Estácio de Sá (2013), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2016), atualmente doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará, Pesquisadora pelo Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA), Bolsista Capes. E-mail: glaurn@uol.com.br

³ Graduação em Engenharia Elétrica (ênfase em Computação) pela Universidade Estácio de Sá, Pós-Graduação (especialização) em Internet pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Mestrado em Engenharia de Defesa - Comunicações e Inteligência em Sistemas de Defesa pelo Instituto Militar de Engenharia (Conceito CAPES 4). Experiência profissional em Infraestrutura de Redes de Computadores, Gestão de Tecnologia da Informação, Administração de Sistemas de Informação e Gestão da Administração. E-mail: marcus.medeiros@uol.com.br

Recursos Minerais (DNPM), com os resultados divulgados em estudos de indicadores de desenvolvimento humano do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, realizado em parceria pelo Programa das Nações Unidas (PNUD), Fundação João Pinheiro do Governo de Minas Gerais e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), acrescentando também aos Índices de Vulnerabilidade Humana do estado do Pará realizado pelo IPEA, juntamente com os resultados divulgados pelo IBGE, referente aos dados do PIB e da pobreza, bem como a análise dos dados coletados nos relatórios referentes à economia municipal e estadual.

As atividades econômicas no estado do Pará, que são realizadas através dos Grandes Projetos, possuem em seu escopo, indicadores que sugerem estar em conformidade com as leis vigentes, talvez por possuírem grande potencial predatório. A preocupação levantada no referente artigo se sustenta no tipo de atividade exercida por tais atividades econômicas, tendo em vista não possuírem grandes barreiras legais ou limitadores de produção, relacionado à velocidade e intensidade de exploração dos recursos naturais no Meio Ambiente em especial, em território paraense. Tal intensidade vem destruindo ecossistemas, causando diversos danos socioeconômicos, potencializando conflitos, não visando à distribuição de riquezas, pois o objetivo principal das empresas geradoras dos referidos impactos negativos se resumem apenas aos números gerados (lucros).

A afirmação supracitada se sustenta no declínio dos resultados apresentados nos estudos dos índices de desenvolvimento socioeconômico, em governos que não possuem em sua governança as adequadas políticas públicas, personalizadas às reais necessidades demandadas pelas populações impactadas, devido à falta ou à ineficiência no planejamento de seus gastos públicos e insuficiente ordenamento territorial, onde não conseguem regular adequadamente suas receitas e despesas, causando várias outras complexidades, ano após ano, realidade que vêm se agravando em

diversos municípios do Brasil, colapsando ainda mais a economia nacional.

Embora a Amazônia, em especial a Oriental, possua elevados valores incrementados às receitas públicas, principalmente nos municípios possuidores de grandes projetos, através da arrecadação de impostos, taxas e contribuições, tais cidades possuidoras desses projetos contam diretamente para a sua gestão, com os recursos advindos das compensações financeiras, em especial, da exploração de recursos naturais finitos, servindo como ignição impulsionador de receitas públicas municipais destinadas às sociedades impactadas. Embora possuam valores expressivos aos cofres públicos, de maneira geral, os municípios possuidores de grandes projetos, não conseguem representarem qualidade à população impactada na mesma proporção, as riquezas naturais exploradas, o desenvolvimento socioeconômico esperado e devido. Pelo contrário, seus indicadores de desenvolvimento humano apresentam quase sempre, baixos índices de investimentos, acarretando elevados índices de pobreza social e economia pobre, decorrente da baixa qualidade de vida das populações impactadas, agravando ainda mais os percentuais de subdesenvolvimento social, fator que intensifica a insustentabilidade e precarização do desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A PARTIR DOS GRANDES PROJETOS

É possível analisar tal realidade não somente nos indicadores de desenvolvimento humano, bem como em visitas técnicas em campo e em constantes reportagens que denunciam o caos socioeconômico vivido em municípios paraenses, tais como: Parauapebas, Barcarena, Oriximiná, Ipixuna, Tucuruí entre outros, onde os elevados montantes arrecadados são decorrentes de grandes projetos, que em vez de melhorarem sua qualidade de vida municipal, principalmente no desenvolvimento dos indicadores da

saúde e da educação, por exemplo, anualmente vêm amargando baixa qualidade nos serviços e estrutura dos referidos setores.

Vale ressaltar que tais setores possuem extrema importância em qualquer indicador de qualidade de vida populacional, sendo utilizado como uma das referências no Brasil e no mundo. Os baixos resultados se tornam os principais gargalos, identificados desde sempre, inclusive sendo motivo para encontros e criação de programas internacionais constituído por diversos países no mundo, cujo um dos focos, além da proteção ambiental mundial, se refere à erradicação da pobreza humana onde o Brasil foi sede de dois desses encontros que ocorrem a cada 20 anos. Dentre as complexidades observadas e analisadas, se pode citar: o aumento da vulnerabilidade humana, o aumento da desigualdade social, o analfabetismo, o desmatamento, entre outros. Problemas esses que ocorrem não somente nos municípios compostos por grandes projetos, mas na maioria dos municípios não somente do país, mas nos países em desenvolvimento.

Tal característica de baixo desempenho qualitativo municipal não se restringe apenas às atividades de exploração mineral, ocorre na maioria dos municípios sedes de grandes projetos. Tendo em vista o grande volume de informações e complexidades, o presente artigo se restringirá à análise territorial na Amazônia, mais precisamente na Amazônia Paraense, devido os potenciais riscos às riquezas naturais decorrentes das atividades exploratórias dos grandes projetos destinados ao mercado global.

Tais potenciais riscos supracitados se referem às potencialidades encontradas e perpetuadas na gestão pública decorrente de ações ilícitas, onde nos últimos anos vêm estampando capas de jornais no Brasil e no exterior, muito comumente através de desvios de recursos públicos financeiros por intermédio de grandes construtoras em obras superfaturadas ou inexistentes, licitações fraudulentas, cobranças de propina, acordos realizados na clandestinidade, onde nos últimos anos o mundo tem testemunhado vultuosos esquemas globais de corrupção, em diversos segmentos

essenciais para o desenvolvimento humano e aumento da qualidade de vida em qualquer nação no mundo, destinados à saúde, educação, infraestrutura, previdência social, assistência social, esportes, segurança pública, tecnologia e inovação, entre outros.

No que se refere aos grandes projetos na Amazônia Paraense, constantemente têm se divulgado esquemas de corrupção, nos projetos em Hidroelétricas, a exemplo de Belo Monte, no Agronegócio, em obras em ferrovias, entre outros projetos, deflagrados a partir de desastres ambientais ou em investigações criminais em curso, ou quando se tenta analisar qualitativamente os resultados dos investimentos dos altos valores arrecadados no estado. Algo que não se pode ignorar é que no Brasil não faltam recursos públicos financeiros para a saúde, educação, infraestrutura e o meio ambiente, prova disso são as divulgações em relatórios sobre os montantes arrecadados mensalmente pelo Estado pode-se incluir a segurança pública neste rol de prioridades. Outro termômetro que não deve ser ignorado em relação aos valores arrecadados se refere aos números levantados pelas investigações em curso, sempre na casa de bilhões de reais. A pergunta que a população deve fazer referente aos recursos advindos das compensações e arrecadações financeiras é: porque os Grandes Projetos não conseguem potencializar verdadeiramente e sustentavelmente desenvolvimento territorial das sociedades impactadas?

Vale ressaltar que a Amazônia Paraense possui hoje diversos projetos de alto impacto, ou seja, possui atividades de exploração econômica, capazes de impactar negativamente as relações com a natureza, entre as pessoas, entre pessoas e empresas, tendo em vista que o Brasil possui como seu “carro chefe” atividades primárias, tanto no setor energético estratégico quanto na agricultura. Tais questionamentos se sustentam, no momento em que se analisa o passado de nosso país, onde as atividades econômicas observadas principalmente as atividades voltadas à exportação apresentam convergências no *modus operandi* das atividades econômicas vigentes, se diferenciando apenas em relação ao produto comercializado e aos

aparatos tecnológicos utilizados, em especial nas atividades produtivas desenvolvidas na região amazônica.

Desde os primórdios, as atividades econômicas na região amazônica possuem as mesmas práxis de domínio, quase sempre, sancionada pela esfera federal, deixando estados e municípios apenas com o “cumpra-se”, muito comum em projetos de leise emendas constitucionais, principalmente no que tange ao uso e apropriação de terras, relações de poder (centralização), desconsideração dos povos tradicionais existentes na região, a natureza vista e tida como mercadoria, entre outros, ou seja, a história se repete ano após ano, década após década e infelizmente século após século.

Já nos primeiros dias do ano de 2018 é possível observar que o Governo Federal tem se tornado cada vez mais centralizador, se apresentado de maneira mais forte e mais presente no que tange o poder decisório referente às riquezas naturais estratégicas, mas não se pode confundir centralização com eficiência no planejamento e gestão pública, destinada à gestão para a sociedade.

Tal idealização é factível no momento que a administração pública assim desejar e efetivar ações para a realização das complexidades exigidas nas sociedades modernas, conforme salientado por Mozzicafreddo (2017):

A administração pública pode aprofundar a sua função de ser um serviço público disponível e eficaz para servir o público, isto é, os usuários, os clientes e os cidadãos, em suma, os contribuintes. Servir o público é diferente de administrar o público, que é também uma função da administração pública, mas administrar confunde-se, às vezes, com administrar-se a si própria, tornar-se autônoma, alheada e estranha ao serviço público (p. 20).

Conforme o autor, a administração pública em tempos atuais vem se mostrando de maneira despótica e tirânica e em muitos casos acaba se transvestindo de resultados destinados ao povo, visando encobrir as verdadeiras ações e intenções políticas. Tais resultados

acabam se figurando completamente distantes do “bom para todos”, onde a médio e a longo prazo se apresenta bons apenas para uma parte dos atores envolvidos, que neste caso se refere aos grupos que possuem o poder econômico e decisório, ou seja, o poder centralizador, muito comum em decisões destinadas à Amazônia, principalmente quando o intuito se refere à exploração de um recurso natural, ou qualquer tipo de atividade econômica, onde a motivação tenha surgido externamente à região, onde os gestores públicos esquecem que a gestão pública engloba a gestão para o público, em prol do público, servindo aos interesses do público, para resolver problemas públicos, garantindo de forma eficiente e eficaz a melhor solução para o público, conforme deveria ser a base de um país democrático de direito.

Mas tanto os atores sociais quanto as empresas responsáveis pelos grandes projetos não questionam o destino dos recursos advindos dos grandes projetos e destinados à população impactada, recursos esses ordenados pelo Estado. Tais informações possuem grande relevância e são capazes de viabilizar, um melhor destino de investimentos aos setores, em especial os municipais, nos setores mais fragilizados e necessitados em melhorar os indicadores de desempenho nos índices de qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

A falta de resultados claros dificulta a avaliação dos resultados, se tornando regra em muitas gestões territoriais. Quando se realiza análises na administração pública, seja na esfera municipal, estadual ou federal, principalmente em municípios que recebem royalties, por exemplo, a ineficiência na prestação de contas ofusca a transparência das ações, ou seja, veiculação dos resultados através dos administradores públicos, no que se refere: em quais ações, quanto custou, quem foram os beneficiados, quais foram os resultados esperados e quais foram obtidos e a periodicidade de aplicação dos referidos recursos públicos provenientes das arrecadações. A falta desses resultados prejudica a análise da eficiência e eficácia dos referidos projetos, impedindo que

pesquisadores, por exemplo, analise quais são os pontos fortes e fracos dos mesmos.

Devido à falta de informações mínimas, se torna impossível uma fiel análise dos resultados dos projetos realizados em prol da sociedade, tanto de pesquisadores quanto da própria população beneficiada, inviabilizando também uma possível gestão participativa sobre o destino dos recursos a serem implementados nos territórios, pois a população constantemente é impedida de opinar sobre o sucesso, insucesso e escolha dos projetos selecionados para receber tais investimentos. Conseqüentemente e fatalmente, a população impactada, não sentindo nenhuma melhoria em sua qualidade de vida, acaba por vezes cobrando mais e mais das empresas presentes na região, e tais empresas pressionadas pela opinião pública e pressão do Estado, constantemente realiza ações que muitas vezes, se referem a obrigações deste mesmo “Estado”, que estrategicamente se posiciona de forma “ausente” não suprindo as necessidades básicas e imediatas de sua própria população onde infelizmente a médio e a longo prazo deixa a administração pública em situação, de certa forma confortável, pois conseguem transferir para as empresas presentes nestes territórios responsabilidades socioeconômicas e ambientais que eram inerentes à administração pública.

Para Mozzicafreddo (2017):

Todavia, a administração pública é uma instituição que fornece serviços públicos cuja estrutura efetua a mediação entre o Estado e o sistema político e o indivíduos, as empresas, as organizações e as redes sociais: o seu papel marca a diferença na legitimidade do sistema, para melhor ou pior, na proximidade entre serviços e cidadãos para os quais estes contribuem e, ao mesmo tempo, entre o sistema político e a democracia. O desafio está, precisamente, em encontrar o equilíbrio entre ambas situações de forma a inovar na resposta aos problemas que ensombram a matriz básica da administração pública e, em consequência, na confiança no sistema democrático (p. 20).

Ainda de acordo com o autor, a administração pública em muitos casos não vem conseguindo tais gerenciamentos qualitativos. Pelo contrário, vem se apresentando de forma ineficiente, devido à diminuição da ação do Estado em ações que são de sua competência. Devido à falta de investimentos destinados ao socioeconômico, os baixos índices de qualidade de vida apresentados nos relatórios municipais em grande parte das regiões do Brasil, se associam à qualidade e quantidade de serviços e equipamentos públicos destinados às populações, onde ano após ano é possível mensurar o caos vivido e sentido pelas populações brasileiras, em especial em serviços vitais para o aumento da qualidade de vida humana, principalmente em populações mais carentes e necessitadas. Tais resultados não somente nacionais quanto internacionais, vêm se mostrando altamente impróprios, de baixa qualidade e insuficientes para as demandas levantadas, retrato vivido também em municípios que possuem elevadas arrecadações e compensações financeiras conseqüentemente, acarretam e incrementam as pressões conflituosas a partir dos atores sociais, se intensificam gerando ainda mais descontentamento por parte dos menos privilegiados que se encontram às margens dos grandes projetos, sofrem todos os impactos negativos e infelizmente só ficam com ônus gerado pelos grandes projetos, observando apenas como “platéia” suas riquezas se esvaindo e a natureza sucumbindo.

Se faz necessário, realizar uma análise mais profunda sobre qual parte interessada não está cumprindo seu papel socioeconômico, incrementando ainda mais os impactos negativos vividos na sociedade impactada, pois não se pode esquecer que as empresas geradoras desses impactos, embora fiquem com grande parte do bolo (lucros), mensalmente recolhem seus dividendos aos cofres públicos, traduzidos em impostos e compensações financeiras, devido aos grandes impactos causados nos territórios explorados. Vale ressaltar que os valores pagos pelas empresas são altíssimos, capazes de gerar receitas milionárias aos cofres públicos a partir de impostos diretos e indiretos, e que muitas vezes, são

realizados em municípios possuidores de demografia, fazendo aumentar os questionamentos sobre o “porquê” tais receitas não são capazes de aumentar o desenvolvimento socioeconômico em municípios na Amazônia Oriental, mesmo quando esse território possuem grandes projetos e grandes riquezas, aumentando as críticas sobre a capacidade de gestão pública dos governantes, fomentadas através de artigos e pesquisas de representantes de classes e pesquisadores, que questionam incessantemente sobre quais seriam os bônus territoriais em se ter um grande projeto na Amazônia Paraense.

A AMAZONIA PARAENSE A PARTIR DAS CONCEPÇÕES GEOGRÁFICAS

De acordo com diversos autores, tais como Edna Castro (2005), a convergência referente às motivações individuais e de determinados grupos econômicos se diferencia apenas no espaço temporal, ou em alguns casos, apenas repassando o poder para seus rebentos, muito comum na região norte do Brasil, movimento denominado oligarquia⁴.

Para Castro (2005) se faz necessário entender o raciocínio que motiva e move as ações dos atores envolvidos no processo decisório, independente se são indivíduos ou grupos, devendo analisar todo processo que antecede ao movimento realizado propriamente dito, principalmente aqueles que envolvem atividades econômicas que impactam ao meio ambiente, pois, tais movimentos estão imbricados aos processos e motivações políticas, ou seja, se transformam em redes de influências e interesses, criando uma nova

⁴ Segundo o Dicionário Michaelis, se refere a um regime político, onde o poder é comandado por um grupo ou facção em exercício do poder, se tornando restrito às pessoas que pertencem a um mesmo partido, classe ou família, que visa governar conforme seus interesses. Tal poder se transforma em uma ferramenta importante e eficaz para influenciar decisões, acordos e ações.

área de domínio, que no caso da Amazônia se sobrepuja às necessidades globais em detrimento das necessidades locais.

(...) entender a racionalidade dos atores e as motivações, individuais e de grupo, que subjazem às principais causas do avanço de atividades econômicas e do desflorestamento, a partir da análise das estratégias socioespaciais dos principais atores sociais e agentes econômicos presentes nas novas áreas de fronteira. Revela os mecanismos presentes na relação entre os interesses dos agentes econômicos e os processos políticos. Examina ainda como se constroem as redes que integram o local e o global, definindo as tendências da ação do mercado globalizado na região (CASTRO, 2005, p. 5).

Para Castro (2005), a alteração espacial que se presencia hoje na Amazônia é resultado de mudanças estruturais realizadas ao longo dos anos, principalmente na diferenciação do uso da terra, bem como nos valores estruturais do que reconhecemos como propriedade, fatores imprescindíveis para o entendimento do que seria a globalização e suas dinâmicas. Para a autora, o entendimento de tais processos se torna importante quando se busca encontrar e analisar em sua totalidade os links deixados pelas conexões, onde na Geografia se entende por nós nas redes. Tais “nós” são vistos e sentidos em diversas categorias da Geografia, tais como: o “lugar”, pois ele é uma das possibilidades em se observar as ações que modificam os espaços, as paisagens, as regiões e os territórios, o modo de ver ou considerar as coisas, possibilita direcionar qual seria efetivamente o ponto de vista a ser observado.

Para Santos (2006) as alterações são realizadas no espaço geográfico, construídos a partir de uma concepção como sendo um conjunto de fixos e fluxos, capazes de modificar, recriar e redefinir o lugar.

Numa primeira hipótese de trabalho, dissemos que a geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos (SANTOS, 1978). Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem

ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 2006, p. 38).

Para Santos (2006, p. 38) a junção entre os fixos e os fluxos representa a existência objetiva da Geografia, onde permeadas se tornam possíveis as análises dos objetos geográficos, bem como analisar as ações realizadas no território. Suas modificações e intensidades ocorrem na temporalidade, onde se torna possível analisar também a velocidade que tais ações ocorrem no espaço. Para Santos, os fixos se apresentam progressivamente de forma sintética, instituída cada vez mais ao solo e em relação aos fluxos, estes se apresentam gradualmente, em formato desigual e extensivo, sendo abrangente, ilimitado e irrestrito, ou seja, de forma vasta. Ainda segundo Santos (2006, p. 40), embora as alterações sejam realizadas no espaço geográfico, o espaço atualmente é tido como um conjunto de objetos sofisticados, porém não natural, espriado por ações artificiais, não pertencentes ou completamente estranhos ao lugar e às suas comunidades.

No caso dos Grandes Projetos na Amazônia, suas ações embora ocorram no local, seus resultados são voltados ao plano global, tendo em vista que o objeto desejado e explorado no território, sejam as riquezas naturais destinadas a terceiros (outros países), completamente estranho aos atores locais, ou àqueles que direta ou indiretamente são impactados com as atividades exploratórias.

Para Haesbaert (2002), a diferença entre concepções de Geografia, além de se diferenciarem, criam diversas visões e análises, no que se refere ao território e à rede. Teoricamente falando, Haesbaert apresenta a existência de um “binômio” referente a

ambos, afirmando que o território e rede são indissociáveis, no que se refere ao entendimento experimentado.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que a Geografia tradicional do início deste século, mais empirista e descritiva, sempre privilegiou uma visão mais “territorializada” do espaço, ou seja, valorizou-se mais, utilizando os termos de Milton Santos, os “fixos” que os “fluxos”, mais as fronteiras que as vias de circulação. O conceito mais tradicional de região reproduz isto muito bem: um espaço com limites claros de fronteiras bem definidas, onde os indivíduos e grupos sociais estariam bastante enraizados (HAESBAERT, 2002, p. 117).

Para Haesbaert (2002), para muitos autores a associação da territorialidade como sendo um processo de “reterritorialização”, se justifica com sendoum processo contemporâneo em se assemelhar à criação de um novo território, que em muitos casos, coincide convergentemente ao fenômeno da globalização vivido nos tempos modernos.

[...] no bojo da crise contemporânea, estaríamos vivendo um processo de reterritorialização, ou seja, de construção de novos territórios. Muito sintomática dessa retomada da questão doterrítóriopor outros cientistas sociais, em pleno auge das “tecnologias desterritorializadoras” (VIRILIO, 1982) e do “meio técnico-científico” (SANTOS, 1985), é a discussão da temática em obras como: A sociedade global, de Otávio Ianni (1992), que dedica um capítulo ao fenômeno da desterritorialização, e Mundialização e cultura, de Roberto Ortiz (1994) que, no encontro sobre Globalização e Fragmentação, realizado pela UNESP/Marília, em 1985, tratou do tema das novas formas de territorialização (HAESBAERT, 2002, p. 117-118).

Conforme Haesbaert, muitos cientistas interpretam tais fenômenos como sendo um processo de territorialização, devido às múltiplas facetas da globalização. Para o autor, tais conceitos se

confundem devido à globalização possuir seus contornos multifacetados e ainda não possuir seus traços bem delineados, abrindo margens para diversas interpretações.

Dentre outras concepções, Haesbaert (2002) apresenta um outro extremismo, sendo denominado “etnocentrismo de território”, onde é apresentada uma tendência humana em menosprezar sociedades ou grupos de diferentes costumes, bem como ignorar completamente a relação entre sociedade-natureza, considerando apenas as relações e necessidades humanas de determinados grupos hegemônicos. Tal etnocentrismo possui como efeito colateral a natureza ser vista e tida apenas como forma de domínio material em um determinado espaço, surgido a partir das relações de poder, sejam eles econômicos e/ou políticos de determinados grupos dominantes.

Outro exemplo apresentado por Haesbaert (2002), referente ao conceito de território se expõe de maneira mais sistemática, apresentando uma visão mais política do território, enfatizando a necessidade em se controlar a acessibilidade, através da delimitação de fronteiras, como uma forma de poder.

Ao se analisar a territorialidade é possível observar as redes que a mesma possui para que ela seja implementada no território e ganhe força. O link existente entre territorialidade e rede tem a capacidade de criar integração ou desintegração, de incluir ou excluir indivíduos ou grupos, desconsiderando as tradições ou culturas em um determinado lugar. Tal movimento funciona como um poderoso gatilho para conflitos e lutas por terras, muito comum nos vastos territórios amazônidas.

No que se refere à globalização, Santos (2006) afirma:

Se o "mundo", hoje, torna-se ativo sobretudo por via das empresas gigantes, essas empresas globais produzem privatisticamente suas normas particulares, cuja vigência é, geralmente e sob muitos aspectos, “indiferente” aos contextos em que vêm inserir-se. Por sua vez, os governos "globais", por exemplo, o Banco Mundial e o Fundo

Monetário Internacional, cuidam de interesses "globais". As demais empresas e instituições raramente têm uma força "global" (SANTOS, 2006, p. 228).

De acordo com Santos, as grandes empresas, embora estejam inseridas em determinados territórios, escolhem não estar "estabelecidas" neste mesmo território. Muitas delas respondem apenas aos interesses e anseios dos organismos internacionais, desconsiderando por completo os impactos, necessidades e o tempo de cada parte envolvida no processo, que neste caso, se refere aos atores sociais diretamente impactados pelos impactos negativos e decorrentes das atividades dos projetos energéticos e estratégicos existentes atualmente na Amazônia.

O tempo de resposta de determinado ator, decorrente de determinado problema, se torna diferente quando se realiza uma investigação mais detalhada. Um dos fatores primordiais e responsáveis pelos intermináveis conflitos se refere à incompatibilidade de ação e resposta dos atores envolvidos entre si. De um lado temos um ator ou grupo apresentando necessidades latentes, principalmente quando se analisa as necessidades dos impactados (atores sociais), que exigem maiores investimentos e ações mitigadoras imediatas, e a procrastinação das empresas em resolver suas problemáticas e complexidades, mas esses mesmos atores que exigem eficiência e eficácia invertem a velocidade e se tornam procrastinadores, por exemplo, quando se envolvem em alguma situação que se apresenta de forma desfavorável a esses mesmos atores sociais, intensificando os conflitos territoriais na região, sendo necessária uma intervenção do Estado para evitar problemas mais severos. Mas é exatamente nessa intervenção que as ações do Estado se confundem com as ações de governo, sendo legitimadas através da administração pública, que ao invés de minimizar, acaba intensificando as disputas pela posse da terra, pois não conseguem limitar as fronteiras, que neste caso se tornam vitais

para a recuperação da paz e o equilíbrio entre empresas e atores sociais.

Defender-se-á aqui uma concepção de fronteira como um limite. A fronteira não é um obstáculo em um território, mas um mecanismo que resulta de toda e qualquer ação nesse território. A fronteira é invariável em termos estruturais. Graças a ela, o capitalismo evolui, separa, diferencia, regula. A fronteira é múltipla em suas funções, em seu significado. Em uma perspectiva histórica de análise, insiste-se no fato de que o capitalismo joga com a fronteira. No caso de uma extinção de fronteiras e de proteções, outras fronteiras e outras formas de proteção passam a atuar. No processo atual de globalização, outras fronteiras se definem. Essas novas fronteiras permitem colocar em ação uma estratégia coerente e coordenada, que normaliza e baliza as diferenças, os desvios, para melhor administrá-los, ou mesmo eliminá-los. Isso será visto na segunda parte do texto (COURLET, 1996, p. 11).

Para o autor, a fronteira a que se refere funciona como sendo um “limitador”, principalmente para vetar e impossibilitar os anseios de determinados grupos. A visão estrategista e normalizadora da fronteira elimina qualquer tipo de legitimação por parte daqueles que possam no futuro causar alguma fratura na ordem instituída por aqueles que detém o controle do espaço geográfico.

Embora nos últimos 50 anos a Amazônia tenha saboreado diversas mudanças boas e ruins, é a partir do ano de 2018 que o território amazônico sentirá as mudanças mais intensas, principalmente o estado do Pará. Um dos exemplos se refere aos recentes e elevados investimento realizados pela China no estado do Pará.

De acordo com a matéria publicada por Vieira (2017) em novembro de 2017, na Revista Mineração & Sustentabilidade, o governador do estado do Pará, juntamente com os executivos da empresa China Railways Corporation (CREC) assinaram na

embaixada da China em Brasília, um acordo prevendo a construção da Ferrovia Paraense que possuirá 1.316 km de extensão, cortando o estado paraense de norte a sul. Uma das preocupações levantadas pelos chineses se referiu às desapropriações de terras que ocorrerão, onde provavelmente ocorrerá elevadíssimos conflitos pela posse da terra, sem contar os elevados danos ambientais, antes, durante e depois do startup do projeto. A justificativa dada pela construção da referida ferrovia se deu em relação às necessidades levantadas pelas empresas que realizam suas atividades econômicas na região e que possuem como gargalo a infraestrutura atual, que não está adequada à exportação de produtos, onde um dos objetivos da ferrovia, além de desaguar no Porto do Conde no município de Barcarena (Pará), visa melhorar as condições logísticas no estado para produtos provenientes da mineração e da agroindústria.

De acordo com Nogueira (2017) em artigo publicado na Revista Mineração & Sustentabilidade, a ferrovia pretende percorrer 23 municípios e tendo como destino o Porto de Barcarena. O valor aproximado do projeto está estimado em R\$ 14 bilhões, possuindo capacidade de carga estimada em até 170 milhões de toneladas por ano. Para a viabilidade do projeto foi necessária a assinatura de um termo de compromisso de empresas para a realização do mesmo. As empresas que assinaram o termo se comprometendo em transportar sua produção pela ferrovia foram: Alloys/PA, Araguaia Níquel, Mineração Irajá, Vale e Norsk Hydro. Vale ressaltar que já foi aprovado em 7 de julho de 2017 o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para a construção da ferrovia.

Ressalta-se também que uma das estratégias para a construção da ferrovia, defendida pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (SEDEME), se refere à localização estratégica da mesma, tendo em vista a Ferrovia Norte-Sul terminar no município de Açailândia no estado do Maranhão, onde a localidade não possui um porto e possivelmente se tornará um gargalo. Uma das propostas indexadas ao projeto da Ferrovia Paraense está na conexão que será realizada entre as duas

ferrovias, que permitirá que a linha possua como destino o Porto de Barcarena, que de acordo com o secretário, possui localização geograficamente estratégica devido sua proximidade com a China, Europa e Estados Unidos, que coincidentemente se referem aos principais clientes das referidas empresas que assinaram o termo de compromisso.

Tendo em vista o alto impacto socioeconômico e ambiental decorrente deste grande projeto, se faz necessário maiores esclarecimentos referentes a como se dará o processo de desapropriação de terras no território, tendo em vista que no percurso exista além de grandes extensões de terras devolutas, uma infinidade de terras indígenas, fazendas, terras de populações tradicionais e outras, sem contar com a extensão de biodiversidade que será impactada, onde os bônus para as empresas e para o Estado estão bem claros, pois o investimento além de gerar um grande incremento para as receitas públicas, diminuirá também os valores pagos por fretes para os seus clientes, sem contara diminuição com a logística de transportes, onde outro fator importante se refere aos custos do projeto serem parcialmente financiados com os recursos públicos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), mas na pesquisa não foram observados quais seriam os ganhos reais para as populações impactadas.

De acordo com o Informe do Paraná Cooperativo, publicado em julho de 2017, onde na matéria apresenta a entrevista com o consultor Frederico Bussinger, do Instituto de Desenvolvimento, Logística, Transporte e Meio Ambiente (IDELT), o projeto Ferrovia Paraense visa cortar apenas territórios produtivos, onde será evitado cortar territórios indígenas, quilombolas, de florestas e assentamentos, o que proporciona maior celeridade no processo. Outro fator levantado como positivo se refere às licenças ambientais, onde estão sendo realizadas por órgãos estaduais, o que facilitaria no momento que a licença de concessão fosse leiloada (em fevereiro de 2018). O referido projeto possui o mapeamento de desapropriações de quase 2 mil imóveis no percurso da Ferrovia

Paraense, o que provavelmente será alvo de novos conflitos. Conforme a Figura 1, é possível ter uma ideia da extensão da ferrovia.

FIGURA 1– Trajeto da Ferrovia Paraense



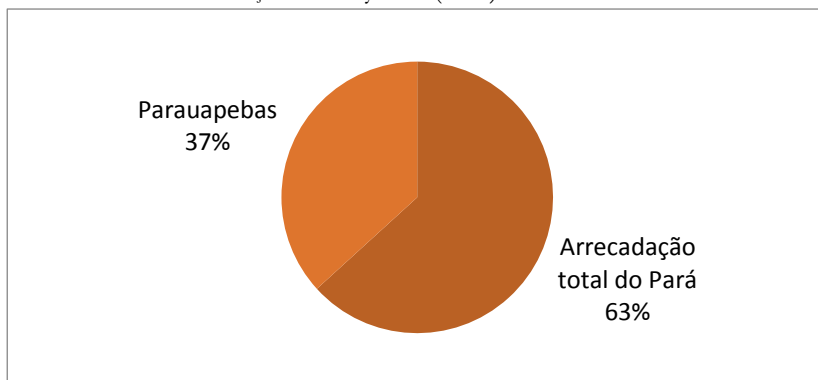
Fonte: Informe Paraná Cooperativo (2017).

Outro grande projeto da Amazônia Paraense destinado ao mercado global que possui um alto risco às riquezas naturais se refere ao Complexo S11D Eliezer Batista. Embora o projeto tenha sido lançado em dezembro de 2016, seu verdadeiro potencial produtivo começará a despontar nos próximos meses de 2018. Para se ter uma ideia do potencial econômico da S11D nas receitas do município de Canaã dos Carajás, de acordo com o DNPM, em todo o ano de 2016, juntando todas as arrecadações em royalties de minério (areia, granito e minério de cobre), o município arrecadou no total R\$ 28.798.206,81 em CFEM (royalties), onde a arrecadação

mais expressiva foi no minério de cobre, com arrecadação anual de R\$28.734.364,11. Já no ano de 2017, de acordo com o DNPM, a arrecadação de Canaã dos Carajás foi extremamente expressiva, chegando ao final do ano com arrecadação em royalties no valor de R\$ 71.425.388,26, sendo que em minério de cobre o valor foi de R\$ 33.765.483,05 e de ferro o valor foi de R\$ 37.636.623,02, sendo superior ao carro chefe até então do município.

Em relação à mineração no Pará, de acordo com o DNPM, o estado paraense arrecadou em 2016 em royalties (todos os produtos) o valor de R\$ 526.443.296,68, sendo que, deste valor, somente o município de Parauapebas arrecadou em royalties do ferro o valor de R\$ 251.591.243,65, correspondendo a 37% de toda a arrecadação no ano de 2016. Vale ressaltar que o estado do Pará em 2016, dos 144 municípios, 66 receberam algum tipo de royalties, com o valor menor de R\$ 49,82 no município de Vitória do Xingu e o maior de R\$ 248.428.467,35 em Parauapebas.

GRÁFICO 1– Arrecadação em Royalties (2016)



Fonte: DNPM(2018).

No ano de 2017, segundo o DNPM, os municípios paraenses superaram a arrecadação do ano anterior, fechando dezembro de 2017 com a marca de R\$ 681.171.514,95. Deste valor,

o responsável pelo aumento mais uma vez foi a produção do ferro. Quando se fala em aumento na arrecadação em royalties, esse resultado está ligado ao aumento no volume da produção do mineral. Basicamente o maior cliente, em produtos minerais paraenses advindos da empresa Vale, possui como destinatário o mercado global. Desse mercado, o maior cliente da empresa é a China.

No Relatório 20-F (2017) da empresa Vale, publicado em abril, a empresa já salientava preocupações com o título: “Desdobramentos econômicos adversos na China podem causar um impacto negativo em nossa receita, fluxo de caixa e lucratividade”, onde o relatório aponta que a China tem sido a principal cliente da empresa ao longo do tempo, representando 72% de toda a demanda global por ferro, 52% por níquel e 48% por cobre, onde em qualquer redução da demanda por esses produtos pelo país irá impactar negativamente as receitas, os fluxos de caixa e a lucratividade da Vale. Consequentemente, impactará negativamente o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos municípios que sobrevivem basicamente das receitas advindas da produção da Vale, ou seja, se a empresa for mal financeiramente impactará drasticamente a saúde financeira da maioria dos municípios mineradores paraenses que possuem grandes projetos advindos da mineração, tendo em vista, a maioria deles ainda não ter diversificado sua arrecadação e tão pouco possuem outro tipo de economia que não seja advinda dos recursos minerais, se transformando em um risco não somente para o município impactado, como para todos aqueles que dependem de algum tipo de benesses dos municípios com atividades de produção mineral.

Conforme informação anterior, um risco eminente a partir dos grandes projetos na Amazônia paraense se refere à falta de um limite na produção de determinados produtos minerais, como por exemplo, na produção do ferro. Para que a empresa Vale consiga fechar o ano com a sua lucratividade na meta, devido à volatilidade do valor da tonelada do produto, ela precisa aumentar a produção da

matéria-prima. Para se ter uma ideia, de acordo com o Relatório 20-F, os preços médios do ferro oscilaram nos últimos 4 anos, onde em 2013 o valor da tonelada foi negociado em US\$135, em 2015 o valor caiu sensivelmente para de US\$55,5, em 2016 teve um aumento quase que imperceptível de US\$58,5 e no primeiro trimestre de 2017 subiu para US\$84,8 por tonelada. Tais arrecadações refletem diretamente as receitas dos municípios, impactando o cumprimento de uma agenda de atividades.

Ainda de acordo com o Relatório 20-F, a Amazônia Paraense possui um risco elevado por não possuir um fundo de reserva, caso o grande projeto resolva fechar uma planta. No caso do Canadá, as províncias onde a empresa Vale possui planta operacional, independente da lucratividade da empresa, resguarda financeiramente cobrando certas garantias, caso a empresa resolva finalizar um projeto. No Brasil não existe essa regulação, o que acarreta em danos irreversíveis não somente ao território, como para a economia nacional como um todo.

Ademais, certas províncias canadenses onde operamos exigem de nós a prestação de garantias financeiras, como cartas de crédito, fianças ou garantias reais, para cobrir certos custos de fechamento e recuperação após a conclusão de nossas operações. Podemos ser obrigados a aumentar o valor dessas garantias financeiras se nossa avaliação de crédito for rebaixada para certos níveis. Se formos incapazes de fornecer essas garantias financeiras, teremos de discutir com as jurisdições relevantes a respeito de outras opções e, em último caso, isto poderia afetar nossa capacidade de operar nestas jurisdições (VALE, 2017).

Conforme a citação, existe um planejamento e preocupação real da Vale em relação à atuação da empresa no Canadá, tendo em vista o país possuir uma regulação mais exigente e eficiente, preocupado constantemente com os possíveis impactos decorrentes de um desastre ambiental, procurando antecipadamente cobrar da empresa ações tangíveis para mitigar de fato, os impactos negativos

causados na região. No Brasil não existe nenhum tipo de regulação sobre esse assunto e tão pouca preocupação por parte da empresa em tentar saná-los, podendo ser ilustrado com o último grande impacto sofrido no município de Mariana no estado de Minas Gerais, ao qual se passaram mais de dois anos e as ações necessárias para mitigar os impactos negativos ainda não foram realizadas pela empresa. Tal morosidade jamais aconteceria no Canadá, tendo em vista que o país cobra previamente uma indenização, antecipando qualquer tipo de problema causado pela empresa. Outra ação que o Canadá possui em relação à sua regulação se refere à liberação de novas lavras às empresas. Essas somente ocorrem no momento que a empresa está em conformidade com todas as suas obrigações nas províncias, principalmente em relação no que se refere a impactos socioambientais. Outra informação relevante contida no Relatório 20-F se refere aos riscos regulatórios, sociais, econômicos e políticos. Dentre as preocupações levantadas no relatório consta:

Em muitas dessas jurisdições, estamos expostos a diversos riscos, tais como instabilidade política, suborno, extorsão, corrupção, roubos, sabotagem, sequestro, guerra civil, atos de guerra, atividades de guerrilha, pirataria nas rotas de transporte internacional e terrorismo. Esses problemas podem afetar adversamente as condições econômicas e outras condições sob as quais operamos de diversas maneiras, prejudicando significativamente nossos negócios. Por exemplo, seções de nossa estrada de ferro de Carajás (EFC) no estado brasileiro do Pará e outras ferrovias ao redor do mundo estão sujeitas a interrupções que podem prejudicar nossas operações e afetar negativamente nossos negócios (VALE, 2017, p. 11).

De acordo com a Vale, a empresa está sujeita constantemente aos mais diversos tipos de ações externas que além de comprometer a saúde financeira da mesma, estão ligadas aos investimentos diretos e devidos que deveriam ocorrer nos municípios destinados às sociedades impactadas. Tal informação

pode sugerir que estes sejam alguns dos problemas que impedem o desenvolvimento real em muitos municípios possuidores de atividades de produção mineral, não somente no Pará, bem como no Brasil como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa, os grandes projetos na Amazônia Paraense possuem grande potencial predatório devido à magnitude na qual a maioria deles estão inseridos. Embora possuam uma capacidade latente em destruir, subjugar e até mesmo aniquilar culturas e tradições, os grandes projetos vão além das possíveis ameaças, cabendo uma análise mais profunda, visando analisar e apresentar se eles possuem mais fortalezas que fraquezas, tendo em vista, que tais projetos possuem verdadeira roupagem catalisadora de forças e oportunidades, que a população amazônida precisa o quanto antes, traduzir os signos do tão sonhado desenvolvimento. Pensar em uma administração estratégica na Amazônia Paraense no século XXI é um sinônimo de sobrevivência, tendo em vista que as empresas constantemente criam e incrementam seus maquinários, visando intensificar a capacidade de produção, onde municípios, em especial os possuidores de grandes projetos, precisam urgentemente analisar de modo geral, o que vai além da sedutora política neoliberal, que embora apresente nuances ou véu visando diminuir as desigualdades sociais, poderá deixar o Brasil em situação mais delicada que o cenário em que já se encontra inserido.

Tendo em vista a globalização ser híbrida nas atividades econômicas dos territórios amazônicos, é preciso buscar maior garantia de proteção, tanto dos recursos naturais, quanto do capital humano único que temos nesta vasta faixa terrestre. A Amazônia hoje pode ser considerada como a última fronteira do Brasil, no que se refere não somente à parte econômica, mas principalmente como sendo um dos únicos, quiçá único, espaço no mundo com um vasto potencial socioambiental, sistematizado, composto pelas mais

importantes riquezas naturais, estuário das mais complexas belezas naturais, completo em sua biodiversidade, ou seja, um dos únicos territórios do mundo que possui em sua faixa de fronteira, todos os fatores necessários e fundamentais para o tripé da sustentabilidade (econômico, ambiental e social) e composto com uma das mais complexas diversidades sociais do mundo, existentes em uma só região.

A Amazônia Paraense possui em seu vasto território uma grande gama de atividades relacionadas ao agronegócio, pecuária, recursos hídricos, piscicultura, biodiversidade, madeiras, recursos minerais, petróleo, entre outros, principalmente água potável, onde a partir de 2018 diversos projetos instituídos pela esfera federal serão estabelecidos neste pedaço de terra verde, onde muitos deles foram influenciados através de acordos internacionais, incluindo principalmente o poder decisório e o destino dos investimentos, onde podemos citar especial, a deficiência da região no que se refere à capacidade de infraestrutura, sendo um canteiro de oportunidades para países com um grande potencial econômico, como a China, que nos últimos anos tem se apresentado como uma das principais “parceiras” em investimentos econômicos na região, não somente como cliente de nossos bens primários como o minério de ferro, mas agora vem investindo na capacidade técnica e estrutural que em um futuro próximo poderá transformar os brasileiros em inquilinos em suas próprias terras, se os representantes públicos não tomarem os devidos cuidados.

Se faz necessário e urgente que a globalização seja vista como um todo, não sendo considerada apenas os seus fatores econômicos, mas principalmente seja tomada os devidos cuidados essenciais visando a garantir e manter a soberania nacional do Brasil, não somente de suas fronteiras, mas principalmente sobre o futuro de seus recursos naturais e poder de decisão sobre o valor estratégico de suas commodities, onde a médio prazo se os gestores públicos não criarem de fato políticas públicas adequadas às necessidades sociais, visando melhor qualidade e quantidade em políticas públicas

em breve o país passará por problemas irreversíveis em relação a nossa soberania brasileira.

Os projetos destinados ao país através de organismos internacionais, bem como os investimentos diretos realizados por empresas estrangeiras, em primeiro momento parecem bons para o desenvolvimento do Brasil, principalmente em relação aos projetos que visam o desenvolvimento sustentável dos habitantes da região norte do país, quando se pensa em proteger a floresta, por exemplo. Tais projetos possuem como objetivo principal o mapeamento de todas as potencialidades da região, gerando inclusive em muitos casos, um mapeamento detalhado de onde e quais produtos encontrar em todos esses territórios, com o discurso de que serão oferecidos fomentos para o desenvolvimento. No momento que se submete o projeto, ali está submetido também todas as esperanças de uma determinada população que visa no futuro gerar riquezas através de sua produção. A pergunta que se deve fazer é quais são as garantias reais e os ônus para essa mesma população, caso o projeto não seja aceito? Uma coisa é certa, nesse processo o benefício é unilateral, tendo em vista que uma parte interessada, escolhendo ou não um determinado projeto, terá em suas mãos informações importantíssimas de toda a cultura e tradição de um povo, só que este mesmo povo trabalha apenas com possibilidades, onde os ônus do projeto referentes aos problemas potenciais só poderão ser observados e mensurados no futuro, quando determinada ação negativa ocorrer.

Tais preocupações se sustentam devido ao histórico de ações executadas no país, onde buscam atender e seguir, na maioria das vezes, as decisões instituídas pelos organismos internacionais, onde tais programas na maioria das vezes, são coordenados pelos países desenvolvidos.

Atualmente tais projetos são apresentados de forma fragmentada, dificultando a análise conjuntural quando se contextualiza os bônus e ônus decorrentes de outros projetos que estão em andamento ou que em um futuro próximo irão acontecer

na região, onde só se pode analisar de maneira rasa e parcial os resultados obtidos ou esperados, que em primeiro momento, parecem não possuir interligação, mas ao serem contextualizados parecem que foram produzidos em formato de quebra-cabeças; e à medida que os projetos são apresentados ao público, a verdadeira imagem se revela, gerando um risco imensurável tanto para a natureza quanto para a economia e sociedade brasileira, o que se desvela como não sendo de fato uma ação de desenvolvimento sustentável e sim uma nova modalidade de subjugação de povos e países, através de uma nova mutação de dependência econômica, mas com uma diferença, o Brasil deixará de ser soberano em relação às suas riquezas e deixará também de possuir poder decisório sobre as suas riquezas naturais estratégicas, riscos esses que dependendo das ações realizadas, comprometerão o futuro de gerações, bem como poderão ser o início de uma nova ordem não somente brasileira como sendo uma ordem global.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Finanças do Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional. Transferências Constitucionais. Disponível em: <<http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1::>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

CASTRO, E. Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental. Belém, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/53/58>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

COURLET, C. Globalização e fronteira. Ensaios FEE, v. 17, n. 1, p. 11-22, 1996.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, DNPM. Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios. Arrecadação da CFEM por Substância. Disponível em:

<https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem_substancia.aspx>. Acesso em: 03 jan.2018.

FUNDO AMAZÔNIA. Projetos apoiados. 2017. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/>. Acesso em: 04 jan. 2018.

_____. Doações. 2017. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Doacoes/> Acesso em: 04 jan.2018.

INFORME PARANÁ COOPERATIVO. Infraestrutura: Projeto de ferrovia no Pará pode ligar Norte-Sul a porto. Portal Paraná Cooperativo, Curitiba, 2017. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/114103-infraestrutura-projeto-de-ferrovia-no-para-pode-ligar-norte-sul-a-porto>> Acesso em: 05 jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Síntese das Pesquisas. Estatísticas, 2006. [online]. Disponível em:

<<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/sintese.php>>. Acesso em: 08 dez.2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, IPEA. Atlas da Vulnerabilidade Social.Índice de Vulnerabilidade Social, 2018. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/mapa>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

MOZZICAFREDDO, J. Como Tornar a Administração Pública um Serviço Público no Contexto de Estados e Sociedades Complexas. Revista Estudos de Administração e Sociedade. UFF, 2017. Disponível em: <<http://www.revistaeas.uff.br/>>. Acesso em: 09 dez.2017.

NOGUEIRA, B. Pará e China firmam acordo para construção de ferrovia. Revista Mineração & Sustentabilidade, 2017. Disponível em: <<http://revistamineracao.com.br/2017/11/29/para-e-china->

firmam-acordo-para-construcao-de-ferrovia/> Acesso em: 02 dez.2017.

PINTO, L. F. O cavalo da China. Grandes Projetos, 2017. Disponível em: <<https://lucioflaviopinto.wordpress.com/category/grandes-projetos/>>. Acesso em: 02 jan.2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano, 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 22 dez.2017.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

VALE. Relatório 20-F. Informações para o mercado. Relatórios Anuais, 2016. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/annual-reports/20f/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 03 dez.2017.

VIEIRA, A. C. Mineradoras assinam termo com Ferrovia Paraense. Revista Mineração & Sustentabilidade, Editoriais. Logística, 16 de agosto de 2017. Disponível em: <<http://revistamineracao.com.br/2017/08/16/empresas-do-setor-mineral-assinam-termo-com-ferrovia-paraense/>>. Acesso em: 28 nov.2017.

ANÁLISE DOS REFLEXOS SOCIOECONÔMICOS DO PERÍODO DE DECADÊNCIA MADEIREIRA NAS CIDADES DE BREVES E PORTEL – MARAJÓ-PA

Odair José Araújo ALVES¹

Edinael Pinheiro da SILVA²

Geovani Gonçalves FARIAS³

Hugo Pinon SOUSA⁴

INTRODUÇÃO

A dinâmica de exploração madeireira na região amazônica figura em um processo histórico, arraigado no uso e exploração dos recursos naturais que colocou a região como fronteira de expansão econômica do capital nacional e internacional (BECKER, 2009) e tem provocado também um processo de destruição da natureza e, sobretudo, a desestruturação, modificação e ainda tensões e conflitos ao longo dos anos no território, no ambiente, no modo de vida e na sobrevivência de populações tradicionais locais. Este processo pode ser evidenciado nas relações de poder existentes nas mais diversas conjunturas sociais (política, econômica, cultural, ambiental, etc.),

¹ Mestrando PPGEO/UFPA; Licenciado pleno em Geografia; Especialista em Geografia da Amazônia; Professor da rede pública na cidade de Breves-PA. E-mail: oj-alves@bol.com.br

² Mestrando PPGEO/UFPA; Licenciado pleno em Geografia; Licenciado pleno em Educação do Campo; Especialista em Geografia da Amazônia; Professor da rede Pública Municipal de Breves e Melgaço-PA. E-mail: silvaepgeo@yahoo.com.br

³ Mestre PPGEO/UFPA; Licenciado pleno em Geografia; Especialista em Geografia da Amazônia; Professor da rede pública municipal de Melgaço-PA. E-mail: fariasgggeo@yahoo.com.br

⁴ Mestrando PPGEO/UFPA; Licenciado pleno em geografia.; Bacharel em geografia pela UFPA. E-mail: hugosousa16@gmail.com

engendradas pelo sistema capitalista de produção que em sua raiz é desigual e excludente.

Neste sentido, destacaremos neste trabalho um recurso florestal de grande importância no mercado nacional e internacional, onde sua extração e comercialização em escala mundial tem sido responsável por mudanças significativas no ambiente, bem como nas dimensões sociais e econômicas. Estamos nos referindo à madeira, que na atualidade⁵ é comercializada das mais diversas espécies devido ao crescimento do mercado consumidor e à escassez das espécies mais nobres. Desse modo, trataremos de forma particular do processo histórico desencadeado pela atividade madeireira nas cidades de Breves e Portel na mesorregião do Marajó-PA, em sua parte também conhecida por Marajó das florestas, com ênfase para o período compreendido entre 2008 e 2016, momento de declínio desta atividade nestas cidades.

Também, objetivou-se analisar as mudanças na base econômica de tais cidades, além dos principais impactos sociais ocorridos a partir do declínio da atividade madeireira, propulsora do crescimento econômico, populacional e urbano de Portel e Breves, bem como evidenciar em qual base econômica atualmente estão alicerçadas essas duas cidades, que já foram importantes polos madeireiros do Pará e figuram entre as principais cidades do Marajó.

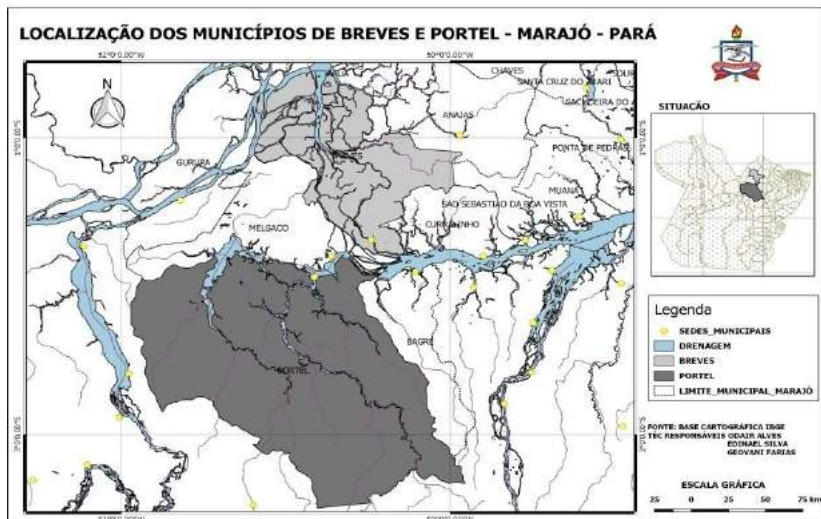
Dessa forma, a metodologia adotada consistiu na revisão bibliográfica de literatura sobre a temática abordada, bem como a análise empírica dos referidos municípios por meio de incursões a campo para levantamento de dados primários, como os dados dos referidos municípios sobre a arrecadação e os índices de violência, os impactos sociais causados pela instalação e decadência dos empreendimentos madeireiros, enfatizando para a geração de receitas e postos de trabalhos em Breves e Portel no Estado do Pará.

⁵ No início da exploração madeireira na Amazônia comercializa-se somente as espécies consideradas de lei.

A INDÚSTRIA MADEIREIRA E SEUS REFLEXOS NAS CIDADES DE BREVES E PORTEL

Localizados na mesorregião do Marajó, Breves e Portel (Figura 1) são duas cidades que apresentam aspectos econômicos semelhantes, uma vez que ambas tiveram como principal atividade econômica a exploração madeireira, atividade esta que se configurou como base econômica e principal responsável pelas transformações no campo socioeconômico e territorial dos referidos municípios. O ciclo madeireiro perdurou por muitas décadas de prosperidade. Contudo, sua decadência deixou alguns rastros negativos presentes hordienamente.

FIGURA 1 – Localização da área de estudo



Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com o IBGE (2010), Breves é uma cidade ribeirinha situada no Estado do Pará, com a maior população da mesorregião do Marajó, 92.860 (noventa e dois mil, oitocentos e

sessenta) habitantes; não foge à regra das demais cidades brasileiras quanto ao seu processo de urbanização. Sabe-se que a urbanização se tornou uma necessidade ao longo dos tempos dada ao avanço tecnológico e principalmente ao avanço das relações econômicas com o surgimento do capitalismo.

Pode-se afirmar também que Breves é uma cidade polo na mesorregião do Marajó, haja vista que além de se aproximar dos 100 mil habitantes, este centro urbano concentra um comércio consolidado e oferta de serviços nas mais diversas áreas, uma vez que as Sedes Regionais de órgãos como Seduc, Sespa, Receita Federal, Ministério do Trabalho, IBGE, IBAMA, assim como de bancos, a exemplo da Caixa Econômica Federal, do Banco do Pará, Bradesco, Banco do Brasil e dos Campus da Universidade Federal do Pará e do Instituto Federal do Pará estão localizados nessa cidade.

Desse modo, a atividade madeireira em Breves contribuiu bastante para que toda essa infraestrutura fosse implantada nesta cidade, pois por décadas a exploração de madeira se manteve como a principal atividade econômica e, portanto, responsável em grande parte pela formação e produção deste espaço, sobretudo do espaço urbano que ao longo do processo histórico foi ganhando os contornos de uma cidade polo na região marajoara, uma vez que o desenvolvimento dessa atividade perpassava pela estruturação dos arranjos espaciais antes mencionados.

Contudo, tal atividade já há algum tempo mostrava sinais de que chegaria à decadência – como preconizavam decretos, leis de regulação ambiental e pressões do movimento ambientalista que ocorre na escala global. Desse modo, conforme Alves (2018, p. 89), “o município, mais uma vez, como no período de exploração do látex, do arroz, vê sua principal base econômica entrar em colapso e causar profundas mudanças/transições/alterações em sua dinâmica socioespacial”.

Assim, verificou-se que o colapso do setor madeireiro de certa forma, contribuiu para que algumas atividades econômicas no

município passassem a se intensificar e outras surgissem como alternativas de investimento por parte dos pequenos, médios e grandes empresários. Por outro lado, esse evento também contribuiu para que a mão de obra que ficara ociosa com o declínio da atividade madeireira fosse absorvida pela informalidade, dando uma nova configuração à economia do referido município.

Todavia, com a decadência da atividade madeireira no município de Breves, o processo de (re)organização do espaço também começa a se (re)desenhar, pois o espaço urbano é um reflexo social (CORRÊA, 1989) ou seja,

[...] é constituído por diferentes usos da terra. Cada um deles pode ser visto como uma forma espacial. Esta, contudo, não tem existência autônoma, existindo porque nela se realizam uma ou mais funções, isto é, atividades como a produção e venda de mercadorias, prestação de serviços diversos ou uma função simbólica, que se acham vinculadas aos processos da sociedade (CORRÊA, 1989, p. 9-10).

Alves (2018) afirma que com as mudanças no cenário econômico de Breves, advindas do declínio do setor madeireiro, houve a necessidade de intensificar outras formas de produção deste espaço, isto aconteceria com a atividade ligada ao comércio e serviços que atualmente podem ser consideradas a base econômica desta cidade, em sua maioria dinamizada através do funcionalismo público e do assistencialismo.

O Município de Portel possui uma extensão territorial de 25.385,06 Km², sendo o sexto maior município do Brasil em extensão territorial (IBGE, 2000). Está geograficamente localizado no Estado do Pará, na zona fisiográfica Jacundá-Pacajá, pertence política e administrativamente à Mesorregião do Marajó e à Microrregião de Portel (IBGE, 2010).

De acordo com Pinheiro da Silva & Farias (2015), o processo de estruturação e urbanização na cidade de Portel iniciou de modo lento, substancialmente entre as décadas de 1960 e 1980,

todavia foi a partir da década de 1990 que tal processo se intensificou, especialmente a partir da circulação de capital promovido pela empresa multinacional Amazônia Compensados e Laminados (AMACOL), instalada na sede do município desde a década de 1950 por meio de incentivos fiscais dados pelo Estado à empresas que desejassem investir na Amazônia.

A instalação da AMACOL atraiu um número expressivo de migrantes para a cidade de Portel, eram sujeitos advindos do meio rural do referido município e de outras cidades do Estado do Pará, além de nordestinos, haja vista que foram seduzidos pela necessidade do trabalho na indústria madeireira. É relevante aludir que precedente à chegada da referida empresa, o povo se consolidava no campo onde a perspectiva de vida era favorável. Porém, a partir da indução destes indivíduos para a cidade, se evidenciou um crescimento populacional significativo no espaço urbano e no município de modo geral (MACHADO; SILVA; FARIAS, 2010).

Ainda segundo os autores mencionados acima, a empresa multinacional AMACOL explorou madeira no município de Portel por pouco mais de cinco décadas, com objetivo de sempre maximizar sua produção, uma vez que o município apresentava enorme potencial e diversidade de espécies de madeira. Desse modo, a atividade madeireira se tornou a principal base econômica de Portel no que tange à geração de emprego, renda e infraestrutura.

A exploração madeireira provocou profundas modificações na dinâmica socioespacial da cidade. A pequena cidade do interior da Amazônia, de economia extrativista e agricultura familiar, baseada no tempo lento, passou a figurar como um importante polo de extração, industrialização e exportação de madeira na região. Assim, a cidade foi se desenvolvendo em virtude dos investimentos realizados pela multinacional, haja vista que a expectativa do trabalho tornava-se atraente aos olhos dos ribeirinhos, entretanto, este processo propeliu o êxodo rural que substancialmente se enveredou a um caráter urbano.

Neste sentido, o êxodo rural acelerou o processo de urbanização, o desenvolvimento e, sobretudo, o inchaço populacional que certamente, assim como em outras cidades de distintas sociedades, efetivou-se de modo irregular e desordenado.

O município de Portel, segundo o censo do IBGE (2010), já apresentava uma população de 52.172 habitantes, com destaque para o crescimento da população urbana que aumentou em virtude do êxodo rural que foi motivado pelo poder de atração da oportunidade de emprego que a indústria madeireira propiciava, além do que a cidade vislumbra a falsa compreensão e esperança de se obter uma vida próspera, digna e com oportunidade de estudos, emancipação econômica e, sobretudo, promoção social.

Dessa maneira, o processo de exploração de madeira em Portel definiu uma nova dinâmica social, fato que se evidenciou por meio da produção, do emprego e do salário⁶, haja vista que tal circunstância promoveu o interesse ainda maior em exercer a atividade laboral na AMACOL, porém, o povo iludido com o tão sonhado “emprego” nem imaginava e/ou importava-se com a degradação/destruição do ambiente, muito menos com os efeitos que estavam por vir. Neste sentido, Camargo (2005) afirma que “a população não tinha consciência de que a natureza faz parte de um equilíbrio muito delicado ao qual estamos todos inseridos e que a flecha do tempo não avisa as tempestades que vem pela frente”.

A cidade de Portel no transcorrer de cinco décadas (1960-2010), experimentou um apogeu econômico inimaginável, dando um salto considerável em seu processo de desenvolvimento. Porém, a partir da década de 2010 passa a viver uma estagnação de sua economia, reflexo principalmente da atuação mais incisiva na aplicação e rigor das leis ambientais por instituições como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS-Pará), órgãos responsáveis pela regulamentação e uso de recursos naturais, que

⁶ Os servidores eram pagos a cada quinze dias.

culminou no fechamento da maioria das empresas madeireiras do município, sobretudo as que atuavam de forma clandestina.

Tal fato levou o município de Portel a uma era de imprecisões e penúria da maioria dos sujeitos domiciliados, uma vez que o desemprego a cada dia se elevava. A esse respeito ressalta-se que a multinacional AMACOL enfrentou sérios obstáculos e conseqüentemente veio a se retirar da cidade, submetendo o município a um período marcado pela desestruturação e instabilidade econômica e social.

No decorrer dos anos, em um processo de cumprimento das leis vigentes, principalmente para redução do desmatamento e preservação da natureza, a maioria das empresas extratoras de madeira do município de Portel fecharam as portas, ocasionando uma verdadeira crise econômica no município.

Diante da abordagem figurada, a questão socioeconômica do município de Portel passou e ainda passa por uma grande crise instaurada com o fechamento das indústrias madeireiras que eram a sua principal fonte de emprego e renda. Desse modo, pode-se afirmar que o processo atual de reestruturação econômica do município vem sendo impulsionado pelo comércio e serviços – bancos, prefeitura municipal – e pela transferência de renda através dos programas sociais do governo federal (Bolsa Família), e não mais pelo setor madeireiro que começou a declinar a partir de 2008.

A decadência da atividade madeireira no município afetou não só a cidade, mas também o meio rural, haja vista que as indústrias madeireiras em sua maioria monopolizavam toda cadeia produtiva desse produto por meio da instalação de grandes extrações⁷, bem como em muitos casos da instalação de serrarias no interior da floresta.

⁷ Espaço da produção de madeira no interior da floresta caracterizado pela presença de muita mão de obra que não contava com nenhuma infraestrutura básica, pois viviam em acampamentos feitos com barracos cobertos com encerados plásticos.

Portanto, mesmo essa atividade proporcionando avanços significativos no município, como a elevação da economia, a urbanização e o crescimento do comércio, em um dado momento histórico, tal conjuntura e/ou arranjo econômico não se tornou totalmente consolidado, fato que após a partida da multinacional AMACOL e do fechamento das serrarias locais, passou a ser evidenciado, principalmente na cidade, o crescimento do desemprego e conseqüentemente da fome, da miséria, da violência, etc.

Dessa maneira, observa-se neste sentido que o espaço urbano dos municípios de Breves e Portel apresentou relativo dinamismo com o incremento de equipamentos urbanos, tais como bancos, hospitais, órgãos públicos, porto alfandegário, pista para pouso de aeronaves monomotor, entre outros, em razão das instalações dos empreendimentos econômicos de exploração da madeira. Esta construção de infraestrutura funciona como próteses (SANTOS, 2012) que artificializam as particularidades regionais do espaço para atender a lógica de reprodução do capital destes empreendimentos, uma lógica global com reflexos regionais.

A criação de uma psicofera (SANTOS, 1997), criada pela instalação das empresas de exploração madeireira, incutiu no imaginário local a perspectiva de desenvolvimento e modernização, uma estratégia regional utilizada pelos agentes econômicos madeireiros para criar um consenso da opinião pública dos municípios de Portel e Breves em torno da suposta necessidade de se manter o empreendimento. A criação de novos postos de trabalho, ainda que efêmeros, nas obras da infraestrutura necessária à exploração da madeira resultou em atrativo para o deslocamento populacional dos demais municípios vizinhos, criando um exército de mão de obra reserva.

O tecido urbano de Breves e de Portel não apresentavam condições espaciais para abrigar os migrantes que chegavam. Dado a isto, o alargamento e/ou expansão do sítio urbano destes municípios ocorreu de maneira deficitária no que concerne à habitação e

serviços básicos como educação e saúde. Presenciando-se a formação no tecido urbano de áreas marginalizadas pelo poder público, sem equipamentos de coleta de esgoto, água encanada e pavimentação asfáltica, passando ambas as cidades por um processo de favelização.

De maneira geral, o que ocorre e ocorreu nestes locais é o que vem ocorrendo com o restante da Amazônia. Isto é, um novo padrão social de organização do espaço, denominada por Gonçalves (2015) de “estrada-terra firme-subsolo” que molda uma nova forma de uso dos recursos naturais, baseada em interesses exógenos do capital nacional e transnacional, que objetiva (re)orientar a ocupação de áreas do interior da região por meio de empreendimentos que demandam grandes quantidades de capitais para a exploração de recursos naturais.

Como nota-se, a exploração madeireira em Breves e Portel tiveram seus ciclos de duração e estagnaram-se com o passar do tempo, como ocorre com outros diferentes empreendimentos de exploração em larga escala de recursos naturais, que possuem como características marcantes a demanda de vultuosos capitais e relativa quantidade de mão de obra barata combinada com leis ambientais frágeis. Após o término do apogeu de exploração da madeira, ambos os municípios sobrevivem de pequenos comércios e de transferência de renda governamental do estado e da união.

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE ECONÔMICA DE BREVES E PORTEL

Comparando os processos desencadeados pela exploração de madeira nos municípios de Breves e Portel na Mesorregião do Marajó, pode-se perceber que a decadência das indústrias madeireiras em ambos os municípios deixou danos socioespaciais e econômicos irreparáveis, de modo que ainda não se percebe um horizonte que os levem à reestruturação de sua economia, já que não existem políticas públicas capazes de oferecer aos referidos municípios subsídios para

um novo despontar econômico. Contudo, as marcas deixadas pelos empreendimentos madeireiros ainda estão muito presentes no cotidiano de ambas as populações e espaços de vivência.

É imprescindível elencar que o processo de exploração de madeira teve seu apogeu e trouxe indubitavelmente desenvolvimento, progresso, crescimento, etc., figurou em seu período de instalação por exemplo, a consolidação de um forte comércio na cidade de Breves, o que em Portel também ocorreu, porém, não tanto consolidado quanto em Breves. Deste modo, acredita-se que as consequências deste processo deixaram os municípios desprovidos de base econômica, o que permitiu e proporcionou a precariedade que pode ser percebida na paisagem urbana atual.

A configuração atual em termos financeiros dos municípios recaem sobre a arrecadação de impostos sobre o comércio e os serviços como se pode observar nas Tabelas 1 e 2, bem como dos repasses do Estado e da União. É importante também destacar o funcionalismo público que, em Breves, atua como principal “motor” da economia local. Em Portel não é diferente, uma vez que a prefeitura e suas secretarias são responsáveis de modo geral por empregar 3.413 (três mil e quatrocentos e treze) servidores (PMP, 2017).

TABELA 1 – Total de IPTU, ISS, do município de Breves, referentes ao período de 2010 a 2016

| Tipo | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------------|------------|------------|------|--------------|------|--------------|
| IPTU¹ - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial | 297.055,49 | 336.404,41 | 349.555,40 | * | 482.284,26 | * | 366.170,20 |
| ISS² - Imposto Sobre Serviços | * | * | * | * | 1.964.874,61 | * | 1.886.525,35 |

* Sem informação.

Fonte: DICATRI¹/Breves - Portal da Transparência².

TABELA 2 – Total de IPTU, ISS, do município de Portel, referentes ao período de 2008 a 2014

| Tipo | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial | 41.000,00 | 76.000,00 | * | * | * | 207.001,75 | 346.961,54 |
| ISS - Imposto Sobre Serviços | 55.000,00 | 169.000,00 | * | * | * | 183.900,00 | 158.200,00 |

* Sem informação.

Fonte: IBGE/Cidades.

No entanto, outras formas de subsistência por parte dos municípios estão relacionadas com a garantia do Governo Federal através do assistencialismo, ora sendo para muitas famílias como principal meio de obtenção de renda, ora apenas como complemento. Pois, outras atividades ligadas ao extrativismo, agricultura, à caça e à pesca ainda são formas de complementar – umas são utilizadas no complemento da renda familiar e outras são usadas no comércio em pequena e média escala, como é o caso da extração do açaí, do palmito e da farinha.

Nas primeiras décadas que marcaram o início do século XXI, as transformações no cenário econômico das cidades da Amazônia brasileira, cujas atividades tinham como base produtiva a madeira, foram significantes e responsáveis por uma nova organização socioespacial de inúmeras cidades que, diretamente, voltavam suas atividades econômicas para a indústria madeireira. As imposições e as pressões por parte de diferentes órgãos, entidades e países acerca dos usos dos recursos florestais amazônicos causaram reflexos em muitas sociedades, a exemplo de Portel e Breves na região marajoara.

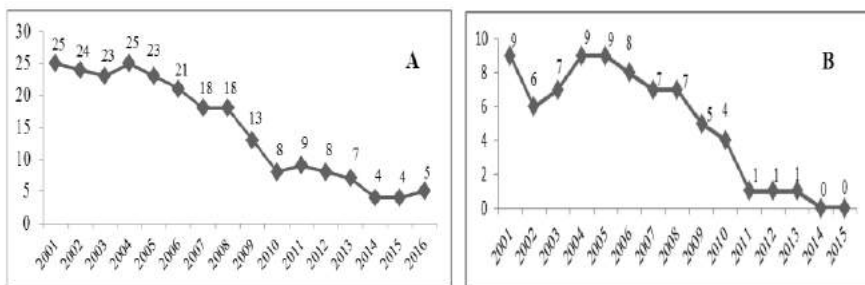
Diante da preocupação pelos agentes acima citados com a forma dos usos dos recursos madeireiros e através de leis, decretos e medidas que, de certa forma, surtiram efeitos interferindo diretamente no processo de produção da atividade madeireira, o que trouxe profundas transformações no espaço territorial amazônico, principalmente por se tratar de uma atividade que durante muitas

décadas foi a principal base econômica de muitos municípios amazônicos.

Com tais mudanças, algumas empresas desapareceram e outras migraram. Passaram por um processo, denominado por Haesbaert (2016), de “desterritorialização onde o espaço ou o território não desaparece, mas muda de localização, ou melhor, adquire novo sentido relacional” (HAESBAERT, 2016, p. 156). Dessa forma, com a desterritorialização das empresas madeireiras, os reflexos logo tornaram-se evidentes: desemprego, aumento nos índices da violência e migração foram e ainda figuram entre os principais problemas sociais em diversos municípios, em particular em Breves e Portel, ambos na mesorregião do Marajó-Pará.

Certamente o que mais contribuiu com o aumento do desemprego, neste sentido, foi a derrocada de muitas empresas madeireiras que atuavam como exportadoras na região, sobretudo nos municípios em destaque. Isto evidenciou, para muitos, outros problemas de cunho social, sendo o mais discutido e preocupante deles o aumento da violência. Podemos verificar na Gráfico 1 A e B abaixo a gradativa redução do número dessas empresas:

GRÁFICOS 1 A e B - Total de Empresas Madeireiras exportadores de Breves (A) e Portel (B) - 2001-2016



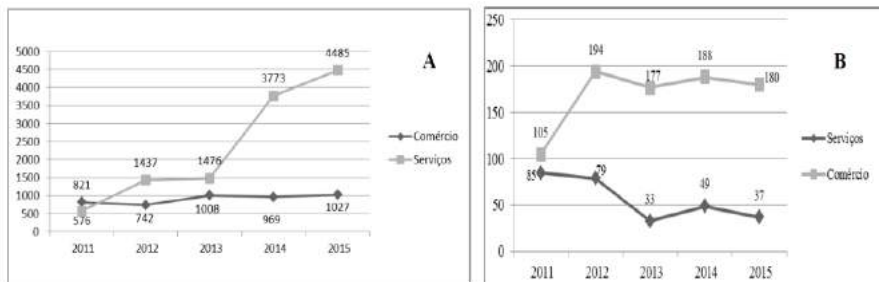
Fonte: Secretaria de Comércio Exterior. Elaborado por Alves (2017).

Como resultado deste fato, o desemprego foi considerado de grande proporção na história desses municípios e, através disto, foi responsável por uma série de outros fatores sociais e pelas mudanças na dinâmica populacional e espacial, onde aconteceram profundas migrações, haja vista que muitas pessoas tinham a atividade madeireira como a principal forma de obtenção de renda.

Com o declínio da atividade madeireira outras formas de subsistência foram incentivadas e ampliadas com vistas a absorver a mão de obra que ficara ociosa, mas estas não foram medidas governamentais. Entendemos que não foram medidas visando amenizar o problema do desemprego local e sim complementar a renda familiar. As poucas e existentes serrarias que ainda atuam em Breves e Portel absorvem como mão de obra algumas pessoas, contudo, não representa, como no período aureo de exploração desse recurso, uma atividade econômica considerada a principal dessas cidades.

O comércio e a prestação de serviços atualmente acompanham o funcionalismo público que dinamizam a economia local. Estes são responsáveis por uma parcela considerável de empregados, principalmente na cidade de Breves. Em particular o comércio e a prestação de serviços (entre eles os serviços bancários, de saúde, educação), como podemos observar no Gráfico 2 A e B abaixo. Neste sentido, podemos mencionar que tal disparidade entre Breves e Portel se dá em virtude, por exemplo, dos serviços ofertados em Breves onde, como já mencionado, detém certa polaridade entre os municípios da mesorregião marajoara, sobretudo, os municípios da porção florestal da região.

GRÁFICOS 2 A e B - Total de Pessoas com Vínculo Empregatício em Breves (A) e Portel (B) - 2011-2015



Fonte: Base de dados FAPESPA – MTE. Elaborado por Alves (2017).

Alguns serviços ofertados em Breves atendem não só o referido município como também Portel e outros adjacentes. Entre os serviços prestados, os bancários através da Caixa Econômica Federal atendem vários municípios, assim como os serviços de saúde através do Hospital Regional do Marajó e educação em nível superior e técnico por meio da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Instituto Federal do Pará (IFPA), que direta e indiretamente geram outras atividades formais e informais – é o caso dos vendedores ambulantes, hospedagem em pensões e moto taxistas, pois no município ainda não são regulamentados – com isso resultando em movimentos migratórios diários entre os vários municípios que buscam em Breves estes e outros serviços.

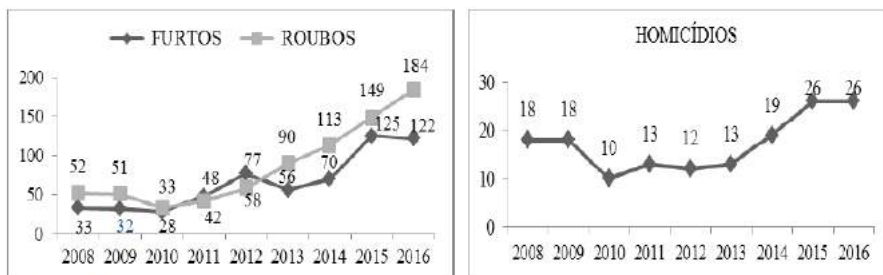
A insuficiência dos produtos agrícolas, devido à falta de políticas voltadas para a formação/capacitação dos sujeitos em muitas comunidades do espaço rural, provocou o êxodo de muitas famílias que buscaram no espaço urbano possibilidades de sobrevivência.

A falta de políticas públicas associada às altas taxas de desemprego evidencia outro problema social – a violência em ambos os municípios, onde as práticas delituosas se intensificam cada vez mais.

Sobre a violência, Silva et al. (2014) afirmam que “a violência não pode ser considerada um fenômeno recente, pois, [...] com a urbanização houve um incremento significativo nos índices de violência nas cidades”. No Brasil esses índices são gerados por meio da desigualdade socioespacial e socioeconômica, pobreza e uso de drogas gerando consequências em todo o território nacional, sendo mais evidentes nas áreas periféricas.

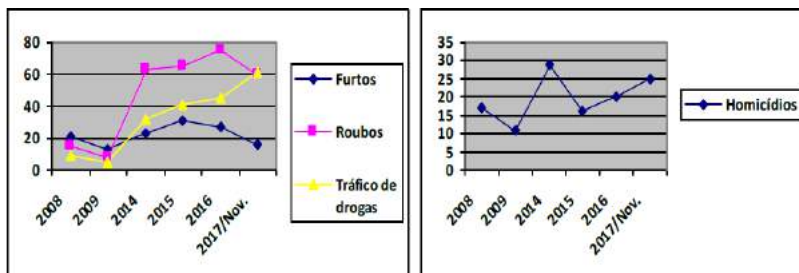
Contanto, é a partir dos anos de 2010 e 2009, respectivamente em Breves e Portel, que se tem a elevação das taxas nas diversas modalidades dos crimes ocorridos nesses municípios. Dentre estes foram destaques, devido à proporção e à frequência, os furtos, os roubos, o tráfico de drogas e os homicídios, como observa-se nos Gráficos 3 e 4 a seguir:

GRÁFICO 3 - Total de Furtos, Roubos e Homicídios em Portel - 2008-2016



Fonte: SISP.

GRÁFICO 4 - Total de Furtos, Roubos, Homicídios e Tráfico de Drogas em Portel - 2008-2016



Fonte: Delegacia de Polícia Civil de Portel. Elaborado por Silva e Farias (2017).

Nos últimos anos, esses e outros crimes se tornaram um dos maiores problemas sociais enfrentados pelas populações de Breves e Portel que se sentem impotentes diante de tantos casos ocorridos e que ao que parece, pouco ou irrelevantes medidas são tomadas com intuito de amenizar tal situação. A violência que assola tais cidades pode ser em decorrência, além da falta de políticas públicas de segurança, do aumento no número de registros nos casos envolvendo tráfico de drogas. Estes fatores também nos permitem afirmar que estão diretamente relacionados com o declínio madeireiro que provocou a instabilidade econômica e social em ambas as cidades.

Diante deste fato, de acordo com Chagas (2014), nesses lugares onde prevalecem elevadas taxas de desempregado, baixa atuação do Estado, sensação de insegurança, precários indicadores sociais, entre outros, favorecem que os jovens, devido às poucas possibilidades de melhoria das condições de vida, acabem vinculados ao crime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo destacado neste trabalho verifica ações que foram desencadeadas a partir da decadência de empreendimentos

madeireiros de dois municípios da mesorregião marajoara – Breves e Portel, situados no tempo a partir das décadas de 1960/70, onde verificou-se os arranjos espaciais destes a partir da geração de receita dos referidos municípios com o declínio madeireiro, (re)orientados no período presente, dependem financeiramente, em termos de geração de renda, principalmente do funcionalismo público municipal, comércio e serviços.

Desse modo, constatou-se ainda que nesta reorganização do espaço socioeconômico e territorial, a dinâmica econômica e populacional ganhou acentuados contornos. Inúmeras famílias foram obrigadas a migrar, outras buscaram formas de subsistências em outras atividades formais ou informais. O comércio mostrou resistência em meio a um determinado período ao qual era dinamizado pelas indústrias madeireiras e que, atualmente, é considerado um importante polo comercial entre as cidades do Marajó.

O dinamismo econômico conhecido com a exploração madeireira estagnou-se e deixou de ser a base de geração de renda e empregos, passando ambas as cidades por depressões econômicas com reflexos sociais significativos, tais como aumento do índice de desemprego, de criminalidade, além da precarização de serviços públicos, tais como iluminação pública e rede de coleta de esgoto, entre outros que anteriormente já eram deficitários e que a partir do declínio desta atividade econômica se intensificou.

O desenvolvimento e modernização proporcionados pelos empreendimentos revelaram-se efêmeros, com um crescimento econômico também de curto ciclo, não acompanhado de uma melhoria na qualidade de vida da população. O extrativismo madeireiro, além de ter agravado as mazelas ambientais com o aumento do índice de desflorestamento, também acarretou o aumento do abismo social entre ricos e pobres em Breves e Portel, isto porque tais empreendimentos sustentam-se pelos incentivos fiscais que obtiveram nas citadas décadas do século passado, mas que

atualmente tais linhas creditícias para este setor não estão sendo renovadas.

Pode-se dizer que no que se refere à dinâmica econômica global, Breves e Portel, após

o declínio da atividade madeireira, tornaram-se pontos opacos (SANTOS, 2012) ao capital financeiro. Isto significa que o recurso natural encontra-se em largo processo de esgotamento

e deteriorização e com a intensificação dos movimentos e organizações ambientalistas que se contrapõem a esta perspectiva de desenvolvimento, que significou também a reorientação das estratégias regionais de acumulação e reprodução do capital, onde as organizações financeiras, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros, passam a fomentar os empreendimentos com a certificação do “selo verde”, que é apenas um marketing em torno da temática ambiental, mas que premia empresas com projetos de compensação ambiental. Portanto, as madeireiras neste processo tornaram-se obsoletas ao capital financeiro, até este recrutá-las em posteriores períodos históricos para acumulação de capital.

A característica principal destes empreendimentos é considerar a Amazônia como uma fronteira de expansão econômica (BECKER, 2009), sem compromisso ambiental e social, como ocorreu em Breves e Portel, com suas respectivas particularidades locais, uma vez que o capital se metamorfoseia conforme os arranjos espaciais do lugar onde se instala, embora mantenha os seus comandos globais de acumulação.

O desenvolvimento neste caso se traduz em apenas crescimento econômico enquanto as mazelas sociais permanecem, com a conviência celebrada entre os acordos público-privado para a implantação destes empreendimentos. É o que representou os empreendimentos madeireiros e seu posterior declínio nos referidos municípios objeto deste ensaio, onde as políticas públicas não conseguem arcar com os passivos sociais e ambientais gerados pelo empreendimento e também subsidiar um novo desenvolvimento

econômico com justiça social para a população local. Revelando-se assim a atual estagnação econômica de Breves e Portel.

REFERÊNCIAS

ALVES, O. J. A. Desterritorialização econômica e produtiva no Marajó: análises geográficas no município de Breves pós-declínio da atividade madeireira (2000-2015). 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CAMARGO, L. H. R. de. A ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, R. L. O Espaço urbano. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios).

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. Boletim Amazônico de Geografia, Belém, n.1, v.01, p 186-204, jan./jun. 2014.

DEPOL DE PORTEL. Dados sobre as ocorrências policiais do município de Portel. DEPOL, 2017.

FAPESPA. Dados sobre vínculo empregatício no comércio e serviços em Breves-PA. Disponível em: <[http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2017/tabelas/soci al/mercado_de_Trabalho/tab_5.3.4_vinculos_empregaticios_no_e mprego_formal_por_setor_economico_para_e_municipios_2011_a_2015.htm](http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2017/tabelas/soci%20al/mercado_de_Trabalho/tab_5.3.4_vinculos_empregaticios_no_e_mprego_formal_por_setor_economico_para_e_municipios_2011_a_2015.htm)>. Acesso em: 21 dez. 2017.

GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, amazônias. 3. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015 [2001].

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização – do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Historiografia do município de Portel-PA, 2000. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=150580>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____. Sinopse do censo demográfico 2010 - município de Portel-PA. Disponível em:

<<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=15>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____. IBGE Cidades. Dados sobre arrecadação de IPTU e ISS do município de Portel (2008-2014). Disponível em: <<http://ibgecidades.portel.com.br>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

MACHADO, A. M. C.; PINHEIRO DA SILVA, E.; FARIAS, G. G. A produção do espaço urbano e a questão da violência na área da portelinha na cidade de Portel-PA. 52 f. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia) - Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2010.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. Secretaria de Comércio Exterior. Dados sobre empresas exportadoras e importadoras de madeiras. Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/empresas-brasileiras-exportadoras-e-importadoras>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

PINHEIRO DA SILVA, E.; FARIAS, G. G. A produção do espaço urbano na área de ocupação “Portelinha”, na cidade de Portel-PA. In: SILVA, C. N.; PALHETA DA SILVA, M.; CHAGAS, C. A. N. (Orgs.). Geografia na Amazônia paraense: territórios e paisagens. Belém: GAPTA/UFPA, 2015.

PORTAL TRANSPARÊNCIA – BREVES. Dados sobre arrecadação de impostos, ISS. 2017. Disponível em:

<<http://pa.transparencia.gov.br/tem/Breves/receitas/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES. Dados sobre arrecadação municipal de Breves. DICATRI, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEL. Dados sobre a quantidade de servidores. PMP, 2017.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, M. P. da; SANTANA, L. L. S.; ALVES, L. de S.; CHAGAS, C. A. N. Análise socioespacial da violência na 12^a AISP: o uso do território, geoinformação e influências da violência urbana em Belém-PA. Revista GeoAmazônia, Belém, v. 02, n. 04, p. 190-205, jul./dez. 2014. Disponível em: <www.geoamazonia.net/index.php/revista/article/download/52/pdf_39>. Acesso em: 22 dez. 2017.

SISP, DEPOL DE BREVES, Dados sobre as ocorrências policiais do município de Breves. DEPOL, 2017.

URBANIZAÇÃO E CIDADE: ABORDAGEM ACERCA DA FORMAÇÃO DA CIDADE DE ANANINDEUA-PARÁ¹

Jovenildo Cardoso RODRIGUES²

INTRODUÇÃO

Localizada no Nordeste do Estado do Pará, a cidade de Ananindeua³ (Mapa 1) constitui espaço marcado por “acúmulos de tempos histórico-geográficos”, vinculados tanto à inserção da Amazônia brasileira no contexto de antigas e novas lógicas de reprodução do capital no respectivo território, quanto aos processos de metropolização e reprodução das relações sociais de produção no contexto da rede urbana amazônica.

Resultado de múltiplas e diversas manifestações do urbano na Amazônia, a respectiva cidade configura-se espaço de aceleradas transformações socioespaciais, sobretudo a partir dos anos 2000, como produto dos processos de urbanização extensiva do espaço amazônico (MONTE-MOR, 1998) e de metropolização do espaço belenense, processos estes que vêm contribuindo para a produção de relações urbanas diversas e desiguais.

Ananindeua, enquanto fragmento do espaço metropolitano, constitui produto de espacialidades e de

¹ Deixo meu agradecimento especial ao discente do curso de geografia de Belém, Guilherme Monteiro, que teve importante contribuição na coleta de informações referentes à cidade de Ananindeua.

² Doutor em Geografia pela UNESP, Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo/UFPA. E-mail: jovengeo@yahoo.com.br

³ O mapa 1 permite identificar a situação geográfica do município de Ananindeua no contexto da Região Metropolitana de Belém (RMB) e sua delimitação político-administrativa da área rural e da área urbana.

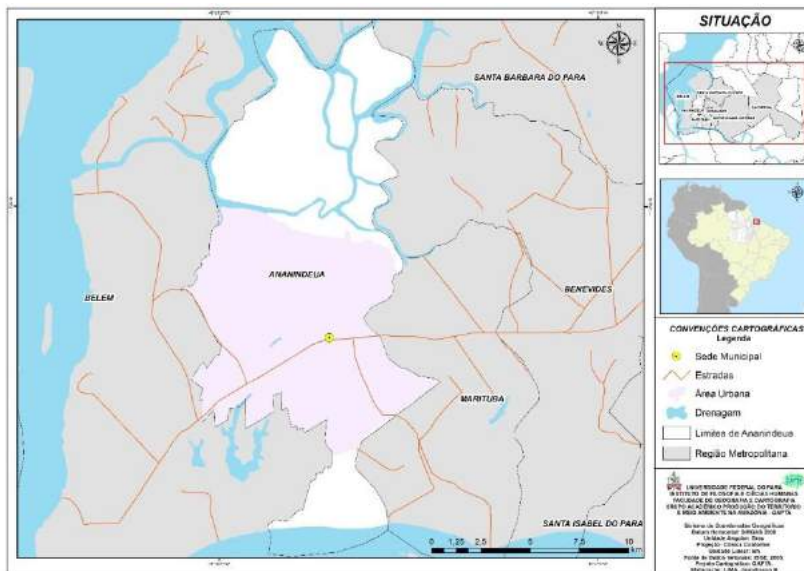
territorialidades, engendradas num contexto de incorporação desigual da Amazônia na divisão territorial do trabalho e dos novos nexos da globalização, reeditando o processo de produção do espaço e suas manifestações particulares, como uma condição para a reprodução do capital no território metropolitano.

Diante dos elementos apresentados, o presente artigo objetiva analisar a formação da cidade de Ananindeua/Pará, no início do século XXI. O debate em questão se justifica –de um ponto de vista teórico e histórico – pela necessidade de estabelecermos novas abordagens acerca da geografia histórica desta importante cidade amazônica, de maneira a acompanhar o movimento de transformações espaciais e territoriais no período contemporâneo. De um ponto de vista propositivo, visa subsidiar o poder público e a sociedade com informações relevantes acerca das dinâmicas territoriais da cidade de Ananindeua.

A metodologia de pesquisa embasou-se em análises das contradições territoriais imanentes à produção do espaço e reprodução do espaço urbano. Do ponto de vista dos procedimentos operativos, efetuamos levantamento e análise bibliográfica e documental, registros fotográficos, observações sistemáticas qualitativas, produção cartográfica e pesquisa de campo.

O artigo encontra-se subdividido em quatro momentos complementares. O primeiro momento promove uma breve contextualização da formação do município e da cidade de Ananindeua, que remonta sua gênese no século XVIII, até a terceira década do século XX. O segundo momento consiste na análise da fragmentação político-territorial de Belém e formação do município e da cidade de Ananindeua. No terceiro momento, focamos especificamente em uma abordagem a respeito da urbanização, metropolização do espaço e formação da cidade de Ananindeua. No quarto momento, fizemos uma contextualização acerca das aceleradas transformações socioespaciais resultantes dos processos de reestruturação urbana e produção territorial da cidade de Ananindeua.

MAPA 1 – Mapa de situação geográfica do Município e da cidade de Ananindeua, Pará



Por fim, mas não menos importante, apresentaremos as considerações finais que constituem momento no qual esboçamos algumas reflexões que permitem pensar antigas e novas espacialidades e territorialidades urbanas inerentes ao intenso movimento de transformações da cidade de Ananindeua.

ANANINDEUA: DA GÊNESE DO POVOADO À CONDIÇÃO DE DISTRITO DE BELÉM

A gênese e formação do município e da cidade de Ananindeua estão relacionadas a um lento e paulatino processo de ocupação de terras por parte de escravos fugidos, que passaram a habitar áreas às margens dos Rios Guamá, Acará, Capim e Moju por volta da primeira metade do século XVIII (MARIN; CASTRO,

1999). Naquelas circunstâncias espaço-temporais, as formas de uso e apropriação do solo no respectivo território (parte Sul do atual município de Ananindeua) estavam vinculadas a um modo de vida ribeirinho com predomínio de ruralidades.

No século XIX ocorreu um processo de ocupação de áreas ao Norte do atual Município de Ananindeua por caboclos ribeirinhos, no perímetro onde se localiza hoje os Bairros do Curuçambá e Distrito Industrial (SEROTHEAU, 2012). Naquele momento, as formas de uso e apropriação do respectivo espaço estavam atreladas a uma dinâmica ribeirinha, à lógica do valor de uso em detrimento do valor de troca, bem como à preponderância de ruralidades, sobretudo vinculadas às atividades extrativistas, caça e pesca.

O período que compreende entre o final do século XIX até a primeira década do século XX configurou um momento de transformações no território amazônico, com reverberações onde hoje corresponde ao município de Ananindeua. O “boom” da atividade da borracha na Amazônia, sobretudo a partir do final do século XIX, fortemente estimulado pelo processo de crescimento acelerado da indústria automobilística nos países desenvolvidos, contribuiu significativamente para induzir uma divisão territorial do trabalho na Amazônia e incorporação de novos sistemas técnicos no território amazônico (WIENSTEIN, 1993).

É dentro deste contexto que na escala do território paraense ocorreu o impulso na urbanização da capital paraense, fato que resultou em elevado crescimento econômico e demográfico na cidade de Belém, com aumento das demandas por produtos agrícolas (PENTEADO, 1967).

A instalação da Estrada de Ferro de Bragança (EFB) no ano final do século XIX constituiu evento significativo, do ponto de vista de incorporação de novas áreas do Nordeste Paraense no contexto das dinâmicas econômicas e espaciais de reprodução do capital, voltada para o atendimento das demandas alimentares da capital paraense (PENTEADO, 1967).

A formação do povoado de Ananindeua no final do século XIX estava vinculada a estratégias e ações do governo provincial, visando estimular o processo de colonização de terras férteis na Zona Bragantina, bem como incrementar a produção de alimentos de maneira a atender o mercado regional e da capital paraense (MOREIRA, 1989).

É neste sentido que o referido povoado será elevado à condição de “Ponta de Trilho” da referida E.F.B. (PENTEADO, 1967) no ano de 1884, com a inauguração dos primeiros 14 quilômetros da E.F.B. que ligaria Belém ao povoado de Ananindeua (ANANINDEUA, 2006). Tal evento possibilitou a implantação de colônias agrícolas e o surgimento de povoados nas imediações das paradas da Estrada de Ferro de Bragança – E.F.B. (PENTEADO, 1967).

No início do século XX o pequeno povoado de Ananindeua constituído nas imediações da E.F.B. ganhou novas dimensões e se articulou com o segundo núcleo do futuro distrito de Belenense, qual seja, a Vila Operária, localizada ao norte da Estação da referida E.F.B. (ANANINDEUA, 2006). A construção da referida Vila teve sua gênese associada às atividades extrativas de Madeira, de maneira a abastecer as caldeiras Parah Electric Railways and Lighting Company, criada em 1902 (ANANINDEUA, 2006).

No ano de 1916, a respectiva empresa inglesa supracitada vendeu esta área do distrito de Ananindeua para a empresa Sounders & Davis, que ali implantou o Curtume do Maguari (CASTRO, 2009). A implantação do Curtume Maguari contribuiu para a formação da Vila Operária, posteriormente denominada Vila Maguari, considerada como a primeira forma de aglomeração com características urbanas em Ananindeua (CASTRO, 2009).

O período que compreende entre os anos de 1920 e o final da década de 50 na escala da Amazônia brasileira é compreendido como um momento de decadência econômica e da rede urbana amazônica, em razão do declínio da atividade da borracha, produto que fomentou fortemente a economia amazônica entre meados do

século XIX e no início do século XX (CORREA, 1988; RODRIGUES, 1997).

Nestas circunstâncias histórico-geográficas, evidenciamos a fase de continentalização da cidade de Belém, com expansão de seu perímetro urbano e incorporação de áreas rurais ao respectivo perímetro urbano (MOREIRA, 1989). É neste contexto que a Implantação do Curtume Maguari e a instalação e funcionamento da E.F.B. irão contribuir para a produção de uma divisão social do espaço marcado por diferenciações socioespaciais tanto no âmbito das relações campo-cidade em Ananindeua, quanto do ponto de vista das ruralidades e urbanidades que passam a se desenvolver, vinculadas não apenas a valores de uso, mas também a valores de troca (CASTRO, 2009).

A seguir delinearemos algumas reflexões acerca das dinâmicas territoriais inerentes ao processo de formação do município e da cidade de Ananindeua.

FRAGMENTAÇÃO POLÍTICO-TERRITORIAL DE BELÉM E FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA CIDADE DE ANANINDEUA

Segundo Castro (2009), na década de 1940 Ananindeua era apenas um distrito de Belém. Tal situação mudou no ano de 1943, quando no dia 30 de dezembro do mesmo ano, por meio do Decreto-lei Estadual nº 4.505, o Interventor Federal Magalhães Barata promulgou a criação do município de Ananindeua (ANANINDEUA, 2006)⁴.

⁴ No ano de 1948, quando o município de Ananindeua já possuía 13 mil habitantes, deu-se início a uma luta jurídica entre os herdeiros das terras do Abacatal e a Comunidade Quilombola, localizada na porção Sul do município. Tal luta perdurou por cerca de cinquenta anos, tendo seu término em 13 de maio de 1999, quando o Governo do Estado do Pará concede o Título de reconhecimento de domínio das terras aos membros da Comunidade Quilombola (ANANINDEUA, 2006).

Contudo, sua sede municipal foi reconhecida como cidade apenas no dia 31 de dezembro de 1947, sendo composta pela sua sede denominada Ananindeua e pelos distritos de Benevides, Benfica e Engenho Arari (CASTRO, 2009). Tal qual aconteceu com Ananindeua em relação a Belém, seus distritos de Benevides, Benfica e Engenho Arari foram desmembrados para a criação do município de Benevides pela Lei nº 2.460 de 29 de dezembro de 1961 (ANANINDEUA, 2006).

A distribuição populacional do município de Ananindeua, segundo o Censo de 1950, indicava a clara condição de município eminentemente rural, uma vez que dos seus 13.303 habitantes, aproximadamente 1.000 pessoas ocupavam cerca de 120 casas existentes na sede municipal (ANANINDEUA, 2006).

Do ponto de vista da produção, Ananindeua apresentava-se na condição de terceiro maior município do estado do Pará em número de indústrias, tendo no Curtume Maguari a sua mais expressiva representação, sendo este considerado um dos mais importantes estabelecimentos industriais do Norte do país⁵. Em levantamento realizado em 1956 constatou-se que do total da força de trabalho local, apenas cerca de 20% concentrava-se nos ramos da agricultura, pecuária e silvicultura⁶ (ANANINDEUA, 2006).

Segundo estimativa do então Departamento Estadual de Estatística, a população do município no ano de 1956 havia chegado aos 14.995 habitantes, sendo 7.601 residentes no Distrito Sede de Ananindeua (cerca de 50% da população), 2.316 no Distrito de Benevides, 2.347 no Distrito de Benfica e 2.731 no Distrito de Engenheiro Araci (ENCICLOPÉDIA, 1957). As aglomerações urbanas, entretanto, abrigavam apenas cerca de 14% desta população, sendo que aproximadamente 46% dos 2.118 localizavam-se na Cidade de Ananindeua, indicando a não alteração do perfil rural do Município⁷.

⁵ ENCICLOPÉDIA, 1957, p. 281.

⁶ ENCICLOPÉDIA, 1957, p. 281.

⁷ ENCICLOPÉDIA, 1957, p. 280.

URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO, METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO E FORMAÇÃO DE ANANINDEUA

O período que compreende entre os anos de 1960 a 1980 corresponde a um momento de transformações aceleradas no espaço regional amazônico, como resultado do processo de urbanização induzido pelo Estado a partir de políticas de planejamento que objetivavam promover a incorporação da fronteira urbana amazônica no contexto da divisão territorial do trabalho (BECKER, 1990).

Tal incorporação contribuiu para a (re)organização do espaço regional amazônico, que teve como vetores de transformação a tríade estrada-terra firme-subsolo (GONCALVES, 2001). O avanço dos processos de urbanização do território e da reestruturação da rede urbana paraense teve sua expressão na produção do espaço metropolitano belenense, com crescimento demográfico e espacial das cidades de Belém e Ananindeua.

A concentração econômica, demográfica e espacial na área central da cidade de Belém, evidenciada sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, como produto do processo de produção da “fronteira urbana amazônica”, esteve marcada pelo estímulo à modernização do território por parte do Estado (RODRIGUES, 2015; BECKER, 1990). Os processos de concentração e centralização contribuíram significativamente para um o aumento de fluxos migratórios de pessoas das áreas rurais para algumas cidades amazônicas, fato que resultou em “inchaço urbano” na cidade de Belém (BECKER, 1990; RODRIGUES, 1998).

Simultaneamente aos processos supracitados, evidencia-se também uma divisão social desigual do espaço, tendo como agente indutor principal, o Estado, que contribuiu significativamente para a desterritorialização de agentes produtores do espaço que não possuíam demanda solvável para consumir o espaço da área central da cidade de Belém (RODRIGUES, 1998).

Naquele momento, desencadeou-se o processo de dispersão do espaço metropolitano belenense (RODRIGUES, 1998). Tal dispersão da forma urbana está relacionada aos processos de desconcentração e reconcentração demográfica, econômica e espacial, bem como a relativa expansão de vetores da urbanização que passaram a promover espacializações em direção aos Eixos da BR-316 e Rodovia Augusto Montenegro (TRINDADE JR, 1998).

Ainda naquelas circunstâncias histórico-geográficas, áreas do município de Ananindeua consideradas rurais por parte do poder público passaram a ser incorporadas rapidamente ao perímetro urbano da capital paraense (RODRIGUES, 1998; BARROS, 2009). Assim, o espaço urbano de Ananindeua se consolida primordialmente a partir da implantação dos conjuntos habitacionais (RODRIGUES, 1998)⁸.

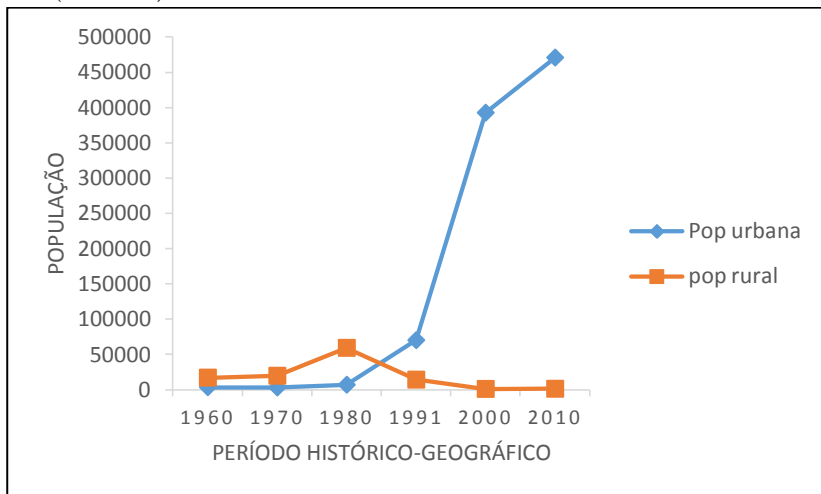
Segundo Rodrigues (1998), somente entre 1970 e 1980, cerca de 35 empreendimentos foram financiados pelo governo do Estado, chamando atenção para os conjuntos Jardim Maguari, com 2.580 unidades residenciais e concluído em 1982, Geraldo Palmeiras, com 1.100 unidades e concluído em 1986, o Julia Seffer, concluída em 1984, com cerca de 1.172 unidades, e o Cidade Nova, sendo este último o maior de todos, composto por nove núcleos, concentrando aproximadamente metade da população do município (RODRIGUES, 1998).

Do ponto de vista demográfico, o Gráfico 1 extraído a partir dos censos do IBGE, permite expressar a dinâmica populacional do município de Ananindeua, tornando possível identificar o período entre os anos de 1980 e começo dos anos de 1990 como momento

⁸ O diagnóstico do Plano Diretor urbano de Ananindeua realizado no ano de 2006 subdividiu a sede municipal em bairros da seguinte maneira: Cidade Nova 1, Cidade Nova 2, Cidade Nova 3, Cidade Nova 4, Cidade Nova 5, Cidade Nova 6, Cidade Nova 7, Cidade Nova 8, Jaderlândia, Guajará, PAAR, Atalaia, 40 Horas, Geraldo Palmeira, Guanabara, Heliolândia, Coqueiro, Icuí-Guajará, Aura, Águas Brancas, Maguari, Providência, Águas Lindas, Jibóia Branca, Centro e Julia Seffer, Curuçambá, Icuí-Laranjeiras e o Distrito Industrial (ANANINDEUA, 2006).

de rápida e brutal inflexão, quando então a população urbana supera a população rural em número de habitantes.

GRÁFICO 1 – Dinâmica populacional rural e urbana no município de Ananindeua, Pará (1960-2010)



Fonte: Censos Demográficos (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) do IBGE.

Por sua vez, a Tabela 2 permite ilustrar uma aceleração das taxas de urbanização no município de Ananindeua, que saltou de 10,4% na década de 1980, para 79,5% na década de 1990, possibilitando demonstrar a intensidade do crescimento demográfico. Um outro aspecto importante evidenciado nos dados dos censos, expressos na Tabela 2, diz respeito ao crescimento da população total no município, que saltou de pouco mais de 80.000 habitantes no ano de 1991, para quase 400.000 habitantes nos anos de 2000, fato que demonstra a vertiginosa dinâmica populacional em direção ao referido município da Região Metropolitana de Belém (R.M.B.). A Tabela 2 permite ilustrar ainda, que o respectivo município apresenta uma elevada taxa de urbanização (99,8%) para o ano de 2010.

TABELA 2 –Dinâmica populacional no município de Ananindeua, Pará

| Período | Pop. Urbana | Pop. Total | Taxa de Urbanização | Pop. Rural |
|---------|-------------|------------|---------------------|------------|
| 1960 | 3.353 | 20.330 | 16,5% | 16.977 |
| 1970 | 2.916 | 22.527 | 12,9% | 19.611 |
| 1980 | 6.858 | 66.027 | 10,4% | 59.169 |
| 1991 | 70.051 | 88.151 | 79,5% | 14.100 |
| 2000 | 392.627 | 393.569 | 99,8% | 942 |
| 2010 | 470.819 | 471.980 | 99,8% | 1.161 |

Fonte: Censos Demográficos (1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) do IBGE.

Diante dos elementos demográficos apresentados, como podemos pensar as novas configurações territoriais, tendências e processos de produção da cidade de Ananindeua a partir dos anos de 2000?

REESTRUTURAÇÃO URBANA E A PRODUÇÃO TERRITORIAL DA CIDADE DE ANANINDEUA: EXPRESSÕES E CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS

O período que compreende entre os anos 2000 ao momento atual vem sendo marcado por uma sucessão de rupturas e metamorfoses socioespaciais relacionadas ao processo de “espalhamento da forma urbana metropolitana”, como condição e resultado de novas dinâmicas urbanas associadas aos processos de reestruturação urbana e da metrópole.

A metropolização do espaço, fortemente associada a ações do Estado e avanço de novos agentes econômicos que passaram a se territorializar em áreas próximas dos eixos da BR-316 e Augusto Montenegro, tem contribuído para a indução de processos de desterritorializações e reterritorialização de populações que viviam às margens das referidas rodovias e que passaram a sofrer esse processo face a valorização do espaço, (re)territorializando-se em outras áreas

de municípios mais afastados, que compõem o aglomerado metropolitano belenense (VIEIRA; RODRIGUES; RODRIGUES, 2018).

Tais desterritorializações e reterritorializações estão vinculadas à divisão social desigual do espaço, bem como ao processo de produção e consumo desigual na/da cidade. Neste sentido, torna-se evidente nas paisagens urbanas de Ananindeua as contradições socioespaciais resultantes da divisão social desigual do espaço, expressas em diferenciações particulares, quando identificamos paisagens urbanas marcadas por dinâmicas capitalistas associadas à produção imobiliária, comércio e serviços (Shopping Centers, Condomínios Fechados localizados em áreas com melhor infraestrutura urbana etc.) voltadas para o atendimento de segmentos sociais que possuem demanda solvável, coexistindo com paisagens que expressam a precariedade das condições de habitação e qualidade de vida, evidenciadas em áreas e bairros periféricos da cidade de Ananindeua.

Em outras palavras, podemos dizer que o espaço geográfico ananindeuense no início do século XXI constitui mosaico de espacialidades e territorialidades urbanas que estão diretamente associadas ao processo de produção capitalista do espaço, bem como à reprodução de relações sociais de produção (capitalistas e não-capitalistas) e suas manifestações socioespaciais.

Neste sentido, as formas espaciais da cidade de Ananindeua permitem identificar funções inerentes à condição de centro administrativo, comercial e de serviços, que expressa centralidade urbana a partir da densidade de fluxos de pessoas, mercadorias e serviços públicos e privados (RODRIGUES, 2017). A Tabela 3 permite ilustrar que o município de Ananindeua apresenta a maior densidade demográfica, dentre todos os municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém, com cerca de 2477,56 hab/Km².

TABELA 3—População, Área e Densidade Demográfica em municípios da Região Metropolitana de Belém, Pará

| Município | Total de Habitantes | Área (Km²) | Densidade Demográfica (hab/Km²) |
|----------------------|----------------------------|------------------------------|---|
| Ananindeua | 471 980 | 190,5 | 2 477,56 |
| Barcarena | 99 859 | 1 310,3 | 76,21 |
| Belém | 1 393 399 | 1 059,4 | 1 315,27 |
| Benevides | 51 651 | 187,8 | 275 |
| Castanhal | 173 149 | 1 028,9 | 168,29 |
| Marituba | 108 246 | 103,3 | 1 047,44 |
| Santa Isabel do Pará | 59 466 | 717,7 | 82,86 |

Fonte: Censo do IBGE (2010).

Segundo Rodrigues (2017), o município de Ananindeua apresenta uma lógica de organização interna da cidade, composta por três áreas ou eixos principais, com funções diversas e complementares, quais sejam: área estruturante da Cidade Nova, eixo estruturante da Mario Covas (onde localiza-se a sede do município, bancos, comércio e serviços) e o Eixo da BR-316 entre o quilômetro 1 ao quilômetro 4.⁹

O processo de reestruturação da cidade pelo qual vem passando os referidos eixos de Ananindeua encontra-se fortemente relacionado a uma matriz rodoviária, imposta pelo governo federal a partir da década de 1960 ao território metropolitano, fato que contribuiu para intensificar o processo de metropolização do espaço e a produção de diferenciações e desigualdades socioespaciais.

⁹ Acerca deste último núcleo, convém ressaltar a expressiva concentração de filiais de concessionárias, pertencentes a grandes corporações nacionais e internacionais, como: Honda, Motobel (tratores), Chevrolet, Mercedes-Benz/Rodobens, Nissan, Iveco (caminhões), KIA Motors, Renault, Ford, Fiat, Hyundai, Raviera Motors e Volkswagen, além de 5 agências bancárias, 2 supermercados e um Shopping Center (Shopping Castanheira).

Por sua vez, as franjas urbanas de Ananindeua constituem elos mais nítidos de mediação entre o rural e o urbano porque carregam consigo uma condição espacial relacionada à divisão social desigual do espaço, cujas expressões revelam as contradições resultantes dos processos de urbanização e metropolização do espaço.

O município e a cidade de Ananindeua caracterizam-se pelo desenvolvimento de práticas espaciais e coexistências de temporalidades, que revelam uma realidade social em que as atividades agrícolas exercem importância para a sobrevivência de moradores do referido município. Para o caso da área insular de Ananindeua composta por 9 ilhas¹⁰ (VIANA, 2017), as atividades da pesca e agricultura exercem papel significativo para a reprodução social dos moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação histórico-geográfica da cidade de Ananindeua vem sendo marcada por um conjunto de sucessões, rupturas e metamorfoses socioespaciais como resultado do processo de urbanização do território amazônico, cujas manifestações expressas nas paisagens urbanas denotam um padrão de organização interna na cidade, caracterizado por diferenciações e desigualdades socioespaciais, revelando ou permitindo revelar o que Marin e Chaves (1997) denominam de “Paradoxos da modernidade na Amazônia”.

Ao longo dos diversos momentos de sua formação, a cidade de Ananindeua exerceu funções diferenciadas, desde a condição de ponta de trilhos até o momento atual em que a cidade em questão configura-se como espaço em acelerado processo de reestruturação, considerando o avanço de novos agentes econômicos de capital

¹⁰ As ilhas de Ananindeua são denominadas de: João Pilatos, Viçosa, Sassunema, Mutá, Guajarina, São José da Sororoca, Sororoca, Arauari e Santa Rosa (VIANA, 2017).

regional, nacional e internacional nas áreas centrais do território desta cidade.

Pensar a formação da cidade de Ananindeua requer que consideremos a intensidade, simultaneidade e coexistência dos processos de urbanização e metropolização do espaço, enquanto determinações que vêm contribuindo para a reprodução do movimento homogeneizador do capital na incorporação de novos territórios às logics de consumo do espaço.

Para além disso, necessitamos pensar a formação da cidade enquanto produto histórico-geográfico da reprodução das relações sociais de produção, o que requer compreender as coexistências de tempos e temporalidades histórico-geográficas expressas nas formas-conteúdo da cidade em questão, bem como os processos de rupturas e resistência por parte de movimentos sociais, assim como a força de cidadãos em geral, que lutam cotidianamente para a construção de uma outra possibilidade de viver em uma cidade menos desigual, mais inclusiva e democrática no sentido de exercício da cidadania plena, com justiça espacial e qualidade de vida aos seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, S.; CASTRO, E. R. Políticas, mediações e territórios: interpretação sobre o urbano-rural na Amazônia. *Revista de ciências sociais*. n° 71, outubro, novembro e diciembre, 2016.
- ANANINDEUA (2006). Relatório Diagnóstico do Plano Diretor do município de Ananindeua, 2006.
- BEAUJEU-GARNIER, J. Geografia urbana. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. 555p.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1990.
- CARLOS, A. F. A. A produção do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *A crise Urbana*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 25-35.

_____. A producción contraditória de espacio urbano y luchas por derechos. *Revista Cidades*, v. 11, n. 19, p. 130-163, 2014.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, v.4, n.3, p.39-68, Rio de Janeiro, jul./set. 1988.

COSTA, B. S. Relações entre patrões e operários no Pará do século XX: representações do Curtume Maguary para memória da sociedade ananindeuense. 2009. Monografia (Conclusão de Curso de História -Escola Superior Madre Celeste, Pará, 2009.

CRUZ, E. A Estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política. Belém: SPVEA, 1955.

GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Volume XIV. Rio de Janeiro, edição do IBGE, 1957.

_____. Censo Demográfico 1960. IBGE, 1960.

_____. Censo Demográfico 1970. IBGE, 1970.

_____. Censo Demográfico 1980. IBGE, 1980.

_____. Censo Demográfico 1991. IBGE, 1991.

_____. Censo Demográfico 2000. IBGE, 2000.

_____. Censo Demográfico 2010. IBGE, 2010.

_____. Produto Interno Público dos municípios. IBGE, 2013.

Disponível em:
<http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default_xls.shtm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Tradução do Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. Belo Horizonte, UGMG, 2006.

_____. De lo rural a lo urbano. 3. ed. Barcelona: EdicionesPeninsula, 1969.

- MARIN, R. A.; CHAVES, E. P. Imagens de Belém, Paradoxo da Modernidade e Cultura na Amazônia. In: XIMENES, T. (Org.). Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável (Uma contribuição para a Amazônia 21). Belém, 1997.
- MARÍN, R. E. A; CASTRO, E. M. R. No caminho das pedras do Abacatal: experiência de grupos negros no Pará. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- MONTE-MÓR, R. L. de M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et al. (Org.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. In: MOREIRA, E. Obras reunidas de Ediorfe. Belém: CEJUP, 1989.
- PENTEADO, A. C. R. Problemas da colonização e uso da terra na Região Bragantina do Estado do Pará. Belém: UFPA, 1967. (Série José Veríssimo).
- ROCHA, G. M. Todos convergem para o lago! Hidrelétrica Tucuruí, municípios e territórios na Amazônia. Belém: UFPA; NUMA, 2008.
- RODRIGUES, E. B. Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém. Belém: UFPA/NAEA, 1997.
- RODRIGUES, E. J. Banidos da Cidade, Unidos na Condição: Cidade Nova – espelho da segregação social em Belém. Belém: UFPA/NAEA, 1998.
- RODRIGUES, J. C. Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2015.
- RODRIGUES, L. L. C. Reestruturação da cidade: centro e centralidade urbana de Ananindeua a partir dos equipamentos e serviços urbanos essenciais no Eixo da BR-316, km4. 2017. (Monografia) - Graduação de Geografia, Universidade da Amazônia, Belém, 2017.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SIROTHEAU, J. L. Impactos socioterritoriais e identidade quilombola em espaço metropolitano: o caso da comunidade do Abacatal (Pará). 2011. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

TRINDADE JR, S. C. A cidade dispersa: Os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

VIANA, J. M. M. R. Atividade Pesqueira e organização social: o caso das comunidades Igarapé Grande, João Pilatos e Cajueiro, Ananindeua, Pará. 2017. Dissertação (Mestrado) -Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

VIEIRA, D. C. M; RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C. Mapeamento e análise de desigualdades socioespaciais: abordagem interpretativa a partir da cidade de Belém, Pará. Geosaberes. Fortaleza, v.9, n. 17, p.1-21, jan-abr, 2018.

WEINSTEIN, B. A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: Edusp, Hucitec, 1993.

**Todos os direitos reservados
GAPTA UFPA**

Contatos: cnsgeo@yahoo.com.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-63117-42-7

